

Inquirição aos Municípios e Agentes da Cidade de Lisboa: Qualidade de Vida e Governação Urbana

Relatório Final

Coordenador

Luís Vicente Baptista

Lisboa, Maio 2017

Equipa de Investigação

Luís Baptista é doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. É investigador integrado no CICS.NOVA e Professor Catedrático no Departamento de Sociologia da FCSH/NOVA

Patrícia Pereira é doutorada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. É investigadora integrada no CICS.NOVA e bolsista pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Professora Auxiliar convidada no Departamento de Sociologia da FCSH/NOVA

Cláudia Urbano é doutorada em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora integrada no CICS.NOVA e bolsista pós-doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Professora Auxiliar Convidada no Departamento de Sociologia da FCSH/NOVA

Maria do Rosário Jorge é doutorada pela Universidade Nova de Lisboa, em Sociologia Urbana, do Território e do Ambiente. Investigadora Integrada do CICS.NOVA.

João Fernandes é mestre em Metropolização, Planeamento Estratégico e Sustentabilidade pela Universidade Nova de Lisboa e Universidade Atlântica. Investigador do CICS.NOVA.

Bruno Neves é doutorando em Geografia e Planeamento Territorial, área de especialização em Detecção Remota e Sistemas de Informação Geográfica, na Universidade Nova de Lisboa. Membro colaborador do CICS.NOVA.

Convenções Utilizadas nas Tabelas e na Análise

Base ponderada

Todos os valores, percentagens e taxas apresentados nas tabelas são calculados com base na amostra ponderada para representatividade por UIT, sexo e grupos etários. Quando apresentados os resultados por UIT, a ponderação é calculada considerando a distribuição por sexo e grupos etários dentro de cada UIT.

Percentagens

As percentagens em coluna e/ou em linha podem não totalizar 100% devido a arredondamentos.

Uma percentagem pode ser referida em texto para uma única categoria que apenas será identificável nas tabelas a partir da soma de duas ou mais percentagens de categorias que aí constem. A fim de evitar erros de arredondamento, a percentagem é recalculada para a categoria individual e, por conseguinte, pode variar em um ponto percentual a partir da soma das percentagens que mostram nas tabelas.

'Não sabe / Não responde' ("missing values")

Toda a análise exclui as modalidades "não sabe" e "não responde" (recusas) salvo indicação em contrário.

Abreviaturas usadas nas tabelas

'--' indica que não existem casos nessa categoria em particular.

's/d' indica que a questão não foi aplicada nesse ano em particular.

Índice

1. Introdução.....	10
1.1. Breve abordagem conceptual	11
1.2. Objetivos e enquadramento da Reforma Administrativa de Lisboa (2013)	16
2. Inquirição aos agentes da cidade	19
2.1. Metodologia de inquirição aos agentes da cidade	20
2.2. Reforma Administrativa da cidade de Lisboa: abordagem dos agentes da cidade..	25
2.2.1. Equipamentos de proximidade	26
2.2.2. Espaço público.....	29
2.2.3. Licenciamentos.....	32
2.2.4. Participação cívica	34
2.2.5. Relações interinstitucionais	36
2.3. Outras áreas temáticas: perceções e opiniões dos agentes da cidade	41
2.3.1. Relações interinstitucionais	42
2.3.2. Espaço público.....	47
2.3.3. Participação cívica	52
2.3.4. Habitação	57
2.3.5. Mobilidade	63
2.3.6. Turismo.....	69
2.3.7. Equipamentos de proximidade	74
2.4. Reflexões finais: inquirição aos agentes da cidade	76
3. Inquirição aos municípios	81
3.1. Metodologia de inquirição aos municípios.....	82
3.1.1. Questionário.....	82
3.1.2. População, amostra, amostragem e representatividade.....	85
3.1.2.1. Dimensão e estrutura da população.....	85
População alvo.....	86
Amostragem.....	86
Amostra final.....	89
3.1.3. Análise e fiabilidade dos resultados.....	90
3.1.3.1. Ponderação	90
3.1.3.2. Representatividade da amostra.....	91
3.1.3.3. Fiabilidade dos dados	92
3.2. Caracterização social dos inquiridos, dos seus agregados familiares e das suas	
 habitações	93
3.2.1. Caracterização dos inquiridos	93
3.2.1.1. Nacionalidade e naturalidade	93
3.2.1.2. Escolaridade.....	93
3.2.1.3. Posição face ao trabalho e independência financeira	94
3.2.1.4. Características socioprofissionais dos inquiridos.....	95

3.2.2.	Caracterização do agregado familiar.....	97
3.2.3.	Características da habitação	100
	Características da habitação por Unidades de Intervenção Territorial	104
3.2.3.1.	Mobilidade residencial.....	105
	Mobilidade residencial por Unidades de Intervenção Territorial	109
3.3.	O quotidiano na cidade: mobilidade, práticas e posicionamentos.....	110
3.3.1.	Mobilidade urbana e transportes	110
	Mobilidade e transportes por Unidades de Intervenção Territorial	114
3.3.2.	Práticas quotidianas	116
	Práticas quotidianas por Unidades de Intervenção Territorial	121
3.3.3.	Mobilização política e participação cívica.....	122
	Mobilização política e participação cívica por Unidades de Intervenção Territorial	126
3.4.	Qualidade de vida e mudanças na cidade de Lisboa	128
3.4.1.	Satisfação com a habitação	128
	Satisfação com a habitação por Unidades de Intervenção Territorial	129
3.4.2.	Satisfação com a vida pessoal	130
	Satisfação com a vida pessoal por Unidades de Intervenção Territorial	133
3.4.3.	Qualidade de vida urbana	133
3.4.3.1.	Satisfação com o bairro e com a cidade	133
	Índice de satisfação com o bairro e com a cidade.	138
	Índice de satisfação com o bairro e a cidade por variáveis socioeconómicas	139
	Satisfação com o bairro e a cidade por Unidades de Intervenção Territorial.....	140
	Satisfação com o bairro: perfis de UIT	142
	Satisfação com a cidade: perfis de UIT	143
	Análise detalhada dos indicadores de satisfação com o bairro por UIT	145
	Análise detalhada dos indicadores de satisfação com a cidade por UIT.....	149
3.4.3.2.	Avaliação da qualidade de vida no bairro e na cidade.....	160
	Avaliação da qualidade de vida no bairro e na cidade por variáveis socioeconómicas.....	161
3.4.3.3.	Propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade e nos seus bairros	163
3.4.4.	Mudança urbana	165
3.4.4.1.	Mudanças positivas	165
	Na freguesia	165
	Na cidade	167
	Mudanças positivas por Unidades de Intervenção Territorial	168
	Na freguesia	168
	Na cidade	168
3.4.4.2.	Mudanças negativas	168
	Na freguesia	168
	Na cidade	169
	Mudanças negativas por Unidades de Intervenção Territorial.....	170
	Na freguesia	170

Na cidade	171
3.4.5. Qualidade de vida: uma abordagem integrada.....	171
3.5. Reforma Administrativa e Governo da Cidade de Lisboa	183
3.5.1. Conhecimento da Reforma Administrativa.....	183
Conhecimento da Reforma Administrativa: uma análise detalhada	184
Conhecimento da Reforma Administrativa por Unidades de Intervenção Territorial	186
3.5.2. Novas competências próprias das juntas de freguesia	187
Novas competências próprias das juntas de freguesia por Unidades de Intervenção Territorial	193
Avaliação das competências próprias das juntas de freguesia e conhecimento da Reforma Administrativa.....	195
3.5.3. Contacto com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal de Lisboa	203
Contacto com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal por Unidades de Intervenção Territorial	206
3.5.4. Satisfação com a atuação das instituições autárquicas	207
Satisfação com a atuação das instituições autárquicas: análise detalhada	209
Atuação das instituições autárquicas por Unidades de Intervenção Territorial	213
3.5.5. Alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade tendo como referência a Reforma Administrativa	214
Alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade tendo como referência a Reforma Administrativa por Unidades de Intervenção Territorial	215
3.5.6. Reforma Administrativa: uma abordagem integrada	216
3.6. Reflexões finais: inquirição aos municípios	222
4. Síntese final e pistas para futuros trabalhos	228
5. Referências bibliográficas	232

Índice de Tabelas

Tabela 1.	Componentes da qualidade de vida.....	14
Tabela 2.	Lista das entidades participantes nos <i>focus groups</i>	22
Tabela 3.	Referências à Reforma Administrativa de Lisboa no conjunto dos <i>focus groups</i> ...	26
Tabela 4.	Áreas temáticas referidas nos <i>focus groups</i>	41
Tabela 5.	Dimensões e níveis de análise.....	83
Tabela 6.	Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (N).....	85
Tabela 7.	Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (% por género).....	85
Tabela 8.	Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (% por grupos etários).....	85
Tabela 9.	Distribuição da população residente de 15 ou mais anos e do número de entrevistas a realizar por UIT.....	86
Tabela 10.	População residente total nas freguesias da UIT Oriental (CML e INE)	87
Tabela 11.	Dados INE ajustados nas freguesias da UIT Oriental.....	87
Tabela 12.	Dados INE ajustados nas freguesias da UIT Oriental para a população de 15 ou mais anos.....	88
Tabela 13.	Número de entrevistas a realizar e de pontos amostrais necessários para o trabalho de campo, por freguesia e UIT	88
Tabela 14.	Distribuição dos inquiridos por freguesia	89
Tabela 15.	Distribuição dos inquiridos por UIT.....	90
Tabela 16.	Distribuição (%) da população residente com 15 e mais anos e da amostra pela condição perante o trabalho	91
Tabela 17.	Distribuição (%) da população residente com 15 e mais anos e da amostra pelo nível de escolaridade	91
Tabela 18.	Alfa de Cronbach de blocos de questões que integram o inquérito.....	92
Tabela 19.	Nível de escolaridade do total dos inquiridos	94
Tabela 20.	Situação perante o trabalho no total dos inquiridos	94
Tabela 21.	Autonomia financeira.....	95
Tabela 22.	Grupos profissionais da profissão que tem/teve no total dos inquiridos.....	95
Tabela 23.	Setor de atividade a que pertence/pertencia a profissão que tem/teve no total dos inquiridos	96
Tabela 24.	Situação na profissão que tem/teve no total dos inquiridos.....	97
Tabela 25.	Vínculo contratual que tem/teve no total dos inquiridos.....	97
Tabela 26.	Elementos do agregado familiar (respostas afirmativas em agregados de mais de 1 elemento)	98
Tabela 27.	Tipologia de agregados familiares.....	99
Tabela 28.	Indicador socioprofissional de classe do agregado.....	100
Tabela 29.	Número de anos na atual residência (só os inquiridos que mudaram de residência)	106
Tabela 30.	As três principais razões para escolher a área de residência, por ordem de importância (todos os inquiridos)	107
Tabela 31.	As três principais razões para escolher a área de residência, por ordem de importância (apenas para os inquiridos que antes não residiam em Lisboa).....	108
Tabela 32.	Avaliação das características dos transportes públicos	113
Tabela 33.	Atividades que costuma realizar no bairro	117
Tabela 34.	Atividades que costuma realizar noutras áreas de Lisboa	118
Tabela 35.	Atividades que costuma realizar noutros concelhos à volta de Lisboa.....	119
Tabela 36.	Índice de frequência de atividades realizadas no bairro onde vive	120
Tabela 37.	Índice de frequência de atividades realizadas noutras áreas de Lisboa	120

Tabela 38.	Índice de frequência de atividades realizadas noutros concelhos.....	120
Tabela 39.	Grau de interesse por assuntos políticos	122
Tabela 40.	Votou nas últimas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas	123
Tabela 41.	Frequência de participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Junta de Freguesia	124
Tabela 42.	Frequência de participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Câmara Municipal	124
Tabela 43.	Formas de participação política e social	125
Tabela 44.	Pertença a associações e organizações.....	126
Tabela 45.	Indicadores de satisfação com a habitação	128
Tabela 46.	Satisfação com a vida pessoal	131
Tabela 47.	Índice de satisfação com a vida pessoal por variáveis socioeconómicas.....	132
Tabela 48.	Indicadores de satisfação com o bairro	134
Tabela 49.	Indicadores de satisfação com a cidade.....	136
Tabela 50.	Vítima de furto/crime no último ano em Lisboa.....	137
Tabela 51.	Vítima de algum furto/crime no último ano em Lisboa e satisfação com a segurança nas ruas no bairro e na cidade	138
Tabela 52.	Índice de satisfação com o bairro por variáveis socioeconómicas	140
Tabela 53.	Índice de satisfação com a cidade por variáveis socioeconómicas.....	140
Tabela 54.	Avaliação da qualidade de vida no bairro por variáveis socioeconómicas	162
Tabela 55.	Avaliação da qualidade de vida na cidade por variáveis socioeconómicas	163
Tabela 56.	Propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade e no bairro	165
Tabela 57.	Mudança mais positiva na freguesia nos últimos três anos	166
Tabela 58.	Mudança mais positiva na cidade nos últimos três anos.....	167
Tabela 59.	Mudança mais negativa na freguesia nos últimos três anos	169
Tabela 60.	Mudança mais negativa na cidade nos últimos três anos.....	170
Tabela 61.	Número de iterações.....	172
Tabela 62.	Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão	174
Tabela 63.	Medidas de discriminação por variável nas dimensões 1 e 2	174
Tabela 64.	Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão	179
Tabela 65.	Conhecimento da Reforma Administrativa.....	183
Tabela 66.	Forma de conhecimento da Reforma Administrativa	183
Tabela 67.	Conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse por assuntos políticos.....	185
Tabela 68.	Forma de conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse por assuntos políticos.....	186
Tabela 69.	Opinião sobre o desempenho das juntas de freguesia na realização das competências transferidas com a Reforma Administrativa	188
Tabela 70.	Cruzamento Criação e manutenção de espaços verdes e Oferta e qualidade de espaços verdes [Bairro]	189
Tabela 71.	Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação * Manutenção e limpeza dos passeios [Bairro]	190
Tabela 72.	Cruzamento Intervenção em Escolas Básicas com Satisfação com a Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças [Bairro]	191
Tabela 73.	Cruzamento Intervenção em centros de apoio à terceira idade e Oferta e qualidade de equipamentos para idosos [Bairro]	192
Tabela 74.	Cruzamento Promoção de eventos desportivos, culturais e educativos e Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer [Bairro]	193
Tabela 75.	Avaliação da competência “criação e manutenção de espaços verdes” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento).....	196
Tabela 76.	Avaliação da competência “criação e manutenção de parques infantis” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento).....	196

Tabela 77.	Avaliação da competência “manutenção e dinamização dos mercados municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	197
Tabela 78.	Avaliação da competência “manutenção e dinamização das bibliotecas municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	197
Tabela 79.	Avaliação da competência “manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	198
Tabela 80.	Avaliação da competência “intervenção em escolas básicas” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	198
Tabela 81.	Avaliação da competência “intervenção em centros de apoio à terceira idade” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	199
Tabela 82.	Avaliação da competência “manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	199
Tabela 83.	Avaliação da competência “instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	200
Tabela 84.	Avaliação da competência “reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	200
Tabela 85.	Avaliação da competência “promoção de eventos desportivos, culturais e educativos” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	201
Tabela 86.	Avaliação da competência “promoção de ações de apoio social” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	201
Tabela 87.	Avaliação da competência “apoio a pequenas reparações em habitações” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)	202
Tabela 88.	Dificuldades encontradas no contacto com a JF e com a CML	205
Tabela 89.	Grau de satisfação global com a atuação das juntas de freguesia e da Câmara Municipal	207
Tabela 90.	Áreas em que as juntas de freguesia deveriam ter mais poder de atuação	208
Tabela 91.	Áreas em que a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter mais poder de atuação	209
Tabela 92.	Satisfação com a atuação da Junta de Freguesia por variáveis socioeconómicas e outras	211
Tabela 93.	Satisfação com a atuação da Câmara Municipal: perfis de síntese	213
Tabela 94.	Opinião sobre a alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade	214
Tabela 95.	Número de iterações	217
Tabela 96.	Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão	218
Tabela 97.	Medidas de discriminação pelas dimensões 1 e 2	219

Índices de Figuras

Figura 1.	Breve panorâmica das conceções teóricas subjacentes à produção de indicadores de qualidade de vida	15
Figura 2.	Número de elementos do agregado familiar	98
Figura 3.	Tipo de habitação	101
Figura 4.	Ano de construção do edifício	101
Figura 5.	Estado de conservação do edifício	102
Figura 6.	Tipologia da habitação	103
Figura 7.	Regime de ocupação da habitação	103
Figura 8.	Experiência de mobilidade residencial	106
Figura 9.	Localização da residência anterior	107
Figura 10.	Principal local de trabalho ou de estudo	110
Figura 11.	Modo de deslocação para o local de trabalho ou estudo	111

Figura 12.	Modo de deslocação nas outras atividades do dia a dia.....	111
Figura 13.	Razões para não utilizar mais os transportes públicos	112
Figura 14.	Índice de avaliação dos transportes públicos	114
Figura 15.	Classificação da posição política	123
Figura 16.	Índice satisfação com a habitação	129
Figura 17.	Índice de satisfação com a vida pessoal.....	132
Figura 18.	Índice de satisfação com o bairro	138
Figura 19.	Índice de satisfação com a cidade.....	139
Figura 20.	Índice de satisfação com o bairro	141
Figura 21.	Índice de satisfação com a cidade.....	141
Figura 22.	Indicadores de satisfação com o bairro	142
Figura 23.	Indicadores de satisfação com a cidade.....	144
Figura 24.	Oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas na cidade.....	150
Figura 25.	Oferta e qualidade comércio e serviços na cidade	151
Figura 26.	Oferta e qualidade dos espaços verdes na cidade	152
Figura 27.	Oferta e qualidade de espaços públicos	153
Figura 28.	Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer na cidade	154
Figura 29.	Trânsito na cidade	156
Figura 30.	Preço e disponibilidade da habitação	157
Figura 31.	Estacionamento.....	158
Figura 32.	Oportunidades de emprego na cidade	159
Figura 33.	Obras no espaço público da cidade.....	160
Figura 34.	Avaliação da qualidade de vida no bairro	161
Figura 35.	Avaliação da qualidade de vida na cidade de Lisboa	161
Figura 36.	Inércia por dimensão.....	173
Figura 37.	Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação). 175	
Figura 38.	Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)	176
Figura 39.	Representação das UIT no plano fatorial (dimensões 1 e 2).....	177
Figura 40.	Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação). 180	
Figura 41.	Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)	181
Figura 42.	Competências das juntas de freguesia que melhoraram e pioraram.....	194
Figura 43.	Contactos com a Junta de Freguesia.....	203
Figura 44.	Contactos com a Câmara Municipal.....	203
Figura 45.	Assunto que motivou o contacto com a Junta de Freguesia	204
Figura 46.	Assunto que motivou o contacto com a Câmara Municipal de Lisboa	205
Figura 47.	Opinião sobre a alteração da qualidade de vida no bairro	215
Figura 48.	Opinião sobre a alteração da qualidade de vida na cidade	216
Figura 49.	Inércia por dimensão.....	217
Figura 50.	Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação). 220	
Figura 51.	Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)	221

1. Introdução

O presente trabalho de pesquisa, intitulado “Inquirição aos Municípios e Principais Agentes da Cidade de Lisboa: Qualidade de Vida e Governação Urbana”, tem como principal objetivo analisar os impactos percebidos pelos municípios e pelos principais agentes da cidade em resultado das mudanças introduzidas nos modelos de governação urbana e os seus efeitos na qualidade de vida em Lisboa.

A pesquisa ancora-se empiricamente no quadro mais amplo das mudanças que a cidade de Lisboa vive atualmente: mudanças nas suas estruturas sociodemográficas, económicas e culturais, bem como nas perceções de urbanidade, de utilização e de usufrutos urbanos que lhe são associadas.

Pela força dos processos de globalização e metropolização, a Lisboa do século XXI encontra-se irrevogavelmente ligada a territórios que lhe são exteriores, mas cujas dinâmicas demográficas, económicas, sociais e culturais se influenciam mutuamente. As dinâmicas metropolitanas são uma dimensão crucial para a compreensão das mudanças referidas, especialmente no que respeita às estruturas sociodemográficas e fenómenos de atração/afastamento de populações com características diferenciadas, assim como no que diz respeito às questões ligadas à mobilidade urbana e interurbana. Outros processos de cariz global, como o turismo, por exemplo, e a forma como se instanciam no território da cidade são também relevantes.

Já mais em concreto no âmbito da vida do município, têm-se operado transformações de carácter estruturante nas instituições e nas perspetivas e formas de acionamento de políticas urbanas na cidade de Lisboa, designadamente por via da Reforma Administrativa e da reorganização da CML. Estas mudanças, no seu conjunto, configuram um quadro em permanente construção, necessitando de uma contínua atualização dos princípios de ação para a cidade e para a política urbana.

A elevada complexidade dos movimentos da Reforma Administrativa da cidade e da reorganização das estruturas de administração autárquica tem sido acompanhada por uma linha de trabalho da própria CML, de acompanhamento e monitorização. O Gabinete de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa tem desenvolvido uma série de metodologias de observação e de análise que, no seu conjunto, têm procurado construir uma compreensão integrada das novas realidades e exigências de governação e de serviço público de proximidade na cidade. É no âmbito da ampliação dos instrumentos de monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa e, em sentido mais amplo, da análise da evolução dos modelos de governação urbana que se enquadra esta pesquisa.

No sentido de dar conta da multidimensionalidade das transformações, o desenho de pesquisa define duas componentes de análise: a componente quantitativa, correspondente a um inquérito por questionário aos residentes da cidade de Lisboa; e a componente qualitativa que inclui oito *focus groups* – temáticos e territoriais e entrevistas adicionais - com *stakeholders* da cidade.

Pretende-se definir, analisar e interpretar os elementos que contribuem, atualmente, para a percepção da qualidade de vida na cidade de Lisboa; compreender como se estruturam as percepções relativamente à qualidade da governação da cidade, nos seus diferentes níveis e territórios; e analisar práticas de participação e de cidadania urbana.

Deste modo, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Conhecer e interpretar as percepções e as opiniões dos munícipes sobre a qualidade de vida e sobre a administração da cidade, nas suas diferentes realidades e funcionalidades urbanas e nas competências de ação pública e administrativa;
- 2) Conhecer as práticas dos munícipes face às mudanças de modelos de governação urbana e às mudanças sentidas em relação à qualidade de vida em Lisboa;
- 3) Identificar expectativas e propostas de ação que fomentem as práticas de participação e de cidadania urbana;
- 4) Contribuir para a construção de ferramentas que contribuam para identificar e incrementar, de forma eficaz, estratégias tendo em vista a qualidade de vida das populações, assim como a qualidade da administração e de governação da cidade.

1.1. Breve abordagem conceptual

Os temas desta pesquisa aplicada - qualidade de vida e de governação em Lisboa, com ênfase nos impactos da Reforma Administrativa implementada a partir de 2012/2013 – não podem ser pensados em separado pois encontram-se profundamente interligados a diversos níveis.

A pesquisa que aqui se apresenta assume como quadro de referência a literatura científica internacional, numa perspetiva multidisciplinar, mas também trabalhos de investigação aplicada sobre o tema da qualidade de vida urbana que vêm sendo realizados em Portugal. Destacam-se o estudo “Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa. Estudo sobre as bases para um novo modelo de governação da cidade de Lisboa”, coordenado por Manuel Villaverde Cabral em 2008/09 (Cabral e Schmidt, 2009) e o trabalho longitudinal realizado no âmbito do SMQVU - Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto (http://www.cm-porto.pt/paginas_extra/smqvu-). Também a proposta “Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)” (2004), coordenada por João Ferrão, se revelou importante para a nossa reflexão.

Concebemos a qualidade de vida na sua relação com os níveis de desenvolvimento humano das cidades (e não exclusivamente na relação com o desenvolvimento económico) e no modo como as políticas dos governos locais constituem instrumentos para os atingir. Mas não ignorámos, num exercício crítico de reflexão, como a ideia de qualidade de vida – e respetivas medições - tem vindo a ser mobilizada por atores económicos e governos locais na promoção das cidades numa época de competitividade interurbana global, de que são resultado a proliferação os

rankings de cidades consoante a qualidade de vida como o da Mercer (<https://www.imercer.com/content/mobility/rankings/d147852/index.html>) ou o da Monocle (<https://monocle.com/film/affairs/quality-of-life-survey-2014/>).

Sabemos que as formas (tipos de dados recolhidos, de indicadores e perspetivas) e escalas geográficas adotadas para medir a qualidade de vida das populações nos seus locais de residência e/ou trabalho e o papel dos governos da cidade podem variar consoante o objetivo e não são indiferentes aos resultados obtidos (Rogersson, 1999).

Em 1989, o geógrafo David Harvey, baseando-se no caso de Baltimore, assinalou uma mudança crucial no que respeita ao governo das cidades: uma abordagem centrada na gestão administrativa quotidiana, típica dos anos 1960, deu lugar a formas de ação “empreendedoras” a partir dos anos 1970. Segundo Harvey, existe um consenso geral no mundo capitalista avançado, que ultrapassa fronteiras nacionais e ideológicas, de que uma postura empreendedora face ao desenvolvimento económico trará benefícios às cidades. Os inquéritos aos Presidentes de Câmara Europeus, realizados em 2005 e 2015 (Bäck, Heinelt, & Magnier, 2006; Heinelt, Magnier e Reynaert 2017)¹, mostram que, entre as prioridades dos autarcas, a mobilização de recursos externos para enfrentar a competitividade urbana local e assegurar o desenvolvimento económico local se mantém numa posição privilegiada.

Neste âmbito, a qualidade de vida surge como um dos atributos a assegurar no sentido de atrair e reter capital através de meios de produção económica, por um lado, e poder de consumo, por outro (Rogersson, 1999). Ou seja, investidores e empresas, mas também residentes e utilizadores com poder de compra. Para Morais, Miguéis e Camanho, a competitividade das cidades baseia-se cada vez mais na sua capacidade de atrair trabalhadores altamente qualificados, pois a sua presença é um atributo importante para as escolhas de localização de grandes empresas. Neste estudo sobre qualidade de vida nas cidades europeias, que toma como base o *ranking* elaborado pela Mercer, os autores afirmam que esses trabalhadores, por sua vez, valorizam a qualidade de vida acima de outras características urbanas. E, como tal, os decisores locais e planeadores urbanos necessitam avaliar a qualidade de vida e desenvolver ferramentas para guiar melhoramentos nesta área (Morais, Miguéis e Camanho, 2013).

A produção de instrumentos de medida no âmbito deste tipo de lógica determina a utilização de indicadores e escalas que apenas dão conta de determinadas características do local (as mais valorizadas pelas empresas e populações que se procura atrair) mas não das necessidades e perceções das diversas populações locais, resultando numa visão da qualidade de vida reducionista e indutora do aprofundamento de desigualdades sociais². Rogersson propõe que na avaliação da qualidade de vida urbana se tenha em conta a dimensão da experiência e as

¹ Dois membros da equipa de investigação CICS.NOVA são também membros da equipa “European Mayors”, tendo participado no inquérito de 2015.

² A crítica aos conteúdos e consequências deste tipo de abordagem à qualidade de vida urbana encontra eco nas críticas de sociólogos e geógrafos urbanos (cf. Peck 2005, Slater 2006) a propósito do trabalho de Richard Florida em torno da conceptualização das cidades criativas (Florida 2002).

questões que os próprios residentes consideram como mais importantes, apontando para um estudo realizado em 1995 no Reino Unido que identificava essas questões: as relações com os outros, a própria saúde, a saúde dos próximos, finanças pessoais e habitação, possibilidades de trabalho, vida social e lazer, condições de trabalho, para citar apenas algumas (Bowling, 1995, p. 1451, cit in Rogersson, 1999).

Cabral e Schmidt incluíram no seu inquérito aos residentes na cidade de Lisboa uma questão semelhante. Pediram aos inquiridos para atribuírem um grau de importância a determinados aspetos da qualidade de vida na cidade (os mesmos em relação aos quais solicitaram avaliação da satisfação). Os cinco itens (de entre 17 propostos) aos quais foi atribuída uma maior importância foram os “serviços de saúde”, seguidos de “segurança e policiamento”, “limpeza urbana”, “oportunidades de emprego/atividades profissionais” e “transportes públicos”. O item “preço e disponibilidade da habitação” surge apenas em nono lugar (Cabral e Schmidt, 2009, p. 99).

Em “Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida. Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente)” (2004), Ferrão e Guerra propõem um conceito integrado de Qualidade de Vida (2004, p. 26) “dinâmico e multidimensional, que nas várias versões possíveis procura integrar não só as condições e as formas de adequação às circunstâncias materiais (dimensões objetivas) como as perceções individuais e coletivas dessas mesmas circunstâncias (dimensões subjetivas), dando ênfase à qualidade em detrimento da quantidade e incluindo componentes da qualidade de vida simultaneamente tangíveis e intangíveis, objetivas e subjetivas, individuais e coletivas”. A partir desta conceptualização parece-nos possível construir-se análises da qualidade de vida que possam ser utilizadas para responder ao primeiro desafio aqui elencado, de aumentar os níveis de desenvolvimento humano/urbano.

No artigo aqui citado, Ferrão e Guerra analisaram indicadores objetivos de qualidade de vida para todos os concelhos portugueses (Continente), organizados em três objetivos estratégicos³. Concluem que, em Lisboa, esta é “maioritariamente favorável”.

Apesar de não o fazerem neste estudo específico, a recomendação dos autores é integrar na análise dimensões qualitativas/subjetivas e dimensões quantitativas/objetivas que se conjugam, umas e outras, quer ao nível individual, quer ao nível coletivo. Baseiam-se na proposta de Hancock (2000, p. 3), resumida na Tabela 1.

³ Objetivo 1: preservar o capital natural e paisagístico; objetivo 2: preservar o capital humano e social; objetivo 3: capacitar o capital humano e social (Ferrão e Guerra, 2004, p. 35)

Tabela 1. Componentes da qualidade de vida

	Individual	Comunidade
Subjetiva / qualitativa (sentimentos)	Como as pessoas se sentem consigo próprias e as suas circunstâncias	Como as pessoas se sentem em relação à sua comunidade e a sua capacidade para participarem e influenciarem as decisões que afetam a sua qualidade de vida
Objetiva / quantitativa (condições)	Estatuto funcional, literacia/estatuto educacional	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde da população, <i>performance</i> governativa

Fonte: Hancock 2000, p. 3 (tradução própria)

Hancock apresenta quatro componentes, organizadas numa matriz de duas entradas, em que a subjetiva-individual reporta às perceções sobre si próprias e suas circunstâncias, a subjetiva – comunitária faz referência às perceções sobre a qualidade de vida na comunidade em que os indivíduos se integram, a objetiva-individual diz respeito a características socioeconómicas e condições de vida de cada indivíduo e a objetiva-comunitária às condições gerais que enquadram a vida da população que pertence à comunidade. Podemos ver nesta proposta que a *performance* governativa, assim como as perceções dos cidadãos sobre a mesma, são parte integrante da qualidade de vida.

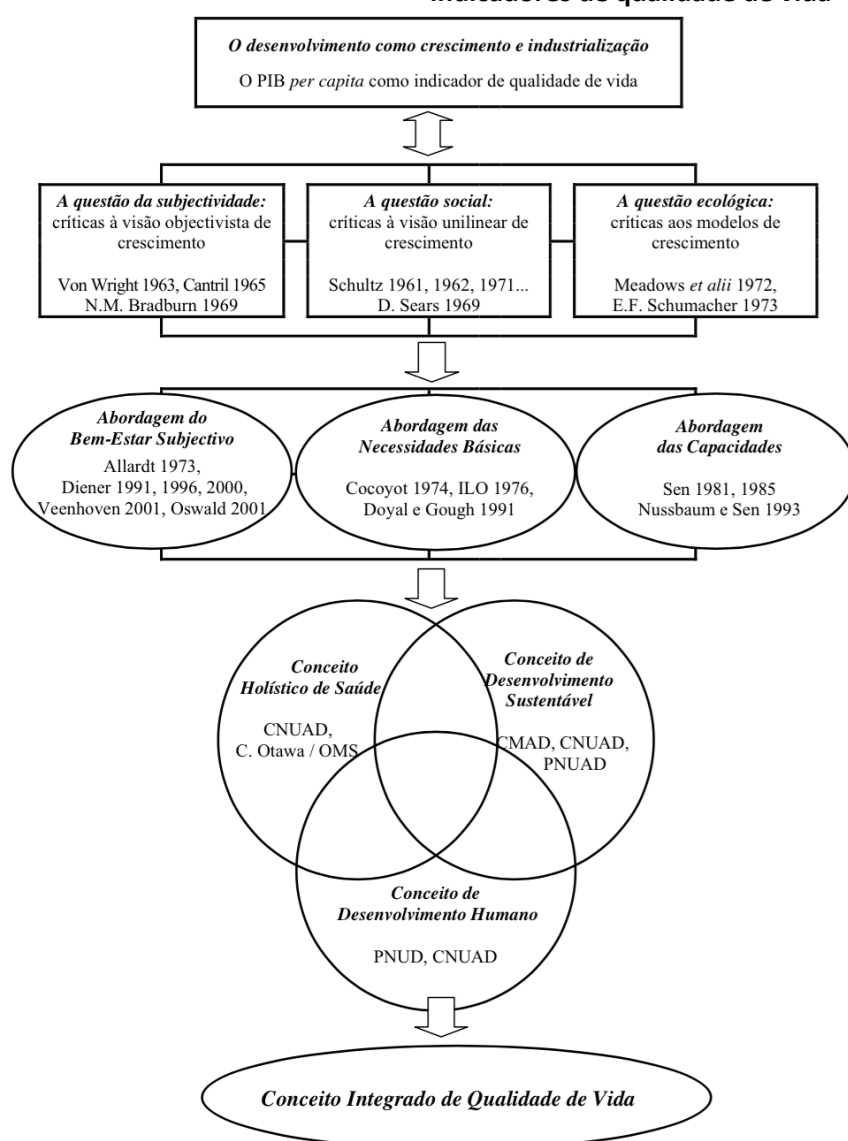
A abordagem à qualidade de vida urbana que aqui adotamos aproxima-se da proposta por Ferrão e Guerra (2004), que integra por sua vez um vasto património de pesquisa e reflexão em torno dos conceitos de Desenvolvimento Humano e Desenvolvimento Sustentável, um quadro de análise que nos devolve “uma imagem suficientemente global e integradora dos constrangimentos e das potencialidades que enformam a qualidade de vida das nossas comunidades” (p.27).

O esquema abaixo (Figura 1) resume a genealogia desse conceito de qualidade de vida, que parte de análises muito redutoras baseadas apenas no conceito de desenvolvimento económico e tendo o PIB *per capita* como indicador de qualidade de vida, até aos 60 do século XX. A partir de então, vêm sendo introduzidas questões sociais e ambientais/ecológicas e tem também sido atribuída grande importância às questões da saúde das populações. Logo a partir dos anos 1970, foi introduzida a perspetiva subjetiva dos indivíduos, que tem vindo a ser cada vez mais explorada: “A introdução de questões de âmbito subjetivo em numerosos inquéritos lançados um pouco por todo o mundo, levados a cabo pelas várias ciências sociais que de alguma forma se interessam pela qualidade de vida e pelo bem-estar social dos cidadãos parece ter-se instalado definitivamente.” (Ferrão e Guerra, p. 9). É partindo dos conceitos “holístico de saúde”, “de desenvolvimento sustentável” e “de desenvolvimento humano”, desenvolvidos no âmbito de agências internacionais criadas com o objetivo de melhorar as condições de vida das populações, que se chega ao conceito integrado de qualidade de vida.

Apesar de considerarmos que as componentes objetivas são essenciais para uma avaliação adequada da qualidade de vida urbana, na presente pesquisa debruçamo-nos quase

exclusivamente sobre as componentes subjetivas. Procuramos entender não apenas as percepções dos residentes individualmente, mas também trazer para a reflexão as percepções de alguns representantes de agentes coletivos da cidade sobre a qualidade de vida e da governação em Lisboa. Torna-se então, para a nossa equipa, particularmente interessante mobilizar a componente “comunidade” acima referida e questionar as percepções relativamente a duas escalas geográficas: a da cidade e uma outra de maior proximidade (bairro/freguesia). De referir que consideramos os resultados aqui apresentados como uma análise apenas parcial e que sugerimos, no final do relatório, propostas de continuidade da investigação que permitiriam complementar estes dados e enquadrá-los numa monitorização mais abrangente e continuada, nomeadamente com dados objetivos e com o contributo de peritos.

Figura 1. Breve panorâmica das conceções teóricas subjacentes à produção de indicadores de qualidade de vida



Fonte: Ferrão e Guerra, 2004, p. 7

1.2. Objetivos e enquadramento da Reforma Administrativa de Lisboa (2013)

Reforma Administrativa de Lisboa é a denominação amplamente utilizada, atualmente, para referir o processo de reorganização do mapa administrativo do município de Lisboa e de capacitação das diversas juntas de freguesia.

O projeto de uma alteração à realidade administrativa da cidade de Lisboa surgiu no seguimento de um estudo científico elaborado em 2009 por uma equipa do ISEG e ICS, coordenado pelos professores Augusto Mateus, João Seixas e Luísa Schmidt, que colocou em questão o modelo vigente de governação do município de Lisboa e das suas freguesias face a uma análise da qualidade de vida na cidade e as suas potencialidades.

Em novembro de 2010, numa sessão organizada e promovida pela Assembleia Municipal, foram apresentados e debatidos os resultados do referido estudo, gerando uma ampla concordância em redor da necessidade de reorganizar o mapa de freguesias de Lisboa e atribuir-lhes um grande conjunto de novas competências próprias. Uma proposta de Reforma Administrativa foi aprovada em reunião de Câmara Municipal e seguiu-se-lhe um período de discussão e consulta públicas, no âmbito do qual os cidadãos foram convidados a pronunciar-se sobre as três mudanças fundamentais a que a Reforma se propunha: as novas competências das juntas de freguesia, o novo mapa administrativo da cidade e os nomes das futuras freguesias.

A 8 de novembro de 2012, a Assembleia da República aprovou a Lei n.º 56/2012, referente à Reorganização Administrativa de Lisboa, que consagrou o novo mapa administrativo de Lisboa, o novo quadro de competências próprias das novas juntas de freguesia e os meios financeiros de que estas dispõem no âmbito das suas novas responsabilidades.

Com a Reforma Administrativa de Lisboa, o Município propôs-se concretizar princípios fundamentais de eficiência administrativa como o princípio de descentralização ou o princípio da subsidiariedade. O processo visou um reforço da racionalidade e da eficácia da governação autárquica através de uma distribuição de competências entre os diferentes níveis de atuação (órgãos municipais e órgãos das freguesias). A consagração de novas competências próprias às juntas de freguesia de Lisboa requereu a aprovação de um novo mapa administrativo no sentido de minimizar o anterior desequilíbrio relativo na dimensão territorial e populacional do universo de juntas de freguesia. Atribuir a todas as freguesias um conjunto equivalente de competências próprias pressupunha um espaço de atuação que não era compatível com o anterior mapa administrativo de Lisboa, composto por freguesias de muito grande dimensão, mais periféricas, e de freguesias de muito reduzida dimensão, sobretudo no centro histórico.

Neste sentido, a cidade de Lisboa transitou de um cenário de 53 freguesias, agrupadas em quatro Bairros Administrativos, para uma realidade de 24 freguesias, organizadas por cinco Unidades de Intervenção Territorial (Norte, Centro, Centro Histórico, Oriental e Ocidental), entretanto constituídas no seio da Câmara Municipal, que igualmente se reorganizou.

O Município pretendeu, com a Reforma Administrativa de Lisboa, transferir, de forma definitiva, competências próprias para as novas juntas de freguesia de Lisboa, acrescentadas às competências próprias comuns às restantes juntas de freguesia do país. Para o exercício das novas competências, até então da responsabilidade da Câmara Municipal ou objeto de contratos de delegação de competências sujeitos à negociação entre o município e cada junta de freguesia, a Reforma Administrativa promoveu igualmente uma transferência de meios humanos, técnicos e financeiros entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia.

As novas competências próprias, transferidas para as novas juntas de freguesia de Lisboa, organizam-se em quatro áreas temáticas: (1) manutenção e limpeza de espaços públicos; (2) licenciamento de proximidade; (3) gestão e manutenção de equipamentos; e (4) habitação e intervenção comunitária. As competências transferidas constam da lista seguinte:

1. Manutenção e limpeza de espaços públicos:
 - Conservação e reparação de chafarizes e fontanários;
 - Gestão e manutenção de espaços verdes;
 - Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano;
 - Manutenção e conservação de pavimentos pedonais;
 - Aquisição, colocação e manutenção de placas toponímicas;
 - Conservação e reparação de sinalização horizontal e vertical;
 - Limpeza de vias, espaços públicos, sarjetas e sumidouros.
2. Licenciamento de proximidade:
 - Licenciamento de atividade ruidosa;
 - Registo e licenciamento de canídeos e gatídeos;
 - Licenciamento para realização de espetáculos desportivos e de divertimentos públicos;
 - Licenciamento para realização de leilões (através do Licenciamento Zero);
 - Licenciamento e exploração de máquinas de diversão;
 - Licenciamento de ocupação temporária de espaço público;
 - Licenciamento para afixação de publicidade (mensagens relacionadas com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou em espaço contíguo à fachada do mesmo);
 - Licenciamento de funcionamento de recintos improvisados;
 - Licenciamento temporário para venda em festas de Santos Populares;
 - Licenciamento de venda ambulante de lotarias;
 - Licenciamento de venda de bilhetes em agências ou postos de venda (através do Licenciamento Zero).
3. Gestão e manutenção de equipamentos:
 - Criação, construção, gestão, conservação e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos;
 - Gestão, conservação e reparação de equipamentos culturais, desportivos, estabelecimentos de educação do 1.º ciclo e pré-escolar, creches, jardins-de-infância e centros de apoio à terceira idade;
 - Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
 - Criação, construção, gestão e manutenção de parques infantis públicos.
4. Habitação e intervenção comunitária:

- Promove e executa projetos de intervenção comunitária, nomeadamente nas áreas da ação social, da cultura, da educação e do desporto, em especial em bairros de intervenção prioritária;
- Participa em cooperação com instituições de solidariedade social, em programas e projetos de ação social no âmbito da freguesia.

No contexto das Eleições Autárquicas de 2013, os cidadãos elegeram, pela primeira vez, os órgãos das novas freguesias de Lisboa. A 10 de março de 2014, a Câmara Municipal de Lisboa e cada uma das juntas de freguesia da cidade assinaram os 24 autos de efetivação de transferência de competências.

Na sequência da implementação da reorganização administrativa, a Câmara Municipal constituiu o Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa, que periodicamente, desde a assinatura dos autos de transferências acima mencionados, tem elaborado relatórios de monitorização do processo.

2. Inquirição aos agentes da cidade

Este segundo capítulo do relatório dá conta do trabalho de pesquisa qualitativa com entidades coletivas de diferentes naturezas, que trabalham na cidade de Lisboa. Os principais objetivos da inquirição aos agentes da cidade de Lisboa são os seguintes:

- 1) Compreender as perceções e opiniões dos *stakeholders* da cidade perante as dinâmicas sociais e urbanas;
- 2) Identificar e analisar as novas realidades locais, as forças e as potencialidades, assim como as falhas e as debilidades;
- 3) Recolher opiniões sobre as novas orientações de ação, de relacionamento e de governação das estruturas autárquicas na cidade, nomeadamente em resultado da Reforma Administrativa;
- 4) Analisar propostas de inovação e sugestões feitas pelos intervenientes para promover novas formas de relacionamento e de ação urbana.

Numa primeira secção descrevem-se com detalhe os procedimentos metodológicos desta inquirição - realizaram-se três *focus groups* temáticos, cinco *focus groups* centrados em territórios específicos e duas entrevistas complementares aos quais se aplicou uma análise de conteúdo temática com recurso ao *software NVivo* – e apresentam-se não apenas os inquiridos como também a metodologia que presidiu à sua seleção. As duas secções seguintes são dedicadas aos resultados da análise de conteúdo, sendo uma focada exclusivamente na questão da Reforma Administrativa da cidade e seus impactos e a outra nas restantes temáticas sugeridas pela equipa de investigação e pelos participantes. Por fim apresentam-se reflexões parcelares, que têm como objetivo resumir os principais pontos da análise desta parte do trabalho.

2.1. Metodologia de inquirição aos agentes da cidade

Os grupos focais ou *focus groups* são um instrumento de recolha de dados qualitativos distintivos, não tanto pela forma como são analisados, mas pela forma como permitem recolher a informação. Trata-se de reuniões em torno de uma ou mais questões, em que o investigador, ao invés de fazer perguntas a cada interveniente, lança temas ou questões que gerem a discussão⁴. Os participantes nos *focus groups* abrangeram várias áreas e atividades da cidade e foram, tendencialmente, representativos da diversidade de interesses presentes no território. Deste modo, consideraram-se os agentes com o seguinte perfil: agentes-chave nas áreas sociais, económicas, educativas, culturais e outros agentes de cariz institucional e não institucional sem funções políticas – ex. associações, promotores de iniciativas locais ou municipais.

As principais atividades no âmbito da organização e realização dos *focus groups* consistiram na identificação e listagem dos *stakeholders*, na definição do guião de questões e na preparação e realização das reuniões.

Os oito *focus groups* realizados com agentes coletivos da cidade de Lisboa dividiram-se em temáticos e territoriais, com o objetivo de auscultar as entidades com enfoques diferenciados. A sua análise foi orientada no sentido de revelar pistas para compreender o impacto da Reforma Administrativa na qualidade de vida urbana.

Focus groups temáticos (3)

A definição dos temas orientadores realizou-se com base nas competências autárquicas que têm um lugar crucial na definição de políticas de qualidade de vida urbana e que foram transferidas da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia. Procedemos ao agrupamento de temas da seguinte forma:

- 1) Ambiente urbano, espaço público e licenciamentos
- 2) Equipamentos de proximidade
- 3) Habitação e ação comunitária

Além destes três *focus groups* temáticos, foram realizados cinco *focus groups* territoriais, que agrupam as freguesias de Lisboa de acordo com a sua integração nas cinco Unidades de Intervenção Territorial criadas pela autarquia, e que nos permitiu, para efeitos de análise, uma correspondência de escala entre a componente quantitativa e a componente qualitativa da pesquisa.

- 4) Norte (Santa Clara, Lumiar, Benfica, Carnide, São Domingos de Benfica)
- 5) Oriental (Beato, Marvila, Olivais, Parque das Nações)
- 6) Centro (Alvalade, Areeiro, Arroios, Avenidas Novas, Campolide, Santo António)

⁴ Wilkinson, S. (2011), “Analysing Focus Group Data”, in *Qualitative Research*, Sage.

7) Ocidental (Ajuda, Alcântara, Belém)

8) Centro Histórico (Santa Maria Maior, Campo de Ourique, Estrela, Misericórdia, São Vicente de Fora, Penha de França)

O conteúdo do guião orientador dos *focus groups* foi adaptado a cada uma das reuniões, de acordo com o respetivo tema. No entanto, a estrutura e as questões colocadas são comuns a todas as reuniões.

1) Apresentação

- Objetivos do projeto e do *focus group*
- Equipa de investigação
- Participantes: nome, função na entidade

2) Problemas relacionados com o [tema do *focus group*]

No âmbito do seu trabalho, quais são as principais questões que se colocam?

- Principais problemas e dinâmicas atuais
- Em que medida os problemas identificados põem em causa a qualidade de vida na cidade

3) Reforma Administrativa e mudanças

Em 2013 foi implementada a Reforma Administrativa da cidade de Lisboa. No âmbito do seu trabalho, que mudanças identifica associadas a esta reforma?

- Problemas solucionados com a Reforma
- O que a Reforma não resolveu
- Problemas novos criados pela Reforma

4) Propostas e sugestões para a resolução dos problemas identificados

Propostas para melhoria da qualidade de vida

- Medidas que permitiriam uma melhoria da atuação:
 - Da CML
 - Das juntas de freguesia
 - Das restantes entidades presentes

Propostas para a melhoria das relações entre diferentes entidades locais?

- População
- Organizações locais e não locais
- Câmara Municipal
- Juntas de freguesia

Os *focus groups* realizaram-se entre 29 de novembro de 2016 e 9 de janeiro de 2017 (ver tabela 2). A preparação das reuniões implicou o envio de um total de 114 convites e a confirmação, por telefone, da presença das entidades. Quando as entidades convidadas não confirmavam a presença, enviaram-se convites para outras entidades do mesmo tipo ou área de intervenção.

Tabela 2. Lista das entidades participantes nos *focus groups*

Focus groups	Entidades participantes
Ambiente Urbano, Espaço Público e Licenciamentos (29 de novembro de 2016)	Associação de Hotelaria, restauração e Similares de Portugal
	Associação de Turismo de Lisboa
	Fundação Liga
	Junta de Freguesia do Parque das Nações
	Quercus
	União de Associações de Comércio e Serviços
Habitação e Intervenção Comunitária (5 de dezembro de 2016)	Associação de Inquilinos Lisbonenses
	Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários
	Federação das Ass. de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa
	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
	Observatório de Luta Contra a Pobreza
	SOS Racismo
UIT Norte (6 de dezembro de 2016)	Agrupamento de Escolas das Laranjeiras
	Associação de Moradores da Quinta da Luz
	Associação dos Inválidos do Comércio
	Plataforma Por Monsanto
	UIT Norte
UIT Ocidental (13 de dezembro de 2016)	Academia Cidadã
	Centro Cultural e Recreativo das Crianças do Cruzeiro e Rio Seco
	Locals Approach
	UIT Ocidental
UIT Centro Histórico (14 de dezembro de 2016)	Aqui Mora Gente
	Associação Cais do Sodré
	Associação de Dinamização da Baixa Pombalina
	Associação de Moradores do Bairro Alto
	Associação do Alojamento Local (ALEP)
	CEM – Centro em Movimento
	Há Castelo
	UIT Centro Histórico
UIT Centro (4 de janeiro de 2017)	Agrupamento de Escolas Rainha Dona Leonor
	Associação de Moradores da Praça de Entrecampos
	Ass. para o Desenvolvimento e Apoio Social do Bairro do Rego
	Associação Viver Campolide

	Comissão de Moradores do Bairro Azul
	Associação de Comerciantes Bairro em Movimento
	Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha
	UIT Centro
Gestão de Equipamentos de Proximidade (5 de janeiro de 2017)	Agrupamento de Escolas Eça de Queirós
	Associação de Defesa do Consumidor (DECO)
	Centro Social Polivalente do Bairro das Furnas
	Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais – FERLAP
	Santa Casa da Misericórdia – UDIP Marvila
UIT Oriental (9 de janeiro de 2017)	Agrupamento de Escolas das Olaias
	Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações
	Associação de Moradores do Bairro do Vale Fundão – Marvila
	Associação Desportiva e Cultural da Encarnação e Olivais
	Centro Porta Amiga de Chelas
	EKA Unity
	UIT Oriental

Fonte: Inquirição aos Principais Agentes da Cidade

As reuniões foram gravadas, resultando em cerca de 20 horas de gravação, e transcritas na íntegra para posterior análise de conteúdo.

A análise preliminar dos *focus groups* revelou que algumas questões, associadas quer à qualidade de vida, quer ao governo da cidade e respetiva Reforma Administrativa, mereciam um desenvolvimento mais aprofundado. Em consequência, a coordenação da equipa decidiu integrar um novo instrumento de recolha de dados qualitativos: a entrevista semi-diretiva. A opção por realizar entrevistas em detrimento de organizar novos *focus groups* prende-se com duas ordens de razões: uma logística e outra heurística. No que respeita à primeira, tratou-se de garantir que os prazos de finalização do projeto seriam cumpridos, o que seria dificultado por um processo de marcação de reuniões coletivas com entidades que têm dificuldade em disponibilizar o seu tempo. Do ponto de vista heurístico, a entrevista é o instrumento mais adequado à recolha de informação específica numa fase avançada do trabalho de pesquisa. Acresce que a combinação de *focus groups* e entrevistas tem vindo a ser utilizada como forma de enriquecer e aprofundar dados qualitativos (Lambert & Loiselle, 2008).

Face à análise realizada, identificámos as seguintes entidades a contactar:

- 1) Comissão de utentes dos transportes públicos
- 2) Associação dos Comerciantes nos Mercados de Lisboa

Os *focus groups* e as entrevistas foram submetidos a análise de conteúdo, seguindo a proposta metodológica de I. Guerra (2006). A equipa utilizou o *software* de gestão de pesquisa e análise qualitativa *NVivo*, que permite um exame exaustivo do *corpus* e facilita a análise cruzada de categorias, subcategorias e intervenientes, permitindo o desenvolvimento de uma matriz complexa de relações. Permitiu ainda pesquisar termos específicos e caracterizar a sua utilização.

2.2. Reforma Administrativa da cidade de Lisboa: abordagem dos agentes da cidade

Após transcrito o conteúdo dos oito *focus groups*, a informação daí resultante foi categorizada por temas e problemáticas (Guerra, 2006), sendo que estas últimas se concretizam em “pontos positivos”, “pontos negativos” e “propostas de ação”. O conteúdo das entrevistas realizadas permitiu complementar informações em alguns pontos da análise. Sempre que os dados são provenientes de uma entrevista individual, esse facto encontra-se assinalado em nota.

Um objetivo que, desde o início, foi assumidamente central neste estudo foi a análise das percepções dos residentes e dos agentes da cidade de Lisboa a respeito da Reforma Administrativa do município. Sempre considerando a análise da qualidade de vida na cidade, pretendemos avaliar o impacto que as mudanças na gestão urbana, decorrentes da Reforma Administrativa, tiveram na percepção de como se vive em Lisboa.

Na realização dos *focus groups*, a Reforma Administrativa de Lisboa foi, por conseguinte, um assunto incontornável. Todos os agentes participantes nos oito *focus groups* foram inquiridos sobre que balanço faziam dos primeiros anos de implementação da Reforma, quais os problemas entretanto solucionados com a nova realidade administrativa da cidade, quais os problemas para os quais não foi ainda encontrada solução dentro do novo quadro administrativo e quais os novos problemas que a Reforma criou. Não surpreende, desta forma, que a Reforma tenha sido uma temática referida em todos os *focus groups*, por todos os agentes e com grande frequência.

A Tabela 3 sintetiza o número total de referências à Reforma Administrativa nas intervenções dos vários agentes que participaram nos *focus groups*, bem como a quantidade de referências que resultam do cruzamento do tema “Reforma Administrativa” com os restantes temas identificados. Figuram apenas os resultados do cruzamento entre as referências à Reforma Administrativa e as referências a outras cinco áreas temáticas. As restantes áreas temáticas foram excluídas por se revelarem em número residual para efeitos de análise (esses temas reuniam entre 0 e 4 referências comuns com a Reforma Administrativa). Por conseguinte, verificamos que as áreas dos equipamentos de proximidade, do espaço público, dos licenciamentos, da participação cívica e das relações interinstitucionais foram aquelas em que os agentes inquiridos mais sentiram o impacto da Reforma Administrativa.

Tabela 3. Referências à Reforma Administrativa de Lisboa no conjunto dos *focus groups*

Tema “Reforma Administrativa”	Número de referências
Reforma Administrativa (total)	188
Reforma Administrativa x Equipamentos de proximidade	15
Reforma Administrativa x Espaço público	32
Reforma Administrativa x Licenciamentos	17
Reforma Administrativa x Participação cívica	17
Reforma Administrativa x Relações interinstitucionais	56

Fonte: Inquirição aos Principais Agentes da Cidade

Seguidamente, analisaremos em maior detalhe o conteúdo das referências a estas cinco áreas temáticas cruzadas com a Reforma Administrativa, explorando quais são os pontos positivos apontados, os pontos negativos denunciados e em que consistem as propostas de ação.

2.2.1. Equipamentos de proximidade

Com a transferência de competências ocasionada pela Reforma Administrativa de Lisboa, as Juntas de Freguesia da cidade passaram a ser responsáveis pela manutenção das escolas básicas de 1.º ciclo, que eram, até então, mantidas pela Câmara Municipal. A transferência desta responsabilidade para a pequena escala significou benefícios como uma aproximação dos interlocutores a quem os agrupamentos comunicam necessidades de pequenas reparações ou com quem discutem diversas formas de colaboração.

“Fala-se com o Presidente da Junta, fala-se com as pessoas que estão na área da educação, é quase “tu cá, tu lá” para nos entendermos.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

Paralelamente à proximidade de quem tem a responsabilidade de resolver pequenos problemas da gestão quotidiana destes equipamentos, os agrupamentos que participaram na presente inquirição sentem uma maior celeridade nas comunicações.

“A verdade é que a resolução dos problemas, hoje, é bastante mais rápida, mais célere.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 6*)

Com a redução do número de freguesias na cidade e o aumento da sua escala, hoje os agrupamentos de escolas, em Lisboa, necessitam manter o diálogo com menos juntas de freguesia do que anteriormente, o que lhes permite desenvolver um relacionamento que mais eficientemente integre o projeto educativo dos agrupamentos e a visão estratégica que as juntas

de freguesia começam a demonstrar relativamente à sua intervenção na área da educação. Citando um participante:

“(...) embora o departamento de educação [da Câmara Municipal de Lisboa] funcionasse sempre muito bem e com grande conhecimento das escolas, a relação não era fácil, porque não era uma relação de proximidade.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 7*).

Por contraste, os agrupamentos de escolas contactados sentem agora um interesse maior por parte da autarquia (juntas de freguesia, neste caso) em intervir nesses equipamentos que tão importantes se revelam na vivência quotidiana da comunidade, afirmando mesmo que as escolas do 1.º ciclo são o “menino de ouro” das juntas de freguesia (Agrupamento de escolas, *Focus Group 7*).

Os agrupamentos de escolas que participaram nos *focus groups* concordam que o balanço da Reforma Administrativa, no que diz respeito à educação, é positivo:

“Do ponto de vista das escolas, a Reforma Administrativa foi positiva.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 6*)

A intervenção das juntas de freguesia na conservação das escolas é especialmente elogiada:

“(...) melhorou, por exemplo, a intervenção no que diz respeito à conservação dos edifícios.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

Não obstante, os participantes mencionaram um conjunto de pontos negativos que resultaram da Reforma. A generalidade desses pontos negativos parte da premissa de que competências que eram de uma entidade (a Câmara Municipal) para toda a cidade, agora são competências que cada Junta de Freguesia exerce de modo diverso, gerando desequilíbrios no serviço às populações.

“(...) o maior problema que eu tenho é a interpretação (...) de cada Junta.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

O representante de um agrupamento com escolas em quatro freguesias lamenta que cada Presidente de Junta de Freguesia, após a Reforma Administrativa, tenha um conceito diferente de qual é o âmbito de intervenção que compete à Junta de Freguesia na área da educação.

“(...) três financiam, nenhuma delas funciona da mesma maneira e articulam comigo de forma diferente (...)” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*).

Além disso, os autos de transferência de competências diferem em cada Junta de Freguesia e a estrutura destas não parece capaz de comunicar com rigor as suas competências aos agrupamentos de escolas, os quais são colocados perante sérios problemas. Se, antes da Reforma Administrativa, a Câmara Municipal desbloqueava as verbas para a manutenção das escolas que eram sua propriedade, agora alguns agrupamentos de escolas queixam-se de que as Juntas de Freguesia não transferem a mesma verba. Há, ainda, diferenças significativas entre Juntas de Freguesia que transferem a verba para a manutenção corrente das escolas, e Juntas

de Freguesia que optam por assegurar diretamente a prestação de certos serviços. Quando um agrupamento de escolas gere escolas que fazem parte do território de várias Juntas de Freguesia diferentes, esta situação gera diversos conflitos cuja resolução pode não ser pacífica.

“Têm Juntas diferentes, têm interpretações diferentes, umas mandam verbas e outras não mandam, e é uma complicação. E têm atuações na população de forma diversa.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

Sobre o mesmo tema, o diretor de outro agrupamento afirma:

“(...) um dos problemas graves foi que os subsídios que recebíamos da Câmara, deixámos de receber, porque as juntas confundem-se e não nos dão os subsídios que nos deviam dar.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 7*)

Há casos de juntas de freguesia que negociam com um agrupamento de escolas iniciativas como, por exemplo, a oferta de manuais escolares aos alunos do 1.º ciclo de uma escola básica que está no território da sua freguesia, mas isso leva a que os manuais escolares gratuitos cheguem a alunos que estudam nessa escola e que são provenientes de outra freguesia, e não cheguem a alunos da freguesia que estudam noutra escola. Desta forma, os agrupamentos de escolas que necessitam dialogar com mais do que uma junta de freguesia manifestam dificuldade em gerir os seus agrupamentos numa lógica de igualdade, dada a multiplicidade de interpretações e de intervenções por parte de cada uma.

As mudanças na forma de a entidade pública responsável gerir o equipamento originaram desequilíbrios, agravados pelas ineficiências de algumas estruturas de juntas de freguesia até este momento:

“(...) a Junta, mesmo com boa vontade, não consegue dar resposta porque não tem técnicos capazes, não tem forma de desbloquear as verbas necessárias para aquilo e há uma margem, também muito difusa, do que é que compete a quê.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

Os participantes referiram, neste âmbito, a necessidade de clarificação de algumas competências transferidas e, sobretudo, das competências partilhadas entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal: no caso dos equipamentos de proximidade, foi referido que importa clarificar ou precisar os critérios segundo os quais uma reparação é grande ou pequena, facilitando uma comunicação mais rápida dos técnicos do equipamento à entidade à qual cabe a reparação. Uma clarificação de critérios poderia evitar situações em que o problema se arrasta e, eventualmente, se agrava quando a primeira entidade a ser chamada remete a reparação para a outra entidade, consoante o entendimento sobre o carácter estrutural, ou não, da obra.

O diretor de um dos agrupamentos que esteve presente nos *focus groups* propôs que a Câmara Municipal considerasse a possibilidade de, no futuro, transferir para as Juntas de Freguesia a manutenção das escolas EB2.3, após os resultados positivos da transferência das escolas básicas do 1.º ciclo.

Nos *focus groups* participaram ainda representantes de equipamentos de proximidade que não se encontram sob a tutela da autarquia, mas de agentes da cidade – neste caso, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Os técnicos dos equipamentos destacam a atitude de cooperação que encontram na Junta de Freguesia com que trabalham, reunindo sistematicamente no sentido de discutir respostas concertadas aos problemas locais, gerando sinergias que permitam não sobrepor respostas e obter melhores resultados:

“(...) estamos a fazer um percurso (...) de consolidar as respostas a nível local com as juntas. Neste momento, eu acho que está a ser um caminho muito positivo”.
(Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*)

2.2.2. Espaço público

Com a transferência de várias competências no âmbito do espaço público para as juntas de freguesia, a maioria dos participantes sentiu um impacto positivo da Reforma Administrativa na manutenção do espaço público:

“(...) melhorou, apesar de tudo, a manutenção do espaço público.” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

No território de duas Unidades de Intervenção Territorial (Norte e Ocidental) referiu-se também que a higiene urbana terá melhorado. Como fundamento destas melhorias sentidas pelos agentes da cidade está o facto de, ao tornar-se mais fácil comunicar à entidade responsável uma situação que necessita uma reparação no espaço público, uma vez que esta entidade se encontra mais próxima e com uma escala de intervenção mais localizada, a celeridade de resposta é maior.

“Na prática, (...) a limpeza está melhor. Rapidamente se liga para a junta (...) e eles mandam rapidamente. As pessoas estão lá a limpar.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 4*)

No entanto, noutras áreas da cidade, os agentes são críticos relativamente à evolução do serviço de higiene urbana: no território da UIT Oriental a perceção por parte dos participantes é de que ela piorou:

“(...) a questão da higiene urbana: nós aqui sentimos, sim, bastantes alterações e alguns problemas, porque a higienização das ruas já não é feita com tanta regularidade como era feita antigamente (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 8*)

No centro histórico, há agentes que afirmam que o problema da higiene urbana manteve-se, e há quem afirme que o problema se agravou:

“O que a reforma não resolveu? Penso que a questão da higiene urbana ainda não está resolvida (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

“A nível da questão da higiene urbana, preocupa-nos: era um grande problema para a Câmara, continua a ser um grande problema (...)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

“O problema da limpeza também, quanto a mim, agravou-se com a nova reforma administrativa da cidade.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

“(...) é uma zona muito difícil, a higiene urbana piorou substancialmente... É uma realidade.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Os agentes são unânimes na perceção de que existe “claramente uma falta de meios” nas suas juntas de freguesia (Técnico do poder local, *Focus Group 5*), designadamente ao nível de um corpo técnico habilitado para exercer algumas das novas competências. Esta situação não assegurada pela Reforma Administrativa, no âmbito da qual se transferiram competências mas nem sempre os trabalhadores com as qualificações para exercê-las nas juntas de freguesia.

Refere-se também que o aumento da pressão sobre o espaço público, devido à atual atratividade turística da cidade de Lisboa, contribui para que persistam alguns dos problemas de higiene urbana, sobretudo no centro histórico.

“(...) temos de pôr em cima disto o peso do crescimento exponencial de pessoas e de turismo.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

A falta de técnicos preparados para as novas competências é especialmente sentida na área do licenciamento do espaço público. É referido em mais de uma ocasião que as formações que a Câmara Municipal deu às equipas das juntas de freguesia, previstas com a Reforma Administrativa, não lograram colmatar esta falha.

“(...) [A Câmara Municipal] deu umas formações às pessoas e ponto. Não há reuniões, não há acompanhamento e isso para mim é o grande pecado da transferência de competências.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Apesar da transferência de algumas competências na área do licenciamento do espaço público, é referido que as juntas de freguesia continuam a não dispor de “meios legais para operacionalizar espaço público de qualidade” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*) e que o licenciamento está a ser feito com cada junta de freguesia a interpretar de maneira distinta regulamentos que se aplicam à totalidade da cidade.

“(...) aquilo a que se assiste (...) é haver competências, que anteriormente eram da Câmara, exercidas hoje em dia pelas juntas de freguesia não da mesma forma; portanto, um município de Santa Maria Maior pode ter um tratamento para uma mesma questão completamente diferente se for um da Estrela, ou da Misericórdia, ou da Penha de França ou de São Vicente. E isto sente-se (...), por exemplo, ao nível do espaço público e do licenciamento do espaço público” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

Na gestão do espaço urbano os agentes sentem, portanto, que há diferentes interpretações por parte dos executivos das juntas de freguesia. Consoante a junta de freguesia que gere determinado território, são variáveis as soluções de mobiliário urbano ou o modo de resolver o espaço público, criando descontinuidades territoriais que são já visíveis.

É referido ainda que o licenciamento de esplanadas se tornou uma receita fácil para as novas juntas de freguesia e, em alguns locais da cidade, alguns agentes inquiridos sentem que houve um exagero de esplanadas licenciadas, retirando muito espaço público à mobilidade pedonal. Apesar disso, é também referido que Lisboa ganhou, nos últimos anos, novos espaços de fruição pública de qualidade:

“Penso que, de uma determinada maneira, tem havido uma preocupação enorme - nós estamos todos cansadíssimos de tanta obra em Lisboa, mas tem havido um esforço enorme de investimento em espaço público para devolver a cidade às pessoas, alargando passeios, criando zonas de fruição pública - que não sejam atacadas por esplanadas: é verdade, foi uma forma de rentabilizar, se calhar, o espaço público e que se exagerou. Com a transferência de competências para as Juntas, as Juntas encararam aquilo como uma fonte de receitas, portanto “venha mais receita, venha mais receita”.” (Técnico do poder local, Focus Group 5)

A falta de conhecimento sobre a Reforma Administrativa por parte da população de Lisboa é uma crítica mencionada pela grande maioria das entidades representadas, pelo que uma importante proposta de ação consiste em comunicar com maior eficiência às pessoas a Reforma e as suas implicações. No que diz respeito ao espaço público, importa dar a conhecer aos cidadãos quais são as competências das juntas de freguesia e da Câmara Municipal nesta área, para que o próprio cidadão se encontre mais esclarecido sobre a quem deve denunciar situações ou exigir intervenções.

“(…) eu não faço ideia quais são as competências da Câmara, quais são as competências da Junta de freguesia. Não sei e não sei se as pessoas de uma forma geral sabem.” (Entidade de âmbito local, Focus Group 4)

Um agente propôs também que se procure reduzir o número de áreas em que há partilha de competências entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, no sentido de evitar situações de sobreposição de atuações ou de conflito sobre quem tem o dever de atuar. A calçada portuguesa é uma dessas áreas, com a Câmara a manter em si as competências de manutenção da calçada artística. Este agente propõe que a formação dos calceteiros passe para as juntas de freguesia e que estas possuam os seus próprios técnicos capazes de criar e manter pavimentos de calçada artística.

“(…) isso não passa para as juntas porque as pessoas que estão nas juntas para fazer a calçada, para reparar a calçada, não têm competências para fazer uma calçada artística. Mas se calhar a Câmara, que até tem uma escola de calceteiros, até podia, isso sim, transferir essa competência para as juntas, que é a competência da formação (...)” (Entidade de âmbito local, Focus Group 6)

Um outro participante acredita que as juntas de freguesia poderiam desempenhar funções de fiscalização (nomeadamente ao nível da ocupação do espaço público) que, neste momento, competem à Câmara Municipal:

“(…) as Juntas deverão ter, em alguns aspetos, mais competências: nomeadamente (….) na área da fiscalização (…). A Câmara é que faz todo o trabalho de fiscalização. Portanto, nesse aspeto eu acho que poderiam ter um bocadinho mais de competências (….)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

2.2.3. Licenciamentos

No âmbito da Reforma Administrativa as competências na área dos licenciamentos foram transferidas para as juntas de freguesia de Lisboa. E como estas dizem respeito essencialmente à ocupação do espaço público, grande parte dos impactos deste processo foram já descritos no segmento anterior. Contudo, seguem-se algumas anotações complementares resultantes da análise da informação suscitada no contexto dos *focus groups*.

Assim, segundo o representante de empresários no *focus group 1*, o número de solicitações e reclamações sobre licenciamentos conheceu “um crescimento exponencial com a Reforma Administrativa, mais concretamente a partir de 2013”. É também referido que a transferência de competências fez-se acompanhar de formalidades acrescidas para os empresários: formalidades difíceis de gerir, ou mesmo de interpretar, num universo de pequenas empresas com baixa literacia nestas matérias.

“(…) o nosso universo geral é um universo de micro, e às vezes nanoempresas, que são empresas com pouquíssimas pessoas, algumas delas com alguma iliteracia e dificuldade em lidar com formulários, sobretudo eletrónicos, e portanto redundou, como eu dizia, em complicações acrescidas para a própria atividade empresarial (….)” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“(…) as formalidades, também elas, se traduzem em perdas de tempo, que por sua vez é um custo para uma empresa, mas em custos diretos em termos de encargos acrescidos (….)” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Há uma grande dificuldade, sentida por empresários e população em geral, em discernir qual é a entidade responsável para tratar de um determinado processo de licenciamento, e essa situação agrava-se (e implica os encargos acrescidos acima referidos) quando as estruturas das novas juntas de freguesia não se encontram preparadas para esclarecer os cidadãos sobre esta matéria.

“(…) tenho reuniões com a Junta de Freguesia, e eles dizem-me que não podem fazer nada, que a responsabilidade é da Câmara de Lisboa; depois vou à Câmara de Lisboa e dizem-nos que é da responsabilidade da Junta de Freguesia (….)” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 8*)

Os empresários queixam-se de uma multiplicidade de critérios, divergentes entre juntas de freguesia, havendo entidades que calculam as taxas a aplicar segundo fórmulas diferentes ou, inclusivamente, aplicam taxas que outras juntas de freguesia não aplicam. Alguns agentes acreditam que esta deriva se deve à falta de acompanhamento do processo por parte da Câmara Municipal de Lisboa:

“(…) houve não apenas um aumento como, por vezes, uma duplicação de critérios; assistimos, por exemplo, a um entendimento por parte da Câmara e a um entendimento diametralmente diferente por parte da Junta ou juntas.”
(Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“Há aqui uma preparação técnica que vem da falta de acompanhamento da Câmara, porque a Câmara delegou mas tinha, como todo o bom delegador, de controlar um bocadinho (…)” (Técnico do poder local, *Focus Group 8*)

Uma técnica do poder local considera que a maioria das juntas de freguesia de Lisboa acolheu a competência dos licenciamentos sem receber, vindos da Câmara Municipal, os técnicos qualificados para desempenhar essas funções. Desta forma, as competências transitaram para estruturas que lidam agora com processos de alguma complexidade sem deterem o necessário saber técnico. Afirma que a formação dos recursos humanos não foi assegurada a um nível que permitisse colmatar a insuficiência de técnicos transferidos, e tão-pouco foi assegurada uma harmonização de práticas, entendimentos e critérios:

“Não há reuniões, não há acompanhamento e isso para mim é o grande pecado da transferência de competências. Não houve cuidado em assegurar que isto é tudo a mesma cidade e as regras têm que ser uniformes e têm que ser debatidas: porque as pessoas que faziam taxas do espaço público, na Câmara, nunca tiveram formação superior. Cada um fazia o que achava melhor.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

A técnica enuncia ainda uma crítica ao formulário para licenciamento da ocupação do espaço público e uma outra ao funcionamento do Balcão do Empreendedor. Relativamente ao primeiro, aponta uma dificuldade em conciliar os parâmetros definidos pelo decreto-lei 48/2011 (Licenciamento Zero) e as taxas fixadas pelo respetivo regulamento. Quanto ao Balcão do Empreendedor, é referido que apesar de, juridicamente, prevalecer o edital e o regulamento a que este se refere, a verdade é que o decreto-lei acima referido introduziu alterações *a posteriori*. Defende, neste âmbito, que a melhor solução seria usar o decreto-lei, mais recente e que apresenta as regras de forma mais acessível. (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

A mesma técnica é ainda crítica relativamente à possibilidade de as contraordenações da ocupação do espaço público passarem para a responsabilidade das juntas, rejeitando que a mesma entidade e equipa possam, com justiça, desempenhar funções de licenciamento e de contraordenações, sobretudo sem pessoal qualificado:

“(…) a Câmara tem uma divisão de contraordenações (…) e tem lá gente que não vem para as Juntas. E nós não conseguimos arranjar juristas que percebam de Código de Procedimento Administrativo para irem para as Juntas – nem a Câmara os consegue empurrar.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Por fim, propõe que o próximo regulamento de ocupação do espaço público seja suficientemente claro, quer do ponto de vista da linguagem, quer do ponto de vista do conteúdo, de forma a ser facilmente interpretado pelo cidadão comum e por todos os funcionários da área dos licenciamentos, evitando situações de múltiplos entendimentos, como sucede atualmente.

2.2.4. Participação cívica

A maioria dos participantes, abordando a questão da participação cívica em Lisboa após a Reforma Administrativa, sente que “há alguma desilusão, porque as juntas não têm dado voz nem participação aos seus fregueses” (Representante de moradores, *Focus Group 5*). Efetivamente, os agentes esperavam que, com a capacitação das juntas de freguesia da cidade de Lisboa, estas pudessem trazer os processos de decisão para uma lógica de maior participação e envolvimento dos cidadãos, porque consideram que as juntas, como entidade administrativa de menor escala, têm essa vocação.

“Esta questão das escalas, se trouxe vantagens em algumas áreas, mais na parte da gestão de assuntos correntes no território, (...) por exemplo para a participação cidadã acho que é negativa.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

“(…) é uma grande desilusão, porque achava que, com mais poder, com mais competências, elas poderiam dar mais voz e mais participação aos fregueses, e acontece um bocadinho ao contrário (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

A percepção destes interlocutores é que as juntas de freguesia não conseguiram ainda cumprir o projeto de estarem mais próximas dos cidadãos e de terem uma prática permanente de diálogo com estes, dada a atual dimensão do seu território e da população residente. Em teoria, seria mais fácil aceder à junta de freguesia do que à Câmara Municipal de Lisboa, mas o processo de transferência de competências acabou por dificultar grandemente o acesso às juntas, o contacto direto e a obtenção de respostas por parte dos cidadãos.

“(…) creio que não houve grandes vantagens para além da proximidade face à Câmara, mas perdeu-se alguma proximidade face às antigas juntas: é mais difícil falar, hoje, com a Junta de Freguesia do que era antes da Reforma... Porque está mais longe, porque tem mais responsabilidades.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Vários participantes criticaram o entendimento de participação cívica de algumas juntas de freguesia, que fomentam o diálogo com a população mas não a sua efetiva participação nas escolhas e decisões relativas aos seus territórios:

“O que muitas vezes se chama *participação* é *auscultação* pura e dura. (...) Não há efetiva participação. Não há envolvimento.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*).

As reuniões participadas continuam a mobilizar muito poucos cidadãos. Os agentes sentem que os cidadãos estão distantes da gestão urbana e pouco conscientes do que se passa em Lisboa, dos desafios atuais e da busca de soluções para os problemas comuns. No entanto, concordam também que os cidadãos, provavelmente, não participam mais porque não lhes é dado efetivo poder de decisão.

“Na participação dos cidadãos - poucas vezes eles são incentivados a participar - de facto não lhes dão poder nenhum de mudar as coisas.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Os cidadãos continuam a sentir que, se tentarem participar, não vão ser ouvidos ou não vão obter resposta.

“Ora, se eu vou lá [a uma reunião aberta ou a uma assembleia de freguesia] uma vez e não resolvo nada, eu vou deixar de ir. É a lógica ao contrário. Em vez de participar e acontecer alguma coisa, acaba por não acontecer, portanto as pessoas não vão: pura e simplesmente alheiam-se de uma certa realidade e vão tentando sobreviver.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Em suma, as práticas administrativas onde há espaço para a participação (como as assembleias ou as reuniões abertas) não resultam numa subida do nível da participação cívica e não há garantia de que os cidadãos obtenham as respostas pretendidas. Disseram os nossos convidados que faz falta envolver os cidadãos desde o início dos processos decisórios, ao invés de consultá-los somente numa fase posterior:

“(...) acho que deveriam ser mais ouvidas as populações – ouvidas; depois a decisão é de quem tem que decidir. E às vezes, quer a Junta, quer a Câmara não ouvem muito as populações e as organizações que fazem parte do território.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

É também referido que a abordagem dos cidadãos às instituições não se alterou, bem como as suas práticas de participação, e com a Reforma Administrativa pretendia-se que isso acontecesse, aproximando o poder das pessoas. A comunicação das juntas de freguesia com a população continua também a ser muito ineficiente.

“Se se tivessem feito sessões de divulgação com a comunidade, no sentido de dizer quais são as vantagens desta Reforma e em que é que ela consiste, se calhar até os próprios munícipes tinham uma abordagem diferente.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

Propõe-se um investimento muito focado em trazer os cidadãos à participação, a ocupar o lugar que lhes pertence. É necessário informar as pessoas sobre a nova realidade da gestão urbana e dar a conhecer à população o poder que realmente tem e como pode participar no âmbito da nova realidade administrativa: uma espécie de “curso de cidadania” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*).

Um técnico da própria Câmara Municipal de Lisboa propõe que esta melhore a linguagem dos documentos que produziu para divulgar a Reforma Administrativa, “no sentido de [os] vocacionar mais para a necessidade particular de cada pessoa” (Técnico do poder local, *Focus Group 8*).

2.2.5. Relações interinstitucionais

Apesar de, como vimos, muitos dos agentes inquiridos concordarem que as novas juntas de freguesia, de uma maneira geral, não lograram aumentar os índices de participação cívica, é referido que a disponibilidade para responder às solicitações que chegam vindas de associações e outras entidades é maior, facilitada pela proximidade das novas estruturas. A maior proximidade entre os atores do poder local e os agentes parece ter-se efetivado em algumas freguesias da cidade:

“(…) acho que é crescente (…) a proximidade com as pessoas. Proximidade nesta questão: toda a gente conhece o Presidente da Junta (…)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 1*)

Essa maior proximidade sentida relativamente às juntas de freguesia traduz-se numa maior facilidade em estabelecer contacto e encontrar formas de colaboração interinstitucionais, possibilitada pelo aumento das competências e dos meios à disposição das juntas.

“A primeira vantagem é que os interlocutores estão logo ali e, portanto, fazemos parcerias à distância de um telefonema (…)” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

O diretor de outro agrupamento de escolas afirma, na mesma linha, que as novas juntas de freguesia, graças às suas competências próprias e meios acrescidos, demonstram um maior voluntarismo na criação de sinergias com outras entidades, gerando impactos diretos na comunidade:

“No nosso caso concreto, nós lidávamos com três juntas, agora temos só uma única junta, por isso há uma maior proximidade, há maior celeridade na resolução dos problemas, há apoio na implementação de projetos.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 6*)

A relação de maior proximidade que algumas entidades afirmam ter atualmente com o poder local, devido à nova capacidade de intervenção das juntas de freguesia, significa uma melhoria face ao relacionamento que existia entre essas entidades e a Câmara Municipal:

“(…) a relação não era fácil, porque não era uma relação de proximidade. Com a Reforma Administrativa passou a ser uma relação de proximidade.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 7*)

Em termos gerais, tornou-se mais fácil um cidadão (em nome individual ou como elemento ativo de uma entidade coletiva) participar problemas e situações a quem tem o poder de solucioná-los, uma vez que, mesmo quando a estrutura das novas juntas de freguesia possa ainda não apresentar os níveis de eficiência que pretendem, o contacto pessoal com os decisores locais pode ser a chave que desbloqueia muitas das dificuldades:

“Acho que há uma maior proximidade. (...) a própria Câmara muitas vezes não consegue entrar em contacto com as associações, mas se calhar todos nós conhecemos o Presidente da nossa junta.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Outra associação de moradores demonstra grande satisfação pelo relacionamento que conseguiu desenvolver com a junta de freguesia, da qual obtém sempre uma resposta:

“(…) a Junta de Freguesia assume sempre o papel: ou responde, resolvendo a situação, ou encaminha a nossa reclamação/pedido para o serviço camarário respetivo.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

Também as comissões sociais de freguesia que atualmente existem em inúmeras freguesias parecem funcionar melhor do que as plataformas interinstitucionais que existiam antes da Reforma Administrativa:

“(…) a plataforma de encontro que existe, hoje em dia, na junta de freguesia foi bastante produtiva em termos de pôr em contacto diferentes interesses e associações, e acho que mais eficiente do que eram as comissões na Câmara Municipal de Lisboa.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Porém, outras entidades entendem que estas comissões sociais ainda não permitem obter os resultados esperados:

“(…) quase todas as juntas têm uma comissão social de freguesia (...) e, no fundo, aquilo acaba por ser gerido pela própria junta, pela Santa Casa, que são as entidades mais fortes; de resto é um bocadinho faz-de-conta.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Há também a assinalar um esforço de relacionamento profícuo entre as Unidades de Intervenção Territorial e as juntas de freguesia, que procuram manter um diálogo permanente:

“(…) temos sempre a preocupação de falar com a junta antes de qualquer coisa. Qualquer projeto que se esteja a preparar, primeiro vai o vereador do pelouro para propor ideias e depois ao Presidente da junta para validar. Não podemos fazer nada que o Presidente de junta não concorde.” (Técnico do poder local, *Focus Group 6*)

Não obstante, um grande número de pontos negativos apontados revela que várias entidades não sentiram melhoria nas relações com o poder local após a Reforma Administrativa.

“(...) os problemas mantiveram-se. A falta de diálogo manteve-se (...)”
(Representante de moradores, *Focus Group 6*)

A autarquia continua a envolver pouco as entidades locais nos processos de decisão, inclusivamente quando essas entidades têm que participar na execução da solução encontrada:

“Aquilo aparece-me de uma forma lateral e nós nunca reunimos, nunca falámos sobre isso. (...) até agora, não houve conversa nenhuma e é uma coisa que me parece que é urgente. Isto quer dizer que, de facto, a Câmara não funciona com outras entidades (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

Um participante lamentou que tenha sido mais fácil construir parcerias com outras entidades do que envolver a junta de freguesia nos projetos da sua associação:

“(...) conseguimos ter um diálogo muito mais profícuo, e que se traduz em apoios concretos, com a Santa Casa da Misericórdia (...) e não conseguimos, sequer, sensibilizar a Junta para isto.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

As deficiências ainda sentidas ao nível da estrutura das juntas de freguesia, já bem referidas, explicam em parte a dificuldade de algumas juntas envolverem-se e comprometerem-se mais com o movimento associativo do seu território:

“Com esta transição, nós deixámos de ter a participação da Junta de Freguesia [numa plataforma de entidades locais] – porquê? Porque (...) há falta de recursos humanos.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 8*)

Dada a dificuldade de montar uma estrutura que responda às novas responsabilidades das juntas de freguesia, algumas não estão a conseguir, de facto, ter um papel ativo na construção de políticas participadas com as entidades locais:

“(...) nós passámos a ter muito maior facilidade de aceder aos mais diversos departamentos da Câmara do que à Junta, com a qual não temos praticamente nenhum diálogo. (...) é difícil comunicar e é impossível ter resposta. Sempre que levamos alguma questão à Junta, é apenas porque levámos.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Esta crítica justifica o entendimento de que, ao dar escala às juntas de freguesia, elas tornaram-se maiores e, com isso, as estruturas mais próximas da população ficaram um pouco mais distantes:

“Houve um afastamento da freguesia, que é o órgão de proximidade; acabou por se afastar de quem o elege, das pessoas que o conhecem.” (Outras entidades, *Focus Group 7*)

Outra crítica foi tecida, ainda, à Câmara Municipal, por esta não haver assegurado um acompanhamento das mudanças que estão a ocorrer e das práticas que as juntas de freguesia estão a assumir, de uma forma sistemática:

“(...) as coisas têm funcionado mais ou menos bem à custa de bons entendimentos pessoais entre a Câmara e as juntas, não institucionais (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 8*)

Vários dos nossos interlocutores apresentaram propostas de ação para os diversos problemas identificados, começando pela maior capacitação das juntas de freguesia ao nível de meios humanos (qualificados) e financeiros para que estas possam, efetivamente, intervir na comunidade, desenvolver parcerias e encontrar soluções partilhadas para os desafios locais: para “poderem atuar no seu território, na defesa do seu território (...) em sintonia com os agentes do seu território.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*). Também foi referido que as juntas de freguesia deverão ter a vocação de integrar mais as entidades no trabalho realizado, pelo que importaria “haver mais competências próprias das juntas, porque acho que o diálogo é privilegiado com a população.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*).

À semelhança do que foi dito em relação à participação cívica em geral, refere-se que as juntas de freguesia deveriam, no futuro, envolver as instituições antes da tomada de decisões, ao invés de consultá-las quando os projetos já se encontram desenhados:

“(...) primeiro toma-se a decisão do que vamos mudar, e depois consultam-se as associações... Acho que devíamos todos estar mais envolvidos na decisão que se vai tomar.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

As entidades propõem também que as juntas de freguesia confiem nos movimentos sociais para a execução de tarefas ou projetos em âmbitos nos quais tenham experiência e conhecimento:

“(...) seríamos todos interventivos de igual modo e passaríamos a estar muito mais consciencializados até onde podemos ir e o que é que podemos e devemos fazer.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

Também a monitorização da Reforma Administrativa deveria integrar certas entidades, com visões diferenciadas sobre as transformações na cidade:

“(...) penso que ficaríamos todos a ganhar (...) se essa comissão [de acompanhamento da Reforma] fosse mais plural e integrasse, de facto, as várias expressões representativas dos vários interesses em presença (...)” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

No essencial, o que estas entidades tentam transmitir é a ideia de que faz falta as juntas de freguesia trabalharem mais num espírito de parceria, aproveitando a experiência e o dinamismo de cada agente presente no território:

“Devia haver um bom entrosamento entre os parceiros e haver, de facto, vontade de fazer coisas em conjunto para o bem da comunidade.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

2.3. Outras áreas temáticas: percepções e opiniões dos agentes da cidade

Como já tivemos ocasião de explicar, os oito debates de ideias em forma de *focus groups* realizados no âmbito desta investigação foram transcritos e o seu conteúdo foi categorizado por temas e por problemáticas. A sua categorização por áreas temáticas revela-nos uma grande variedade de assuntos abordados pelas entidades que participaram nas reuniões. A Tabela 4 revela, por ordem decrescente, o número de referências contabilizadas por área temática no conjunto dos oito *focus groups*:

Tabela 4. Áreas temáticas referidas nos *focus groups*

Áreas temáticas	Número de referências
Relações interinstitucionais	230
Espaço público	145
Participação cívica	144
Habitação	100
Mobilidade	83
Turismo	67
Equipamentos de proximidade	60
Licenciamentos	38
Ação social	34
Câmara Municipal de Lisboa	29
Estrutura urbana	23
Ambiente urbano	17
Fiscalização	17
Segurança	17
Comércio local	16
Isolamento das populações	15
Vida noturna	8
Indústria criativa	5
Custo de vida	4
Transparência e desburocratização	3

Fonte: Inquirição aos Agentes da Cidade

Passaremos em seguida a explorar detalhadamente as áreas temáticas mais abordadas pelos agentes da cidade de Lisboa, no sentido de averiguar quais os vários pontos de vista existentes sobre o mesmo tema, os pontos positivos encontrados, os pontos negativos identificados e as propostas de ação. Consideremos, para este efeito, as áreas temáticas que concentram mais de cinquenta (50) referências:

- relações interinstitucionais;
- espaço público;
- participação cívica;
- habitação;
- mobilidade;
- turismo;
- equipamentos de proximidade.

Alguns dos temas acima referidos foram já analisados no segmento relativo à Reforma Administrativa. No entanto, a abordagem seguinte incidirá sobre as temáticas da qualidade de vida urbana, excluindo as referências já analisadas a propósito dos impactos da Reforma Administrativa.

2.3.1. Relações interinstitucionais

As intervenções dos participantes relativas às relações interinstitucionais tiveram uma importante incidência sobre as suas relações com a Câmara Municipal de Lisboa ou com as novas juntas de freguesia da cidade. Uma entidade que representa pessoas com deficiência deixou elogios à disponibilidade da Câmara Municipal para o trabalho em parceria:

“Mas também quero destacar como a Câmara trabalha hoje com as pessoas com deficiência, como trabalha connosco, entidades. Nós somos chamados a participar ativamente, eu acho que isso é uma mudança de há quinze anos para cá, progressiva, benéfica, e nós estamos sempre disponíveis para isso.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 1*)

Outras entidades referem também as boas relações mantidas com a Câmara Municipal de Lisboa:

“(...) a nossa relação com a Câmara é quase umbilical. E não há grandes problemas (...)” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“Nós temos ótimas relações com a Câmara.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

Uma entidade refere mesmo que mantém melhores relações de cooperação com a Câmara Municipal do que com a respetiva junta de freguesia.

“A nossa relação é mais próxima da Câmara do que da Junta: com a Câmara tenho relação de amizade e relação de trabalho; com a Junta tenho relação de amizade, o que é um disparate... Porque a Junta está à minha porta e a Câmara está bem longe.” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

As referências a boas relações com as autarquias locais foram transmitidas por outras entidades, que destacam o desenvolvimento de atividades em parceria ou a disponibilidade dos executivos para escutar e trabalhar com os agentes territoriais.

“Temos uma muito boa relação com a junta, ou seja, nessa medida [o presidente] é uma pessoa *super* disponível e mesmo muito presente, ou seja, genuinamente preocupado.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

“(…) qualquer que seja a governação, temos tido uma relação sempre cordial e de abertura.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 4*)

“Não só com a Câmara, com a junta de freguesia, temos uma série de atividades, por exemplo, que são pagas, assumidas pela junta de freguesia, nomeadamente pela Santa Casa da Misericórdia, portanto, há ali toda uma rede que se está a intensificar e está a dar alguns resultados.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 6*)

“(…) nós, enquanto instituição, [temos] uma boa relação com a junta de freguesia. Já tínhamos com a outra. E sempre que solicitamos ajuda é-nos concedida, de alguma forma. E quando se passa qualquer coisa na junta, também nos dão conhecimento.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

“Tem que haver ali uma boa conjugação, e temos boa relação com as juntas (…)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 8*)

Não obstante, um número semelhante de entidades manifestou uma opinião negativa relativamente ao seu relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa e juntas de freguesia. Duas associações de moradores referiram a falta de resposta da Câmara Municipal a problemas várias vezes transmitidos:

“O assunto [do estacionamento na Quinta da Luz] foi remetido para o senhor vereador da mobilidade, que está inteirado disto há anos, porque nós há anos que andamos a chatear – porque é mesmo o termo, “chatear”. Mas as respostas não estão a chegar.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

“Em relação à Câmara, nestes dezasseis anos de comissão de moradores, o que eu sinto é que a Câmara recebe-nos, quer dizer, nós pedimos uma reunião com um vereador ou com um diretor municipal que seja da Câmara, e a Câmara recebe. Ouve. Mas depois não faz. Portanto, acaba por ser muito frustrante e depois, da próxima vez que lá vamos já são pessoas diferentes, que é outro problema. Em relação à junta de freguesia, a nossa junta de freguesia mudou, (….) é um território muito grande. A experiência que temos com esta junta de freguesia é que é completamente passiva. (….) a junta tem-se mantido muito fechada sobre si mesmo (….)” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Uma entidade de âmbito ambiental acusou a Câmara Municipal de não cumprir a sua parte numa parceria estabelecida:

“(…) o meu clube tem sede em Monsanto e fez um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que tem vinte anos. Desse protocolo é suposto as duas partes, como gente de bem, fazerem as suas coisas: nós fazemos um percurso mensal

oferecido à população de Lisboa e a autarquia dinamizava o percurso... Não é possível, não são capazes!” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*)

Duas outras entidades referiram uma falta de ligação estabelecida entre a respetiva junta de freguesia e os agentes territoriais, o que envolve uma falta de diálogo, de colaboração e de transmissão de informações relevantes.

“As ligações com as juntas de freguesia têm sido razoáveis; de facto, acho que muitas vezes eles têm pouco tempo e depois há também pouca ligação com as instituições – podia haver um pouco mais.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

“Eu diria que o principal problema não é muito difícil de definir: é uma falta de diálogo e de informação e de partilha por parte, digamos, do poder político, ou seja, da Câmara e das juntas de freguesia.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

A mesma entidade de âmbito local, contudo, referiu mais tarde que sente que a ação das juntas e da Câmara no diálogo com as entidades tem registado uma importante melhoria:

“(...) a junta primeiro demonstrou pouco diálogo, mas hoje em dia as coisas estão a melhorar e já há, por parte da Câmara também. Parece-me uma ótima ideia, em termos de propostas, a realização de reuniões convosco. Ou seja, o tal diálogo que eu acho que era fundamental que fosse muito mais intenso.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

O técnico de uma junta de freguesia referiu que existe também uma falta de diálogo entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, o que terá gerado mais problemas desde que estas ganharam mais capacidade de intervenção e, por conseguinte, mais autonomia. Este técnico trabalha na área dos licenciamentos e considera que a Câmara Municipal devia ter consultado as equipas de licenciamentos das juntas de freguesia para a elaboração do novo regulamento de ocupação do espaço público, já que serão estas a tratar desse tipo de licenciamentos:

“Relativamente ao novo regulamento [de ocupação do espaço público]: desconheço, não fomos tidos nem achados, não participámos: zero.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Foi referido que, neste sentido, importa à Câmara melhorar o seu diálogo com as juntas de freguesia, mas também com os agentes da sociedade civil:

“(...) esse diálogo com a juntas é fundamental que a Câmara tenha, mas também tem que haver esse diálogo com as associações.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Efetivamente, foi referida a importância de a Câmara Municipal e as juntas de freguesia procurarem melhorar o seu relacionamento com os agentes presentes nos seus territórios, no sentido de trabalharem de uma forma mais colaborante e que o desenvolvimento de parcerias seja uma forma permanente e não ocasional de trabalho.

“(…) naquela zona é fundamental a questão das parcerias: não há outra forma de dar a volta àquelas dificuldades da população. E a Junta de Freguesia e a Câmara têm de começar a olhar mais para estas instituições que estão no terreno e tentar facilitar-lhes a vida o mais possível, porque muitas vezes eles têm dificuldade em ter alojamentos, em poder trabalhar no terreno. E é fundamental.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 8*)

As juntas de freguesia, hoje em dia dotadas de mais competências e de uma maior capacidade de intervenção, poderiam, na opinião de um agente inquirido, delegar algumas competências em entidades locais que desenvolvam trabalho nesse domínio.

“Agora tem que haver a tal informação (…) e até (a lei permite isso) essa delegação de competências ser em associações. Isso é um passo fantástico que vai acontecer. No dia em que isso acontecer, estamos ao nível da Suécia ou da Noruega. É a Câmara delegar poderes públicos em associações, com consignação, com objetivos. A lei permite isso.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Outra entidade considera que também as empresas deveriam relacionar-se mais com as associações dos territórios e envolver-se em projetos que visem melhorar a qualidade de vida das populações.

“O que eu acho e sinto é que faz falta ao setor privado e às empresas aproximarem-se mais da área social e dos agentes sociais e serem um agente social.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 2*)

As plataformas existentes que visam o inter-relacionamento das entidades da cidade foram objeto de algumas referências, nomeadamente as comissões sociais de freguesia. No entanto, o entendimento das entidades sobre as consequências práticas dessas comissões é variável. Uma entidade de âmbito local considera que das reuniões da comissão social ainda não saíram resultados visíveis.

“(…) uma coisa que estamos a sentir lá no bairro é que as associações não têm propriamente uma relação (…) A verdade é que existe uma rede social; existe de uma maneira formal, mas eu acho que ainda não existe na prática, pelo menos eu ainda não vi acontecer muito, pelo menos conosco.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Uma associação de moradores, pelo contrário, tem visto como benéficas as reuniões da comissão de que faz parte:

“Eu acho que, na atual Junta, as comissões sociais (...), que agrupam 40 ou 50 entidades, bombeiros, polícia, têm um papel importante no desenvolvimento de uma série de necessidades – na questão do envelhecimento, na questão dos jovens, na sensibilização para hábitos de vida saudáveis ou outras situações que acho que são muito importantes. E isso tem funcionado, de certa forma (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Outra plataforma – o Centro Local de Ação Social – foi também mencionado, tendo sido referido que determinadas entidades, de maior importância na cidade, dominam os trabalhos.

“Há uma coisa que aqui em Lisboa não funciona mesmo, que é o CLAS (Centro Local de Ação Social), não funciona mesmo: aquilo é estruturado, é dominado pela Câmara e pela Santa Casa, e portanto as associações têm pouco a ver com isto.”
(Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

Na opinião de um participante, não fazem falta em Lisboa mais estruturas ou plataformas que reúnam as várias instituições, mas, pelo contrário, importa operacionalizar e conduzir à obtenção de bons resultados as plataformas que já existem e que, por vezes, ainda não funcionam bem.

“Eu acho que não passa por criar mais estruturas, não é? É rentabilizarmos e operacionalizarmos as que já existem. E aqui podemos falar de vários fóruns que já existem e que podem ser rentabilizados e aproveitados.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*)

Não obstante, uma entidade que representa empresários refere a importância da criação de mais grupos de trabalho, que sentem à mesma mesa representantes dos mais diversos setores:

“(…) seria obviamente necessário haver grupos de trabalho que fossem transversais a todas as entidades. (...) Tinha de existir um representante de cada junta de freguesia, (...) um representante de cada entidade envolvida no âmbito urbano, desde a Quercus, a associações de mobilidade, representativas, também associações empresariais do setor, a Associação de Turismo de Lisboa, portanto todos os agentes.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

O relacionamento entre as várias entidades da cidade, fora do âmbito destas plataformas organizadas e que reúnem periodicamente, foi também referido, com muitas delas a considerar que há muito trabalho de cooperação interinstitucional a realizar. Nenhuma entidade presente nos *focus groups* referiu estar satisfeita com o modo como se relaciona com os demais agentes da cidade, concordando sempre que há muito caminho a percorrer.

“(…) aí é que temos de fazer um grande esforço... com a Junta, com as instituições que já estão a trabalhar nessas áreas, e as coletividades que possam, também, ajudar na transformação dos bairros que sofrem e que têm N problemas (...)”
(Entidade de âmbito local, *Focus Group 8*)

“[Poderia melhorar o] diálogo entre todos nós. Pelo menos comigo, é a primeira vez que estou a falar com diversas sensibilidades e diversas realidades sobre estes problemas. E sem conversarmos, seguramente que não chegamos a lado nenhum.”
(Representante de moradores, *Focus Group 5*)

“(…) como é que podemos arranjar parcerias entre nós e não trabalharmos isoladamente? Acho que temos, sem dúvida, que trabalhar todos juntos.”
(Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*)

“(…) eu acho que a reforma mais desafiante é a governação entre as várias entidades. Entidades, parceiros, associações, portanto, isto é um processo muito difícil e muito demorado porque implica mudança de paradigma, de mentalidades, escamotear protagonismos que nestes contextos muitas vezes existem.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*)

“E isso é um problema, que ainda não conseguimos interligar-nos com as estruturas para podermos estar, também, colaboradores nessa situação.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 8*)

A forte necessidade de um relacionamento mais constante e profícuo entre as entidades justifica-se, segundo uma delas, por uma questão de eficiência das várias atuações: seria mais útil que as entidades trabalhassem mais vezes em conjunto do que haver, nos vários contextos locais, uma sobreposição de respostas. Importa trabalhar em parceria “até no próprio mapeamento [dos problemas], para não haver sobreposições, haver ajustes de respostas que vão mais ao encontro das necessidades identificadas pelos cidadãos, portanto, necessariamente, implica uma maior relação, uma maior proximidade” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*).

Por fim, foi proposto um Conselho Consultivo da Câmara Municipal que não tivesse poder de decisão sobre as matérias mas pudesse emitir pareceres depois de pronunciadas todas as entidades que nele participassem:

“A criação de um órgão consultivo de cidadãos (...) de uma câmara Municipal permitiria que funcionasse com regras próprias, e a Câmara Municipal tem legalmente capacidade para fazê-lo, criar um órgão dessa natureza, que funciona duas a três vezes por ano, que tem como seus membros as instituições mais importantes da cidade, de todos os setores, portanto da parte social, da parte dos consumidores, da parte dos cidadãos, da parte dos deficientes, da parte das escolas: portanto, tudo isso vai-lhe permitir analisar os problemas, identificar soluções, mas mais ainda propostas, por exemplo, de regulamentos municipais (...)” (Outras entidades, *Focus Group 7*)

2.3.2. Espaço público

Alguns dos agentes presentes nas reuniões teceram elogios à qualidade do espaço público no conjunto da cidade, em termos gerais:

“(…) tem havido um esforço enorme de investimento em espaço público para devolver a cidade às pessoas (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

“(…) em geral não nos podemos queixar do espaço público.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Outros participantes mostram o seu agrado quanto aos espaços públicos em áreas específicas da cidade de Lisboa, como a sua freguesia (Carnide) ou a frente ribeirinha:

“(…) viver em Carnide é único, e fazemos muito gosto em manter esses espaços que temos, quer na freguesia quer no próprio bairro, limpos e acessíveis para todos.”
(Representante de moradores, *Focus Group 3*)

“(…) neste momento Lisboa é uma cidade bastante austera, a não ser todo o trabalho que está a ser feito junto ao rio (…)” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 5*)

Há, no entanto, participantes que referem a necessidade de se investir na criação de mais espaços de vivência e interação entre a população. Um agrupamento de escolas refere o exemplo do Bairro do Rego:

“(…) esta situação precisava de uma intervenção urbana no sentido de devolver espaços de vivência coletiva à cidade, e não só espaços de passagem (…)”
(Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

Foi referido que existe, na cidade de Lisboa, um défice de espaços verdes por habitante:

“(…) uma das grandes questões que surgiu é a qualidade do espaço público ou a inexistência de espaço público de qualidade, e nomeadamente de jardins.”
(Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Uma entidade de âmbito ambiental entende que um investimento na criação de mais espaços verdes em Lisboa deveria ser uma prioridade da autarquia, uma vez que essa medida seria parte da solução para vários problemas atuais da cidade e dos seus moradores (problemas de ordem ambiental, mas igualmente de socialização e lazer), defendendo que “os espaços verdes têm uma grande importância a todos os níveis” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*).

O espaço verde de maior dimensão da cidade – O Parque Florestal de Monsanto – foi amplamente referido num dos *focus group*. Uma entidade lamenta que a área do Parque Florestal de Monsanto seja considerada com muita frequência para a instalação de grandes equipamentos que desvirtuam o seu carácter de espaço verde:

“(…) esta é uma preocupação: sempre que há qualquer coisa, vai para Monsanto. Nós (…) achamos que Monsanto já tem, como veem, construção a mais e automóveis a mais. E não é preciso mais.” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*)

A mesma entidade critica que o Parque de Monsanto acolha eventos como a Semana Académica, devido à enorme pressão que implica sobre o espaço verde, designadamente ao nível da produção de resíduos sólidos. A crescente utilização de Monsanto por praticantes de BTT assume-se como outra preocupação, uma vez que “isso está a trazer problemas gravíssimos de erosão dos solos” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*).

No entanto, a atual Direção do Espaço Monsanto é avaliada positivamente pela mesma entidade, que vê melhorias ao nível da gestão do espaço:

“ (...) a gestão de Monsanto melhorou grandemente. Melhorou ao nível da gestão efetiva (porque as pessoas fazem um melhor trabalho), sente-se ao nível do lixo, ao nível da segurança, da ação da polícia florestal (...)” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*)

Do ponto de vista de quem visita e disfruta do Parque Florestal de Monsanto, a qualidade do espaço verificou também melhorias:

“(...) houve uma melhoria significativa do bem-estar de quem frequenta Monsanto. (...) há outro aspeto que felizmente acabou em Monsanto, que é o campo de tiro de Monsanto (...)” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*)

O Parque das Nações é, de acordo com os participantes que nele residem, uma das áreas da cidade em que se manifestam algumas dificuldades de manutenção do espaço público, uma vez que “tem uma herança pesada relativamente a uma estrutura festiva que foi criada para a Expo’98 e que, desde essa altura, até há muito pouco tempo, não teve investimento quase nenhum – portanto, tem tido alguns problemas de manutenção” (Representante de moradores, *Focus Group 8*).

Os interlocutores presentes que desenvolvem a sua atividade no centro histórico, sem exceção, referem a higiene urbana como uma área problemática, em que muito há a melhorar.

“Há uns anos (...) o *top* dos problemas era a higiene urbana: sempre que havia contactos com moradores, era sempre o problema da higiene urbana.” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

A recolha do cartão é vista como um problema especialmente grave na área da Baixa Pombalina e do Chiado:

“(...) preocupa-nos muito a recolha do cartão (...) há pilhas de cartão no passeio.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

As dificuldades ao nível da higiene urbana no centro histórico devem-se, segundo os participantes, sobretudo ao facto de esta área da cidade sofrer a pressão não só dos moradores, mas igualmente de outros ocupantes: trabalhadores e turistas. Acresce o facto de alguns dos bairros do centro histórico serem o centro nevrálgico da vida noturna de Lisboa, aonde acorrem utilizadores de toda a cidade e área metropolitana. Um agente refere que uma junta de freguesia “gasta um terço do seu orçamento – mais de um milhão de euros – em limpeza, e não é, de certeza, dos moradores, é de todos os utentes que vêm, turistas internos ou externos” (Representante de moradores, *Focus Group 5*). A par do lixo gerado, existe também a questão do ruído originado pela atividade da animação noturna, que compromete a qualidade de vida dos moradores.

Tendo em conta o volume de turistas que Lisboa atualmente acolhe e a pressão que resulta sobre o espaço público, um agente propôs que uma parte da receita proveniente do turismo seja utilizada para investir na manutenção do espaço público:

“(…) o turismo pode ser um setor que ajude a melhorar as condições do espaço público. Sendo um setor que gera receita, essa receita pode, pelo menos em parte, ser utilizada para isso.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Foi referido que, em certas áreas da cidade, há uma insuficiência de mobiliário urbano:

“Lá no bairro faltam caixotes do lixo, faltam outros equipamentos por exemplo de lazer, por exemplo, bancos, mesas, faltam sombras, faltam espaços verdes, falta tudo, na verdade, para tornar aquilo minimamente aceitável para se lá viver, não é? Aquilo são prédios, basicamente.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Outra entidade afirma que as opções de mobiliário urbano não respondem às necessidades das pessoas nem à forma como estas querem viver o espaço público da cidade:

“O mobiliário urbano não tem a ver com as dimensões físicas da caminhada na cidade (…)” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 5*)

Houve também uma entidade de âmbito social que alertou para o facto de que a falta de mobiliário urbano pode ser um grave obstáculo não somente à fruição do espaço público, mas também à própria mobilidade de pessoas com alterações da funcionalidade ou mais idosos, comentando também que a calçada das ruas provoca quedas a populações mais vulneráveis:

“(…) a questão do mobiliário urbano, ou da ausência dele, muitas vezes. Isto é um problema gravíssimo para as pessoas com alterações da funcionalidade. E também os pavimentos da nossa cidade que provocam quedas gravíssimas (…)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 1*)

Na opinião de algumas entidades inquiridas, a autarquia deveria escutar as populações acerca do mobiliário urbano que estas pretendem, envolvendo os cidadãos nas escolhas que vão determinar o espaço público dos seus bairros.

“(…) às vezes não são as pessoas que os vão utilizar que pensam neles [no mobiliário urbano] (….) [A]s obras caem de paraquedas. As pessoas não sentem qualquer tipo de identificação com o que lá está.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Foi neste contexto que surgiram referências às atitudes dos cidadãos relativamente ao espaço público. Entidades instaladas no território de três diferentes Unidades de Intervenção Territorial (Ocidental, Centro Histórico e Oriental) mostraram-se críticas face ao comportamento de alguns cidadãos que deliberadamente deterioram o espaço público dos seus bairros:

“(…) temos um problema, ligeiro relativamente a outras zonas da cidade, que é o absoluto desleixo dos moradores pela manutenção do espaço público.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

“(...) em relação ao lixo é uma falta de civismo (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

“Temos problemas comportamentais das pessoas, o uso dos espaços, o estacionamento, os dejetos caninos, o lixo... Há ali muito mau comportamento.” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

A proposta que essas entidades deixam é que se aposte mais na construção participada de políticas de proximidade, ouvindo ativamente os cidadãos e deixando-os fazer escolhas sobre os seus espaços de socialização. Essa seria, segundo os inquiridos, a forma mais eficiente de garantir a identificação dos cidadãos com as obras realizadas.

“(...) eu optaria por metodologias participativas em processos de transformação territorial. Porquê? Porque fica mais barato. Não preciso de meter quatro vezes a mesma coisa, porque as pessoas criam estima com aquilo.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Outra proposta, mencionada por duas diferentes entidades em dois diferentes *focus groups*, reclama igualmente o maior envolvimento dos cidadãos no espaço público dos seus bairros, mas desta vez não na conceção dos espaços: estas entidades sugerem a criação de espaços que sejam diretamente mantidos pelos cidadãos.

“Por que é que, por exemplo, os tais jardins ou espaços públicos não são co-geridos?” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 5*)

A autarquia poderia, neste âmbito, devolver alguns espaços às populações para que sejam estas a tratar dele, a limpá-lo e a tomarem decisões diárias sobre ele, auto-organizando-se, à semelhança de projetos bem-sucedidos noutras cidades europeias (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*).

No que diz respeito ao mobiliário urbano, houve um grande número de intervenções que incidiram sobre o tema das esplanadas. O licenciamento de esplanadas na cidade foi objeto de crítica por várias entidades, que o consideram excessivo nos últimos anos, denunciando os obstáculos à mobilidade pedonal e lamentando um conceito de fruição do espaço público que implica um custo financeiro para as pessoas:

“(...) existe uma excessiva ocupação do espaço público, que condiciona designadamente a mobilidade, por exemplo, não apenas, infelizmente, de pessoas com disfunção, mas a toda e qualquer pessoa (...)” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“(...) todas as ruas cheias de esplanadas, (...) está tudo preparado para Lisboa ser mercadorizada (...)” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 5*)

Uma entidade representante de empresários refere que estes, na maior parte dos casos, não têm disponibilidade financeira para adquirirem um mobiliário urbano de qualidade para as suas esplanadas, o que se confronta com a vontade do poder local de qualificar o espaço público e as suas ocupações.

“(…) hoje em dia (…) os empresários não têm dinheiro, muitos deles, para ter um bom equipamento de ocupação de espaço público.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

É neste contexto que a mesma entidade sugere que a autarquia dialogue com as grandes marcas que fornecem, em muitos casos, o mobiliário utilizado pelos empresários nas esplanadas. Sentar estas grandes marcas à mesa seria uma estratégia fundamental para transmitir-lhes a necessidade de trabalhar por uma ocupação do espaço público de maior qualidade na cidade de Lisboa. Estas marcas “precisam estar envolvidas nesta conversa, porque não são as associações representativas do setor, apesar de terem boas relações com a Central de Cervejas e outras, que vão mediar este tipo de relações” (Representante de empresários, *Focus Group 1*).

É ainda sugerido que se procure diferenciar o valor das taxas cobradas aos estabelecimentos para a ocupação do espaço público, para que o valor a pagar por uma esplanada não seja o mesmo nas áreas mais nobres da cidade e em áreas onde o valor do solo é consideravelmente mais baixo.

“(…) acho que as taxas deviam ser diferenciadas consoante o local: uma esplanada na Avenida da Liberdade não tem que pagar exatamente o mesmo valor que uma esplanada em Chelas (acho ridículo) ou frente ao rio. Tem que ver, no mínimo, com o valor comercial do estabelecimento.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

2.3.3. Participação cívica

Um técnico do poder local afirma que sentiu, nos últimos anos, um maior esforço por parte da autarquia em informar a população sobre os projetos que serão implementados, através de sessões participadas, mas admite que a adesão dos cidadãos a estas tem sido muito baixa.

“Nos últimos anos tem havido uma preocupação em apresentar os projetos às populações, aos comerciantes (...): as obras, por exemplo, na Ribeira das Naus, agora no Campo das Cebolas, e em várias zonas – eu própria participei em várias. Portanto, há uma preocupação maior com as pessoas que vão ser afetadas por aquilo e de lhes explicar o que é que vai ser feito, e de que forma é que podem beneficiar depois. Mas há uma péssima, mínima participação das pessoas (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Outras entidades comentam que, de acordo com a sua experiência, a participação cívica na cidade de Lisboa é realmente baixa e que “não há associativismo” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*).

“(…) O que eu vejo, quando vou às assembleias de freguesia e quando vou às reuniões de participação, muitas vezes são feitas até em conjunto com a Câmara, é que as pessoas não vão. Não vão.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

“(…) de facto, há aqui realmente uma cultura participativa e cívica que falta percorrer.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Uma entidade refere que, no seu entender, os cidadãos só exercem a sua cidadania quando se veem afetados e quando percebem que os problemas lhes dizem efetivamente respeito, e menciona um exemplo:

“O processo participativo (...) tem que ser muito bem gerido, porque senão depois nunca se faz nada. Nunca se ouviu toda a gente e nós temos agora um caso em Alcântara, pessoas a reclamar em sede já de obra com o que se vai fazer no Largo do Calvário, no Largo de Alcântara e no Largo das Fontainhas, quando foi participado. Eu assisti a várias discussões na junta, apresentação de projetos, discussão... E agora aparecem pessoas a criticar mundos e fundos.” (Técnico do poder local, *Focus Group 4*)

Essa é também a opinião de outro técnico do poder local:

“A Câmara e a junta promovem as suas reuniões e, no entanto, aparecem poucas pessoas, não há nada, e entretanto, começa a obra “Ai, meu deus!”.” (Técnico do poder local, *Focus Group 6*)

Não obstante, a questão parece não ser linear e algumas entidades referem que, no contexto das freguesias em que trabalham, não sentem esse défice de participação cívica:

“Nós sentimos que há esta vontade de as pessoas participarem (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

“(...) temos um grande apoio da nossa população: nós fazemos assembleias com 250 moradores, e nós somos 458 fogos, vão lá 250 a um salão de festas (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

No entendimento de uma entidade, a falta de participação cívica pode dever-se ao facto de o cidadão não conhecer o poder de que dispõe:

“O cidadão não tem noção que tem poder para isto ou para aquilo.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

Na mesma linha de pensamento, outra entidade sugere que se invista, precisamente, na consciencialização dos cidadãos para o poder que têm:

“As pessoas têm que ser mais informadas e têm que estar mais sensibilizadas sobre o poder que efetivamente têm.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Efetivamente, inúmeras foram as entidades que referiram a grande necessidade de se promover a participação cívica e o envolvimento das pessoas nas escolhas da cidade.

“(...) acho que é importante informar, mas também promover a cidadania.” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*)

“(...) espero que os cidadãos também tomem uma parte mais ativa, porque eu oiço toda a gente a refilar, mas não ouço ninguém a fazer queixa (...)” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*)

“(...) isso é muito importante: potencializar a capacidade que as pessoas têm de, individual ou coletivamente, encontrar soluções para resolver os problemas.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

“No fundo, acho que há muita coisa que também seria de os moradores fazerem – uma parte cívica muito, muito importante, e as pessoas têm de ser sensibilizadas para isso, têm de ser chamadas (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Uma entidade de âmbito local considera grave que se responsabilizem as populações por estas não participarem ativamente nos assuntos da política local ou no movimento associativo.

“Acho que a ideia de que as pessoas não participam, e de que isso é problema das pessoas, é gravíssima. Está completamente errado. Nós é que temos de conseguir envolver as pessoas: nós e quem tem responsabilidade de envolver, de pôr as pessoas a participar (...)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Foi referido que seria importante construirmos uma sociedade em que são os próprios cidadãos a exigir transparência às instituições, mediante a participação ativa.

“(...) [A] transparência devia ser exigida pelos cidadãos, mas para isso os cidadãos teriam que participar, teriam que ser educados para participar (...). [É] global a pessoa dizer mal mas não operacionalizar a queixa.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Com uma cidadania mais ativa, algumas entidades acreditam que a resolução dos problemas que se colocam à qualidade de vida na cidade seria mais célere, e as decisões e soluções encontradas seriam mais eficazes.

“Eu penso que a questão da participação é claramente a questão que se pode melhorar mais, de modo a ter depois também efeitos positivos, nomeadamente, logo à partida, na celeridade da resolução dos problemas.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

“(...) este défice de participação também faz com que a máquina não funcione.” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

“(...) eu acho que a graça disto tudo era realmente envolver a população para pensar a cidade.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Dois técnicos do poder local sentem que, muitas das vezes, as populações não sabem orientar a sua participação numa lógica construtiva.

“Há que saber participar, estarmos todos com a postura construtiva (...). As pessoas são muito irreverentes, e por vezes irreverentes não de todo no sentido construtivo. E relacionam-se com as organizações de uma forma um bocadinho ríspida, e às vezes sem razão... Perdem a razão, também, na forma como colocam [a questão].” (Técnico do poder local, *Focus Group 3*)

“Eu acho que, cada vez mais, as pessoas se agrupam, mas são poucas aquelas que se agrupam de uma forma positiva e construtiva (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 6*)

“Eu sigo as redes sociais com alguma atenção e há sempre críticas. Muitas vezes são críticas destrutivas que o único efeito que trazem é o cansaço e não ajudam a construir nada.” (Técnico do poder local, *Focus Group 6*)

Uma entidade de âmbito local considera que é importante refletirmos coletivamente em novas formas de se mobilizar as pessoas, de forma a conseguirmos melhores níveis de participação cívica:

“Eu não posso corresponsabilizar alguém para alguma coisa, se essa pessoa não está capacitada, em primeiro lugar para o fazer e se não está para aí voltada, portanto, aqui é virar um bocadinho o bico ao prego e perceber “Como é que eu vou captar pessoas?”, para que elas depois sintam interesse em participar. E que as TIC podem ser importantíssimas (...)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Duas entidades inquiridas dão exemplos de formas mais criativas de fomentar a participação e o envolvimento dos cidadãos, com bons resultados obtidos.

“Nós fotografámos o bairro. Imprimimos doze fotografias do bairro. (...) Colámos num painel e fomos para a rua. E depois perguntámos às pessoas o que é que ali, naquelas fotografias, devia ser alterado, melhorado, reformulado, o que fosse. Agora, a questão é: será que se nós tivéssemos convocado uma reunião de moradores com papelinho, edital colado nas paredes, “Venham no dia X à hora X” teria lá aparecido alguém? Teríamos tido algum tipo de participação? Muito provavelmente não.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

“(...) eu tenho a dizer que a nossa Junta de Freguesia (...) encetou um veículo de comunicação com moradores muito interessante, que tem tido alguma simpatia e tem tido algumas repercussões, que é tomar café com os moradores em cafézinhos que sejam centrais e onde as pessoas costumam parar. Tem sido muito interessante.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

Foi referido por alguns dos nossos convidados que o envolvimento dos cidadãos nas fases mais iniciais dos processos de tomada de decisão, fazendo a autarquia um esforço por ir ao encontro das populações ao invés de esperar a iniciativa destas, pode ser um caminho positivo para promover a participação. Um exemplo referido é que os cidadãos sejam ouvidos relativamente às suas preferências e expectativas de mobiliário urbano. Uma entidade formulou a questão:

“(...) passa por uma questão de paradigma. Ou seja, nós pensarmos que para que, neste caso, os equipamentos urbanos não estejam constantemente a ser estragados, eles têm que ser valorizados pelas pessoas. Em princípio estamos todos de acordo. Agora, como é que se faz com que as pessoas valorizem aquilo?” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

A mesma entidade ensaiou uma resposta à questão:

“Precisam de bancos? Então vamos perceber que tipo de bancos é que as pessoas gostariam de ter ali. Se calhar até envolver as pessoas... Não faço ideia, se era no fabrico, se era no desenho...” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 4*)

Esta proposta de envolvimento dos cidadãos na escolha do mobiliário urbano vai ao encontro da reivindicação de outra entidade:

“No Jardim do Príncipe Real, há uns anos, foram lá colocados uns sinais, não ouviram ninguém, colocando como achavam que deviam, e depois tiveram de colocar novamente. Isto é um desperdício de gastos públicos; acho que deveriam ser mais ouvidas as populações (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

O Orçamento Participativo foi elogiado enquanto instrumento à disposição dos cidadãos que queiram ter a iniciativa de propor medidas para Lisboa:

“Uma das medidas que eu acho excelente é o Orçamento Participativo. É uma excelente oportunidade que é dada a grupos de moradores, ou outros, de proporem algo com que a Câmara possa efetivamente contribuir.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Outra entidade deixou também um elogio ao Orçamento Participativo, bem como ao conceito de reuniões descentralizadas, mas mostra-se cética quanto à verdadeira disponibilidade das instituições políticas da cidade para o efetivo envolvimento da população:

“A questão do orçamento participativo: é excelente a ideia. As reuniões descentralizadas, também é uma boa ideia. Mas há um longuíssimo caminho a fazer em termos de disponibilização e abertura por parte de quem tem que nos servir para partilhar toda a informação conosco.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Esta é uma preocupação partilhada por várias entidades que participaram nos *focus groups*, que reclamam uma prioridade maior da Câmara Municipal e das juntas de freguesia ao diálogo permanente com a população da cidade.

“(...) mesmo quando as pessoas tentam criar uma associação de moradores para que, de uma forma coletiva, de uma forma combativa, tentem chegar ao diálogo com as autarquias, esse papel não é reconhecido, não é valorizado, não é tido em conta.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 2*)

“(...) os moradores não contam. Têm que se sujeitar às políticas que são decididas e não são uma parte ativa. (...) nós achamos que quer a Câmara quer a Junta, de facto, não ouvem os interesses dos moradores e esse é um problema.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

A mesma crítica estende-se às formas de participação cívica mais institucionais, como sejam os períodos de intervenção do público em assembleias municipais, de freguesia ou reuniões

abertas dos órgãos autárquicos. Três entidades inquiridas queixam-se da falta de respeito que sentem por parte dos eleitos e vereadores, que não escutam as intervenções do público ou faltam-lhes com uma efetiva resposta.

“Por exemplo, para ir à Câmara Municipal de Lisboa, para fazer uma intervenção qualquer, é demasiado controlado e não serve para nada, porque a maior parte dos vereadores normalmente, por uma falta de respeito que têm pelos munícipes, não aparece nessa parte da intervenção do público, portanto está lá um ou dois vereadores em vez de estar o executivo todo...” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

“Isso acontece à escala do município, da Assembleia Municipal. Estamos ali, depois cortam-nos a palavra e depois não existe uma verdadeira resposta.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

“Em relação à participação, eu acho que apesar de haver uma fachada de democracia, a participação é cortada. As idas às Assembleias Municipais, eu já fui várias vezes, e é quase humilhante, porque nós estamos... a pessoa está ali a expor-se, a falar de uma determinada coisa e (...) os deputados estão nos telemóveis ou estão na conversa ou saem para tomar café.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

2.3.4. Habitação

No *Focus Group 2*, que incidiu especialmente sobre a temática da habitação, uma das entidades diagnosticou que muitos são os fatores que se conjugam hoje em dia para criar novas tendências no mercado da habitação em Lisboa:

“Lisboa vive hoje um momento de grande pujança porque - quase por milagre – se colocou na mesma cidade, ou no mesmo país (e com grande enfoque em Lisboa), no mesmo período temporal uma série de circunstâncias que fizeram de Lisboa o que a cidade é hoje.” (Representante de empresários, *Focus Group 2*)

Essas tendências, que implicam um maior dinamismo no mercado da habitação do que aquele que existiu nas últimas décadas, geram, naturalmente, novos problemas a que há que saber responder:

“Lisboa e Porto estão a viver um período de grande dinamismo de habitação urbana, como no parque da habitação, e isso tem levado a novas dinâmicas mas também à criação de novos problemas.” (Representante de empresários, *Focus Group 2*)

Um dos factos mais referidos diz respeito à perda de população residente, que tem constituído uma tendência constante no município de Lisboa desde há várias décadas:

“(…) em Lisboa há uma desertificação significativa desde 2001, aliás já anteriormente se vinha a perder população. A cidade de Lisboa tem 550 ou 540 mil habitantes quando já teve 900 mil.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Foi mencionado que esta tendência de perda de população mantêm-se apesar da urbanização, atualmente ou em anos recentes, de novas áreas na periferia da cidade, o que significa que é o centro de Lisboa que está, efetivamente, a perder muita população residente.

“(…) o castelo perdeu 40% da população até 2011, em dez anos (…)” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

“(…) se olharmos de trás, eram freguesias que, entre 2001 e 2011, já tinham perdido 34% da população, portanto, em termos de habitação já tinham problemas históricos e, se recuamos ainda mais, vamos ver que a situação se vai agravando.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

Foi referido que o mau estado de conservação dos edifícios mais antigos da cidade não foi capaz de atrair população face ao surgimento de novas áreas urbanizadas na cidade, e os proprietários destes imóveis não tinham capacidade financeira para investir na reabilitação dos mesmos com a lei de arrendamento que então existia.

“(…) não foi possível recuperar e reabilitar o edificado em Lisboa, portanto muitas casas estão a cair, muitas casas estão completamente degradadas (…)” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Apesar de esta ser, como nos é sugerido, uma tendência de longo prazo, esta falta de atratividade histórica do centro de Lisboa para a fixação de população tem, hoje em dia, segundo os participantes, novos fatores. Segundo as entidades participantes, apenas nos anos mais recentes, com a reforçada atratividade turística de Lisboa, apareceram novas perspetivas de rentabilidade para a reabilitação dos edifícios mais degradados do centro da cidade:

“(…) o património edificado está muito degradado na cidade de Lisboa. Se formos à Baixa Pombalina, a maior parte daqueles edifícios estão degradados. Verificou-se nos últimos tempos uma alteração significativa que foi o alojamento local que provoca uma alteração significativa na cidade no que diz respeito à transformação do uso, passando de habitação para hotelaria.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Com efeito, representantes de várias entidades concordam com o diagnóstico de que, atualmente, o centro histórico da cidade vive uma dinâmica de alteração dos usos do edificado, do tradicional arrendamento para o acolhimento temporário de hóspedes.

“Preocupa-nos também, de alguma forma, que a recuperação dos imóveis (que é importante e que é necessária, porque tem trazido efetivamente uma limpeza e uma imagem à cidade com muito mais dignidade) esteja a ser utilizada como motivo para despejo do alojamento.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Várias entidades concordam que o turismo tem sido especialmente benéfico para a cidade no que diz respeito às possibilidades que trouxe de reabilitação urbana:

“(...) o turismo tem levado a reabilitar muita construção antiga no centro da cidade.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Uma técnica do poder local vê também “como muito positiva esta dinâmica de reabilitação” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*), porque acredita que a reabilitação do edificado nos centros históricos tardaria muito mais se estivesse dependente da intervenção pública, por parte da autarquia.

Segundo outra entidade, que representa empresários do setor do imobiliário, o crescimento da atividade turística em Lisboa apresentou aos proprietários dos edifícios e dos fogos uma fonte de rendimento alternativa, capaz de gerar maior volume de receitas e cuja viabilidade financeira tem justificado a reabilitação de muito património construído no centro histórico. Face a esta realidade, a mesma entidade defende que a autarquia apenas conseguirá contrariar esta tendência de alteração dos usos e consequente afastamento das populações residentes mediante medidas concretas que subsidiem o arrendamento a preços moderados:

“(...) em 2011 havia 50% dos imóveis a precisar de obras, nestas quatro freguesias. Uma reabilitação ali custa bastante dinheiro... Quem é que vai investir, a nível privado, em reabilitar para arrendar a preços compatíveis com os ordenados da maioria das pessoas? Isso é um problema real que só acontece mesmo com algum tipo de incentivos.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

Referiu-se que os fogos que, após reabilitados, são disponibilizados para o arrendamento, são-no a preços incomportáveis para a grande maioria dos portugueses e, em especial, das populações que residiam, até então, nesses bairros históricos.

“(...) o centro de Lisboa é cada vez mais para turistas, *city-users* e portugueses, lisboetas com qualidade de vida e rendimentos altos. Todos os outros vão para as periferias (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

“(...) vive em Lisboa quem pode e o resto das pessoas vai para fora.” (Outras entidades, *Focus Group 2*)

De acordo com as entidades inquiridas, esta pressão no arrendamento no centro da cidade para a prática de preços tão elevados obriga uma grande parte da população a viver em áreas mais periféricas, muitas vezes contra a sua vontade.

“(...) isto também empurra as pessoas para a periferia, uma vez que não é possível ter casa em Lisboa (...) Hoje verifica-se que ou se compra casa e se tem dinheiro para comprar a casa e arranjar um emprego para suportar o valor da prestação, ou para arrendar não dá porque hoje as casas em Lisboa não existem abaixo dos 500 euros, (...) tem que ser 700 e nalguns casos 1000 e 1000 e tal. Quem quiser arrendar uma casa no Parque das Nações é 1250 euros. Portanto é um valor incomportável para a maior parte das pessoas. A maior parte das pessoas hoje não ganha mais do

que o salário mínimo ou quase que o salário mínimo...” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

No contexto destas transformações que ocorrem no mercado do arrendamento na cidade, Lisboa deixou, segundo estes agentes, de ser uma cidade onde se salvaguarda o direito à habitação:

“Neste momento, Lisboa é boa para investir, excelente para investir. É boa para visitar, é boa para viver, só que só para alguns.” (Outras entidades, *Focus Group 2*)

Segundo as entidades que representam os moradores, faz falta uma política de habitação que inverta a tendência de despovoamento dos bairros históricos:

“Temos tudo a favor da necessidade de reabilitar a cidade mas essa reabilitação não [pode] ser só para investimentos turísticos ou para pessoas que nos visitam. Tem que haver mercado de arrendamento para as pessoas se manterem em Lisboa, se fixarem novas.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Uma técnica do poder local refere que existe, hoje em dia, “alguma falta de instrumentos jurídicos legais que impeçam esse fenómeno” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*), sendo que a nova lei do arrendamento parece também não ter ajudado à solução deste problema:

“(…) a legislação que saiu, embora dizendo que era para desenvolver o mercado de arrendamento, não o desenvolveu.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

“O mercado de arrendamento vai desaparecendo. A lei de arrendamento, alterada em 2011, também permite os despejos e permite que as pessoas sejam colocadas fora das suas casas cada vez com mais facilidade.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Uma entidade alerta para o facto de que, se estas tendências se mantiverem e, um dia, o número de turistas em Lisboa vier a baixar, o centro da cidade voltará a esvaziar-se, pois já ninguém habitará nele:

“(…) preocupa-nos que, quando não houver o turismo e quando estes índices de turismo baixarem ou estabilizarem, o que é que vai ser de Lisboa? As pessoas não moram cá.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Os agentes presentes em bairros menos centrais de Lisboa, mas próximos de *campus* universitários, referem uma tendência algo semelhante: muitos proprietários, ao invés de arrendarem os apartamentos, optam por arrendar os vários quartos a jovens, gerando assim uma receita maior. Desta forma, apesar de atraírem população jovem para os bairros, esses jovens não perspetivam manter-se aí para além de certa idade, uma vez que as únicas ofertas de arrendamento existentes são por quarto e não por apartamento, ou estas são demasiado caras.

“(…) a população está envelhecida (...), em vez de alugar a casa, optam por alugar os quartos, porque por dois quartos vão buscar mais um bocadinho do que

conseguiriam arrendando uma casa inteira. Isso tem dificultado a renovação da própria geração de Campolide. Porque aqueles jovens de Campolide que têm 25-30 anos não conseguem estabelecer-se na freguesia. Têm que sair porque as ofertas são demasiado elevadas para o tipo de vencimentos que a média tem.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

“As pessoas mais novas, agora, vão aparecendo, estudantes também procuram, dado que as universidades estão próximas, vão procurando os quartos para alugar.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

Referiu-se que, na zona do Beato, subsistem problemas graves de degradação do edificado, associados à permanência de uma população muito envelhecida:

“(…) temos o Beato, que tem uma zona com uma população muito idosa, tem graves problemas de estado de conservação do edificado.” (Técnico do poder local, *Focus Group 8*)

Porém, o mesmo técnico acredita que, no futuro próximo, esta zona assistirá a dinâmicas semelhantes às que já se manifestam noutros bairros centrais da cidade:

“O que eu acho, e que vai acontecer nessa zona da cidade, e que está a começar a acontecer, é que está a começar a haver muita especulação imobiliária. Neste momento já há muitos edifícios que foram comprados, alguns, com o seu estado de degradação, estão a deixar os edifícios chegarem ao seu limite até caírem (e alguns armazéns), para depois darem origem a outro tipo de edifício, e isso é algo que a Câmara, com as Juntas de Freguesia, tem de tentar controlar.” (Técnico do poder local, *Focus Group 8*)

Todas as entidades inquiridas, sem exceção, concordam que existem dificuldades sérias na garantia do direito à habitação na cidade de Lisboa, e a maioria admite que a solução só pode passar pela intervenção da autarquia no mercado de arrendamento:

“(…) pedir que sejam os promotores/proprietários a exercer a função social não funciona. Os proprietários não vão fazer isso. (...) E, portanto, o que nós entendemos é que tem que haver um Estado social que assuma essas funções sociais. Por isso, defendemos a implementação de um subsídio de renda para habitação.” (Representante de empresários, *Focus Group 2*)

Uma entidade refere que é necessário um exercício aprofundado de reflexão sobre “o que é que é isto do serviço público na área da habitação” (Outras entidades, *Focus Group 2*):

“(…) para a solução do problema da habitação é necessário que o Estado assuma o papel que lhe é devido, juntamente com as autarquias. Os poderes públicos têm a competência de intervir nesse âmbito. Para isso é necessário que se veja que realmente a habitação é um elemento estruturante no indivíduo. Sem teto não há dignidade. Portanto, é aos poderes públicos que cabe garantir esse acesso, e não deixar-se enredar, o que tem acontecido nos últimos anos, que é

desresponsabilizar-se e deixar para os privados o papel da habitação.” (Outras entidades, *Focus Group 2*)

Uma entidade representante de empresários alude à Câmara Municipal do Porto para sugerir uma orientação de futuras medidas de intervenção pública no mercado da habitação em Lisboa:

“Na Câmara do Porto, tem-se estado a assistir recentemente à Câmara estar a exercer direitos de opção de compra no centro histórico, no sentido de alojar pessoas a rendas mais reguladas. Depois temos a questão do valor das rendas, que é outra questão... Eu não vejo solução que não seja rendas controladas: com investimento privado acho que será muito difícil.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

O representante de uma associação de moradores inspira-se numa ideia que viu no estrangeiro para reivindicar a adoção de medidas criativas por parte da autarquia e dos promotores imobiliários:

“(...) havia hotel para turistas e depois, numa parte de baixo, havia apartamentos para pessoas idosas. As vantagens que tinha é que o turismo pagava, subsidiava as casas de terceira idade, havia ali uma rentabilização do espaço, as pessoas não estavam isoladas (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Este participante referia-se, pois, a um edifício que, após a sua reabilitação, foi disponibilizado para o acolhimento de turistas, nos andares superiores, e para o arrendamento a população mais idosa, nos andares inferiores. Os proprietários encontravam no arrendamento diário a turistas a rentabilidade financeira para suportar as rendas moderadas cobradas aos inquilinos dos pisos inferiores.

Um outro problema apontado ao tema da habitação em Lisboa diz respeito às sérias dificuldades de integração social nos bairros de habitação municipal. Segundo uma entidade, as medidas encontradas no final do século XX para solucionar um problema de habitação em Lisboa abriram espaço a outro problema, tão ou mais complexo:

“(...) apesar das boas experiências que havia no nosso país, a partir de 1950, nos Olivais (Norte e Sul), em que fez-se bairros sociais mas fez-se integração social, o que fizemos nos últimos anos para resolver o problema das barracas em Lisboa foi criar guetos (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

A mesma entidade entende que o problema criado é de tal gravidade que não encontra soluções capazes de resolver o problema instalado:

“(...) este aspeto de integração desses bairros sociais, de facto, foi perfeitamente dramático, e é. Eu não sei se aquilo hoje tem solução, porque acho extraordinariamente difícil, agora, dar a volta às coisas (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

No entanto, outras entidades ensaiaram propostas para minimizar este problema de habitação e integração social na cidade de Lisboa:

“(…) é necessário que a construção das cidades possa envolver promotores imobiliários na construção das habitações, que haja uma parte que seja destinada para famílias com menores rendimentos, para que não seja construído um bairro à parte para alojá-los.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 2*)

“(…) outro aspeto, também fundamental, é, realmente, desmistificar esta imagem da habitação pública, da habitação municipal (…)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 2*)

Por fim, importa referir que, no entendimento de várias entidades inquiridas, não é possível solucionar os problemas da habitação em Lisboa e melhorar efetivamente a qualidade de vida na cidade sem uma perspetiva integrada dos vários temas e das várias dimensões que influem na vivência urbana quotidiana:

“(…) a habitação não pode ser vista isoladamente, portanto desenvolver a habitação sem ter em conta os transportes, sem ter em conta os equipamentos locais que são necessários, jardins de infância, eu sei lá, espaços de lazer, espaços públicos e tudo isso. E, portanto, isso não é apenas a habitação. Só por si, isso não resolve os problemas.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

“Não podemos falar da habitação sem falar de acessibilidade em termos de transporte ou de outras matérias, de emprego, de educação.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 2*)

Além da criação de espaços públicos e equipamentos de proximidade, também o comércio local surge como uma dimensão necessária para atrair e fixar população nos bairros de Lisboa:

“(…) em termos de soluções que são necessárias pensar, é preciso, como já disse, incentivar o comércio local, incentivar a habitação jovem, não deixar as pessoas sair das freguesias.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

2.3.5. Mobilidade

O representante de uma entidade que trabalha com pessoas com deficiência lembrou as dificuldades que se colocam, por vezes, à própria deslocação pedonal em Lisboa:

“No que diz respeito à via pública, aquilo que são os problemas que causam mais sofrimento às pessoas com quem nós trabalhamos, e sofrimento quer dizer qualidade de vida devastada, é muitas vezes o estacionamento da cidade de Lisboa – muitas vezes não, sempre! – o estacionamento é um grande problema e o bloqueio dos passeios, das estradas, não há como circular (…)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 1*)

A mesma entidade fez uma referência à Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, afirmando que ainda há muito por fazer no sentido da aplicação prática dos seus pressupostos em Portugal:

“(…) ainda que medidas estejam a ser planeadas (pelas autarquias, pelo Turismo de Portugal, por exemplo), o que nós depois não vemos é, na prática, nada realizado.”
(Entidade de âmbito social, *Focus Group 1*)

A mesma preocupação foi manifestada por outra entidade, que entende que as dificuldades de mobilidade pedonal são também sentidas pela população em geral, e com especial destaque para as pessoas mais idosas:

“Achamos que a mobilidade suave ainda não está completamente garantida, e isso é muito importante, porque, como já foi referido, a população está envelhecida e precisa de condições de locomoção mais seguras.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

A situação de degradação do material circulante das empresas de transporte público que operam em Lisboa foi objeto de referências por parte de várias entidades inquiridas:

“(…) é preciso que se diga que tem havido uma quebra na qualidade dos serviços, na frequência dos serviços de transportes urbanos. E isto a juntar a algum desconchavo (vamos usar esta palavra) no que diz respeito à interligação da própria rede.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

“(…) a Carris e o Metro parece, ao que consta, que têm a sua atividade muito degradada, e agora nas lonas, porque há imensas carruagens que estão paradas por falta de peças... (…) Ou há uma injeção e há outra mobilização de recursos, ou isto não tem solução (…)” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

A passagem da gestão da Carris para a Câmara Municipal de Lisboa foi também referida nas reuniões. Todas as entidades que mencionaram a referida alteração de gestão avaliam positivamente a medida, vendo nela uma possibilidade forte de gerar impactos positivos para a mobilidade em Lisboa.

“Relativamente à Carris, acho muito positivo; acho que a cidade é que deve controlar os seus transportes, os seus fluxos, aonde é que as pessoas podem ir e de onde é que podem vir.” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

“Temos agora um exemplo daquilo que eu penso que se deve fazer na cidade: transportes públicos são feitos para as necessidades das pessoas e ponto final. Não é para uma gestão financeira e económica, para dar lucro, ou seja o que for.”
(Técnico do poder local, *Focus Group 4*)

Neste contexto, houve mesmo uma entidade que deixou uma sugestão de revisão de alguns trajetos da Carris, de modo a torná-la mais operacional e evitar atrasos ou percursos com demasiados desvios:

“(…) acho que a Carris podia ter eixos principais, em vez de andarem por aí autocarros enormes a percorrer os bairros da cidade: era preferível, de facto, haver transportes menores, com menores custos e elétricos, eventualmente, a fazer os percursos dentro do bairro.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

As entidades denunciam a situação de alguns bairros lisboetas em que a oferta pública de transportes é insuficiente para a procura que existe, gerada pela população residente mas também pelas necessidades de deslocação de quem aí trabalha. O Parque das Nações é um desses bairros:

“Eu moro no Parque das Nações, tem um interface fantástico a meia hora a pé da minha casa... e tenho um autocarro, de vinte em vinte minutos ou de meia em meia hora. Portanto, não. Mas se eu for para cima e passar para Moscavide, (...) [há autocarros] para todo o lado da cidade...” (Técnico do poder local, *Focus Group 1*)

Uma entidade presente em Campolide refere a falta que faz a extensão da rede do metropolitano até esse bairro:

“Falta o metro em Campolide. (...) Não há uma resposta suficiente da Carris, que permita colmatar essa falha do metro.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 6*)

Os residentes no bairro do Castelo registam que as pouquíssimas carreiras da Carris que servem o topo da colina deixaram de ter capacidade para servir a população, dada a enorme procura dos mesmos por parte de turistas e não se tendo sentido um reforço do número de viaturas a fazer os percursos:

“(…) estamos a falar de uma população muito envelhecida que ficou no alto de uma colina para o qual já não há transportes. O 737, que serve a colina e que é o único autocarro que vai até lá acima, parte da Praça da Figueira completamente lotado de turistas e já não para (a não ser por razões de trânsito) em todo o percurso até ao castelo. E aí recebe uma nova carga de turistas e desce, da mesma maneira, até à Praça da Figueira.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Uma entidade que representa moradores de outro bairro histórico afirma que esse é um problema transversal a outros bairros do centro histórico de Lisboa:

“(…) não acontece só no Castelo, acontece também na Misericórdia e noutras zonas: querem apanhar o transporte e está sempre cheio de turistas.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Face à exposição deste problema, outra entidade refere que a decisão que urge tomar é o reforço de todas as carreiras onde se sente a pressão do turismo:

“Nomeadamente nos meios de transporte com maior concentração turística, [é necessária] uma melhoria dos transportes, um reforço: porque há muito mais gente e tem de haver mais transportes, mais frequência.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

Por outro lado, há entidades que afirmam que o seu bairro não tem problemas de oferta de transportes públicos:

“Ao nível dos transportes, acho que a freguesia [de Marvila] está bem servida: nós temos metro, temos autocarros, o que facilita a mobilidade das pessoas entre os bairros e, também, para o centro da cidade. (...) E o que nós recebemos, a nível de *feedback*, é que a situação não piorou (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 8*)

A par do tema dos transportes públicos, também o tema do estacionamento foi amplamente abordado, com a impressão generalizada de que este é um problema sentido na maioria das áreas da cidade:

“É raro haver algum lugar em Lisboa onde haja estacionamento suficiente.”
(Representante de moradores, *Focus Group 6*)

Um técnico do poder local refere que o estacionamento é um dos temas que mais queixas reúne no território da Unidade de Intervenção Territorial Norte:

“Grande parte das reivindicações primárias que nos têm vindo a ser colocadas são: estacionamento, a questão da indisciplina no estacionamento condiciona também a acessibilidade e a mobilidade sobretudo da população idosa (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 3*)

“(...) o tecido mais consolidado (estamos a falar de Benfica, estamos a falar de Carnide), estamos a falar muito das questões das acessibilidades, essencialmente o paradigma é do estacionamento e do transporte individual (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 3*)

Como podemos ver, os problemas relacionados com o estacionamento referidos pelas entidades são sobretudo dois, ainda que bem associados entre si: a insuficiência de lugares de estacionamento face à procura e o comportamento dos cidadãos relativamente ao estacionamento dos veículos. Uma entidade refere que o estacionamento caótico suscita preocupações graves na eventualidade de uma situação que requeira socorro:

“E esta questão do estacionamento é fundamental: de facto, têm-se construído muito poucos parques e há muitas zonas da cidade, que são relativamente recentes, que têm um estacionamento perfeitamente anárquico. E quando chegar a altura de os bombeiros lá chegarem para qualquer coisa, não passam sequer.”
(Entidade de âmbito social, *Focus Group 3*)

Foram mencionadas várias zonas da cidade, próximas de locais ou serviços com muito elevada procura, cujas populações se queixam de uma pressão de estacionamento que dificulta muito o estacionamento por parte dos residentes. A Quinta da Luz, defronte do Centro Comercial Colombo e do Estádio da Luz, é um desses bairros:

“A Quinta da Luz tem ciclicamente picos de grande procura relativamente ao estacionamento que coincidem com épocas de saldos, épocas de festividades e jogos de futebol: normalmente, de quinze em quinze dias temos ali um ataque brutal e normalmente não há nenhuma intervenção organizada que permita facilitar a vida de quem reside.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

A associação de moradores deste bairro denuncia uma situação de estacionamento caótico, que envolve muito mau comportamento por parte dos proprietários dos veículos:

“(…) há bolsas de residentes que não são respeitadas, há zonas verdes que também não são respeitadas, há passeios que não são respeitados e há uma ocupação um bocado selvática dos espaços vagos que existem.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

A ausência de fiscalização do estacionamento nos momentos de maior pressão agrava ainda mais o problema:

“(…) não há fiscalização naqueles dias que são mais problemáticos, que são precisamente fins-de-semana e feriados – que são os dias mais caóticos, os dias de jogo... Os jogos são à noite, também! À noite também não há fiscalização.” (Representante de moradores, *Focus Group 3*)

Os moradores do Bairro Azul (um pequeno bairro rodeado de teatros, sedes de bancos, um centro comercial com catorze salas de cinema, a Fundação Calouste Gulbenkian e um *campus* universitário) diagnosticam de forma muito semelhante a situação do estacionamento na sua área de residência:

“(…) o bairro foi um bocadinho esmagado por aquilo tudo que foi construído ali à volta, sem que tivessem sido pensadas as questões dos acessos, do estacionamento, isso tudo.” (Representante de moradores, *Focus Group 6*)

As zonas mais próximas do aeroporto, segundo uma entidade local, também sofrem uma grande pressão de estacionamento, havendo condutores que se dirigem ao aeroporto e deixam o seu veículo estacionado durante vários dias nessas áreas residenciais, enquanto estão fora.

“Claro que o problema ali, essencial também, é o estacionamento – de estruturação e de ordenamento, que está a saturar ali, sobretudo em zonas próximas do aeroporto (…)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 8*)

É do entendimento da maioria das entidades inquiridas através dos *focus groups* que a mobilidade é uma temática sobre a qual importa refletir de forma integrada: integrando estacionamento e transportes públicos numa mesma visão estratégica de mobilidade na cidade.

“(…) as alternativas que se pretende ter são, exatamente, estacionamentos em zonas periféricas, com os acessos para os tais transportes públicos efetivos, de maneira a que as pessoas deixem o carro, com um custo muito mais contido, e que depois se movimentem na cidade com os transportes públicos. Isso significa que há

zonas da cidade que têm que ter uma maior cobertura – e maior cobertura é em números de carreiras (...)” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

Um agente inquirido considera que essa é já a lógica por detrás do comportamento de muitos trabalhadores que deixam o seu automóvel na zona Norte, onde seguidamente se servem do metropolitano. Faltam, contudo, muitos lugares de estacionamento para que esta lógica possa funcionar sem prejuízo para os residentes:

“(...) esta zona da cidade tem uma questão, que tocaram, que se prende com movimentos pendulares. É uma zona de entrada na cidade e uma zona com fortes centralidades (...). Promove a carga de quem entra na cidade e, muitas vezes, se socorre do metro, porque o metro continua a ser a grande infraestrutura pesada de acessibilidade dentro da cidade. E isso é efetivamente um problema, por exemplo, em São Domingos de Benfica, o bairro todo que está ali confinado com o Colombo invoca um grande problema de estacionamento.” (Técnico do poder local, *Focus Group 3*)

É necessário que os parques de estacionamento periféricos pratiquem preços moderados aos seus utilizadores, de modo a encorajar efetivamente a utilização do transporte público dentro da cidade:

“É impossível (...) os transportes públicos urbanos (a não ser que a bilhética passasse a 20€ a viagem) darem lucro. Mas é um serviço essencial à cidade. Como também não se compreende que os parques periféricos, que se destinariam a fazer agilizar o depósito do transporte privado para agilizar também, por sua vez, e beneficiar a cidade com o transporte público, sejam também pagos a peso de ouro.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

“(...) preocupa-nos a questão do estacionamento, dos preços avultados dos estacionamentos, que seriam as infraestruturas que iriam permitir, depois, nós apanharmos os transportes e circular internamente sem ter toda esta confusão de trânsito.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Se os preços praticados nesses parques de estacionamento forem similares aos praticados nas zonas mais centrais da cidade, torna-se financeiramente mais viável circular com o automóvel pela cidade:

“Feitas as contas, o que fica mais económico, e pela comodidade de trazer o carro, pago se calhar mais 50€ por mês, e isso não me leva a ter de andar de trás para a frente, de um transporte para outro, a esperar não sei quanto tempo para chegar ao meu destino.” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

Uma entidade de âmbito ambiental lamenta, efetivamente, que conduzir com automóvel próprio em Lisboa seja mais barato ou pouco mais caro do que utilizar os transportes públicos: situação que não encoraja o uso destes. Reivindica, nesse sentido, tarifas de transportes públicos mais reduzidas, numa lógica de serviço público às populações:

“A gasolina é uma coisa baratíssima, como sabem: é muito mais barato andar de carro do que andar de transportes. Depois, os transportes definitivamente são um negócio. São um negócio, não são serviço público. Se não são serviço público, não servem as comunidades.” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 3*)

Outra entidade de âmbito ambiental afirma que muitos dos problemas de mobilidade em Lisboa teriam mais fácil solução se a cidade tivesse mais bairros multiusos: ao invés de haver áreas que concentram muito emprego e áreas que concentram muita população, obrigando a grandes fluxos entre umas e outras, os bairros de Lisboa deveriam equilibrar melhor estas duas dimensões:

“(…) o ideal seria, de facto, bairros multiusos, como é um excelente exemplo a Expo, ou seja, todos nós deveríamos, de facto, viver perto do trabalho, o infantário ser perto do trabalho, o comércio ser perto…” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*)

2.3.6. Turismo

Uma vez que às entidades participantes foi-lhes solicitado que referissem quais são, na sua opinião, as tendências e transformações a ocorrer presentemente na cidade de Lisboa, um grande número de entidades mencionou o crescimento acentuado da atividade turística nos últimos anos e referiu algumas das suas implicações na qualidade de vida nas diferentes áreas da cidade. Segundo algumas entidades inquiridas, Lisboa tem registado um grande sucesso na sua promoção externa como destino turístico, atraindo grandes fluxos de turistas de uma forma mais rápida do que a prevista:

“(…) já chegaram a valores de turistas agora que estavam previstos só para 2020 (…)” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

“Isto é comum a qualquer cidade na Europa e até em muitas partes do mundo, em conta da diminuição do preço dos transportes. Lisboa aí tem beneficiado bastante. Se nós temos uma acessibilidade mais fácil, se nós temos grandes motivos para as pessoas nos visitarem e se lhes é mais fácil ou mais económico elas virem, elas vêm mesmo.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

A cidade de Lisboa, na opinião de outra entidade, não estava preparada para as mudanças tão rápidas que o crescimento do turismo ocasionou:

“(…) o turismo, a explosão da animação noturna – foi a uma escala que, se calhar, a cidade não estava a prever e não estava preparada (…)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Duas entidades, contudo, alertaram para o facto de o turismo não ter crescido de uma forma sustentável na cidade de Lisboa. Da mesma forma, também o tipo de turismo que regista um grande crescimento não é um turismo sustentável:

“(...) acho que todos concordamos que é [o turismo] uma coisa boa, acho que é inegável. Agora, o que tem a ver é com uma forma sustentável de fazer turismo e que claramente não tem sido feito.” (Entidade de âmbito ambiental, *Focus Group 1*)

“(...) acho que deve haver turismo, deve haver compatibilização do turismo e, como diz, o turismo sustentável.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Uma das grandes mudanças, já detalhadamente referida no segmento respeitante à Habitação, foi o crescimento do fenómeno do alojamento local, que converteu em uso hoteleiro muitas frações que até então previam o uso residencial. Essa tendência, segundo os participantes, terá afastado muita população do centro histórico, onde a atividade turística exerce mais pressão. Uma entidade referiu o exemplo do bairro do Castelo:

“(...) o alojamento local, que tem uma importância extraordinária neste território, (...) veio, de certo modo, afastar a população tradicional desta zona para fora desta área.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Um dos aspetos positivos mais referidos relativamente ao fenómeno do alojamento local diz respeito à criação de emprego que se tem verificado, bem como a importância desse novo rendimento para muitas famílias:

“(...) a oferta de hoje de alojamento local é uma coisa positiva para a cidade, inclusivamente porque gera, ou pode gerar, emprego.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“Nos nossos últimos estudos, num inquérito feito a associados em Lisboa, existem cerca de 5000 famílias dependentes desse rendimento, portanto foi um fenómeno que acabou por dar emprego a muitas pessoas, há pessoas que vivem disto mesmo, há pessoas para quem é um complemento...” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

A mesma entidade, embora aceitando que o alojamento local tem contribuído para aumentar o problema do acesso à habitação no centro histórico da cidade, pede que a autarquia priorize a adoção de medidas que incentivem o arrendamento de longa duração, ao invés de estudar medidas que visem a proibição do alojamento local, como sucedeu noutras cidades europeias:

“(...) a questão do alojamento local e a ocupação de espaços que, neste caso, era suposto serem residenciais e foram licenciados para isso. Os espaços podiam estar a ser habitados de forma permanente. Eu considero, obviamente, que isso é uma questão mas, por amor de Deus, não se proíba aquilo que tem vindo a... Promovam-se antes medidas que privilegiem a fixação de população no centro histórico.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“(...) há cidades, por exemplo Berlim, que proíbem o *Airbnb*; em Amsterdão restringem o *Airbnb* em certas circunstâncias.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

Outra das implicações do crescimento exponencial da atividade turística foi, segundo algumas entidades, o aumento do custo de vida em Lisboa:

“Lisboa é uma cidade muito cara. O português ganha pouco, não é? Acho que este *boom* turístico é muito positivo para a economia do país, mas tira qualidade de vida a quem cá vive.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 6*)

“Os preços vão subindo de acordo com o nível de vida de quem nos visita.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Uma associação de moradores destaca o setor da habitação, mais uma vez, como a área em que mais se sentiu esse aumento de preços, uma vez que a crescente preferência dos proprietários pelo aluguer de frações a turistas veio limitar ainda mais a disponibilidade de fogos para habitação, inflacionando o valor das rendas:

“As famílias portuguesas que querem uma casa em Lisboa vêm-se numa dificuldade muito grande. Nos últimos tempos, o aumento do valor das rendas ultrapassou 40% do que era anteriormente. E, portanto, há aqui um desviar da habitação para alojamento local.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Várias entidades lembraram, contudo, o contributo do alojamento local para a reabilitação de muito edificado em Lisboa, que se mantinha degradado antes destes anos de maior dinâmica turística:

“(…) o caso do alojamento local é uma dinâmica importantíssima para a economia, quer nacional quer de Lisboa. Estamos a falar de uma atividade que traz milhões de euros à economia, que tem dinamizado – goste-se ou não – tem dinamizado (e muito) os prédios que são reabilitados, e se, hoje, temos uma cidade que está a ficar cada vez mais bonita, deve-se, em grande parte, ao alojamento local. Claro que há medidas que têm que ser alteradas e corrigidas (…)” (Representante de empresários, *Focus Group 2*)

“Em relação à reabilitação, eu também disse desde o início que a questão do alojamento local veio trazer uma nova dinâmica à reabilitação que não existia, e, portanto, isso foi positivo.” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

Admitindo a evidência de alguns impactos positivos da atividade turística, uma entidade denuncia, contudo, aquilo que considera serem “excessos” que prejudicam a qualidade de vida dos lisboetas:

“(…) não temos rigorosamente nada contra o turismo (que é uma indústria que traz riqueza, traz emprego, etc.): somos evidentemente contra os excessos do turismo.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Os comportamentos de alguns visitantes, no que se refere ao ruído ou ao lixo, são apontados como problemas reais para a qualidade de vida das pessoas que vivem no centro histórico:

“[Os turistas] causam bastante transtorno à vida das pessoas, porque é a questão do lixo (que eles saem e põem o lixo a qualquer hora do dia, não têm essas regras, não conhecem...); nos *hostels* temos o problema das janelas abertas, de virem para as janelas fumar e beber e fazer barulho, numas ruas muito estreitas em que o eco é muito grande... Enfim, há realmente uma série de coisas que diminuiu muito a qualidade de vida das pessoas.” (Representante de moradores, *Focus Group 5*)

Outra entidade referiu, além do lixo, o tema dos transportes públicos, nos quais se sente uma pressão turística muito forte:

“(...) este impacto do turismo trouxe o impacto de muito mais pessoas que também utilizam a cidade, portanto há temas de lixo, transportes, que têm impacto, também, e geralmente originam queixas...” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

A mesma entidade, que representa proprietários de apartamentos utilizados como alojamento local, referiu que tem desenvolvido, junto dos seus associados, algum trabalho de sensibilização com vista a corrigir os problemas de convivência nos prédios:

“(...) nós estamos a passar cada vez mais essa informação e a procurar, cada vez mais, estabelecer regras e boas práticas para que sejam trabalhadas nos apartamentos.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

Relativamente ao alojamento local, essa entidade deixou algumas propostas de ação, entre as quais a possibilidade de a Câmara Municipal de Lisboa, perante tão grande pressão em determinados bairros, poder definir regras específicas:

“(...) vemos com bons olhos que exista a possibilidade de, localmente, serem tomadas decisões diferentes do contexto do país, e em zonas que tenham impactos de pressão maior do que outros.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

“(...) face a questões que estão a aparecer localizadas (nomeadamente no centro histórico de Lisboa e no centro do Porto), cremos que faz sentido haver aqui algum tipo de decisão ou de influência local (...)” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

Por outro lado, o mesmo participante acredita que a Câmara Municipal de Lisboa poderia exercer algumas competências de fiscalização dos alojamentos locais.

“Em primeiro lugar, ia mencionar aqui um tema de fiscalização, que é muito importante; grande parte dele, no âmbito do alojamento local, é da responsabilidade da ASAE: existe, no entanto, alguma que deveria ser da Câmara, nomeadamente após os registos, uma vistoria.” (Representante de empresários, *Focus Group 5*)

O aumento da oferta de alojamento local e o afastamento consequente de populações do centro histórico, de acordo com uma entidade inquirida, pode ter o efeito de retirar aos bairros antigos a sua identidade própria:

“(...) o turismo tende a tirar identidade aos espaços. E porquê? Porque tende a tirar de lá as pessoas que lá viviam e que são a história do espaço; tende a tirar de lá as manifestações espontâneas e genuínas de quem vive os espaços e as produções e as atividades culturais típicas (...)” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Na mesma linha de raciocínio, outras entidades consideram que a perda da autenticidade do centro histórico de Lisboa poderá comprometer, no futuro, a própria atratividade de Lisboa enquanto destino turístico:

“(...) no dia em que essa tal autenticidade, essa maneira de nós sermos iguais a nós próprios, desaparecer, o turista é o primeiro a desaparecer também.” (Representante de empresários, *Focus Group 1*)

“(...) a verdade é que uma cidade sem habitantes, e Lisboa vive muito do que se chama autenticidade, a cidade de Lisboa sem habitantes não é atrativa.” (Representante de empresários, *Focus Group 2*)

“É verdade, há um excesso de oferta, mas devia haver um grande trabalho de oferta específica que ajude a manter a cultura e a identidade destes espaços, porque senão, obviamente, também deixa de ser interessante para o turismo: há muito turismo que se interessa por uma cidade viva e genuína. No momento em que ela deixar de ser, também já não tem interesse.” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

Outra entidade refere mesmo que Lisboa arrisca-se a tornar-se uma cidade sem identidade própria, onde os turistas encontrarão as mesmas lojas e o mesmo tipo de atrações que em tantas outras cidades, e que, por isso, importa urgentemente adotar medidas que garantam a fixação das populações nos bairros históricos:

“Tem que haver mercado de arrendamento para as pessoas se manterem em Lisboa (...). A cidade vai morrer, como está a acontecer aos poucos. Uma cidade, um bairro, sem pessoas não é uma cidade, é uma Disneylândia, um parque temático em que Lisboa se está a transformar. Os cruzeiros, os turistas, toda a gente vem ver Lisboa. E, como disse e bem, os turistas qualquer dia vêm ver outros turistas. As características da própria cidade, os seus moradores, a roupa estendida, as tascas, a solidariedade entre as pessoas, isso vai desaparecer. Portanto, acaba por ser uma cidade igual às outras: o comércio franchisado, (...) as lojas que existem em todas as cidades europeias (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 2*)

2.3.7. Equipamentos de proximidade

A fixação de equipamentos de proximidade nos diferentes bairros da cidade é, segundo todos os agentes inquiridos, uma questão essencial para melhorar a qualidade de vida de quem reside em Lisboa, e sem a garantia da existência de determinados equipamentos de proximidade não podem ser resolvidos outros problemas.

“A criação de equipamentos em determinadas zonas que estão deficitárias: ninguém se fixa se não tem uma escola, ou se não tiver um jardim, se não tiver um supermercado... Como é que pode querer que as pessoas se fixem se depois não têm onde ir às compras, aonde levar os filhos às creches, à escola, etc.?” (Técnico do poder local, *Focus Group 5*)

Tendo em conta o nível de envelhecimento da população de algumas áreas de Lisboa, a existência de equipamentos que sirvam a população mais idosa é objeto de alguma preocupação de uma entidade da zona Ocidental:

“É um problema real. Temos idosos, temos que cuidar deles, temos que arranjar infraestruturas.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 4*)

Uma vez que se referiu a importância de as populações disporem de equipamentos de proximidade nas áreas em que residem, o défice desses espaços foi denunciado pelas entidades de alguns bairros onde a oferta de equipamentos de proximidade fica abaixo das necessidades da população residente. A colina do castelo é um desses bairros:

“Ainda bem que há a escola no castelo, é verdade, porque aqueles miúdos vêm transmitir alguma vida. [Há] pessoas no castelo, pessoas mais idosas, que vêm à janela e à rua para verem entrar e sair os miúdos da escola porque lhes recorda o que era a vida naquele bairro. Como não há nada, não há nenhum equipamento em toda esta colina...” (Entidade de âmbito local, *Focus Group 5*)

O Parque das Nações é outro dos bairros lisboetas cujos residentes lamentam o défice de equipamentos de proximidade instalados. As entidades referem que esta situação não deveria ocorrer numa área da cidade que foi planeada de raiz.

“(...) temos uma grave carência ao nível dos equipamentos públicos. Não temos praticamente equipamentos públicos.” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

“Não temos capacidade escolar para a população instalada: usamos as escolas fora da freguesia, e isto por causa da história dos agrupamentos, ou seja, só temos uma escola pública até ao 9.º ano. Os miúdos têm de sair da freguesia, o que é um transtorno do ponto de vista dos transportes (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

“(...) a escola está por acabar, uma delas, há imenso tempo, vamos lá ver se é feita; uma terceira também por edificar; o centro de saúde que não chegou a ser feito (...)” (Representante de moradores, *Focus Group 8*)

Uma entidade defende que “todos os bairros deviam ter um centro cultural” (Entidade de âmbito cultural, *Focus Group 8*) dinamizado pelas entidades locais, aonde as populações pudessem deslocar-se quotidianamente para as mais variadas atividades pedagógicas e recreativas, dirigidas para todas as faixas etárias.

Apesar da importância que todos os agentes identificam na criação de equipamentos de proximidade nos bairros de Lisboa, um deles não deixa de relativizar o conceito de proximidade numa cidade com as soluções de mobilidade de que Lisboa dispõe.

“(...) cai-se muito na tentação de estes equipamentos de proximidade terem que estar em proximidade física. Ora, nós sabemos que a mobilidade, sobretudo em cidades como a cidade de Lisboa, é grande, e muitas vezes corre-se o risco de estarmos a duplicar determinadas situações quando poderíamos ter outro tipo de valências. Desde que a gestão fosse de proximidade, de facto, ela não precisa de estar em todos os bairros, em todas as ruas, em todas as situações. Portanto, pode haver uma menor dispersão, havendo uma maior concentração, uma maior eficácia e uma maior eficiência no seu exercício (...)” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*)

No entendimento desta entidade de âmbito social, o mais fundamental não é que o equipamento tenha proximidade física com as populações, mas sim que a sua gestão seja de efetiva proximidade, não havendo necessidade de criar equipamentos semelhantes, de menor escala, em áreas muito próximas, quando é possível ganhar escala e instalar equipamentos de maior qualidade e com maior capacidade de resposta aos desafios locais:

“(...) a gestão é que tem que estar próximo e isso resolve muitas destas situações. Não é por ter uma área um bocadinho maior que deixa de poder estar próximo. Tem que estar próximo, seja pequeno ou seja grande, porque esta questão depois de proximidade retira também capacidade de resolução e isso muitas vezes é um problema.” (Entidade de âmbito social, *Focus Group 7*)

Referiu-se também nos debates a possibilidade de conseguir um melhor aproveitamento dos equipamentos já instalados, nomeadamente das escolas. Uma entidade entende que os edifícios das escolas poderiam estar disponíveis para a sua utilização por parte da população e dos movimentos locais após terminado o horário escolar:

“E quando nós vivemos num país cheio de dificuldades para as associações, para os pais, para as pessoas reunirem, para praticarem desporto, para fazerem teatro, para fazerem essas coisas todas, nós colocamos a questão se não seria importante a escola estar aberta à população local.” (Outras entidades, *Focus Group 7*)

“(...) há auditórios, ginásios, coisas assim do género que podem ser utilizados. E as próprias salas de aulas e as bibliotecas, que podem ser utilizados, por exemplo.”
(Outras entidades, *Focus Group 7*)

Ainda a respeito dos estabelecimentos escolares, um agrupamento de escolas referiu que existe uma tendência de degradação das escolas E.B.2/3 à qual não se está a ainda a responder, ao contrário das escolas do 1.º ciclo e das secundárias:

“(...) as escolas do 1.º ciclo estão a ter um plano integrado – e muito bom, quero já dizer – de obras, de requalificação (...), as do Secundário tiveram uma intervenção (não todas) da Parque Escolar por parte do poder central, e temos o limbo das E.B.2/3 que, atenção, é um problema gravíssimo na cidade, porque são escolas com 40 ou mais anos (...) e que (...) estão absolutamente degradadas (...)” (Agrupamento de escolas, *Focus Group 3*)

2.4. Reflexões finais: inquirição aos agentes da cidade

No contexto da presente investigação, a realização de *focus groups* cumpriu o seu papel de metodologia exploratória. Reunindo representantes de várias entidades de Lisboa, com atuações diversas em várias áreas da vida quotidiana da cidade, para debater a qualidade de vida urbana e as transformações e tendências em curso na cidade de Lisboa, os oito *focus groups* elucidaram sobre as principais temáticas a ter em consideração para um entendimento global das questões.

Os resultados dos *focus groups* apresentam um predomínio de determinadas áreas temáticas que concentram a grande maioria das referências feitas pelas entidades participantes, e que apontam para a sua relevância no quadro de uma análise à qualidade de vida na cidade. Essas áreas temáticas foram as relações interinstitucionais, o espaço público, a participação cívica, a habitação, a mobilidade, o turismo e os equipamentos de proximidade.

Paralelamente, foi intenção da equipa de investigação conduzir os *focus groups* para o tema da Reforma Administrativa de Lisboa, dirigindo aos participantes questões relativas às mudanças decorrentes da Reforma Administrativa. Desta forma, procurou-se identificar as perceções e a experiência das diversas entidades relativamente à nova realidade administrativa da cidade. Após tratado o conteúdo dos *focus group*, foi possível identificar as áreas temáticas em que as entidades sentiram um maior impacto da Reforma Administrativa: as relações interinstitucionais, o espaço público, os licenciamentos, a participação cívica e os equipamentos de proximidade.

Podemos destacar que há uma correspondência grande entre as áreas temáticas mais referidas espontaneamente pelas entidades inquiridas e as áreas temáticas referidas aquando de um debate mais orientado sobre o tema da Reforma Administrativa. As relações interinstitucionais, o espaço público, a participação cívica e os equipamentos de proximidade foram temas muito

frequentemente referidos em ambas as circunstâncias. Por contraste, os temas da habitação, da mobilidade e do turismo foram mencionados frequentemente pelos inquiridos, mas, em geral, sem relacioná-los com as mudanças ocasionadas pela Reforma Administrativa.

As relações interinstitucionais foram, de forma destacada, o tema mais referido pelas entidades participantes nesta inquirição focada nos aspetos da qualidade de vida urbana e nos impactos da Reforma Administrativa, o que muito revela sobre a orientação que estes agentes sugerem para conduzir à melhoria e à resolução de situações que comprometem a qualidade de vida na cidade. Os agentes presentes nas reuniões sentiram a necessidade de referir o muito que falta fazer no sentido de melhorar as relações entre entidades, entre as entidades e o poder local, entre este e os cidadãos, as empresas, *etc.* Esse trabalho em parceria é apontado como possível fonte de soluções para os problemas e desafios da gestão da cidade. As entidades não sentem que façam parte do processo de escolhas e decisões para o território e para a comunidade, e sentiram a necessidade de reivindicar uma gestão territorial mais participada, mais inclusiva, com uma maior colaboração dos agentes locais.

A maioria dos agentes não sente que a capacitação das juntas de freguesia (por via da Reforma Administrativa) se tenha traduzido numa aproximação da política urbana aos cidadãos ou numa mais clara priorização da participação cívica na tomada de decisões. O exercício de muitas novas competências próprias, por vezes sem o quadro técnico para desempenhar essas novas funções da maneira mais desejável, em muitos casos afastou as juntas da sua vocação de manter um diálogo permanente com a sua população. As juntas afastaram-se da população, ao passo que se tornou mais fácil, para alguns agentes inquiridos, obter respostas da Câmara Municipal. A qualidade do entendimento entre o agente e a sua Junta de Freguesia parece depender das relações pessoais que se mantêm com o presidente da Junta: as relações de informalidade, não institucionais, parecem determinar a maior ou menor facilidade em obter uma resposta por parte das juntas de freguesia.

É comumente aceite pelos inquiridos que, ainda que algumas juntas de freguesia empreendam um relevante esforço por manter diálogo com a população, raramente procuram um envolvimento mais comprometido dos cidadãos, uma efetiva colaboração na tomada de decisões. A participação cívica em Lisboa é bastante baixa e os órgãos do poder local não têm sabido, salvo alguns casos pontuais, atrair os cidadãos ao envolvimento com as instituições. O compromisso dos cidadãos com a procura de soluções e com as transformações da cidade foi uma necessidade muito afirmada nos *focus groups*, como uma exigência presente para conduzir a uma gestão urbana mais inclusiva e democrática.

Ao nível das relações entre as diversas entidades e o poder local, também não é possível afirmar que tenha havido uma consensual melhoria. Muitas entidades entendem que o relacionamento com as juntas de freguesia melhorou, outras sentem o contrário. Mais uma vez, porém, o bom relacionamento pessoal com o presidente da Junta parece ser o critério que desbloqueia a maioria das situações.

Ao nível do conjunto da cidade, a generalidade dos participantes concorda que está a ser feito um investimento importante e bem-sucedido na criação de melhores espaços públicos e de socialização. As críticas à qualidade do espaço público, de uma forma geral, incidem sobre bairros específicos ou problemas mais pontuais, como sejam o mobiliário urbano, a manutenção da calçada ou a recolha do lixo. Ao nível de espaços verdes, concretamente, várias entidades referiram que existe um importante défice na cidade.

É reivindicado um maior envolvimento dos cidadãos nas decisões sobre o espaço público. Os agentes territoriais afirmam que os cidadãos devem ter uma palavra a dizer sobre o mobiliário urbano, a ocupação do espaço público ou o tipo de intervenção a fazer-se nos diversos espaços.

O balanço sobre o impacto da Reforma Administrativa na limpeza do espaço público é muito variável consoante a área da cidade e o entendimento do agente inquirido. Não obstante, as entidades participantes tendencialmente concordam que a limpeza das ruas terá melhorado nas UIT Norte e Ocidental, ao passo que terá piorado no território da UIT Oriental. Na UIT Centro Histórico, a situação terá piorado ou o problema da limpeza urbana manteve-se como o problema sério que já era.

As áreas em que há partilha de competências entre Câmara e juntas são problemáticas porque há pouco conhecimento da população em geral sobre a quem deve comunicar ou exigir intervenções, e essa falta de clareza pode ser um obstáculo à eficiência da gestão urbana. Aconselha-se a que o número de áreas em que existe partilha de competências – ou, muitas vezes, sobreposição - seja reduzido, e que se invista muito na definição clara e na divulgação das competências exercidas por cada nível da administração local, por via a esclarecer o cidadão sobre como relacionar-se com as instituições autárquicas da sua cidade, o que pode reivindicar e a quem o deve fazer.

Foi verificada uma unanimidade em redor do problema da insuficiência de meios humanos transferidos para as juntas de freguesia, situação aparentemente não acautelada pela Reforma Administrativa. As competências próprias foram transferidas para as várias juntas de freguesia da cidade sem que houvesse garantia da transferência de meios humanos qualificados para as exercer. A área dos licenciamentos é aquela em que esta questão mais se sente. Da mesma forma, as ações de formação de recursos humanos, previstas na Reforma Administrativa para contornar este problema, são amplamente criticadas.

Ao nível dos licenciamentos, os representantes de empresários defendem que estes não sentiram uma desburocratização como resultado da Reforma, sentindo mesmo inconvenientes como a ausência de entendimentos comuns pelas diferentes juntas sobre os mesmos regulamentos.

Os responsáveis de equipamentos de proximidade (agrupamentos de escolas, na sua grande maioria) fazem um balanço positivo da Reforma Administrativa, mas ainda assim com muito a melhorar no tema da organização das juntas de freguesia, da disponibilização de verbas e, mais uma vez, da harmonização de práticas, entendimentos e critérios.

O tema da habitação surgiu com diferentes abordagens e vários pontos de vista, uns mais críticos do que outros relativamente à atuação da Câmara Municipal, e uns mais otimistas do que outros relativamente às tendências recentes que se sentem no mercado de habitação em Lisboa. Contudo, há certas ideias que reúnem um vasto consenso entre as entidades participantes. Uma dessas ideias é a de que a nova lei do arrendamento, que se propunha dinamizar o mercado de arrendamento, não logrou fazê-lo: o crescimento rápido do turismo e a orientação estratégica da economia local lisboeta para essa atividade económica emergente significou uma orientação do investimento em reabilitação urbana e uma disponibilização dos fogos não para o arrendamento a longo prazo, mas para o arrendamento de curta duração a turistas. Uma segunda ideia, que colhe muitos apoios entre os nossos convidados, é a de que o grande investimento privado em reabilitação urbana tem resultado numa melhor imagem da cidade e dos seus bairros históricos. Uma terceira ideia partilhada pela grande maioria das entidades é a de que uma regulação do mercado de habitação em Lisboa, visando controlar a grande subida de preços que se tem verificado nos últimos anos e que tem afastado muitos indivíduos da possibilidade de residir em Lisboa, tem de partir de uma intervenção pública, em especial da Câmara Municipal, no sentido de encorajar ou subsidiar o arrendamento a preços moderados.

Ao nível da mobilidade, a gestão direta da Carris pela Câmara Municipal de Lisboa é vista como uma medida positiva pelas entidades, que olham essa novidade com esperança, visto que várias entidades referem, como um dos graves problemas atuais da cidade de Lisboa, a quebra recente na qualidade dos serviços de transportes públicos, reivindicando para a resolução dessa situação um importante investimento público. Várias entidades referem que continua a haver bairros em Lisboa com insuficiente oferta de transportes públicos e que a situação é especialmente grave nos bairros históricos, onde se sente mais a pressão turística também sobre os meios de transporte públicos. Nesse contexto, urge reforçar o número de veículos a operar nas carreiras mais procuradas por turistas, de modo a que estas tenham capacidade para servir também os moradores.

Há consenso, entre os agentes participantes, sobre a necessidade melhorar as condições de circulação em transportes públicos no interior da cidade para poder aplicar-se, com bons resultados, uma política que tenha por objetivo a redução do número de automóveis em Lisboa. O problema do estacionamento, muito mencionado, seria também minimizado se o transporte público se afirmasse como uma alternativa mais eficiente. As entidades pedem, em geral, significativas bolsas de estacionamento (gratuitas ou a preços muito baixos) nas áreas mais periféricas e junto a interfaces importantes de transporte, de modo a permitir aos residentes e utilizadores da cidade deixar o automóvel nesses espaços e fazer as restantes deslocações, dentro da cidade, em meios de transporte públicos.

Dizem os nossos interlocutores que o crescimento da atividade turística em Lisboa tem gerado benefícios para a cidade, no entendimento da generalidade dos inquiridos, criando emprego e dando novas alternativas de rendimentos a muitas famílias. Os problemas que a atividade turística gerou, no entanto, são também relativamente consensuais entre os participantes: o

turismo, por exemplo, inflacionou os preços de bens e serviços, e particularmente na habitação. Outros problemas apontados dizem respeito à perda de identidade dos bairros históricos, à descaracterização do comércio local e das vivências espontâneas da cidade, à pressão de novos utilizadores sobre o território e sobre a oferta de transportes públicos, bem como às questões do ruído e da produção de resíduos urbanos.

Em suma, os *focus groups* realizados, enquanto método de inquirição simultânea a diversos agentes em torno das mesmas questões, permitiram encontrar, em vários casos, tendências de entendimento sobre os assuntos referidos, havendo, inclusivamente, unanimidade em alguns deles (a questão da higiene urbana e das relações entre o poder local e as entidades locais são provavelmente as duas grandes exceções, em que uma tendência de opinião generalizada não foi, de todo, encontrada). Ao nível da qualidade de vida na cidade de Lisboa, muitos aspetos positivos foram referidos, mas em todas as reuniões, sem exceção, foram deixadas solicitações para que a Câmara Municipal reforce o seu papel de atuação nas mais diversas áreas. Ao nível da Reforma Administrativa e seus impactos, a ideia geral aponta para a aprovação do processo de descentralização e de capacitação das juntas de freguesia, não sendo menos certo, porém, que as entidades fizeram referência a muitas ineficiências administrativas, expectativas goradas e, de um modo geral, muitas situações que urge solucionar ou melhorar para que os residentes da cidade obtenham mais benefícios da mudança que se registou no plano administrativo.

3. Inquirição aos munícipes

A componente quantitativa da pesquisa concretiza-se num inquérito à população residente na cidade de Lisboa, representativo por Unidade de Intervenção Territorial (aplicado a 2502 residentes), focado sobretudo em questões relacionadas com a qualidade de vida e o governo da cidade, nomeadamente a Reforma Administrativa de 2012.

Este terceiro capítulo, o mais longo de todo o relatório, contém uma primeira secção metodológica onde se apresentam o conteúdo do questionário, a população alvo, a amostra, e se dá informação sobre a fiabilidade dos dados. A secção seguinte contém toda a análise dos dados recolhidos, organizada tematicamente. Em cada subsecção faz-se uma primeira descrição dos dados relevantes, passando-se de seguida a análises mais aprofundadas, nomeadamente sob a forma de análise bi e multivariada.

Inicia-se com uma subsecção em que se a caracterizam socialmente os indivíduos que compõem a amostra, os seus agregados familiares e os seus contextos habitacionais. Segue-se a secção dedicada à análise de questões que ajudam a caracterizar a vida na cidade de Lisboa e a melhor situar as avaliações e opiniões expressas pelos inquiridos: mobilidade urbana e transportes, práticas quotidianas e seus contextos territoriais e ainda práticas cívicas e de participação política. De seguida, apresenta-se a análise à qualidade de vida na cidade de Lisboa, composta pela análise da satisfação dos inquiridos com a casa, a vida pessoal, o bairro e a cidade, e pela análise do que, segundo os indivíduos questionados, tem mudado positivamente e negativamente em Lisboa e nas suas freguesias. O conhecimento e avaliação da Reforma Administrativa, juntamente com outras questões relacionadas com o governo da cidade, como os contactos e relações com as juntas de Freguesia e Câmara Municipal são os temas da secção seguinte. Uma última secção dá conta dos principais resultados e conclusões deste capítulo.

Sempre que relevante, dá-se informação sobre o comportamento das variáveis em cada uma das cinco Unidades de Intervenção Territorial em que Lisboa se encontra dividida.

3.1. Metodologia de inquirição aos munícipes

3.1.1. Questionário

Partindo da análise da literatura e documentação relevantes, apresentados no Capítulo 1 do relatório, estruturaram-se os conteúdos do questionário⁵ de acordo com as dimensões e níveis evidenciados na Tabela 5. Recolheu-se informação sobre perceções, condições e expectativas, para cada dimensão de análise, sempre que aplicável. Os três níveis de análise mobilizados - individual, do bairro ou da freguesia e da cidade - respondem a uma necessidade referida pela autarquia de distinguir, de forma precisa, perceções e avaliações para cada um dos níveis territoriais.

⁵ O inquérito por questionário aplicado aos munícipes pode ser consultado integralmente no Anexo 1.

Tabela 5. Dimensões e níveis de análise

Dimensões de análise		Níveis de análise		
		Individual/Casa	Bairro/Freguesia	Cidade
Conforto e bem-estar no espaço doméstico	Perceções	Perceção sobre as condições da habitação, estado de conservação, grau de satisfação relativamente a vários aspetos		
	Condições	Caracterização da residência (tipologia, antiguidade, condições, número de quartos) e situação perante a residência		
Mobilidade residencial	Perceções	Razões pessoais para escolher a atual residência	Fatores de atração	Fatores de atração
	Condições	Tempo na residência onde vive e local de residência anterior		
Qualidade de vida urbana	Perceções	Satisfação relativamente ao emprego, à situação financeira, ao local de residência, à vida familiar, à vida social, à saúde e à vida em geral	Satisfação relativamente a diversos aspetos da QV Avaliação geral da QV	Satisfação relativamente a diversos aspetos da QV Avaliação geral da QV
	Condições	Ocorrência de furto/crime		
	Expectativas		Sugestões para melhorar a QV	Sugestões para melhorar a QV
Mobilidade, transportes e quotidiano	Perceções		Serviços ou equipamentos existentes e perceção sobre eles Perceção sobre oferta e qualidade de transportes públicos	Serviços ou equipamentos existentes e perceção sobre eles Perceção sobre oferta e qualidade de transportes públicos
	Condições	Localização do emprego/local de estudo Tempo despendido nas deslocações para emprego/escola		
	Práticas	Meios de transporte utilizados nas deslocações quotidianas Atividades quotidianas	Utilização de serviços e realização de atividades	Utilização de serviços e realização de atividades

Participação cívica e mobilização política	Perceções	Interesse por assuntos políticos Posicionamento no espectro político		Perceção sobre a disponibilidade de atuação da CML
	Práticas	Comportamentos e atitudes de participação cívica; participação em associações e movimentos cívicos; participação eleitoral	Participação em assembleias de freguesia ou audições públicas	Participação em Assembleias Municipais ou audições públicas da CML
Mudança urbana e governo da cidade	Perceções		Perceção sobre as mudanças recentes na freguesia (positivas e negativas) Satisfação geral relativamente à governação da freguesia Qualidade do atendimento na JF e consequência dos contactos	Perceção sobre as mudanças recentes na cidade (positivas e negativas) Satisfação geral relativamente à governação do município Qualidade do atendimento na CML e consequência dos contactos
	Práticas		Contactos recentes com a JF e respetivo âmbito	Contactos recentes com a CML e respetivo âmbito
	Expetativas		Capacidade de atuação das juntas de freguesia	Capacidade de atuação da CML
Reforma Administrativa da cidade de Lisboa	Perceções	Conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa (se se encontra informado e como foi informado)	Perceção da evolução recente nas áreas transitadas para as juntas de freguesia Satisfação geral relativamente à governação da freguesia Perceção sobre se a qualidade e eficácia da gestão da freguesia mudou com a Reforma Administrativa	Satisfação geral relativamente à governação do município Perceção sobre se a qualidade e eficácia da gestão da cidade mudou com a Reforma Administrativa
	Expectativas		Poder de atuação das juntas de freguesia	Poder de atuação da CML
Dados socio demográficos	Objetivas/ quantitativas (condições, necessidades)	Caracterização (sexo, naturalidade, nacionalidade, idade, escolaridade, estado civil, situação profissional, setor de atividade, situação de dependência ou independência financeira. Classificação, composição e rendimento do agregado doméstico		

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.1.2. População, amostra, amostragem e representatividade

Neste ponto, apresenta-se a dimensão e estrutura da população estudada, a amostra definida para a recolha dos dados e a sua representatividade.

3.1.2.1. Dimensão e estrutura da população

Tabela 6. Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (N)

Grupos de idade	Masculino	Feminino	Total
15-24	26.980	26.527	53.507
25-34	37.786	40.596	78.382
35-44	37.900	37.717	75.617
45-54	32.704	36.697	69.401
55-64	30.881	38.491	69.372
65-74	25.620	36.036	61.656
75+	23.603	45.701	69.304
Total	215.474	261.765	477.239

Fonte: “População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação” (www.ine.pt)

Tabela 7. Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (% por género)

Grupos de idade	Masculino	Feminino	Total
15-24	12,5	10,1	11,2
25-34	17,5	15,5	16,4
35-44	17,6	14,4	15,8
45-54	15,2	14,0	14,5
55-64	14,3	14,7	14,5
65-74	11,9	13,8	12,9
75+	11,0	17,5	14,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cálculos a partir da Tabela 6.

Tabela 8. Distribuição da população residente em Lisboa de 15 ou mais anos por grupos etários e género (% por grupos etários)

Grupos de idade	Masculino	Feminino	Total
15-24	50,4	49,6	100,0
25-34	48,2	51,8	100,0
35-44	50,1	49,9	100,0
45-54	47,1	52,9	100,0
55-64	44,5	55,5	100,0
65-74	41,6	58,4	100,0
75+	34,1	65,9	100,0
Total	45,2	54,8	100,0

Fonte: Cálculos a partir da Tabela 6

População alvo

A população alvo consiste na população residente no município de Lisboa, com idade igual ou superior a 15 anos.

Amostragem

O desenho amostral adotado caracteriza-se por prever um sistema de tiragem polietápico, em que a seleção das unidades de observação se faz de forma aleatória proporcional.

Numa primeira etapa foi elaborada uma matriz da população residente nas freguesias que compõem as cinco UIT de Lisboa (Norte, Oriental, Centro, Ocidental e Centro Histórico), determinando-se o peso da população com 15 ou mais anos em cada UIT no total da população com 15 ou mais anos em todo o município. Depois de se definir um número mínimo de 300 entrevistas por UIT para garantir um valor mínimo de entrevistas de forma a assegurar a sua representatividade, repartiu-se as 1.000 entrevistas remanescentes de forma a respeitar o peso populacional que cada UIT tem no total do município.

Posteriormente, em cada freguesia das cinco UIT, foram selecionados aleatoriamente um número significativo de pontos de amostragem, correspondentes a subsecções estatísticas, de modo a que em cada ponto de amostragem fossem realizadas em média 10 entrevistas. Uma vez definidos os pontos de amostragem e respetivos pontos de partida (em regra, nome de rua e nº de polícia de identificação de prédio ou habitação), foi aplicado o método de *random route*. Nos lares selecionados, a seleção do entrevistado foi realizada através do método do último aniversariante (com 15 e mais anos). Na Tabela 13 apresenta-se a distribuição do número de entrevistas a realizar por freguesia e por UIT.

Tabela 9. Distribuição da população residente de 15 ou mais anos e do número de entrevistas a realizar por UIT

UIT	- A - População 15+	- B - Pop. Região/Pop. 15+	- C - Garante da representatividade da UIT	- D - B * (2500 - 1500)	- E - Total de entrevistas (C + D)
Ocidental	40.219	8,4	300	130	430
Norte	134.490	28,2	300	251	551
Centro	116.989	24,5	300	224	524
Centro Histórico	98.084	20,6	300	201	501
Oriental	87.457	18,3	300	194	494
Total	477.239	100,0	1.500	1.000	2.500

Fonte: “População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação” (www.ine.pt)

Antes de perceber a distribuição do número de entrevistas em cada UIT por freguesia, importa fazer uma nota metodológica de esclarecimento: o cálculo do número de entrevistas teve na

sua base os dados relativos a «População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Idade; Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação” (in www.ine.pt). No entanto, pelo facto de a reorganização administrativa de Lisboa ser posterior ao recenseamento censitário (Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto), houve necessidade de proceder a um ajuste no cálculo da dimensão populacional de duas freguesias.

Passamos a explicar: a população do Parque das Nações é estimada a partir dos dados fornecidos pela Câmara Municipal de Lisboa (CML). A partir desses dados, houve um ajustamento aos valores dos Censos 2011, estimando também por sexo e grupos etários, necessário posteriormente para o cálculo da ponderação.

Assim, ainda sem o detalhe da sua distribuição por sexo e grupo etário, e porque as diferenças entre os dados dos Censos 2011 e os dados obtidos através da equipa da CML eram residuais nas restantes freguesias e UIT, o cálculo para a amostra na freguesia do Parque das Nações foi feito da seguinte forma:

Tabela 10. População residente total nas freguesias da UIT Oriental (CML e INE)

UIT	Dados CML	%	Dados INE	%
Oriental	105.344	100.00	101.567	100.00
Olivais	33.788	32.07	51.036	50.25
Parque das Nações	21.025	19.95	-	-
Beato	12.737	12.09	12.429	12.24
Marvila	37.794	35.88	38.102	37.51

Fonte: Cálculos a partir de dados da CML e INE

Porque Beato e Marvila apresentam aproximadamente o mesmo peso num e noutro conjunto de dados, o critério foi o de aplicar, aos dados do Censos 2011 (INE) para o Parque das Nações e aos Olivais, o peso que têm nos dados da CML.

Assim, a distribuição da população passou a ser a seguinte:

Tabela 11. Dados INE ajustados nas freguesias da UIT Oriental

UIT	Dados INE ajustados	%
Oriental	101.567	100.00
Olivais	31.464	30.98
Parque das Nações	19.572	19.46
Beato	12.429	12.24
Marvila	38.102	37.51

Fonte: Cálculos a partir de dados INE

Uma vez estimado o valor para a população total, aplicamos o mesmo rigor ao cálculo da população de 15 anos ou mais, a partir do peso que a população de 15 anos ou mais tinha no conjunto da população total da freguesia.

Tabela 12. Dados INE ajustados nas freguesias da UIT Oriental para a população de 15 ou mais anos

UIT	Dados INE ajustados
Oriental	87.457
Olivais	26.936
Parque das Nações	16.756
Beato	10.922
Marvila	32.845

Fonte: Cálculos a partir de dados INE

Face a esta retificação, a tabela de distribuição do número de entrevista para a população de 15 anos ou mais, por freguesia, teve de ser ajustada.

Tabela 13. Número de entrevistas a realizar e de pontos amostrais necessários para o trabalho de campo, por freguesia e UIT

UIT e Freguesias	Total de entrevistas por UIT	Número de entrevistas por freguesia	Nº de pontos amostrais por freguesia
Ocidental	384		
Ajuda		131	13
Alcântara		118	12
Belém		135	14
Norte	582		
Santa Clara		77	8
Lumiar		151	15
Benfica		142	14
Carnide		85	9
São Domingos de Benfica		128	13
Centro	545		
Alvalade		127	13
Areiro		82	8
Arroios		134	13
Avenidas Novas		88	9
Campolide		64	7
Santo António		49	5

Centro Histórico	506		
Penha de França		129	13
Santa Maria Maior		61	6
São Vicente de Fora		67	7
Campo de Ourique		100	10
Estrela		89	9
Misericórdia		60	6
Oriental	483		
Olivais		149	15
Parque das Nações		93	9
Beato		60	6
Marvila		181	18
Total		2500	252

Fonte: Cálculos a partir de dados INE

Amostra final

Tabela 14. Distribuição dos inquiridos por freguesia

Freguesia	Entrevistas estimadas
Ajuda	132
Alcântara	118
Alvalade	129
Areeiro	82
Arroios	134
Avenidas Novas	88
Beato	60
Belém	135
Benfica	142
Campo de Ourique	99
Campolide	64
Carnide	85
Estrela	89
Lumiar	151
Marvila	181
Misericórdia	60
Olivais	149
Parque das Nações	93
Penha de França	129
Santa Clara	77
Santa Maria Maior	61
Santo António	49
São Domingos de Benfica	128
São Vicente de Fora	67

Total	2.502
--------------	-------

Fonte: Cálculos a partir de dados INE

Tabela 15. Distribuição dos inquiridos por UIT

UIT	Entrevistas estimadas
Centro	546
Centro Histórico	505
Norte	583
Ocidental	385
Oriental	483
Total	2.502

Fonte: Cálculos a partir de dados INE

3.1.3. Análise e fiabilidade dos resultados

Os dados apresentados a seguir e analisados resultam do levantamento feito junto da amostra recolhida, para um nível de confiança de 95%.

Para a análise dos dados foi usado o programa informático de apoio à análise de dados em ciências sociais SPSS – *Social Package for Social Sciences* (versão 20). Os dados são sujeitos, numa primeira fase, a uma análise univariada para o total do município, e para cada UIT sempre que se justifique. Numa segunda fase, com as variáveis e indicadores mais relevantes, efetuar-se-ão análises bi- e multivariadas complementares.

Em função do tipo e estatuto das variáveis, a análise univariada será centrada numa distribuição absoluta (casos válidos) e relativa (percentagens) das respostas por categorias das variáveis e, quando possível, serão igualmente apresentados os dados a partir das medidas de tendência central (média, moda e mediana) e de dispersão (desvio-padrão). Na análise bivariada, o recurso a testes estatísticos de correlação de variáveis será fundamental para sustentar as considerações feitas em torno dos resultados.

3.1.3.1. Ponderação

Os resultados apresentados foram calculados a partir de uma base de dados ponderada. Esta ponderação corrige as distorções da amostra por se ter optado por não respeitar inteiramente a proporcionalidade do peso da população nas UIT e respetivas freguesias, que obedecia a o princípio de se procurar uma dimensão de amostra estatisticamente mais confortável nas UIT e freguesias menos populosas (ver subcapítulo sobre Amostragem).

Para a análise dos dados são usados dois ponderadores: um primeiro, para apresentação dos dados para o município, respeitando o peso de cada UIT no total da amostra; um segundo, para apresentação dos dados para cada UIT, mantendo um número mínimo de entrevistas por UIT para garantir a qualidade dos dados dentro dessa secção geográfica.

3.1.3.2. Representatividade da amostra

Uma vez assegurada a representatividade da amostra pela ponderação por sexo e grupos etários, de acordo com a distribuição da população residente no município pelas categorias destas duas variáveis, procurou-se validar os dados avaliando a representatividade dos mesmos em outras características da população. São elas a situação face ao trabalho e a escolaridade.

Confrontando os dados do INE sobre população residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011) e condição perante o trabalho para o município de Lisboa, com a distribuição da amostra pelas mesmas categorias, verificamos diferenças residuais, conforme podemos observar no quadro seguinte. Tal permite-nos validar os dados e garantir a representatividade da amostra.

Tabela 16. Distribuição (%) da população residente com 15 e mais anos e da amostra pela condição perante o trabalho

Condição perante o trabalho	INE	AMOSTRA
População ativa	54,6	60,8
Empregados	48,1	51,3
Desempregados	6,5	9,5
População inativa	45,4	39,2
Estudantes	6,9	8,6
Domésticos	3,1	1,7
Reformados	29,5	27,7
Incapacitados	1,2	0,8
Outros	4,8	0,4
Total	100,0	100,0

Fonte: INE-CENSOS 2011 e Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Ainda que os dados não sejam totalmente concordantes na distribuição por níveis de escolaridade, consideramos que os mesmos não colocam em causa a representatividade da amostra pela distribuição repartida que a amostra apresenta entre ensino secundário e superior e o claro peso que o ensino básico tem.

Tabela 17. Distribuição (%) da população residente com 15 e mais anos e da amostra pelo nível de escolaridade

Nível de escolaridade	INE	AMOSTRA
Nenhum	4,0	--
Ensino básico	40,2	46,0
Ensino secundário	17,7	25,9
Ensino pós-secundário	0,9	2,3
Ensino superior	37,2	25,7
Total	100,0	100,0

Fonte: INE-CENSOS 2011 e Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.1.3.3. Fiabilidade dos dados

No relatório sobre o trabalho de campo, realizado pela equipa de entrevistadores, consta que em 30,9% das entrevistas o grau de confiança que a informação merece é muito bom e em 55,0% é bom. Em 13,7% dos casos é suficiente e em 0,4% é má a confiança que a informação merece.

91% das entrevistas foram realizadas sem a participação de qualquer outro elemento do agregado de residência.

Para aferir da fiabilidade e a consistência interna dos dados, submeteram-se alguns blocos de questões, designadamente questões de opinião face a diversos indicadores de um mesmo tema, ao teste de alfa de Cronbach. Variando entre 0,724 e 0,919, podemos considerar que os dados apresentam um valor de fiabilidade entre o aceitável, o bom e o excelente (cf. George, D & Mallery, P., 2003⁶). A exceção será a questão 9, sobre a qualidade da sua vida, questão que pode tomar uma dimensão mais subjetiva e abstrata que as restantes e relativamente à qual a análise dos resultados será mais cautelosa.

Tabela 18. Alfa de Cronbach de blocos de questões que integram o inquérito

Perguntas	Valor de Alfa
P. 4	0,747
P. 9	0,414
P. 10 – bairro/freguesia	0,724
P. 10 – cidade	0,880
P. 16	0,904
P. 18 – bairro/freguesia	0,814
P. 18 – outras áreas	0,860
P. 18 – outros concelhos	0,919
P. 20	0,822
P. 35	0,894

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

⁶ Escala de consistência interna do questionário segundo o valor de alfa, in George, D & Mallery, P. SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference. 4th ed. Boston: Allyn & Bacon (2003). Apud: Gliem, JÁ e Gliem, RR Calculating, interpreting and reporting Cronbach's alfa reliability coeficient for Likert-type scales. <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/>, onde alfa se < 0,51 inaceitável, se 0,51-0,61 pobre, se 0,61-0,71 questionável, 0,71-0,81 aceitável, 0,81-0,9 bom, e 0,91-1,00 excelente.

3.2. Caracterização social dos inquiridos, dos seus agregados familiares e das suas habitações

Nesta secção faremos uma caracterização dos respondentes consoante os seus atributos socioeconómicos, profissionais e escolares. Caracterizaremos ainda os agregados familiares, o contexto, a mobilidade residencial e as características das habitações onde residem.

3.2.1. Caracterização dos inquiridos

3.2.1.1. Nacionalidade e naturalidade

Do total dos inquiridos do município, 93,9% é de nacionalidade portuguesa, tendo 88,8% nascido em Portugal. Dos que são de nacionalidade estrangeira, a maioria é natural do Brasil, seguindo-se de Angola, Cabo Verde e Moçambique. A UIT que apresenta maior peso de população respondente não nascida em Portugal é a do Centro (14,3%), seguindo-se a do Centro Histórico (12,2%)⁷.

Dos que nasceram em Portugal, 59,4% nasceu no concelho de Lisboa. É na UIT Ocidental que encontramos uma maior percentagem (73,8%) de respondentes nascidos no concelho de Lisboa, e na UIT Centro uma menor percentagem (53,8%) de naturais de Lisboa.

3.2.1.2. Escolaridade

Recuperamos neste ponto os dados já apresentados relativamente à escolaridade dos inquiridos, aqui de forma mais detalhada por nível de ensino. Cerca de um quarto dos respondentes tem o ensino secundário completo. Aproximadamente 22% tem apenas o 1º ciclo do ensino básico concluído e 15,5% a escolaridade até ao 9º ano. São um pouco mais de um quarto os que têm formação superior completa, na sua maioria o grau de licenciatura.

A distribuição dos níveis de escolaridade nas cinco UIT varia um pouco, fazendo com que possamos falar de populações socialmente distintas, facto que iremos validando ao longo da análise de outros indicadores de caracterização social. Relativamente à escolaridade, encontramos um maior peso do ensino básico completo na UIT Ocidental, seguindo-se a UIT Norte, e níveis de escolaridade tendencialmente mais elevados nos inquiridos das UIT Centro e Oriental.

Significa, portanto, que estamos perante uma amostra bastante heterogénea em termos de habilitações escolares.

⁷ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Tabela 19. Nível de escolaridade do total dos inquiridos

Nível de escolaridade	N	%
Básico 1.º ciclo (4 primeiros anos da escolaridade)	552	22,2
Básico 2.º ciclo (ciclo preparatório / 5.º e 6.º anos de escolaridade)	207	8,3
Básico 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade)	386	15,5
Secundário (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade)	645	25,9
Curso médio/de formação	58	2,3
Bacharelato	52	2,1
Licenciatura	451	18,1
Mestrado	96	3,9
Doutoramento	40	1,6
Total	2487	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.2.1.3. Posição face ao trabalho e independência financeira

Mais de metade da população inquirida (51,3%) encontrava-se empregada no momento de inquirição. 9,5% vivia numa situação de desemprego. Do conjunto da população inativa, ou seja, sem qualquer relação com o mercado de trabalho, a situação mais comum é a de reformado (27,7%). Seguem-se, por ordem de representatividade, os estudantes (8,6%), aqueles que se ocupam de tarefas do lar/domésticas (1,7%) e as pessoas com incapacidade permanente perante o trabalho (0,8%).

Existem ligeiras diferenças nas distribuições por UIT, que não comprometem o maior peso que aqueles que exercem uma atividade profissional ou os reformados têm no conjunto. Apenas para assinalar algumas dessas diferenças, decorrentes também de uma distribuição distinta por grupos etários dentro de cada UIT, temos que o peso dos respondentes em situação de reforma é ligeiramente superior na UIT Ocidental, o peso dos estudantes situa-se poucos pontos percentuais acima da média no caso da UIT Oriente e o peso dos desempregados é mais expressivo na UIT Norte.

Tabela 20. Situação perante o trabalho no total dos inquiridos

Situação perante o trabalho	N	%
Exerce uma ocupação profissional	1259	50,4
Exerce uma ocupação profissional e estuda	23	0,9
É estudante	214	8,6
Procura o 1º emprego	9	0,3
Está desempregado	238	9,5
É reformado/a	691	27,7
É incapacitado/a permanente para o trabalho	19	0,8
Ocupa-se das tarefas do lar	44	1,7
Outra situação	2	0,1
Total	2498	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

90,3% dos inquiridos declara ter independência financeira. Esse valor é ligeiramente inferior na UIT Oriental (87,1%) e superior na UIT Ocidental (92,3%).

Tabela 21. Autonomia financeira

	N	%
Sim	2206	90,3
Não	236	9,7
Total	2442	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.2.1.4. Características socioprofissionais dos inquiridos

Agrupando as profissões indicadas pelos grandes grupos profissionais, de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões em vigor (2010), observa-se um peso de mais de 20% dos que são trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, seguindo-se os trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio (15,2%). Quase 15% dos inquiridos são especialistas das atividades intelectuais e científicas. Três outros grandes grupos profissionais, com um peso entre 11% e 12% cada, são o pessoal administrativo, os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, e os técnicos e profissões de nível intermédio.

Esta repartição ilustra bem a diversidade de profissões dos residentes da cidade (Tabela 22). Essa diversidade está presente em todas as UIT, ainda que com pesos ligeiramente diferentes: na comparação entre UIT, podemos observar: um valor percentual superior à média no grande grupo profissional dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores nas UIT Ocidental e Centro Histórico; um valor mais expressivo dos trabalhadores não qualificados nas UIT Ocidental e Oriental; e, na UIT Centro, um peso ligeiramente superior à média nos grandes grupos de representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos e de especialistas das atividades intelectuais e científicas.

Tabela 22. Grupos profissionais da profissão que tem/teve no total dos inquiridos

Grupos profissionais	N	%
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	153	7,0
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	320	14,7
Técnicos e profissões de nível intermédio	244	11,2
Pessoal administrativo	264	12,1
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	492	22,6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	18	0,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	250	11,5
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	94	4,3
Trabalhadores não qualificados - serviços e comércio	330	15,2
Trabalhadores não qualificados - construção, indústria e transportes	10	0,5
Total	2176	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Existe um forte peso de atividades no setor dos serviços, quer através das atividades clássicas de comércio e reparação de veículos (10,7%), de alojamento e restauração (10,5%), de educação (5,4%), saúde humana e apoio social (5,4%), atividades de família (4,8%), transporte e armazenagem (3,8%), quer através de outras atividades que ficam fora destes setores mais convencionais (outras atividades de serviços – 25,1%) (Tabela 23).

Tabela 23. Setor de atividade a que pertence/pertencia a profissão que tem/teve no total dos inquiridos

Sector de atividade	N	%
Outras atividades de serviços	540	25,1
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	230	10,7
Alojamento, restauração e similares	227	10,5
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	142	6,6
Construção	128	6,0
Educação	118	5,5
Atividades de saúde humana e apoio social	116	5,4
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	104	4,8
Transporte e armazenagem	83	3,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	79	3,7
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	72	3,4
Indústrias transformadoras	72	3,3
Atividades financeiras e de seguros	72	3,3
Atividades de informação e de comunicação	64	3,0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	36	1,7
Atividades imobiliárias	23	1,1
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, e ar frio	21	1,0
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12	0,6
Indústrias extrativas	7	0,3
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, tratamento de resíduos e despoluição	6	0,3
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	0,1
Total	2153	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Quase dois terços (63,3%) dos trabalhadores atuais, ou na última situação antes de saírem temporária ou permanentemente do mercado de trabalho, são/eram trabalhadores por conta de outrem no setor privado e 19,1% no setor público. Um em cada dez trabalhadores é/era trabalhador por conta própria sem empregados. O peso dos trabalhadores por conta própria com empregados é de 6%, e de 0,9% os sócios-gerentes. 0,5% trabalha num negócio familiar não remunerado.

Tabela 24. Situação na profissão que tem/teve no total dos inquiridos

Situação na profissão	N	%
Trabalhador por conta de outrem no sector privado	1402	63,3
Trabalhador por conta de outrem no sector público	423	19,1
Trabalhador por conta própria/independente sem empregados	228	10,3
Trabalhador por conta própria com empregados	132	6,0
Sócio-gerente	19	0,9
Trabalhador familiar não remunerado	11	0,5
Total	2216	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mais de 60% das situações de emprego atual ou último correspondem a contratos de trabalho sem termo, ou seja, ter trabalho efetivo. Dos mais de um terço (37,4%) que se caracteriza por uma situação de alguma instabilidade contratual, a maioria divide-se entre um contrato a termo/a prazo (15,8%) ou a ausência total de vínculo (14,5%).

Tabela 25. Vínculo contratual que tem/teve no total dos inquiridos

Vínculo contratual	N	%
Contrato de trabalho sem termo/efetivo	1255	62,6
Contrato a termo/a prazo	316	15,8
Contrato de trabalho temporário	66	3,3
Comissão de serviço a termo certo e incerto	18	0,9
Recibos verdes	51	2,6
Bolseiro/a	3	0,2
Estagiário/a	2	0,1
Não tem nenhum vínculo	291	14,5
Total	2003	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

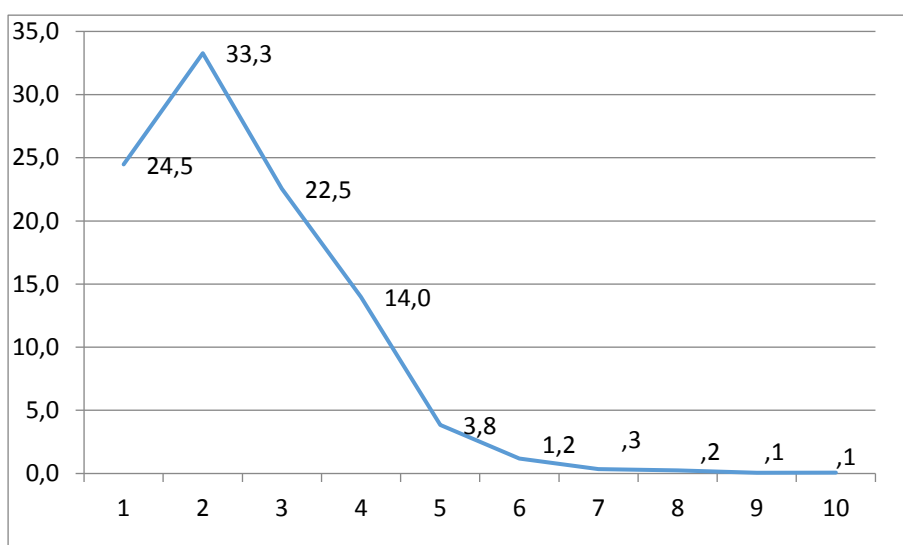
3.2.2. Caracterização do agregado familiar

A situação mais comum (33,3%) corresponde a um agregado doméstico composto por duas pessoas. Um quarto dos respondentes (24,5%) reside só. Num valor um pouco menor, mas igualmente com um peso significativo (22,5%), encontramos os agregados compostos por três elementos. 14,0% têm 4 elementos, e 5,7% tem cinco ou mais elementos no agregado familiar.

Os dados do INE para o concelho de Lisboa apontam para um total de 35,0% de famílias clássicas unipessoais e 32,6% de famílias de dois elementos.

É na UIT Centro Histórico que o peso dos agregados de uma pessoa só – famílias unipessoais – é superior (27,8%), sendo também mais comum um mais reduzido número médio de elementos do agregado. As famílias unipessoais são inferiores na UIT Ocidental (20,4%). A UIT Norte e a UIT Ocidental são as que apresentam, entre os respondentes, um número médio de elementos do agregado mais elevado.

Figura 2. Número de elementos do agregado familiar



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Dos agregados compostos por mais do que 1 elemento, 61,9% integram um parceiro/cônjuge e 42,0% integram um ou mais filhos.

Tabela 26. Elementos do agregado familiar (respostas afirmativas em agregados de mais de 1 elemento)

Agregado familiar	N	%
Cônjuge (marido, mulher, companheiro/a)	1170	61,9
Pai	249	13,2
Mãe	377	20,0
Filho/a	793	42,0
Irmã, irmão(s)	213	11,3
Avô, avó, avós	36	1,9
Tia/o(s)	19	1,0
Prima/o(s)	15	0,8
Outro(s) familiar(es)	143	7,6
Outra(s) pessoa(s)	97	5,1

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A partir das combinações possíveis sobre a integração ou não de diferentes elementos no agregado doméstico onde reside, chegamos às seguintes tipologias e respectivos pesos percentuais nos respondentes do município:

Tabela 27. Tipologia de agregados familiares

Tipologia de agregados familiares	N	%
Pessoa só	612	24,5
Casal sem filhos	561	22,4
Casal com filho(s)	664	26,5
Família monoparental	281	11,2
Casal com pais (com ou sem filhos)	35	1,4
Outro	349	14,0
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governança Urbana 2017

Conforme já havíamos feito referência antes, cerca de um quarto dos inquiridos (24,5%) vive só. Aproximadamente outro quarto (26,5%) são famílias constituídas por dois elementos adultos e o(s) seu(s) filho(s). Existe ainda 22,4% dos inquiridos que vivem com o seu companheiro/cônjuge, sem qualquer outro elemento familiar adicional. 11,2% corresponde a famílias monoparentais masculinas ou femininas com filho(s).

Entre as UIT, para além das diferenças nos agregados de pessoa só registados acima, há apenas a assinalar o peso maior dos casais com filho(s) e menor de famílias monoparentais na UIT Ocidental.

Relativamente aos que vivem com cônjuge/companheiro, os dados apontam para uma distribuição dos níveis de escolaridade destes elementos muito aproximada à que se verifica para o conjunto dos inquiridos. O peso dos cônjuges/companheiros que exercem uma ocupação profissional ou dos que se ocupam das tarefas do lar é superior ao que encontramos no conjunto da população inquirida, muito pelo efeito de quase ausência de situações como o ser estudante e também pelo efeito potenciado das não respostas devidas aos agregados de pessoa só (ou famílias unipessoais).

Também para os cônjuges/companheiros as situações mais frequentes são as de trabalhador por conta de outrem no setor privado, seguindo-se com distância considerável os trabalhadores do setor público.

Numa questão mais delicada como é a do rendimento mensal líquido do agregado doméstico, são de mais de 45% as não respostas e de 8,6% a declaração de ausência de conhecimento, pelo que optamos por excluí-la da análise.

Diversas são as situações de ligação do inquirido ao agregado doméstico onde se encontra inserido. Os critérios usados para a sistematização da informação para categorização social do agregado foram os seguintes: primeiro, tomou-se como ponto de partida a profissão e situação

profissional do inquirido (a atual ou a última no caso de reforma, desemprego ou outra situação); depois, para os que vivem em situação de conjugalidade, a categoria socioprofissional a ter em conta seria a socialmente mais elevada entre os dois elementos do casal; terceiro, para os inquiridos em situação de dependência (estudantes, por exemplo), a categoria social era assumida a partir da situação do pai e/ou mãe.

Na junção entre a informação sobre a profissão e a situação na profissão, de acordo com os critérios de construção do indicador socioprofissional de classe (Machado *et al*, 2003, v. p.51 e 52, sobre construção do indicador individual e familiar de classe), observa-se que quase metade dos inquiridos (mais precisamente 43,8%) pertence à classe dos empregados executantes, presente mais na UIT Ocidental do que nas restantes. Outras duas classes estão presentes de forma evidente: 24,2% pertence à classe dos profissionais técnicos e de enquadramento, e 18,4% à dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, de presença mais evidente sobretudo na UIT Centro.

Tabela 28. Indicador socioprofissional de classe do agregado

Indicador de classe do agregado	N	%
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	428	18,4
Profissionais técnicos e de enquadramento	565	24,2
Trabalhadores independentes	145	6,2
Empregados executantes	1021	43,8
Operários	161	6,9
Assalariados agrícolas	10	0,5
Total	2330	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.2.3. Características da habitação

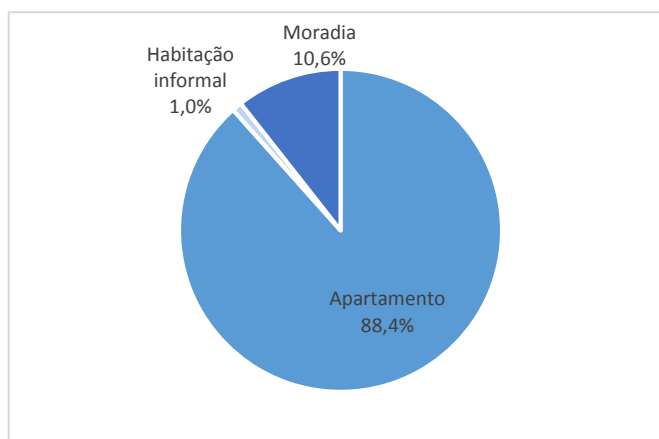
Com a informação acerca das características dos edifícios e das habitações dos inquiridos procura-se analisar dados objetivos e subjetivos que permitirão compreender a qualidade de vida dos inquiridos em matéria de conforto e bem-estar residencial e, simultaneamente, obter informação relativa à qualidade de construção dos edifícios habitacionais da cidade, partindo da situação e das perceções dos residentes sobre essas questões.

A caracterização do edificado integra questões relativas, por um lado, ao edifício de residência do inquirido e, por outro lado, à habitação propriamente dita. Em relação ao edifício, analisa-se o tipo de edifício - apartamento, moradia, ou habitação informal -, o estado de conservação, a antiguidade, a existência de elevador e de jardim.

O tipo de edifício de residência mais frequente entre os inquiridos é o apartamento (88,4%), seguido da moradia (10,6%). A habitação informal - aqui entendida como construção precária –

corresponde a 1% da amostra. Os edifícios com elevador correspondem a 46,2% do total e apenas 8,1% tem jardim⁸.

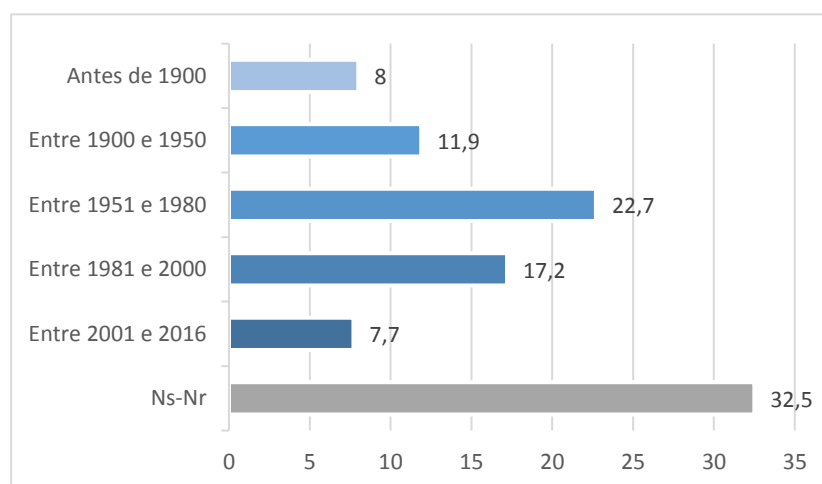
Figura 3. Tipo de habitação



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A maioria das residências dos inquiridos foi construída entre 1950 e a atualidade, correspondendo a uma época de grande expansão urbana (Nunes, 2011; Baptista e Rodrigues, 1994; Pereira, 2013). Entre 1950 e 1980, foram construídos 22,7% dos edifícios, seguindo-se o período entre 1981 e 2000, em que foram construídos 17,2%. A ausência de respostas a esta questão é igualmente significativa: 32,5% de inquiridos não sabem ou não respondem quando se pergunta o período de construção do edifício onde residem⁹.

Figura 4. Ano de construção do edifício



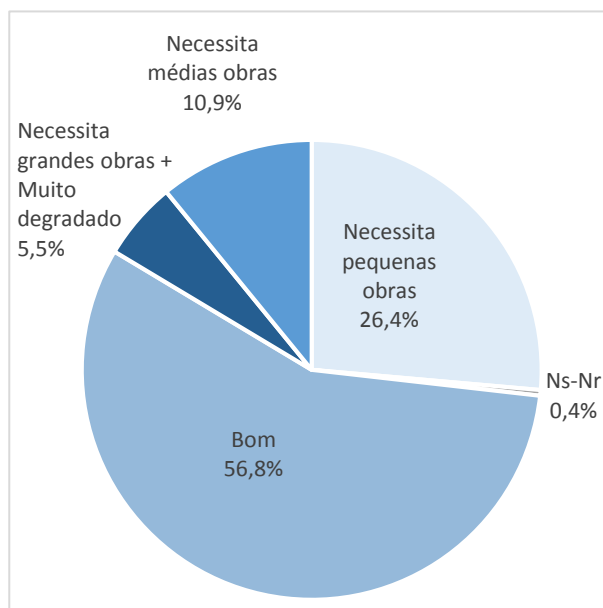
Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

⁸ A informação sobre o tipo e as características de edifício foi recolhida por observação dos inquiridores, durante a realização do inquérito na residência do entrevistado.

⁹ Na entrevista pedia-se ao inquirido para situar o ano de construção do edifício num intervalo temporal, para que pudessem indicar um período de construção.

Os inquiridos revelam uma percepção positiva sobre o estado de conservação dos edifícios: a maior parte (56,8%) considera que os edifícios estão em bom estado e não necessitam de reparações, enquanto 26,4% considera que o edifício precisa de pequenas obras. Apenas 4,8% refere a necessidade de grandes obras e 0,7% que o edifício está muito degradado (categorias representadas conjuntamente no gráfico).

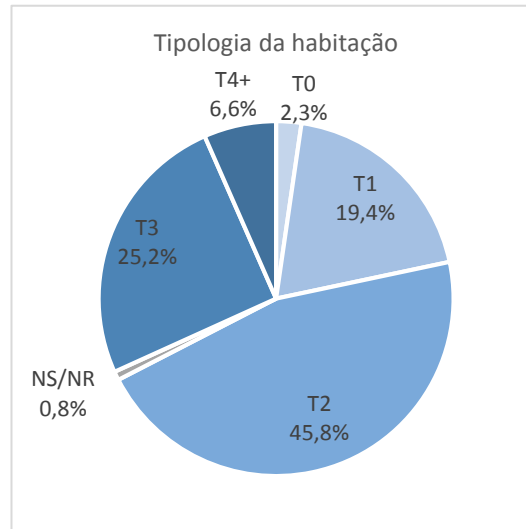
Figura 5. Estado de conservação do edifício



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A maioria dos inquiridos habita em casas com três assoalhadas (45,8%) e casas com quatro assoalhadas (25,2%). As casas que têm apenas uma divisão e as casas com cinco ou mais assoalhadas têm um peso relativo menor, correspondendo, no primeiro caso, a 2,3% e, no segundo caso, a 6,6% das habitações.

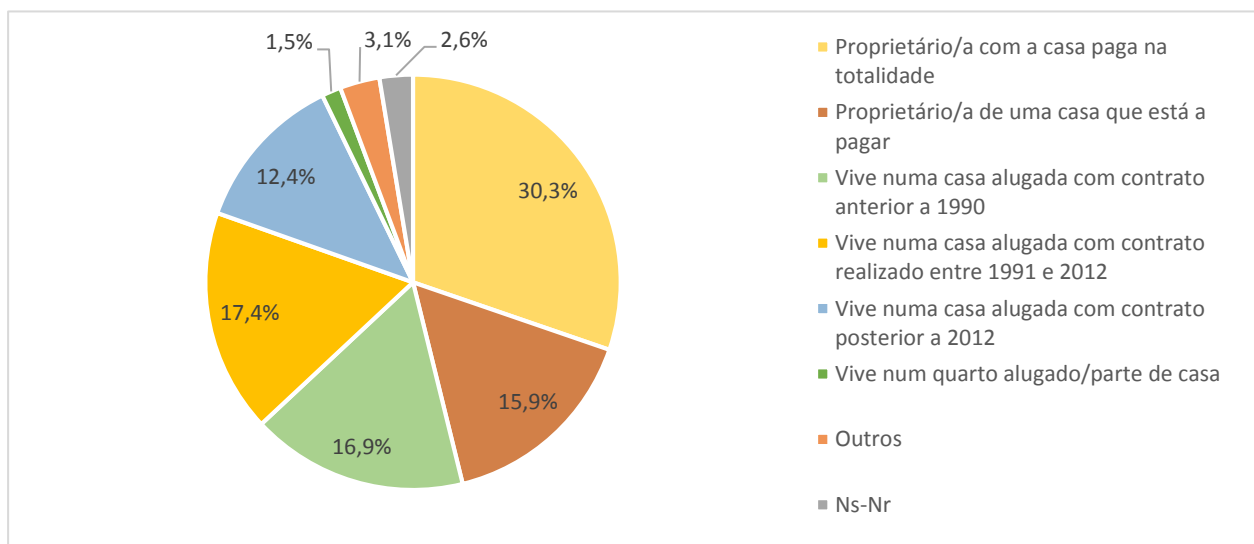
Figura 6. Tipologia da habitação



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

No que respeita ao regime de ocupação da habitação, 46,2% dos inquiridos são proprietários das casas onde residem, sendo que 15,9% ainda está a pagar a habitação. As situações de arrendamento dividem-se em contratos realizados antes de 1990 (16,9%), entre 1991 e 2012 (17,4%) e depois de 2012 (12,4%), períodos em que a lei de arrendamento sofreu alterações¹⁰.

Figura 7. Regime de ocupação da habitação



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

¹⁰ A escolha destes períodos assenta nos momentos de alteração da legislação do arrendamento, sem, contudo, pretender justificar somente com as alterações legislativas as alterações nas dinâmicas de arrendamento na cidade de Lisboa, para as quais concorrem igualmente outros fatores, como o aumento da procura, as condições de acesso ao crédito para a habitação, entre outras.

Características da habitação por Unidades de Intervenção Territorial¹¹

O tipo de residência mais frequente, em todas as UIT, é o apartamento. No entanto, há diferenças significativas entre UIT: no Centro Histórico, os apartamentos correspondem a 94,7% e, no Centro, a 93,9%; nas UIT Norte e Oriental, o peso é ligeiramente inferior a 90% (87,7% e 85,4%, respetivamente); na Ocidental, esse valor é comparativamente mais baixo (65%). Os restantes tipos de residência dos inquiridos são, fundamentalmente, moradia, com maior incidência para a Ocidental (33,1%) e na Oriental, com 13,9%. Os inquiridos que residem em habitações informais são residuais na amostra: 2,1% na UIT Norte, 1,2% no Centro Histórico, 1,1% na Ocidental e 0,7% na Oriental.

Enquanto a época de construção mais frequente na cidade se situa no período após 1950, há diferenças significativas entre as UIT que dividem a cidade. Na UIT Ocidental as residências dos inquiridos foram construídas predominantemente na primeira metade do século XX (54,6%). Nas restantes destacam-se as construídas a partir de 1950 até 1980 (33,5%) e, com menos importância relativa, entre 1981 e 2000 (10,1%).

Na UIT Centro, a época de construção predominante dá-se entre 1950 e 1980 (51%) e, ao contrário do que acontece na UIT Ocidental, é na segunda metade do século XX que se verifica o período mais importante de construção das habitações dos inquiridos (69,5%). As residências anteriores a 1950 são principalmente da primeira metade do século XX (20,1%), e apenas 10,5% anteriores a 1900.

Já na UIT Oriental, o período de construção mais significativo situa-se entre 1950 e 2000 (66,9%). Cerca de 14% das habitações foram construídas antes de 1900 e 10,8% após 2000.

Na UIT Norte, o período de construção mais importante deu-se entre 1981 e 2000 (46%), sendo que desde 1981 até à atualidade se construíram 66,5% dos edifícios onde residem os inquiridos.

A UIT Centro Histórico distingue-se muito claramente pela importância das construções anteriores a 1900 (36,6%) e entre 1900 e 1950 (31,9%). De salientar que cerca de 13% dos edifícios que alojam os indivíduos inquiridos para este estudo foram construídos entre 1980 e o momento presente.

A ausência de respostas a esta questão, sendo muito significativa em todas as UIT, é mais importante no Centro (42,7% da amostra) e no Centro Histórico (37,7%) e, contrariamente, menos importante na UIT Norte (19,2%) e na UIT Ocidental (26,9%). Estes valores significam que há algum desconhecimento por parte dos inquiridos sobre o período de construção das habitações onde residem.

Tal como se verifica para o total do município, a maior parte dos inquiridos revela uma perceção positiva sobre o estado de conservação dos edifícios. No entanto, este valor é inferior ao do

¹¹ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

município nas UIT Centro Histórico (48,1%), Ocidental (52,7%) e Centro (55,8%). Na UIT Ocidental estão os casos mais frequentes de edifícios que necessitam de pequenas obras (39,8%), assim como no Centro Histórico (33,5%). Nas UIT Centro e Ocidental encontram-se as percentagens mais baixas para a necessidade de grandes obras (3,6% e 2%), enquanto nas UIT Oriental e Centro Histórico se encontram as percentagens mais elevadas, 6,8% e 5,7%.

Em todas as UIT, a maioria dos inquiridos habita em casas com três assoalhadas, mas esta percentagem é superior na UIT Ocidental, com 58,8% dos casos. As residências dos inquiridos têm menos divisões nas UIT Centro Histórico, em que 79,8% das casas têm três ou menos assoalhadas, e na UIT Ocidental, com 70,9%. A importância relativa de casas com mais divisões encontra-se na UIT Oriental (34,8% com quatro assoalhadas e 6,1% com cinco e mais) e na UIT Norte (31,7% com quatro e 3,6% com cinco ou mais).

A análise do regime de ocupação da habitação por UIT permite destacar aquelas em que a propriedade é mais significativa: na Oriental, 57,2% são proprietários e 33,3% com a casa paga na totalidade; na UIT Centro Histórico, 51,1% são proprietários e 31,6% têm a casa totalmente paga; na UIT Centro, 44,8% são proprietários e 32,9% têm a casa paga na totalidade; na UIT Norte verificam-se 42,8% de proprietários e 28,7% ainda estão a pagar a casa; e na UIT Ocidental, 41,4% são proprietários e 28,4% têm a casa paga na totalidade.

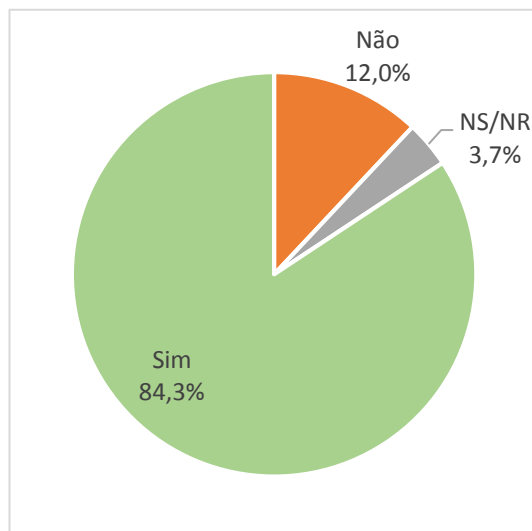
Os contratos de arrendamento anteriores a 1990 são mais frequentes nas UIT Centro Histórico, Ocidental e Centro (23,7%, 21,6% e 17,3%, respetivamente). Já os contratos posteriores a 2012 são mais frequentes no Centro (17,1%) e rondam os 11% nas outras UIT.

3.2.3.1. Mobilidade residencial

As dinâmicas residenciais dos inquiridos são analisadas a partir das questões sobre o tempo de residência na habitação atual, o local onde residiam anteriormente e as principais razões que levaram à mudança de residência, quer para os inquiridos que já moravam em Lisboa, quer para os que residiam fora.

A maioria dos entrevistados mudou de residência ao longo da sua vida, sendo que apenas 12% nunca mudou de casa. Os que mudaram de residência vivem, em média, há cerca de 19 anos na casa onde residem atualmente. Todavia, o elevado resultado do desvio padrão (17,2) revela a forte dispersão dos resultados, ou seja, indica que existe grande variedade de tempos de residência entre os inquiridos. A maior parte dos inquiridos vive há mais de 10 anos na atual residência (61,1%), mas uma percentagem significativa de inquiridos (24,1%) vive na mesma casa há 5 ou menos anos.

Figura 8. Experiência de mobilidade residencial



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

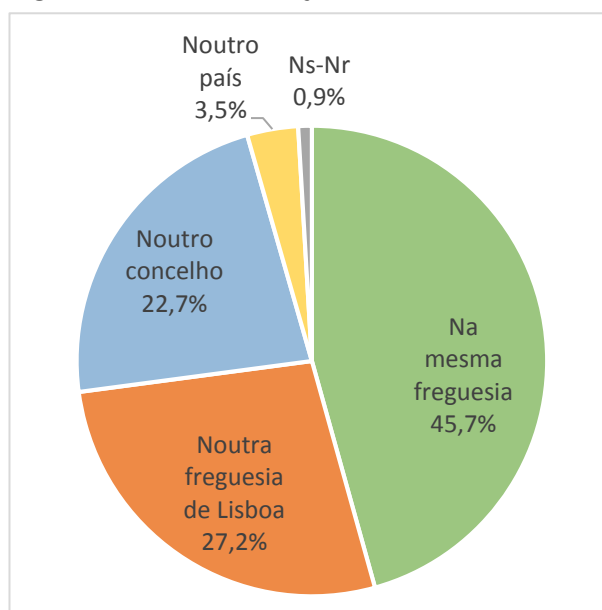
Tabela 29. Número de anos na atual residência (só os inquiridos que mudaram de residência)

Número de anos na atual residência	N	%
Até há 5 anos	602	24,1
6-10 anos	311	12,4
11-20 anos	550	22,0
21-40 anos	540	21,6
Há mais de 40 anos	438	17,5
Total	2440	97,5
Ns/Nr	62	2,5
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Entre os inquiridos que mudaram de residência, 45,7% vivia anteriormente na mesma freguesia e 27,2% vivia noutra freguesia de Lisboa, o que revela uma mobilidade essencialmente dentro da cidade e, sobretudo, na proximidade da área onde residiam antes. Já a mobilidade residencial com origem noutra concelho é menos significativa (22,7%) e de outro país é muito pouco significativa (3,5%).

Figura 9. Localização da residência anterior



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

As razões apontadas pelos inquiridos para terem escolhido a atual área de residência são apresentadas na Tabela 30, por ordem de importância. A razão apontada com mais frequência como sendo a mais importante é o preço das casas (26,3%), seguida de ter familiares e/ou amigos a viver na área (20,7%). As razões referidas com mais frequência, em segundo lugar, são ser uma área com vida local e/ou vida de bairro (18,9%) e ser uma área com bom ambiente (17,8%). Estas são também as razões apontadas com mais frequência no terceiro lugar de importância (15,3% e 21,2%, respetivamente).

Tabela 30. As três principais razões para escolher a área de residência, por ordem de importância (todos os inquiridos)

Razões para escolher a residência	1ª Razão		2ª Razão		3ª Razão	
	N	%	N	%	N	%
Preço das casas	537	26,3	197	12,3	122	9,0
Tenho familiares/amigos a viver nesta área	423	20,7	191	12,0	149	11,0
Fica perto do meu emprego/local de estudo	257	12,6	182	11,4	128	9,5
Tem bons acessos/transportes	192	9,4	252	15,8	157	11,6
É uma área que tem “bom ambiente”	160	7,8	284	17,8	287	21,2
É uma área que tem vida local/de bairro	124	6,1	301	18,9	208	15,3
É uma área que tem os serviços e equipamentos de que necessito	49	2,4	118	7,4	185	13,7
É uma área com boas condições para as crianças (ex. escolas, parques)	29	1,4	48	3,0	97	7,1
Outra	274	13,4	23	1,4	21	1,5
Total	2044	100,0	1596	100,0	1354	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Já entre os inquiridos que não residiam anteriormente em Lisboa (Tabela 31), 25,4% realizaram esta escolha para ficar perto do emprego e/ou do local de estudo, enquanto a segunda razão referida com mais frequência é a área de residência ter bons acessos e/ou transportes (19,8%) e, em terceira ordem de importância, referem mais frequentemente a área ter “bom ambiente” (22%). Analisaram-se ainda as razões apresentadas apenas pelos inquiridos que, ao mudarem de área de residência, também mudaram de UIT. Todavia, nestes casos, as razões apontadas para escolher a nova residência são semelhantes aos dos restantes inquiridos.

Em síntese, estamos perante dinâmicas residenciais significativas, bem evidentes na predominância de inquiridos que mudaram de casa e na importância dos que viveram recentemente percursos de mobilidade. Esta dinâmica residencial caracteriza-se ainda pela forte mobilidade interna, expressa na importância da mudança de residência dentro da mesma freguesia e dentro da cidade. Os motivos para escolher a área de residência estão frequentemente relacionados com o preço das casas, mas a questão económica perde importância para os inquiridos que vêm de fora. Nestes casos, é mais importante a proximidade do local onde têm uma atividade profissional ou de estudo. Os inquiridos privilegiam igualmente os motivos de ordem familiar ou da proximidade de amigos e o “bom ambiente”, a vida de bairro ou a existência de equipamentos.

Tabela 31. As três principais razões para escolher a área de residência, por ordem de importância (apenas para os inquiridos que antes não residiam em Lisboa)

Razões para escolher a residência	1ª Razão		2ª Razão		3ª Razão	
	N	%	N	%	N	%
Preço das casas	95	17,7	52	12,2	35	9,5
Tenho familiares/amigos a viver nesta área	102	18,3	40	9,4	26	7,0
Fica perto do meu emprego/local de estudo	128	23,9	56	13,1	42	11,2
Tem bons acessos/transportes	70	13,0	89	21,0	42	12,3
É uma área que tem “bom ambiente”	30	5,6	73	17,1	83	22,3
É uma área que tem vida local/de bairro	26	4,9	66	15,6	48	12,7
É uma área que tem os serviços e equipamentos de que necessito	12	2,1	31	7,3	69	18,4
É uma área com boas condições para as crianças (ex. escolas, parques)	7	1,3	13	3,1	22	5,8
Outra	66	11,9	5	1,1	3	0,8
Total	537	100,0	425	100,0	374	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mobilidade residencial por Unidades de Intervenção Territorial¹²

Em todas as UIT encontramos uma maioria de inquiridos (entre 80% e 92%) que mudou de residência ao longo da sua vida. Nas UIT Norte e Centro, esta percentagem é mais elevada do que nas restantes, sendo superior a 90% (92,3% e 90,4%, respetivamente); é menos elevada nas UIT Ocidental e Centro Histórico, com 80,1% e 83,2%, respetivamente; na UIT Oriental o valor é de 84,4%. Nas UIT Oriental e Norte os inquiridos referiram mais frequentemente viverem há 11 a 20 anos na casa onde residem (29,8% e 23,3%). Já nas UIT Centro e Centro Histórico, as frequências de inquiridos que vivem na atual residência há cinco ou menos anos são superiores, com 27,8% e 24,5% respetivamente.

Em todas as UIT, a mudança de residência fez-se principalmente na mesma freguesia da residência anterior, mas nas UIT Norte e Centro Histórico os inquiridos que mudaram de casa ficaram, com mais frequência, na mesma freguesia onde habitavam anteriormente - na UIT Norte 52,2% dos inquiridos e na UIT Centro Histórico cerca de 51%. A UIT Centro é a que tem mais entrevistados vindos de outras freguesias de Lisboa (31,2%) e de outros concelhos do país (28%). Nesta UIT, apenas 35% residia na mesma freguesia antes de mudarem de casa.

A análise das razões que levaram à escolha da atual área de residência revela diferenças entre UIT. Assim, o preço da casa é a primeira razão referida com mais frequência pelos entrevistados das UIT Ocidental (39%), Norte (36%) e Centro Histórico (23,4%). Na UIT Centro, a primeira razão mais frequente é ficar perto do local de trabalho, com 18,2% dos inquiridos. Na UIT Oriental, 20,9% consideram que a primeira razão é ter familiares e amigos a viver nessa área.

As segundas e terceiras razões mais frequentes para mudar de residência são: na UIT Ocidental, Centro, Oriental e Centro Histórico, a vida de bairro e o bom ambiente da área. Na UIT Norte, a segunda razão mais frequente é ter bons acessos e transportes (26,3%) e a terceira ser uma área com bom ambiente (24,7%).

¹² As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

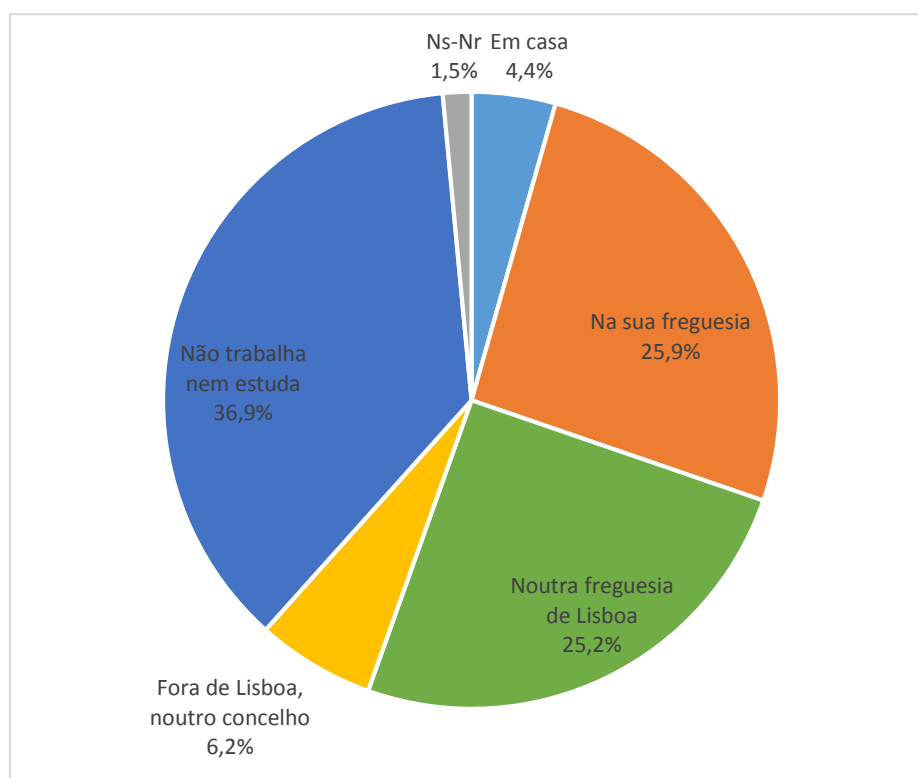
3.3. O quotidiano na cidade: mobilidade, práticas e posicionamentos

3.3.1. Mobilidade urbana e transportes

A mobilidade e os transportes são dimensões que contribuem para a qualidade de vida urbana. A seguir analisa-se o acesso a comércio e serviços, as relações de sociabilidade, a frequência de espaços de encontro/convívio, a existência de boas condições para o usufruto do espaço público, procurando em todas elas compreender a frequência e a proximidade dessas atividades.

A proximidade dos indivíduos ao local de trabalho ou de estudo determina, em grande medida, o tempo e a facilidade de acesso a estas atividades quotidianas. Considerando os 63,1% de inquiridos que trabalham ou estudam, 30,3% mantém-se na sua freguesia de residência – 25,9% fora de casa e 4,4% em casa - e 25,2% em outra freguesia de Lisboa. O trabalho fora da cidade tem um peso reduzido na amostra (6,2%).

Figura 10. Principal local de trabalho ou de estudo

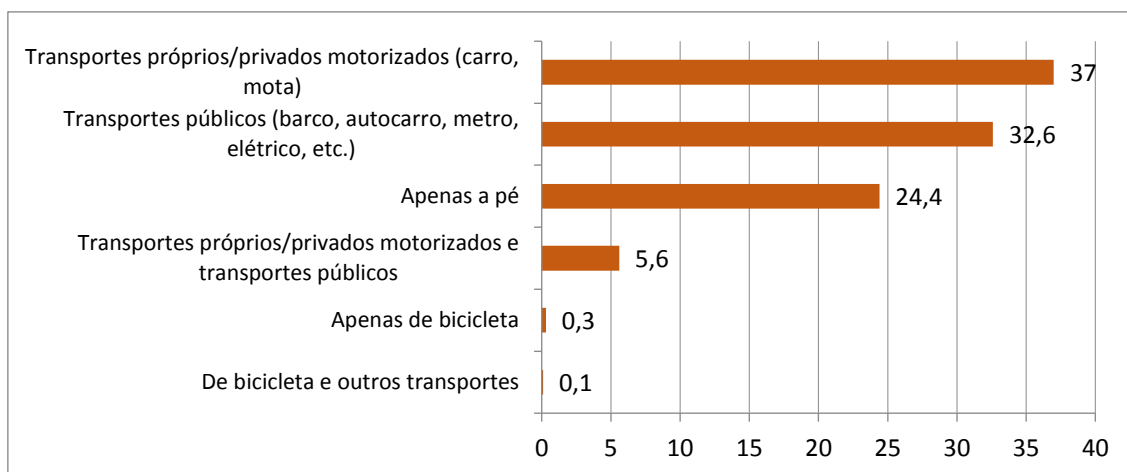


Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O modo de deslocação mais utilizado para ir trabalhar ou estudar é o transporte privado, de carro ou motorizada. O transporte público é o modo de deslocação de 32,6% dos inquiridos e 5,6% conjuga o transporte privado com transportes públicos. É de salientar a importância

significativa dos inquiridos que só se deslocam a pé para trabalhar ou estudar (24,4%). Pouco expressivo é o número de utilizadores de bicicleta para ir trabalhar ou estudar, quer isoladamente (0,3%) quer em articulação com outros transportes (0,1%).

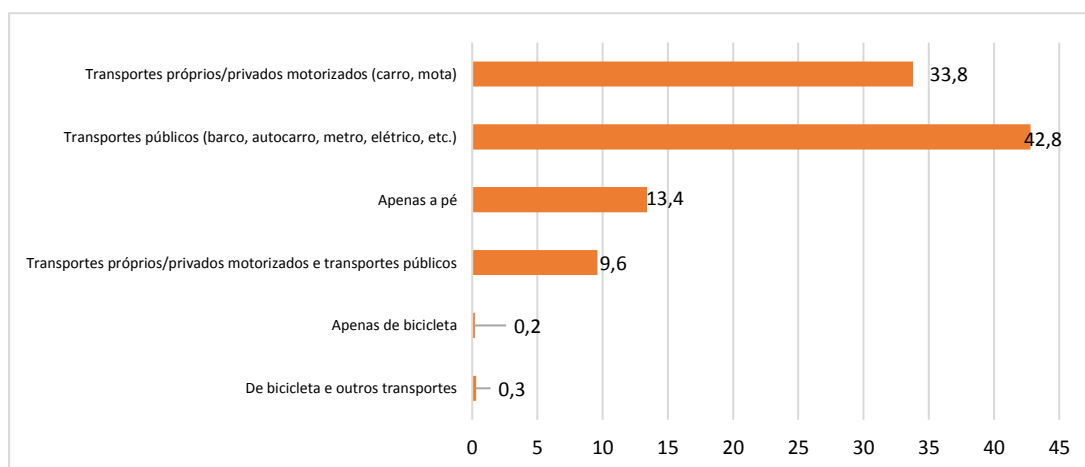
Figura 11. Modo de deslocação para o local de trabalho ou estudo



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Considerando as deslocações da totalidade da amostra para a realização de outras atividades quotidianas que não o trabalho e/ou o estudo, a maior percentagem de inquiridos afirma utilizar os transportes públicos (42,8%), seguidos do transporte privado (33,8%). A utilização articulada de transportes públicos e privados é mais frequente, em termos relativos, nas outras atividades do dia a dia (9,6% do total de inquiridos) do que nas deslocações para o local de trabalho ou de estudo (5,6% dos inquiridos que trabalham ou estudam).

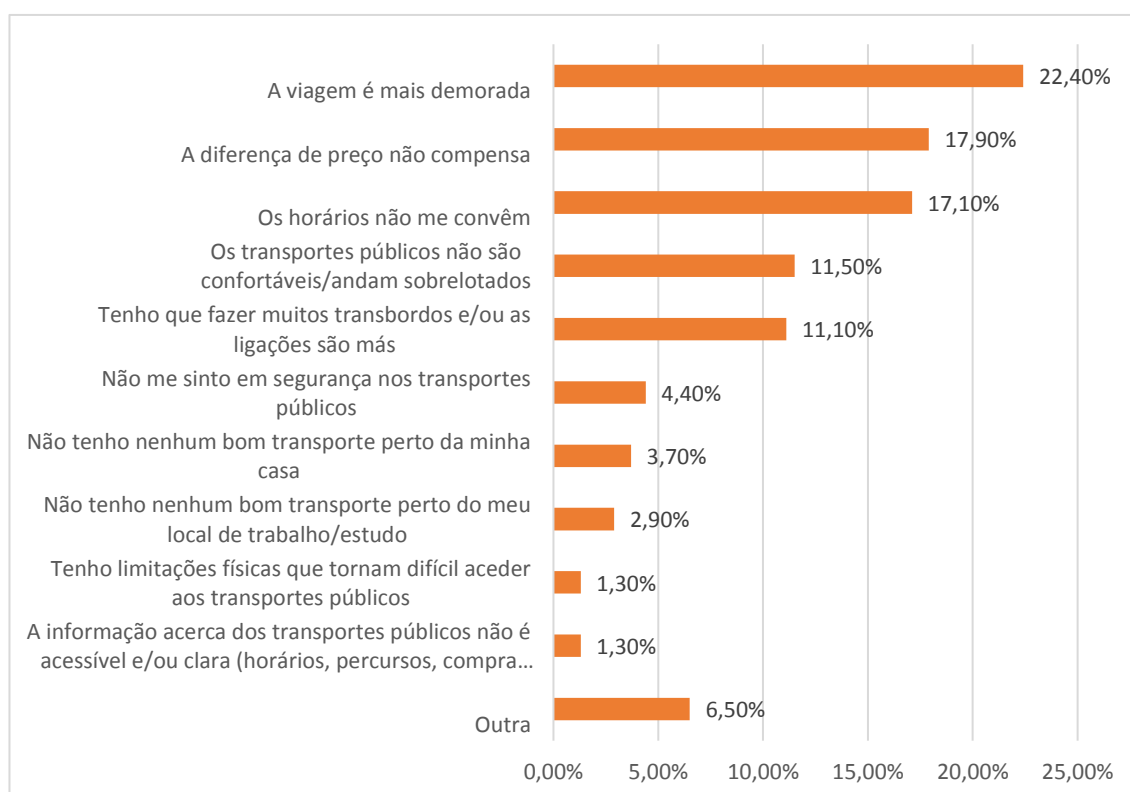
Figura 12. Modo de deslocação nas outras atividades do dia a dia



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A figura 13 dá conta da questão “Indique até três razões pelas quais não utiliza mais os transportes públicos” - colocada apenas aos inquiridos que usam transportes próprios motorizados nas suas deslocações quotidianas (independentemente do tipo de atividade) em exclusivo ou em conjugação com os transportes públicos – para a qual foram obtidas 2038 respostas. Entre as razões apontadas para não utilizar, ou não utilizar com mais frequência, os transportes públicos, destacam-se: “A viagem é mais demorada” (22,4%), “A diferença de preço não compensa” (17,9%), “Os horários não me convêm” (17,1%), “Os transportes públicos não são confortáveis e/ou andam sobrelotados” (11,5%) e “Tenho que fazer muitos transbordos e as ligações são más” (11,1%).

Figura 13. Razões para não utilizar mais os transportes públicos



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A frequência de utilização dos transportes públicos também pode ser determinada pela qualidade percebida que os utilizadores têm desses transportes. Nesse sentido, foi perguntado, a quem utiliza os transportes públicos, a sua opinião sobre diferentes características desses transportes.

Tabela 32. Avaliação das características dos transportes públicos

	Muito má	Má	Boa	Muito boa	Ns-Nr	Total
Segurança	6,0%	18,7%	62,7%	10,2%	2,5%	100,0%
Compra de bilhetes e pontos de venda	5,2%	21,4%	57,3%	14,1%	2,0%	100,0%
Rede ou cobertura das áreas onde se desloca	8,5%	23,3%	53,0%	13,4%	1,9%	100,0%
Horários de início e fim do serviço	8,8%	23,8%	49,2%	13,1%	5,0%	100,0%
Ligações entre transportes	7,6%	28,5%	50,8%	10,4%	2,7%	100,0%
Frequência dos transportes	14,3%	29,3%	45,0%	9,7%	1,7%	100,0%
Lotação ou ocupação dos transportes	13,9%	32,2%	44,7%	7,3%	1,9%	100,0%
Preços	18,4%	41,4%	36,3%	1,9%	2,1%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O preço é a característica avaliada de forma mais negativa, com 59,8% dos inquiridos a considerarem muito mau (18,4%) ou mau (41,4%). Também avaliada mais negativamente está a lotação dos transportes, com 13,9% dos inquiridos a avaliarem como muito má e 32,2% como má.

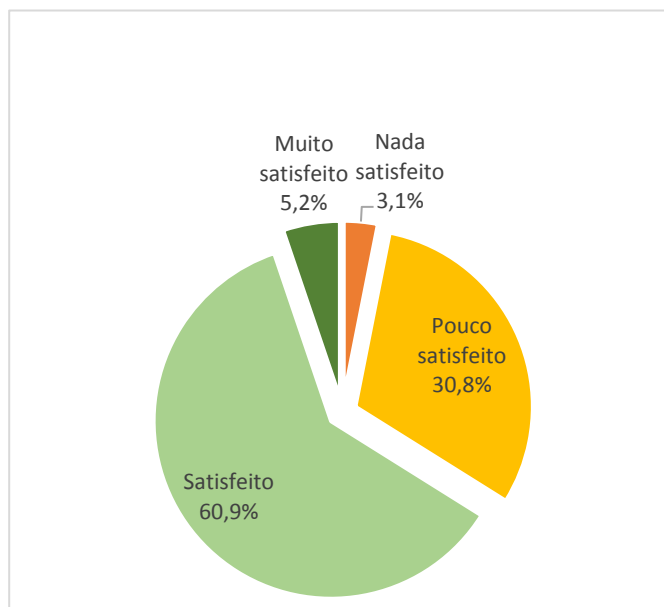
Já a segurança, a compra de bilhetes e pontos de venda, a rede e cobertura das áreas onde se desloca e as ligações entre transportes são características consideradas predominantemente “boas”, com 62,7%, 57,3%, 53% e 50,8%, respetivamente. Destas características, destacam-se as classificações como muito boas para a compra de bilhetes e pontos de venda (14,1%) e rede e cobertura das áreas onde se desloca (13,4%).

Contudo, a análise mais geral da avaliação dos inquiridos revela a prevalência do grau “boa” e “muito boa” para a segurança (72,9%), compra de bilhetes e pontos de venda (71,4%), rede ou cobertura das áreas onde se desloca (66,4%), horários de início e fim do serviço (62,3%), ligações entre transportes (61,2%), frequência dos transportes (54,7%) e lotação ou ocupação dos transportes (52%). O preço é a única característica onde a prevalência das respostas é claramente negativa, para 59,8% dos inquiridos.

O índice de satisfação com os transportes públicos, construído a partir da avaliação que os inquiridos fazem das características dos transportes, permite destacar que prevalece a avaliação “satisfeito” com 60,9%, seguida da “pouco satisfeito”, com 30,8% (ver Figura 14). Este índice, à semelhança de outros índices que surgirão mais tarde no presente relatório, foi construído a partir da média de respostas dos inquiridos aos vários indicadores (neste caso, aos vários indicadores de avaliação das características dos transportes públicos). Contudo, a leitura destes índices requer alguma cautela, uma vez que não são consideradas as respostas “não sabe / não

responde” nem os casos em que o inquirido opta por não dar a sua resposta a um ou mais indicadores que constituem o índice.

Figura 14. Índice de avaliação dos transportes públicos



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Em média, os inquiridos costumam demorar cerca de 33 minutos nas deslocações para e do seu local de trabalho/estudo (ida e volta), num tempo mínimo de 2 minutos e máximo de 240 minutos. O desvio padrão é de 32,9, o que revela a elevada dispersão dos resultados. Acrescente-se que responderam a esta questão apenas 50,6% da amostra.

Mobilidade e transportes por Unidades de Intervenção Territorial¹³

À questão “onde se situa o seu local de trabalho ou estudo?”, a resposta mais frequente, em todas as UIT, foi dizendo que não trabalha nem estuda (o valor mínimo foi registado na UIT Centro – 33,5% - e o valor máximo verificou-se na UIT Ocidental – 45,9%). As respostas “na sua freguesia” e “noutra freguesia de Lisboa” surgem alternadamente como a segunda e terceira respostas mais frequentes: se trabalhar ou estudar na mesma freguesia é mais comum nas UIT Centro Histórico (29,7%), Ocidental (29%) e Norte (23,1%), fazê-lo noutra freguesia do concelho de Lisboa é mais frequente na UIT Centro (30,8%) e Oriental (29,2%). A percentagem de inquiridos que trabalha ou estuda fora do município de Lisboa varia entre os 3% na UIT Ocidental e os 9,9% na UIT Norte. Por fim, a percentagem de inquiridos que afirma trabalhar ou estudar a partir de casa é muito irrelevante na UIT Ocidental (apenas 0,9%), mas com alguma importância

¹³ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

relativa na UIT Centro Histórico (6,9%), onde supera o número daqueles que se deslocam para fora de Lisboa.

O transporte privado motorizado é a escolha mais frequente dos inquiridos para as deslocações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo em todas as UIT exceto na UIT Centro, onde essa opção figura apenas em terceiro lugar (com 28,7%, após os 35,9% que afirmam utilizar apenas transportes públicos e os 30,3% que se deslocam apenas a pé). O valor percentual mais elevado de inquiridos que recorrem ao transporte privado motorizado regista-se na UIT Norte (43%). A opção por transportes públicos é mais elevada na UIT Centro (35,9%) e na UIT Norte (35,4%), e mais reduzida no Centro Histórico (24,6%), contrariamente à opção de deslocar-se apenas a pé, que é maior na UIT Centro Histórico (31,1%) e mais baixa na UIT Norte (18,2%). A conjugação de transporte privado com transportes públicos não é relevante em nenhuma UIT, variando entre o máximo de 8,5% (na UIT Oriental) e o mínimo de 3,5% (na UIT Norte). O uso da bicicleta, mesmo em articulação com outros meios de transporte, ronda os 0% em todas as UIT e é de 1% na UIT Centro Histórico.

Para efetuar as restantes deslocações quotidianas, os resultados são um pouco diversos, já que em todas as UIT a maioria dos inquiridos afirma preferir utilizar os transportes públicos (entre os 39,6% na UIT Ocidental e os 45,6% na UIT Norte). A opção pelo transporte privado motorizado é assumida por apenas 28,3% na UIT Centro (valor mínimo) e por 36,9% na UIT Centro Histórico (valor máximo). Para estas deslocações quotidianas, a percentagem de inquiridos que articula o transporte privado com os transportes públicos é mais relevante, mas consideravelmente variável entre UIT, já que apenas 5,3% afirmam fazê-lo na UIT Norte, contrastando com os 14,5% na UIT Oriental. As deslocações a pé variam entre o valor da UIT Oriental (10,6%) e o da UIT Centro (17,7%). Mais uma vez, a utilização da bicicleta é residual por parte dos inquiridos, abaixo do 1% em todas as UIT.

O facto de as viagens serem mais demoradas com transportes públicos figura como a primeira ou segunda razão para que os inquiridos não optem mais frequentemente pelos transportes públicos em todas as UIT, com valores variáveis entre 17,7% (na UIT Oriental) e 28,9% (na UIT Ocidental). Nas UIT Ocidental e Centro, a não conveniência dos horários dos transportes públicos surge como a segunda razão mais apontada (24,4% e 18,7%, respetivamente), enquanto na UIT Oriental essa razão surge mesmo como a principal (19,6%). O facto de a diferença de preço não compensar o uso de transportes públicos é também relevante em todas as UIT (variável entre 13% na Oriental e 22,8% na Norte). Nas UIT Centro Histórico, Oriental e Centro, a sobrelotação dos meios públicos de transporte é também uma razão de grande importância segundo os inquiridos (15,9%, 13,6% e 13,3%, respetivamente).

O preço dos transportes públicos é o tema que gera mais insatisfação em todas as UIT, com uma percentagem de inquiridos a afirmarem-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos na ordem dos 85,5% na UIT Ocidental, 73,5% no Centro Histórico, 67,5% na Oriental e 56,4% na Norte. Na UIT Centro, os preços continuam a ser o tema que reúne mais inquiridos insatisfeitos (43,0%) mas, ao contrário das restantes UIT, nesta os insatisfeitos não são a maioria dos inquiridos. A

segurança, a compra de bilhetes, a cobertura da rede e a amplitude do serviço são aspetos em relação aos quais a maioria dos inquiridos está satisfeita em todas as UIT. O Centro Histórico é a única UIT em que a maioria dos inquiridos está descontente com outros aspetos além dos preços: 52,2% diz-se insatisfeito com a frequência dos transportes e 61,3% com a sua sobrelotação.

A respeito do grau de satisfação geral relativamente aos transportes públicos em Lisboa, a maioria dos inquiridos em todas as UIT declara-se satisfeito. A UIT Ocidental regista a maior percentagem de inquiridos satisfeitos (71,4%) e o Centro Histórico regista a percentagem mais baixa (51,1%). A percentagem de inquiridos que se mostraram pouco satisfeitos varia entre os 16,7% da UIT Ocidental e os 43,3% do Centro Histórico. Um número muito reduzido de inquiridos disse não estar nada satisfeito com os transportes públicos (entre 0% na UIT Ocidental e 6,5% na UIT Norte), enquanto os “muito satisfeitos” variam entre os 11,9% na UIT Ocidental e os 6% na Centro, com valores mais elevados, e a UIT Centro Histórico com o valor mais baixo (2,8%).

As cinco UIT não revelam uma grande discrepância a respeito do tempo médio que os inquiridos demoram nas suas deslocações para o local de trabalho ou estudo. A UIT Ocidental regista a média mais baixa (cerca de 28 minutos), ao passo que a UIT Centro Histórico apresenta a média mais elevada (cerca de 35 minutos). O desvio padrão é mais elevado na UIT Centro Histórico (28,9) e mais baixo na UIT Ocidental (18,2), revelando em qualquer dos casos a acentuada dispersão dos resultados.

3.3.2. Práticas quotidianas

As práticas quotidianas começam por ser analisadas através um conjunto de atividades que vão desde as compras à prática desportiva, ao acesso a serviços de saúde ou a bens culturais e de lazer, assim como as relações de sociabilidade. Procurou-se compreender se os residentes em Lisboa realizam estas atividades na proximidade do bairro ou se se deslocam para outras áreas da cidade e até para fora dela. De seguida, analisa-se um índice construído a partir da média das respostas “nunca”, “ocasionalmente” e “frequentemente”.

A maior parte dos inquiridos compra, frequentemente, bens de primeira necessidade (71,7%) e está com amigos ou familiares (62,7%) dentro do seu bairro. Ainda no espaço do bairro, as atividades que os inquiridos mais referem realizar ocasionalmente são: ir a jardins, parques ou miradouros (49,2%), frequentar restaurantes, cafés ou esplanadas (47,2%) e ir a mercados, feiras ou praças (45,2%).

Já as atividades menos realizadas no bairro são: visitar museus e património histórico (66,2%), praticar desporto (65%), frequentar zonas de animação noturna (63,5%) e assistir a espetáculos culturais e desportivos (55,4%).

Tabela 33. Atividades que costuma realizar no bairro

Atividades no bairro	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Total
	N %	N %	N %	N %
Comprar bens de primeira necessidade (ex. alimentação)	5,50%	22,70%	71,70%	100,00%
Estar com amigos/familiares	5,60%	31,70%	62,70%	100,00%
Recorrer a serviços diversos (banco, correios, etc.)	11,00%	41,00%	48,10%	100,00%
Ir a serviços de saúde/ médicos	17,60%	39,30%	43,10%	100,00%
Frequentar restaurantes, cafés e/ou esplanadas	14,70%	47,20%	38,10%	100,00%
Comprar outros bens (ex. vestuário, livros)	22,60%	41,40%	36,00%	100,00%
Ir a jardins/ parques/ miradouros	24,10%	49,20%	26,70%	100,00%
Ir a mercados, feiras e/ou praças	35,50%	45,20%	19,30%	100,00%
Praticar desporto (no ginásio, na piscina, na rua, etc.)	65,00%	16,60%	18,40%	100,00%
Frequentar zonas de animação noturna/sair à noite	63,50%	25,30%	11,20%	100,00%
Assistir a espetáculos culturais e desportivos (ex. cinema/teatro/concertos/jogos de futebol)	55,40%	33,50%	11,10%	100,00%
Visitar museus e/ou património histórico	66,20%	26,10%	7,70%	100,00%
Outra	99,80%	0,10%	0,00%	100,00%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Nas outras áreas da cidade, a escolha das opções “frequentemente” e “nunca” não se destaca em nenhuma das atividades propostas. Concomitantemente, em quase todas estas atividades predomina a frequência “ocasionalmente”. Mais de 60% dos inquiridos referem deslocar-se “ocasionalmente” a serviços de saúde e médicos fora do bairro onde habita. Com uma percentagem inferior nesta opção de resposta, mas ainda assim acima dos 50%, estão as seguintes atividades: frequentar cafés, restaurantes e esplanadas, ir a jardins, parques e miradouros, estar com amigos e familiares, fazer compras de outros bens que não os de primeira necessidade, recorrer a serviços diversos, comprar bens de primeira necessidade e ir a mercados, feiras ou praças.

As atividades que mais inquiridos referem realizar “frequentemente” noutras áreas da cidade são a compra de bens de primeira necessidade (27,3%), outros bens (25,6%) e estar com amigos e familiares (23%). Praticar desporto e frequentar zonas de animação noturna são atividades que a maioria nunca costuma realizar noutras áreas de Lisboa (70,8% e 50,8%, respetivamente).

Tabela 34. Atividades que costuma realizar noutras áreas de Lisboa

	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Total
	N %	N %	N %	N %
Comprar bens de primeira necessidade (ex. alimentação)	19,20%	53,50%	27,30%	100,00%
Comprar outros bens (ex. vestuário, livros)	17,00%	57,40%	25,60%	100,00%
Estar com amigos/familiares	19,40%	57,60%	23,00%	100,00%
Frequentar restaurantes, cafés e/ou esplanadas	22,60%	59,70%	17,60%	100,00%
Ir a serviços de saúde/ médicos	22,90%	60,10%	17,00%	100,00%
Assistir a espetáculos culturais e desportivos (ex. cinema/teatro/concertos/jogos de futebol)	40,20%	44,10%	15,60%	100,00%
Frequentar zonas de animação noturna/sair à noite	50,80%	35,90%	13,30%	100,00%
Ir a jardins/ parques/ miradouros	29,30%	58,10%	12,60%	100,00%
Recorrer a serviços diversos (banco, correios, etc.)	32,40%	55,70%	11,90%	100,00%
Ir a mercados, feiras e/ou praças	38,70%	53,00%	8,40%	100,00%
Visitar museus e/ou património histórico	48,10%	44,80%	7,10%	100,00%
Praticar desporto (no ginásio, na piscina, na rua, etc.)	70,80%	22,10%	7,00%	100,00%
Outra	99,90%	0,10%	0,00%	100,00%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O peso das atividades frequentemente realizadas fora da cidade é muito baixo, oscilando entre 1,3% para praticar desporto e 6,6% para estar com amigos e familiares. Quando a frequência é ocasional oscila entre os 11,5% para praticar desporto e 36,3% para estar com amigos e familiares. A frequência “nunca” é registada, em qualquer uma das atividades, por uma percentagem de inquiridos superior a 50%.

Tabela 35. Atividades que costuma realizar noutros concelhos à volta de Lisboa

Atividades noutros concelhos à volta de Lisboa	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Total
	N %	N %	N %	N %
Estar com amigos/familiares	57,10%	36,30%	6,60%	100,00%
Frequentar restaurantes, cafés e/ou esplanadas	63,70%	32,40%	3,90%	100,00%
Comprar bens de primeira necessidade (ex. alimentação)	69,40%	27,60%	3,00%	100,00%
Comprar outros bens (ex. vestuário, livros)	68,50%	28,80%	2,70%	100,00%
Ir a jardins/ parques/ miradouros	68,90%	29,20%	1,90%	100,00%
Recorrer a serviços diversos (banco, correios, etc.)	74,10%	24,00%	1,90%	100,00%
Visitar museus e/ou património histórico	70,90%	27,20%	1,90%	100,00%
Assistir a espetáculos culturais e desportivos (ex. cinema/teatro/concertos/jogos de futebol)	75,90%	22,20%	1,80%	100,00%
Frequentar zonas de animação noturna/sair à noite	76,10%	22,10%	1,80%	100,00%
Ir a serviços de saúde/ médicos	79,40%	19,00%	1,70%	100,00%
Ir a mercados, feiras e/ou praças	70,40%	28,00%	1,60%	100,00%
Praticar desporto (no ginásio, na piscina, na rua, etc.)	87,20%	11,50%	1,30%	100,00%
Outra	99,90%	0,10%	0,00%	100,00%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Considerando o enquadramento geográfico mais frequente para cada uma das atividades, conclui-se o seguinte: as compras de bens de primeira necessidade e estar com amigos e familiares são as atividades realizadas com mais frequência no bairro; praticar desporto, visitar museus, assistir a espetáculos culturais e frequentar zonas de animação noturna são as menos frequentes no bairro e nas outras áreas dentro ou fora da cidade; as atividades realizadas noutra área da cidade são mais frequentemente ocasionais; as atividades que levam as pessoas com mais frequência para fora da cidade são estar com amigos e familiares, frequentar restaurantes, cafés e esplanadas e as compras de primeira necessidade ou outras.

A leitura do índice de práticas quotidianas para toda a cidade de Lisboa, construído a partir do conjunto das variáveis descritas acima, permite concluir que, relativamente à frequência com que os inquiridos fazem as suas atividades quotidianas no próprio bairro, é maioritário o número de indivíduos cuja resposta mais comum é “ocasionalmente” (79,6%). Os inquiridos cuja resposta mais comum é “nunca” são 12,8% da amostra e 7,6% respondem com “frequentemente” à maioria das atividades elencadas.

Tabela 36. Índice de frequência de atividades realizadas no bairro onde vive

Frequência de atividades no seu bairro	N	%	% válida
Nunca	320	12,8	12,8
Ocasionalmente	1991	79,6	79,6
Frequentemente	191	7,6	7,6
Total	2502	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

À medida que se passa da análise do bairro para territórios mais alargados, por um lado, diminui a percentagem de inquiridos que respondem “ocasionalmente” ou “frequentemente” relativamente à maior parte das atividades; aumentando, por outro lado, a percentagem de indivíduos cuja resposta mais comum é “nunca”. Quanto à frequência com que os residentes inquiridos fazem as suas atividades noutras áreas de Lisboa, 71,6% respondem maioritariamente “ocasionalmente”, 3,1% respondem “frequentemente”, e 25,3% respondem “nunca”.

Tabela 37. Índice de frequência de atividades realizadas noutras áreas de Lisboa

Frequência de atividades noutras áreas de Lisboa	N	%	% válida
Nunca	633	25,3	25,3
Ocasionalmente	1792	71,6	71,6
Frequentemente	77	3,1	3,1
Total	2502	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Por fim, 74,9% dos entrevistados “nunca” fazem a maioria das atividades listadas noutros concelhos em redor de Lisboa. Cerca de 25% dos inquiridos referem que “ocasionalmente” fazem a maior parte dessas atividades noutros concelhos em redor de Lisboa, e para apenas 0,4% é frequente realizar a maioria dessas atividades fora de Lisboa.

Tabela 38. Índice de frequência de atividades realizadas noutros concelhos

Frequência de atividades noutros concelhos	N	%	% válida
Nunca	1875	74,9	74,9
Ocasionalmente	617	24,7	24,7
Frequentemente	11	,4	,4
Total	2502	100,0	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Estes resultados indicam-nos que, se é consideravelmente frequente que os residentes em Lisboa façam as suas atividades quotidianas ou no seu bairro ou noutros bairros do município de Lisboa, é muito mais raro que os residentes em Lisboa se desloquem para fora do concelho para fazer essas atividades. Conclui-se, desta forma, que Lisboa surge como um concelho ímpar na dinâmica da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que as relações que os seus residentes estabelecem com outros territórios em redor do concelho de Lisboa são muito pouco frequentes.

Práticas quotidianas por Unidades de Intervenção Territorial¹⁴

A compra de bens de primeira necessidade surge como a única atividade quotidiana que a maioria dos inquiridos em todas as UIT afirma fazer frequentemente no seu bairro (desde 58,5% na UIT Norte a 79,5% na UIT Centro Histórico). Outras atividades, como estar com amigos e familiares ou recorrer a serviços de saúde, surgem também com uma grande percentagem de inquiridos a admitir fazê-las frequentemente no seu bairro. Por outro lado, a maioria dos inquiridos, em todas as UIT, afirma que nunca faz no seu bairro as seguintes atividades: (1) assistir a espetáculos culturais e desportivos; (2) praticar desporto; (3) frequentar zonas de animação noturna; e (4) visitar museus e/ou património histórico.

Quanto às atividades que os inquiridos fazem noutras áreas de Lisboa, apenas na UIT Ocidental se regista uma atividade que a maioria destes diz fazer frequentemente: 49,9% compram outros bens (vestuário/livros, etc.) noutras áreas da cidade. Praticar desporto e frequentar zonas de animação noturna são atividades que a maioria das pessoas não faz no bairro e, da mesma forma, não faz noutras áreas da cidade.

A percentagem de inquiridos que fazem atividades ocasional e frequentemente noutros concelhos à volta de Lisboa é muito reduzida. Nas UIT Centro, Oriental, Norte e Centro Histórico, a maioria dos inquiridos refere que nunca frequenta qualquer das atividades fora de Lisboa. Apenas na UIT Ocidental há duas atividades relativamente às quais a maioria dos inquiridos respondeu que ocasionalmente faz fora de Lisboa: comprar bens de primeira necessidade (49,5%) e estar com amigos e familiares (53%). A atividade que menos inquiridos fazem fora de Lisboa é, novamente, a prática de desporto (entre 82,7% na UIT Centro e 92,5% na UIT Ocidental).

No respeito à leitura do índice de práticas quotidianas, a UIT Ocidental destaca-se dos restantes territórios pela elevada percentagem de entrevistados que realizam “ocasionalmente” a maior parte das atividades quotidianas no próprio bairro (98,4%). A UIT Oriental surge como a UIT em que esta percentagem é mais baixa, mas ainda assim superior a metade (72,8%). Esta é também a UIT em que mais indivíduos referem que realizam a maior parte das atividades “frequentemente” no seu bairro (11,3%). Por contraste, apenas 0,7% dos entrevistados da UIT

¹⁴ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Ocidental afirmam realizar “frequentemente” a maior parte das atividades no seu bairro. A percentagem de inquiridos que respondem que “nunca” fazem a maioria dessas atividades no seu bairro é mais elevada na UIT Norte (20,5%) e mais baixa na UIT Ocidental (0,8%).

A percentagem de inquiridos que “ocasionalmente” fazem a maioria das atividades noutras áreas de Lisboa é maioritária em todas as UIT, variando entre o valor mínimo, registado no Centro Histórico (66,3%), e o valor máximo, registado mais uma vez na UIT Ocidental (91,9%). A UIT Norte surge novamente como a UIT onde mais inquiridos respondem que “nunca” fazem a maioria das atividades elencadas noutras áreas de Lisboa (31,9%), face ao valor mais reduzido que se verifica, mais uma vez, na UIT Ocidental (6,4%). Os inquiridos da UIT Norte são também os que menos vezes respondem que “frequentemente” realizam a maior parte das atividades noutras áreas de Lisboa (1,2%), ao passo que na UIT Centro essa percentagem é superior (6,2%).

A UIT Ocidental destaca-se como a UIT onde menos inquiridos (66,1%) afirmam que “nunca” realizam a maioria das atividades noutros concelhos em redor de Lisboa, contrastando com o valor máximo verificado na UIT Centro Histórico (81,6%). É também na UIT Ocidental que mais inquiridos respondem que “ocasionalmente” se deslocam para concelhos fora de Lisboa para realizar a maioria das atividades (33,9%); no Centro Histórico, apenas 18% dos inquiridos se desloca “ocasionalmente” para o exterior do município de Lisboa para realizar a maioria das atividades da lista. As percentagens de inquiridos que “frequentemente” realizam a maioria das atividades noutros concelhos em redor de Lisboa são muito reduzidas, variando apenas entre os 0% (nas UIT Ocidental, Oriental e Norte) e os 1,4% (na UIT Centro).

3.3.3. Mobilização política e participação cívica

A análise dos comportamentos cívicos e de participação política inclui informação sobre o grau de interesse por assuntos políticos, a participação em sessões públicas organizadas pela Câmara Municipal e pelas juntas de freguesia, as formas de participação política e social, a pertença e o tipo de participação em associações e organizações, o posicionamento político e a participação em eleições legislativas, presidenciais ou autárquicas.

Os inquiridos manifestam muito pouco interesse por assuntos políticos, sendo que 46,2% revelam mesmo não ter nenhum interesse e 26,5% estão pouco interessados. Cerca de 22% revelam algum interesse e apenas 4,9% muito interesse.

Tabela 39. Grau de interesse por assuntos políticos

Interesse por assuntos políticos	N	%
Nenhum interesse	1155	46,2
Pouco interesse	664	26,5
Algum interesse	542	21,7
Muito interesse	122	4,9
Total	2483	99,2
Ns-Nr	19	0,8
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A participação em eleições foi superior nas últimas presidenciais em janeiro de 2016, com 71,6% de votantes, e nas legislativas em outubro de 2015, com 69,6% de votantes. Nas últimas autárquicas, em setembro de 2013, a participação foi de 65,1% de votantes. Apesar de as diferenças não serem muito significativas, é possível verificar uma participação mais reduzida nas eleições para os órgãos de poder local.

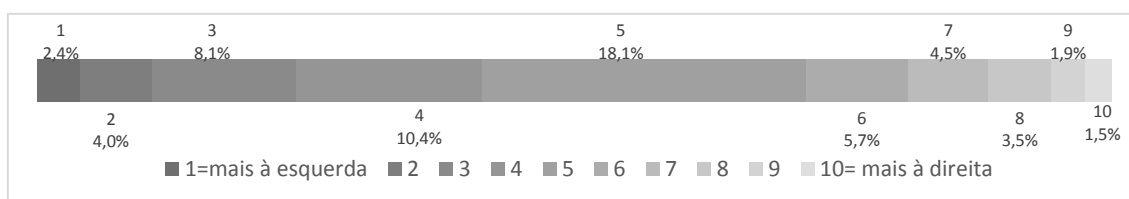
Tabela 40. Votou nas últimas eleições presidenciais, legislativas e autárquicas

Participação em eleições	Eleições presidenciais		Eleições legislativas		Eleições autárquicas	
	N	%	N	%	N	%
Sim	1792	71,6	1741	69,6	1629	65,1
Não	547	21,8	583	23,3	678	27,1
Não se aplica	146	5,8	153	6,1	167	6,7
Ns-Nr	18	0,7	25	1	28	1,1
Total	2502	100	2502	100	2502	100

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O posicionamento político dos inquiridos, numa escala de dez posições entre a esquerda (1) e a direita (10), permite concluir que existe uma forte importância relativa da posição centro esquerda, em especial para os valores 5 com 18,4% e 4 com 10,6%, seguido da posição 3, com 8,3% dos inquiridos. A posição centro direita (6 e 7), com 5,8% e 4,6%, tem um peso mais baixo na amostra. Cerca de 15% situa-se à direita do espectro político. É de salientar o elevado número de não respostas a esta questão (40,8%).

Figura 15. Classificação da posição política



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

As reuniões, assembleias e audições públicas convocadas pela Junta de Freguesia são muito pouco participadas pelos inquiridos: 91,6% nunca participou, 6,8% participou “ocasionalmente” e apenas 10 “frequentemente”. Esta participação ainda é menor quando se trata do mesmo tipo de reuniões na Câmara Municipal, em que a ausência de participação atinge os 95,1%, a participação ocasional é de 3,6% e frequente é de apenas 3 inquiridos.

Tabela 41. Frequência de participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Junta de Freguesia

Participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Junta de Freguesia	N	%
Nunca	2293	91,6
Ocasionalmente	169	6,8
Frequentemente	10	,4
Nr-Ns	30	1,2
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Tabela 42. Frequência de participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Câmara Municipal

Participação em reuniões, assembleias e/ou audições públicas convocadas pela Câmara Municipal	N	%
Nunca	2380	95,1
Ocasionalmente	89	3,6
Frequentemente	3	,1
Nr-Ns	30	1,2
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Os comportamentos listados como formas de participação política e social são muito pouco frequentes entre os inquiridos, exceto prestar apoio aos vizinhos, que 36,3% fazem ocasionalmente e 20,2% fazem frequentemente. Todas as outras formas de participação nunca foram realizadas por mais de 80% dos inquiridos.

Há, todavia, algumas diferenças a destacar: contactar, ou tentar contactar, um representante eleito da Junta de Freguesia regista 17,1% de respostas “ocasionalmente”, ao passo que somente 7,7% afirmam contactar ou tentar contactar, ocasionalmente, um representante eleito da Câmara Municipal, o que pode revelar uma maior proximidade e facilidade de acesso aos representantes das juntas de freguesia. Participar em atividades de protesto ilegais, o envolvimento numa campanha política e fazer greve são os comportamentos realizados por menos pessoas - 96,5%, 94,4% e 92,2%, respetivamente, nunca utilizaram estas formas de participação.

Já os comportamentos mais realizados ocasional e frequentemente – para além de prestar apoio aos vizinhos e contactar um representante eleito da Junta de freguesia - são participar em reuniões cívicas, por exemplo para resolver um problema no prédio ou da rua (11,9% e 2,3%), assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado (14,5% e 2,3%) e comprar ou não comprar determinados produtos, por razões políticas, éticas ou ecológicas (8,6% e 3,5%). Estes resultados permitem verificar que, apesar do baixo nível de participação, os comportamentos mais

utilizados pelos inquiridos são, por um lado, os que afetam mais diretamente a sua vida e os comportamentos mais passivos e que, simultaneamente, revelam alguma consciência para os problemas sociais.

Tabela 43. Formas de participação política e social

Formas de participação política e social	Nunca	Ocasionalmente	Frequentemente	Ns-Nr	Total
	N %	N %	N %	N %	N %
Prestar apoio aos vizinhos	43,0%	36,3%	20,2%	0,4%	100,0%
Comprar ou não comprar determinados produtos, por razões políticas, éticas ou ecológicas	87,7%	8,6%	3,5%	0,3%	100,0%
Assinar uma petição ou fazer um abaixo-assinado	82,9%	14,5%	2,3%	0,3%	100,0%
Participar em reuniões cívicas (ex. para resolver um problema no prédio/ rua)	85,3%	11,9%	2,3%	0,4%	100,0%
Utilizar a comunicação social ou as redes sociais para exprimir as suas opiniões políticas	90,0%	7,6%	2,2%	0,2%	100,0%
Votar num orçamento participativo	85,7%	8,3%	1,9%	4,1%	100,0%
Contactar, ou tentar contactar, um representante eleito da Junta de Freguesia	81,3%	17,1%	1,4%	0,3%	100,0%
Recolher fundos para causas públicas	90,7%	7,6%	1,3%	0,4%	100,0%
Participar numa manifestação de rua	89,6%	9,0%	0,9%	0,4%	100,0%
Envolver-se numa campanha política	94,4%	4,6%	0,8%	0,3%	100,0%
Fazer greve	92,2%	6,6%	0,6%	0,6%	100,0%
Contactar, ou tentar contactar, um representante eleito da Câmara Municipal	91,7%	7,7%	0,2%	0,4%	100,0%
Participar em atividades de protesto ilegais (ex. corte de estrada)	96,5%	2,9%	0,2%	0,3%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A pertença a organizações é também muito residual e apenas se destaca, mesmo que relativamente baixa, a percentagem de inquiridos que já pertenceu a associações culturais ou coletividades recreativas (11,1%) e a clubes desportivos (10,5%). São também estes dois tipos de organização a que maior percentagem de inquiridos diz pertencer, quer não participando ativamente (5,7% em clubes desportivos e 3,4% em associações culturais e recreativas) quer participando ativamente (4% em clubes desportivos e apenas 2,3% em associações culturais e recreativas).

As organizações de proteção ambiental, defesa do património ou defesa de direitos humanos/cívicos são as que têm menor percentagem de pertença, seguidas das associações de consumidores (95,2%) e de moradores (94,5%).

Tabela 44. Pertença a associações e organizações

Pertença a associações e organizações	Nunca pertenci	Já pertenci	Pertenço mas não participo	Participo ativamente	Não se aplica	Nr-Ns	Total
	N %	N %	N %	N %	N %	N %	N %
Clube desportivo	79,5%	10,5%	5,7%	4,0%	0,2%	0,1%	100,0%
Associação cultural e/ou coletividade recreativa	82,7%	11,1%	3,4%	2,3%	0,3%	0,2%	100,0%
Associação de solidariedade social	93,0%	4,0%	0,9%	1,8%	0,3%	0,1%	100,0%
Associação profissional/científica/patronal	92,7%	3,2%	1,4%	1,4%	1,0%	0,3%	100,0%
Associação de pais	90,7%	5,6%	0,4%	1,1%	1,9%	0,2%	100,0%
Organização de proteção ambiental, defesa do património ou defesa de direitos humanos/cívicos	96,0%	2,1%	0,4%	1,0%	0,3%	0,2%	100,0%
Partido político	93,6%	3,8%	1,1%	0,9%	0,4%	0,2%	100,0%
Associação de consumidores	95,2%	1,9%	1,6%	0,9%	0,3%	0,1%	100,0%
Sindicato	90,0%	5,7%	1,8%	0,9%	1,4%	0,2%	100,0%
Associação de moradores	94,5%	3,5%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mobilização política e participação cívica por Unidades de Intervenção Territorial¹⁵

Nas UIT Ocidental e Centro, os inquiridos manifestam mais interesse por assuntos políticos – na Ocidental, 38,2% com algum interesse e 35% com pouco interesse e, na Centro, 31,6% com algum interesse e 25,2% com pouco interesse. Nas restantes UIT, a maior parte dos inquiridos não está interessada em assuntos políticos, destacando-se a Oriental com 55,4% sem interesse.

Na UIT Oriental, a participação nas eleições é sempre superior à verificada nas outras UIT, com 80% de inquiridos a votarem nas eleições presidenciais, 78,7% nas legislativas e 77,7% nas autárquicas. Nas restantes UIT, a participação nas eleições oscila entre os 60% e 75% de

¹⁵ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

inquiridos, exceto na UIT Centro Histórico onde a participação nas autárquicas foi de 58,4% e na UIT Norte, onde a participação nas presidenciais foi de 71,8%.

À exceção da UIT Ocidental, em todas as UIT a frequência dos inquiridos que indica a posição política central (5) é superior, seguida da posição 4. Na Ocidental a posição 3 tem a percentagem mais elevada (24,6%), além de que 49,3% dos inquiridos situa-se nas três posições mais à esquerda.

As reuniões, assembleias e audições públicas convocadas pela junta são mais participadas pelos inquiridos nas UIT Ocidental e Oriental, que correspondem às UIT onde são menores as frequências de inquiridos que nunca participaram: 87,4% na Ocidental e 87% na Oriental.

Enquanto na UIT Ocidental encontra-se o nível de menor participação em reuniões, assembleias e audições públicas convocadas pela Câmara Municipal (99,7% nunca participaram) na UIT Oriental este valor de participação é superior ao da participação nas reuniões da Junta (90,2% nunca participou). Os outros valores mais elevados de não participação nas reuniões da Câmara encontram-se nas UIT Norte (97%) e Centro (95,6%).

Entre os comportamentos listados como formas de participação política e social, a prestação de apoio aos vizinhos tem mais importância na UIT Ocidental, em que 48,2% o fazem ocasionalmente e 27,8% frequentemente. Nas restantes UIT, entre 42% e 49% dos inquiridos nunca indica o apoio aos vizinhos.

Na UIT Ocidental encontra-se igualmente a maior importância dos inquiridos que contactaram ou tentaram contactar um representante da Junta de Freguesia (27,3% ocasionalmente e 5,5% frequentemente). Este contacto é inexistente para 84,6% dos inquiridos da UIT Norte, 83,7% da UIT Centro e 83,8% da UIT Centro Histórico.

Estes contactos são ainda mais raros quando se trata da Câmara Municipal, em que 95,4% dos inquiridos da UIT Ocidental, 94,8% da UIT Centro e 94,1% da UIT Norte nunca realizaram estes contactos.

A pertença a clubes desportivos e associações culturais e coletividades recreativas é mais frequente nas UIT Ocidental, Centro Histórico e Centro, em que os inquiridos que nunca pertenceram correspondem a 62% e 77,3% na Ocidental e 79,6% e 79,5% na Centro Histórico e 78,6% e 81,3% na Centro.

3.4. Qualidade de vida e mudanças na cidade de Lisboa

A análise da qualidade de vida que se apresenta a seguir integra um conjunto de indicadores que vão desde o nível da satisfação com questões mais pessoais – a satisfação com a habitação onde reside e a satisfação com a sua vida pessoal – até indicadores de satisfação que resultam da relação do indivíduo com o que o rodeia – a satisfação com o bairro e a cidade.

3.4.1. Satisfação com a habitação

Relativamente à habitação dos inquiridos, procura-se caracterizá-la quanto ao número de assoalhadas, ao regime de ocupação da habitação e ao grau de satisfação do inquirido relativamente ao espaço que habita.

Uma análise detalhada da perceção dos inquiridos sobre várias características da residência onde habitam permite distinguir graus de satisfação em diferentes indicadores. A luminosidade, a dimensão, a acessibilidade à casa, no interior do edifício ou a partir do exterior do edifício, e a segurança de pessoas e bens são os indicadores em que os inquiridos revelam maior grau de satisfação (89,1%, 88,8% e 86,8% da amostra, respetivamente).

O indicador percecionado com maior grau de insatisfação é o conforto térmico, em termos de temperatura e humidade, com 28,8% a manifestarem-se “pouco” ou “nada satisfeitos”. De igual modo, 20,6% dos inquiridos revelam-se insatisfeitos com o ruído proveniente do exterior - provocado por trânsito, obras, bares e cafés, entre outros -, ou do interior do edifício - provocado pelo barulho dos vizinhos. O estado de conservação é também um dos indicadores em que os inquiridos se mostram menos satisfeitos (19,6%).

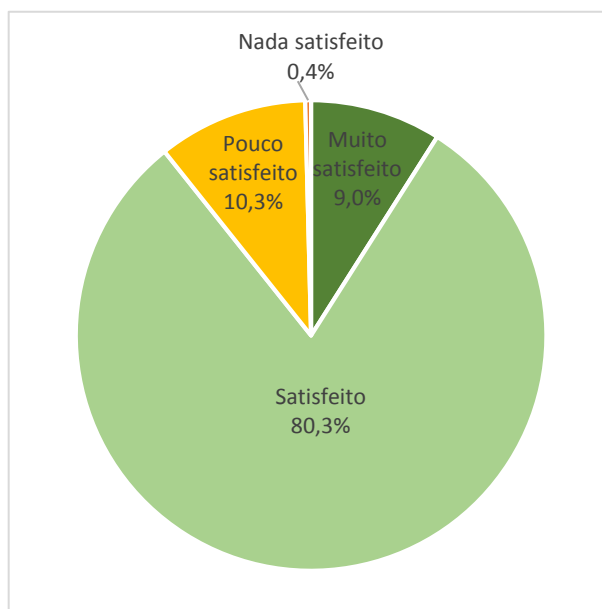
Tabela 45. Indicadores de satisfação com a habitação

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Ns-Nr	Total
Luminosidade	1,1%	9,8%	74,6%	14,5%	0,0%	100,0%
Dimensão	1,4%	9,6%	75,2%	13,6%	0,1%	100,0%
Acessibilidade à casa no interior ou a partir do exterior do edifício	1,8%	9,7%	75,1%	13,3%	0,1%	100,0%
Segurança de pessoas e bens	2,1%	10,8%	74,8%	10,3%	2,0%	100,0%
Estado de conservação	2,2%	17,4%	68,4%	11,9%	0,0%	100,0%
Ruído proveniente do exterior ou do interior do edifício	3,8%	16,8%	69,7%	9,8%	0,0%	100,0%
Conforto térmico	4,1%	24,7%	61,4%	9,7%	0,1%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O índice que agrega os indicadores acima descritos mostra que o grau de satisfação com a casa é, em geral, bastante elevado: 80,3% dos inquiridos manifestam-se “satisfeitos” e 9% “muito satisfeitos”, restando 10,7% “pouco” ou “nada satisfeitos”.¹⁶

Figura 16. Índice satisfação com a habitação



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Satisfação com a habitação por Unidades de Intervenção Territorial¹⁷

O índice de satisfação - construído com base na resposta à avaliação atribuída às sete características da residência - permite perceber que a avaliação geral como “satisfeito” é mais elevada nas UIT Ocidental (84,6%) e Norte (84,1%). Na UIT Oriental, encontra-se o índice de satisfação geral mais elevado, com 18,9% dos entrevistados “muito satisfeitos” com os vários indicadores da sua casa. Paralelamente, na UIT Centro Histórico existe um maior grau de insatisfação com a residência, com 13,6% de inquiridos “pouco satisfeitos”.

Os indicadores avaliados mais positivamente em cada UIT são as seguintes: na UIT Ocidental, a acessibilidade à casa no interior ou a partir do exterior do edifício (96% de satisfeitos ou muito satisfeitos) e a luminosidade (93,5%); na UIT Oriental, a luminosidade (94,7%) e dimensão (93,6%); na UIT Centro, a segurança (88,5%), a dimensão (86,6%) e a luminosidade (86,2%); na UIT Norte, a acessibilidade à casa (92,2%) dimensão (88,5%) e luminosidade (88,2%) e, na UIT Centro Histórico, a dimensão (87,5%) a luminosidade (87,1%) e a acessibilidade (84,7%).

¹⁶ O índice de satisfação com a habitação resume as tendências de resposta aos sete itens de caracterização da casa, sendo construído a partir do cálculo da média das respostas nesses itens por parte de cada inquirido.

¹⁷ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Apesar da elevada satisfação expressa pelos entrevistados relativamente à sua casa, há características em que os inquiridos se manifestam menos satisfeitos nas diferentes UIT. Assim, verifica-se que o conforto térmico é a dimensão que aparece com um grau superior de pouca ou nenhuma satisfação em todas as UIT (36,4% na Centro; 20,2% na Oriental; 29,3% na Norte; e 29,4% na Centro Histórico), exceto na Ocidental, em que se destaca o indicador relativo ao estado de conservação, com 25,1%.

Os outros indicadores onde há maior insatisfação são, nas UIT Centro, Centro Histórico e Oriental, o ruído proveniente do exterior ou do interior do edifício, com 23,9%, 23,4% e 18,8% de pouco ou nada satisfeitos; e na UIT Norte, o estado de conservação (22,7%).

Antes de analisar as perceções e opiniões dos inquiridos sobre os indicadores de qualidade de vida no bairro e na cidade, considerámos importante analisar o grau de satisfação com a sua vida pessoal, de modo a enquadrar as questões relacionadas com o modo de vida na cidade por questões de qualidade de vida mais genéricas.

3.4.2. Satisfação com a vida pessoal

A análise apresentada a seguir centra-se nas perceções dos inquiridos sobre a sua própria qualidade de vida, primeiro com a análise das respostas a questões gerais relativas à situação pessoal perante o emprego, a situação financeira do agregado doméstico, a vida em geral, o local onde vive, a vida familiar, a vida social e a sua saúde; posteriormente analisam-se as respostas relacionadas com a qualidade de vida urbana na cidade de Lisboa. Os indicadores utilizados para dar conta destas perceções decorrem da revisão da literatura internacional de referência e da análise de estudos similares, quer de âmbito geograficamente alargado e comparativo, como é o caso do estudo do Eurobarómetro “*Quality of Life in European Cities 2015*” (European Commission 2016a e 2016b), quer de âmbito local, como a pesquisa “Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa. Estudo sobre as bases para um novo modelo de governação Da cidade de Lisboa” (Cabral e Schmidt, 2009) ou o “Sistema de Monitorização da Qualidade de Vida Urbana do Porto” (http://www.cm-porto.pt/paginas_extra/smqvu-).

Todos os indicadores com que procuramos caracterizar genericamente a perceção dos residentes quanto à sua qualidade de vida pessoal apresentam níveis de satisfação muito elevados, destacando-se a elevada satisfação com o local onde vive (94%), a vida familiar (92,8%) e a vida social (91,7%). Já os aspetos em que há uma satisfação ligeiramente menor estão relacionados, direta ou indiretamente, com o rendimento, como sejam a situação financeira do agregado (64,5% “satisfeitos” e 25,5% “pouco” ou “nada satisfeitos”) e a situação pessoal relativamente ao emprego (51,2% “satisfeitos” e 14,6% “pouco” ou “nada satisfeitos”).

No Eurobarómetro de 2015, os resultados dos indicadores de satisfação com a vida pessoal são igualmente elevados: o local onde vive também se destaca com 90% dos inquiridos “satisfeitos” seguido de 76% de satisfeitos com a sua vida. De igual modo, em 2015, os indicadores de menor

satisfação são a situação financeira (com 49% satisfeitos) e a situação relativamente ao emprego (com 61% satisfeitos).

Tabela 46. Satisfação com a vida pessoal

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Ns-Nr	Total
O local onde vive	0,6%	5,3%	74,0%	20,0%	0,0%	100,0%
A sua vida familiar	0,7%	6,1%	71,4%	21,4%	0,4%	100,0%
A sua vida social	0,8%	6,7%	70,9%	20,8%	0,7%	100,0%
A sua vida	1,0%	11,0%	73,4%	14,5%	0,2%	100,0%
A sua saúde	1,9%	14,7%	64,0%	19,2%	0,2%	100,0%
A situação financeira do seu agregado doméstico	3,7%	21,8%	64,5%	8,6%	1,3%	100,0%
A sua situação pessoal relativamente ao emprego	4,2%	10,4%	51,2%	9,8%	24,5%	100,0%

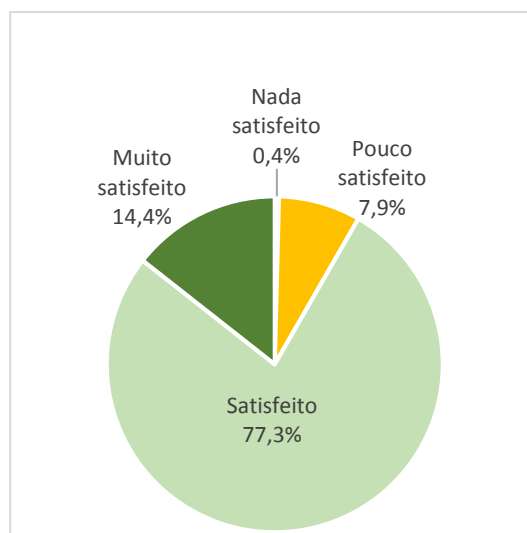
Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Os níveis de satisfação dos inquiridos são mais elevados nos seguintes indicadores: 21,4% estão “muito satisfeitos” com as suas vidas familiares, 20,8% com as suas vidas sociais, 20% com os locais onde vivem e 19,2% com a saúde.

O emprego e a situação financeira são os indicadores em que a satisfação é menos elevada. A situação pessoal relativamente ao emprego tem o valor mais baixo de “satisfeitos” (51,2%), um valor relativamente baixo de “muito satisfeitos” (9,8%), o maior peso relativo de inquiridos “nada satisfeitos” (4,2%) e uma elevada percentagem de inquiridos que não respondem à questão (24,5%). Na dimensão da situação financeira do agregado doméstico encontra-se o valor mais baixo dos indivíduos “muito satisfeitos” (8,6%) e mais inquiridos “nada satisfeitos” (3,7%).

Em consequência, o índice de satisfação com a vida pessoal, construído com base nos sete indicadores acima descritos, é satisfatório para 77,3% dos inquiridos e muito satisfatório para 14,4%.

Figura 17. Índice de satisfação com a vida pessoal



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Índice de satisfação com a vida pessoal por variáveis socioeconómicas

A Tabela 47 apresenta os valores acima do valor de referência para os cruzamentos entre variáveis socioeconómicas selecionadas e o índice de satisfação com a vida pessoal. Apresenta informação, de forma sintetizada, sobre os grupos de indivíduos sobrerrepresentados em cada nível de satisfação.

Esta análise bi-variada revela uma sobrerrepresentação dos homens e dos indivíduos com menos de 34 anos relativamente à satisfação. Também os valores de satisfação dos inquiridos com níveis de escolaridade mais elevados – secundário e superior – são superiores ao valor de referência.

Do lado da não satisfação encontramos sobrerrepresentados o grupo etário acima dos 74 anos e, em menor grau, os indivíduos do grupo etário entre os 35 e os 64 anos, as mulheres e também os indivíduos que têm níveis de escolaridade mais baixos – 1.º, 2.º e 3.º ciclos.

Tabela 47. Índice de satisfação com a vida pessoal por variáveis socioeconómicas

Valor de referência (análise univariada)	Satisfeito (91,7%)	Não satisfeito (8,3%)
Sexo	Homens (93%)	Mulheres (9,4%)
Idade	34 - (97,3%)	75 + (13,2%) 35-64 (9,7%) 65-74 (9,6%)
Escolaridade	Superior (96,9%) Secundário (96,7%)	1.º ciclo (16,1%) 2.º / 3.º ciclo (11,8%)

Nota: O valor de referência para “Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “satisfeito” e “muito satisfeito” e o valor de referência para “Não Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”.

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Satisfação com a vida pessoal por Unidades de Intervenção Territorial¹⁸

Os índices de satisfação com a vida pessoal são elevados em todas as UIT. Os inquiridos muito satisfeitos encontram-se nas UIT Oriental (20,7%), Centro Histórico (16,5%) e Centro (15,7%); os satisfeitos são mais frequentes nas UIT Norte (81,7%) e Ocidental (80,9%). Na UIT Ocidental encontra-se o valor mais elevado - cerca de 13% - de inquiridos pouco satisfeitos, enquanto no Centro Histórico e Norte destacam-se os pouco ou nada satisfeitos, com 8,5% e 8,4%.

As maiores percentagens para a categoria “nada satisfeito” encontram-se na UIT Ocidental, relativamente à situação financeira do agregado doméstico (10,6%) e na situação pessoal relativamente ao emprego (8,5%). Nas restantes UIT, estas são também as questões mais frequentes de insatisfação, mas com percentagens mais baixas. Verifica-se o mesmo resultado quando se agregam os níveis “não satisfação” e “satisfação”.

Esta análise permite verificar que o local onde vive é o indicador que tem valores de satisfação mais elevados em todas as UIT – 97,1% na UIT Ocidental, 95,5% na UIT Centro, 94,1% na UIT Oriental e 94% na UIT Centro Histórico -, com exceção da UIT Norte em que os valores de maior satisfação vão para a vida familiar (95,2%) e a vida social (93,6%).

3.4.3. Qualidade de vida urbana

O estudo da qualidade de vida urbana considera o grau de satisfação dos inquiridos, quer ao nível do bairro onde residem quer ao nível da cidade, relativamente a um conjunto alargado de indicadores relacionados com a gestão e manutenção do espaço público e áreas verdes, higiene urbana, criação e manutenção de equipamentos de proximidade, transportes, estacionamento, trânsito, segurança, qualidade ambiental, reabilitação, habitação, emprego, saúde, comércio e serviços, apoio social, atividades culturais, desportivas e de lazer.

3.4.3.1. Satisfação com o bairro e com a cidade

A questão sobre o grau de satisfação dos inquiridos relativamente à qualidade de vida na cidade de Lisboa e no bairro onde vivem integrou uma lista pré-definida de 21 indicadores, para a qual se solicitou, à semelhança da anterior, o posicionamento numa escala de quatro posições, que varia entre o “nada satisfeito” e o “muito satisfeito”.

¹⁸ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Tabela 48. Indicadores de satisfação com o bairro

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Ns-Nr	Total
Oferta e qualidade de cafés/restaurantes/esplanadas	3,5%	10,3%	61,9%	22,3%	1,9%	100,0%
Qualidade ambiental (ruído, qualidade do ar)	2,3%	15,7%	70,7%	10,1%	1,3%	100,0%
Oferta e qualidade de espaços públicos (existência de praças,	2,2%	15,8%	71,2%	9,2%	1,7%	100,0%
Oferta e qualidade de comércio e serviços	4,9%	15,5%	63,2%	15,2%	1,3%	100,0%
Segurança nas ruas	3,8%	17,9%	69,0%	9,0%	0,3%	100,0%
Recolha de lixo	4,5%	18,9%	67,5%	9,0%	0,1%	100,0%
Oferta e qualidade de espaços verdes	3,5%	19,4%	60,6%	14,7%	1,9%	100,0%
Oferta e qualidade dos serviços de saúde	3,6%	17,4%	63,6%	9,9%	5,5%	100,0%
Transportes públicos	4,7%	16,8%	61,1%	10,1%	7,4%	100,0%
Obras no espaço público	3,3%	22,8%	63,1%	7,3%	3,4%	100,0%
Manutenção das estradas	4,8%	24,1%	63,5%	6,6%	1,0%	100,0%
Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer	5,7%	19,5%	58,3%	8,1%	8,5%	100,0%
Conservação dos edifícios	5,1%	28,0%	59,0%	7,1%	0,8%	100,0%
Trânsito	8,6%	27,7%	52,0%	6,3%	5,3%	100,0%
Manutenção e limpeza dos passeios	8,0%	33,6%	52,4%	5,7%	0,3%	100,0%
Oferta e qualidade de locais para a prática desportiva	3,7%	16,6%	46,2%	10,8%	22,6%	100,0%
Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças	2,9%	11,4%	44,2%	11,1%	30,5%	100,0%
Preço e disponibilidade de habitação	11,5%	25,3%	48,1%	3,9%	11,3%	100,0%
Estacionamento	13,5%	27,7%	41,5%	6,8%	10,6%	100,0%
Oferta e qualidade de equipamentos para idosos	5,4%	22,6%	36,0%	6,3%	29,7%	100,0%
Oportunidades de emprego	14,4%	31,2%	27,6%	4,4%	22,3%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

No que respeita ao bairro (tabela 48), os inquiridos estão mais satisfeitos com os seguintes aspetos (os cinco primeiros por ordem de importância): 84,2% com a oferta e qualidade de cafés/restaurantes/ esplanadas, 80,8% com a qualidade ambiental (ruído, qualidade do ar), 80,4% com a oferta e qualidade de espaços públicos (existência de praças, largos), 78,4% com a oferta e qualidade de comércio e serviços e 78% com a segurança nas ruas. Os principais aspetos de menor satisfação no bairro são os seguintes (os cinco primeiros por ordem de importância): 45,6% de insatisfação com as oportunidades de emprego, 41,6% com a manutenção e limpeza dos passeios, 41,2% com o estacionamento, 36,8% com o preço e disponibilidade de habitação e 36,3% com o trânsito.

Nesta questão, o nível de satisfação com os transportes públicos é elevado. Note-se que esta pergunta foi colocada a todos os inquiridos, independentemente de utilizarem ou não os transportes públicos.

Em relação à cidade (tabela 49), há indicadores avaliados de forma muito positiva e outros avaliados negativamente por uma maioria de inquiridos. Assim, os inquiridos estão mais satisfeitos com os seguintes aspetos (os cinco primeiros por ordem de importância): 89,7% com a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas e com a oferta e qualidade de comércio e serviços; 89,2% com a oferta e qualidade de espaços públicos (existência de praças, largos), 85,6% com a oferta e qualidade de espaços verdes e 81,8% com a oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer.

Já em 2009, Cabral e Schmidt tinham verificado, ao nível da cidade, uma satisfação elevada com a existência de restaurantes/cafés/esplanadas e com o comércio e serviços em geral, embora não tão vincadamente como agora se afere (Cabral e Schmidt, 2009, p.96). Note-se que o inquérito coordenado por Cabral e Schmidt utilizou uma escala de cinco categorias de satisfação, enquanto o presente inquérito utiliza apenas quatro, optando por não dar a opção de escolher uma categoria intermédia.

Os principais aspetos de insatisfação em relação à cidade são os seguintes (os cinco primeiros por ordem de importância): 58,5% com o trânsito, 53,7% com o estacionamento, 42,3% com o preço e disponibilidade de habitação. Destacam-se também os indicadores “oportunidades de emprego” e “obras no espaço público”, com os quais a maioria de inquiridos está satisfeito, mas que apresentam percentagens de insatisfação elevadas, com 36% e 32,7%, respetivamente.

Os dados do inquérito realizado em 2008 permitem aferir que alguns dos principais focos de insatisfação a nível da cidade se mantiveram desde então, como o trânsito, o estacionamento, o preço e disponibilidade da habitação e as oportunidades de emprego (Cabral e Schmidt, 2009, p. 96)¹⁹.

¹⁹ No inquérito de 2009, os aspetos em que se verificava maior insatisfação na cidade, ou seja, sobre os quais os inquiridos se declaram “nada satisfeitos” ou “pouco satisfeitos” foram o trânsito (66%), a recuperação de edifícios degradados (65%), o estacionamento (57%), o preço e a disponibilidade da habitação (56%), a segurança e o policiamento (55%) e as oportunidades de emprego (53%). Cerca de

Tabela 49. Indicadores de satisfação com a cidade

	Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Ns-Nr	Total
Oferta e qualidade de cafés/restaurantes/esplanadas	0,3%	3,8%	54,5%	35,2%	6,2%	100,0%
Qualidade ambiental (ruído, qualidade do ar)	4,9%	22,9%	61,5%	4,8%	5,9%	100,0%
Oferta e qualidade de espaços públicos (praças, largos)	0,5%	4,7%	70,4%	18,8%	5,6%	100,0%
Oferta e qualidade de comércio e serviços	0,3%	5,0%	61,0%	28,7%	5,0%	100,0%
Segurança nas ruas	5,6%	21,9%	62,1%	5,1%	5,2%	100,0%
Recolha de lixo	2,7%	14,8%	63,5%	5,6%	13,5%	100,0%
Oferta e qualidade de espaços verdes	0,6%	8,1%	64,6%	21,0%	5,7%	100,0%
Oferta e qualidade dos serviços de saúde	2,6%	13,6%	63,9%	11,4%	8,5%	100,0%
Transportes públicos	4,7%	12,7%	64,1%	8,5%	9,9%	100,0%
Obras no espaço público	5,9%	26,8%	53,3%	6,2%	7,9%	100,0%
Manutenção das estradas	2,8%	22,7%	63,1%	5,3%	6,2%	100,0%
Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer	0,7%	4,9%	60,4%	21,4%	12,6%	100,0%
Conservação dos edifícios	2,6%	21,2%	63,1%	5,4%	7,6%	100,0%
Trânsito	21,9%	36,6%	30,9%	1,5%	9,1%	100,0%
Manutenção e limpeza dos passeios	4,0%	24,9%	61,2%	4,5%	5,3%	100,0%
Oferta e qualidade de locais para a prática desportiva	1,3%	6,8%	45,1%	16,7%	30,2%	100,0%
Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças	0,9%	6,8%	41,0%	11,4%	39,9%	100,0%
Preço e disponibilidade de habitação	14,6%	27,7%	34,6%	2,7%	20,4%	100,0%
Estacionamento	21,8%	31,9%	29,1%	1,6%	15,6%	100,0%
Oferta e qualidade de equipamentos para idosos	2,2%	14,1%	36,0%	7,7%	39,9%	100,0%
Oportunidades de emprego	9,8%	26,2%	36,2%	4,2%	23,7%	100,0%

metade dos inquiridos mostraram-se também insatisfeitos com o ruído, a qualidade do ar e a limpeza urbana (Cabral e Schmidt, 2009, p. 96).

Os equipamentos específicos para idosos e jovens/crianças, assim como para atividades desportivas têm níveis de não resposta muito mais elevados que os restantes itens, em ambos os níveis territoriais.

Uma das reflexões mais interessantes suscitadas por esta primeira análise é que a perceção de insatisfação, quer no bairro, quer na cidade, é mais elevada nos itens mais próximos dos inquiridos, ou seja, aqueles que têm uma influência mais direta nas condições materiais de existência - como as oportunidades de emprego e a disponibilidade da habitação – e na gestão do quotidiano – como o estacionamento e o trânsito. Destacam-se ainda negativamente, na cidade, as obras no espaço público, que influem em certa medida na gestão do trânsito e do estacionamento. Colocamos a hipótese de a avaliação dos restantes indicadores resultar menos severa, não apenas por um melhor desempenho e gestão urbana nas áreas associadas, mas por não serem tão cruciais para o funcionamento quotidiano de um ponto de vista funcional.

A segurança nas ruas é um dos indicadores de satisfação com a cidade e com o bairro analisados anteriormente. No sentido de melhor entender a perceção de segurança/insegurança, introduziu-se no inquérito a questão “Foi vítima de furto ou crime em Lisboa no último ano?”.

A tabela 50 mostra que apenas 4,3% dos inquiridos foram vítimas de furto ou crime no último ano em Lisboa.

Tabela 50. Vítima de furto/crime no último ano em Lisboa

Vítima de algum furto/crime	N	%
Sim	107	4,3
Não	2382	95,2
Total	2489	99,5
Ns-Nr	13	0,5
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Quando analisamos o cruzamento desta variável com a resposta dos entrevistados relativamente à satisfação com a segurança nas ruas, quer no bairro quer na cidade (tabela 51), podemos verificar que os inquiridos que foram vítimas apresentam graus de não satisfação superiores quando comparados com os que não sofreram qualquer furto ou crime. Os 79,2% que não foram vítimas estão satisfeitos com o indicador “segurança no bairro” e 71,5% na cidade; enquanto apenas 57% dos que foram vítimas consideram-se satisfeitos com este indicador.

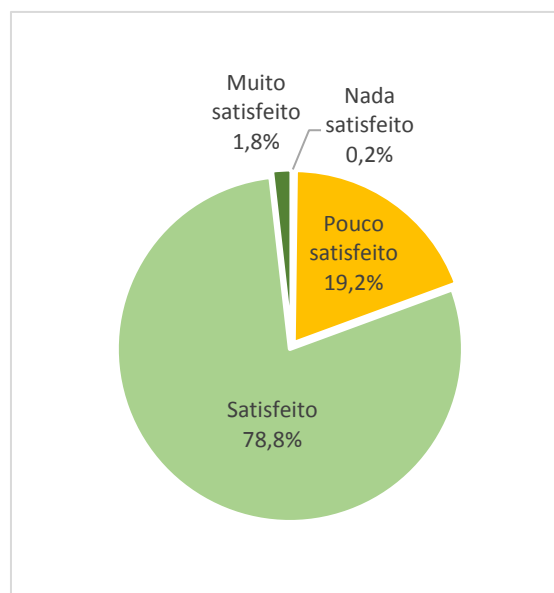
Tabela 51. Vítima de algum furto/crime no último ano em Lisboa e satisfação com a segurança nas ruas no bairro e na cidade

Vítima de algum furto/crime	Segurança nas ruas - Bairro			Segurança nas ruas - Cidade		
	Não satisfação	Satisfação	Total	Não satisfação	Satisfação	Total
Sim	46	61	107	44	58	102
	43,0%	57,0%	100,0%	43,1%	56,9%	100,0%
Não	493	1881	2374	644	1614	2258
	20,8%	79,2%	100,0%	28,5%	71,5%	100,0%
Total	539	1942	2481	688	1672	2360
	21,7%	78,3%	100,0%	29,2%	70,8%	100,0%

Índice de satisfação com o bairro e com a cidade²⁰.

O índice de satisfação com o bairro e o índice de satisfação com a cidade são bastante positivos (figuras 18 e 19). No bairro, este valor atinge 78,8% e, na cidade, 84% de inquiridos satisfeitos. Os entrevistados muito satisfeitos não ultrapassam os 2%, nem no bairro nem na cidade. A percentagem de pouco ou nada satisfeitos é ligeiramente superior no bairro (19,4%), quando comparada com a da cidade (14,4%). O que nos leva a concluir que a insatisfação é maior nas questões mais próximas dos inquiridos, quer numa perspetiva setorial, como vimos acima, quer numa perspetiva territorial.

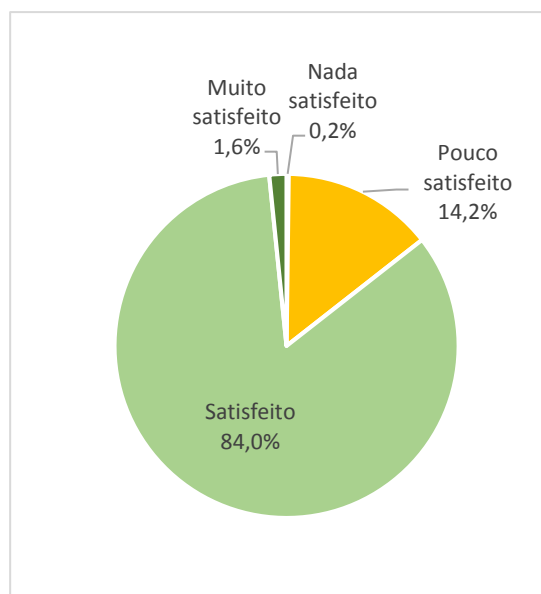
Figura 18. Índice de satisfação com o bairro



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

²⁰ Estes índices foram construídos a partir do cálculo da média, para cada inquirido, das suas respostas aos 21 indicadores avaliados. Tendo em conta que são quatro posições na escala e 21 indicadores, há a noção de que essa média pode esconder, em cada inquirido, alguma heterogeneidade de avaliação aos 21 indicadores. Deve ser, portanto, lido com alguma cautela, mostrando apenas uma certa tendência central de apreciação sobre a sua satisfação com o bairro, por um lado, e com a cidade, por outro lado.

Figura 19. Índice de satisfação com a cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Índice de satisfação com o bairro e a cidade por variáveis socioeconómicas

A seguir analisam-se os dois índices de satisfação com a qualidade de vida urbana, um para o bairro e outro para a cidade - calculados a partir das respostas aos 21 indicadores de qualidade de vida urbana – segundo as características socioeconómicas dos inquiridos. As Tabelas 52 e 53 apresentam os valores acima do valor de referência nos cruzamentos entre as categorias dicotomizadas “Satisfeito” e “Não Satisfeito” e as variáveis socioeconómicas mais relevantes, o que permite aferir quais os grupos de indivíduos sobrerrepresentados em cada nível de satisfação.

Relativamente à satisfação, os homens encontram-se sobrerrepresentados, quer no bairro quer na cidade.

No bairro encontramos sobrerrepresentação dos mais jovens, com menos de 34 anos, em relação à satisfação e dos mais escolarizados, ou seja, inquiridos com o ensino superior. Os grupos de idade entre os 35 e os 74 anos encontram-se sobrerrepresentados na “não satisfação”, tal como os grupos de indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos (1º, 2º e 3º ciclos).

A satisfação com a cidade tem sobrerrepresentação dos inquiridos com menos de 34 anos e também dos que têm idades superiores a 74 anos, enquanto a “não satisfação” tem sobrerrepresentados os que têm entre os 35 e os 74 anos. Inversamente ao que sucede no bairro, encontramos sobrerrepresentação dos que têm o nível de instrução mais baixo (1º ciclo) do lado da satisfação e dos que têm o nível mais elevado do lado da insatisfação, embora os valores não sejam particularmente significativos em nenhum dos casos.

Tabela 52. Índice de satisfação com o bairro por variáveis socioeconómicas

Índice de satisfação com o bairro por variáveis socioeconómicas		
Valor de referência (análise univariada)	Satisfeito (80,6%)	Não satisfeito (19,4%)
Sexo	Homens (82,7%)	Mulheres (21,2%)
Idade	34 – (85,4%)	65-74 (23,5%) 35-64 (21,3%)
Escolaridade	Superior (85,8%)	2.º / 3.º ciclo (22,4%) 1.º ciclo (20,9%)

Nota: O valor de referência para “Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “satisfeito” e “muito satisfeito” e o valor de referência para “Não Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”.

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Tabela 53. Índice de satisfação com a cidade por variáveis socioeconómicas

Índice de satisfação com a cidade por variáveis socioeconómicas		
Valor de referência (análise univariada)	Satisfeito (85,6%)	Não satisfeito (14,4%)
Sexo	Homens (86,4%)	Mulheres (15,1%)
Idade	75 + (88,4%) 34 – (87,4%)	65-74 (16,5%) 35-64 (15,9%)
Escolaridade	1.º ciclo (89,3%)	Superior (17,4%) Secundário (15,2%)

Nota: O valor de referência para “Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “satisfeito” e “muito satisfeito” e o valor de referência para “Não Satisfeito” corresponde à soma das avaliações “pouco satisfeito” e “nada satisfeito”.

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Uma vez mais, confirma-se a tendência para que os inquiridos com maior elevado nível de escolaridade se encontrem mais satisfeitos com o bairro e menos satisfeitos com a cidade.

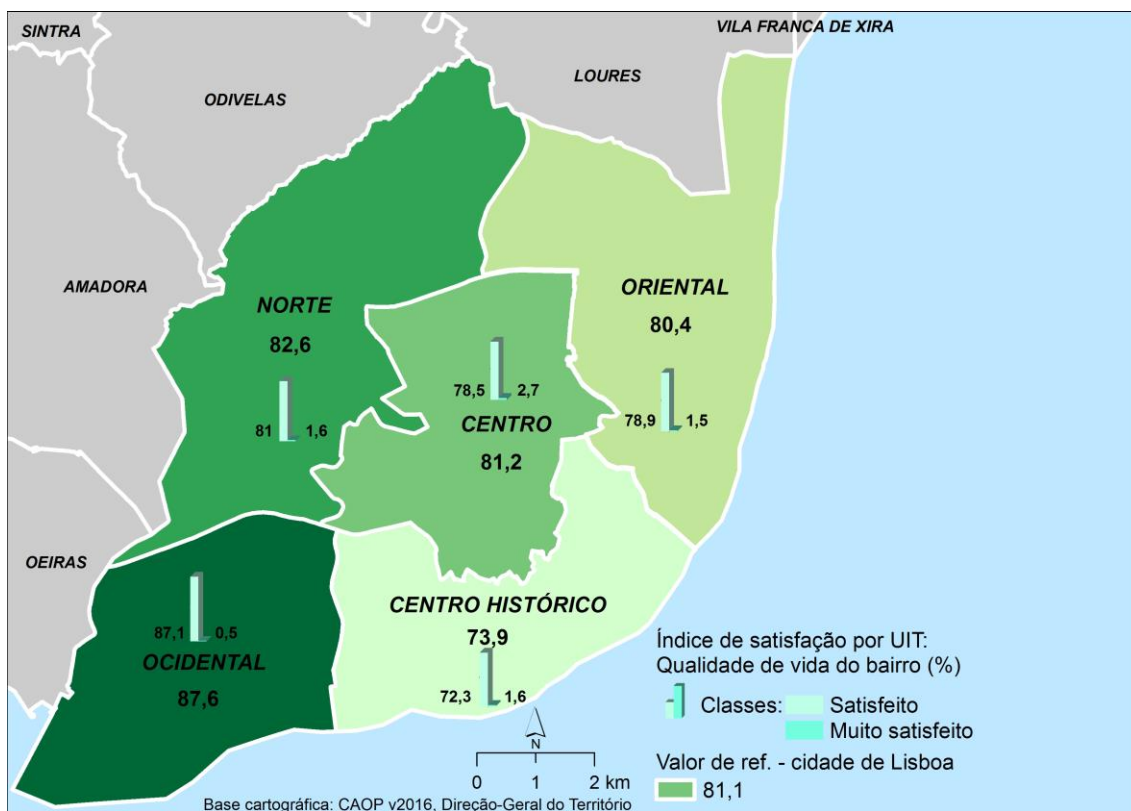
Satisfação com o bairro e a cidade por Unidades de Intervenção Territorial²¹

Sobre a satisfação com o bairro e com a cidade – analisada a partir do índice de satisfação dos inquiridos com os 21 indicadores de qualidade - os resultados permitem distinguir as UIT da seguinte forma: as avaliações “satisfeito” e “muito satisfeito” são mais frequentes nas UIT Ocidental, com 87,6% para o bairro e 99% para a cidade; e a avaliação “muito satisfeito” é mais frequente nas UIT Centro, com 2,7% para o bairro e 2,2% para a cidade.

As percentagens de “pouco” ou “nada satisfeito” são mais elevadas nas UIT Centro Histórico, com 25,8% para o bairro e 15,3% para a cidade; e Centro, com 18,8% para o bairro e 17,2% para a cidade.

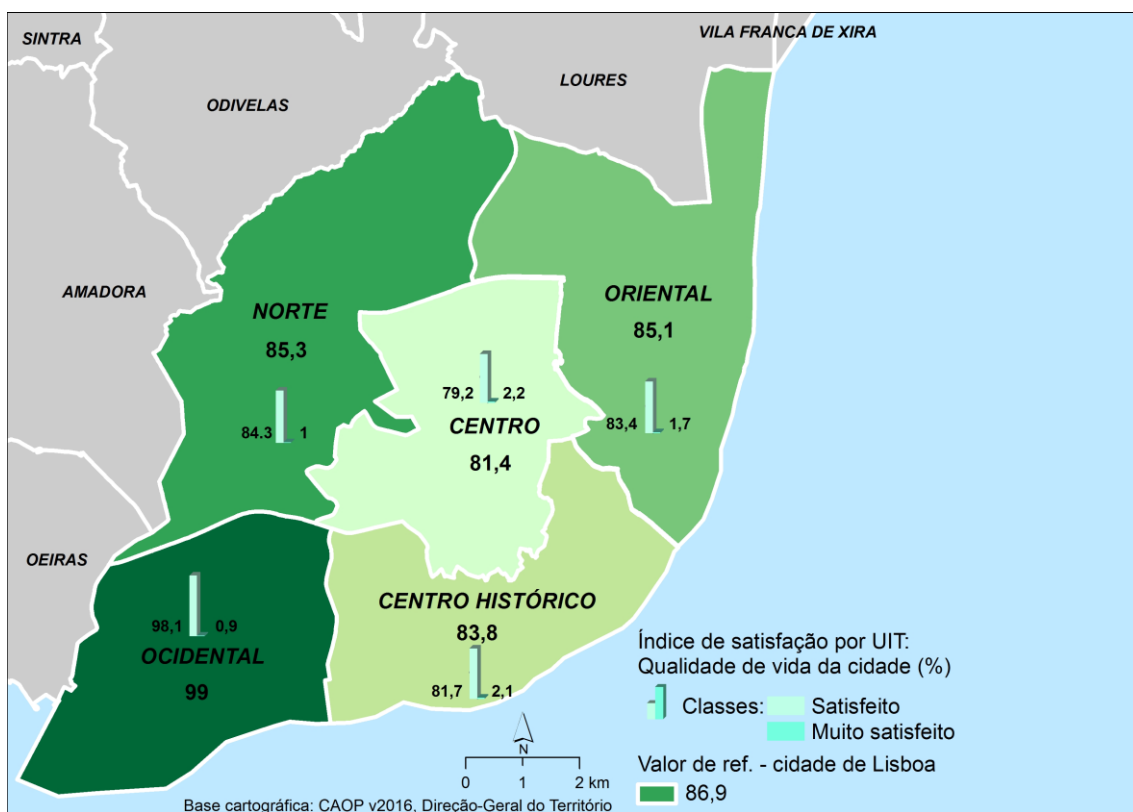
²¹ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Figura 20. Índice de satisfação com o bairro



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Figura 21. Índice de satisfação com a cidade

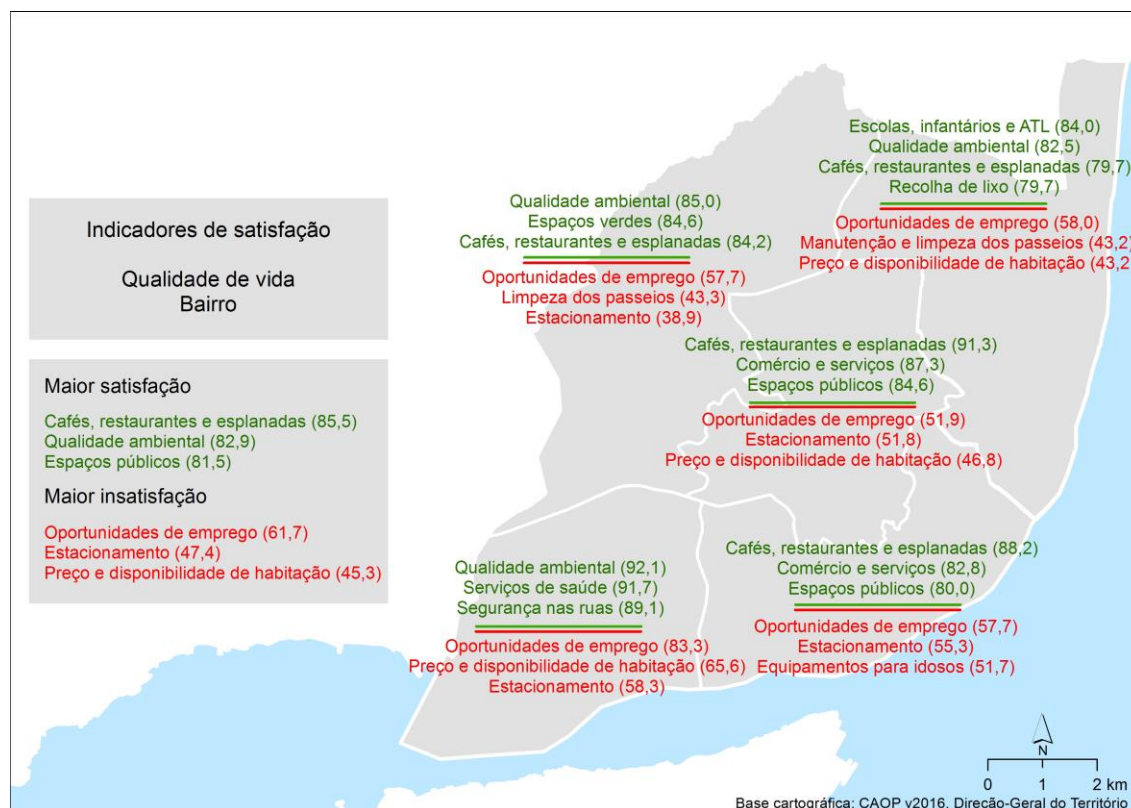


Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Satisfação com o bairro: perfis de UIT

A seguir analisam-se os indicadores de satisfação com o bairro em cada UIT, salientado os que, em cada uma, têm valores mais positivos e negativos.

Figura 22. Indicadores de satisfação com o bairro



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na UIT Ocidental, os inquiridos revelam maiores níveis de satisfação com a qualidade ambiental (92,1%) e a oferta e qualidade dos serviços de saúde (91,7%). Todavia, os inquiridos estão mais frequentemente “muito satisfeitos” com a oferta e qualidade de escolas, infantários e ATL para as crianças (32,7%), com a oferta e qualidade de espaços verdes (26,8%) e com a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (26,4%). Os indicadores onde existem mais inquiridos insatisfeitos são as oportunidades de emprego (83,3%), o preço e a disponibilidade de habitação (65,6%) e o estacionamento (58,3%), sendo também nestes indicadores que se encontram com mais frequência os “nada satisfeitos”.

Na UIT Centro, os maiores valores de satisfação encontram-se nos indicadores de oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (91,3%), oferta e qualidade de comércio e serviços (87,3%) e oferta e qualidade de espaços públicos (84,6%). Estes são igualmente os indicadores em que os inquiridos se consideram com mais frequência “muito satisfeitos”, destacando-se ainda o indicador de satisfação com os transportes públicos, em que 15,3% está muito satisfeito. As oportunidades de emprego e o estacionamento são os indicadores de maior

insatisfação, com cerca de 52% dos inquiridos insatisfeitos em cada um destes indicadores, seguidos do preço e disponibilidade da habitação (46,8%). O estacionamento e a disponibilidade de habitação são, aliás, os indicadores onde se encontram mais respostas de “nada satisfeitos”, com 18,7% e 15,2% respetivamente, seguidos do indicador relativo ao trânsito, com 10,4%.

Na UIT Oriental, os indicadores de maior satisfação são a oferta e qualidade de escolas, infantários e ATL para crianças (84%), a qualidade ambiental (82,5%) e a recolha de lixo e a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (ambos com 79,7%). No entanto, as maiores frequências de “muito satisfeitos” estão nos indicadores relativos à oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (21,6%), às obras no espaço público (18,2%) e à qualidade ambiental (17,9%). A insatisfação é mais frequente a respeito das oportunidades de emprego (58%), manutenção e limpeza dos passeios e preço e disponibilidade de habitação (ambas com 43,2%) e oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer (40,4%), sendo também nestes indicadores que se encontra mais inquiridos “nada satisfeitos”.

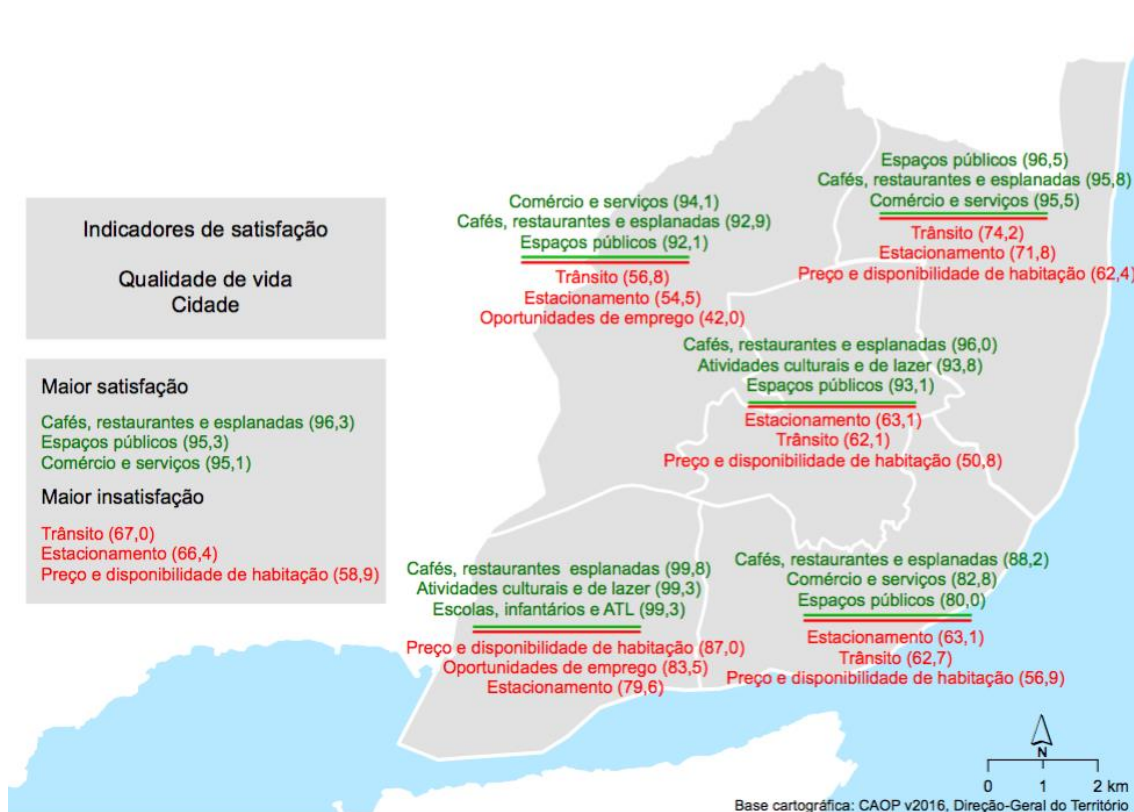
Na UIT Norte, os indicadores com maiores níveis de satisfação são: a qualidade ambiental (85%), a oferta e qualidade de espaços verdes (84,6%) e a oferta e a qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (84,2%). Entre os “muito satisfeitos” destacam-se os dois últimos indicadores, com 11,35 e 15,5% respetivamente, e a recolha de lixo, com 9,2% dos inquiridos. Já a insatisfação é mais elevada em relação às oportunidades de emprego (57,7%), seguida da manutenção e limpeza dos passeios (43,3%) e o estacionamento (38,9%), sendo também nestes indicadores que se encontram com mais frequência os inquiridos “nada satisfeitos”.

Na UIT Centro Histórico, os indicadores onde se encontram maiores níveis de satisfação são a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas (88,2%), a oferta e qualidade de comércio e serviços (82,8%), a oferta e qualidade de espaços públicos (80%) e os transportes públicos (79,4%), sendo igualmente nestes indicadores que se encontram, com mais frequência, os inquiridos “muito satisfeitos”. Os indicadores em que os inquiridos revelam mais frequentemente insatisfação são: as oportunidades de emprego (57,7%), o estacionamento (55,3%), a oferta e qualidade de equipamentos para idosos (51,7%) e o trânsito (51,5%). No entanto, as frequências de “nada satisfeitos” são superiores nos indicadores: estacionamento (20,2%), trânsito (17,4%), preço e disponibilidade da habitação (13,9%) e na manutenção e limpeza dos passeios (10,2%), problemas que atingem nesta UIT valores consideravelmente elevados de insatisfação.

Satisfação com a cidade: perfis de UIT

Tal como fizemos para o bairro, a seguir analisamos os indicadores de **satisfação com a cidade** em cada UIT, salientado os que, em cada uma, têm valores mais positivos e negativos.

Figura 23. Indicadores de satisfação com a cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na UIT Ocidental encontram-se os níveis mais elevados de satisfação, com mais de 99% dos inquiridos satisfeitos nos seguintes indicadores: restaurantes, cafés e esplanadas, atividades culturais e de lazer, escolas infantários e ATL. Os entrevistados da UIT Ocidental estão frequentemente “muito satisfeitos” com os seguintes indicadores: oferta e qualidade de comércio e serviços (67,7%), seguida da oferta e qualidade de restaurantes, cafés e esplanadas (67,4%), dos locais para a prática desportiva (46,7%), serviços de saúde (38,1%) escolas infantários e ATL (37,8%), atividades culturais e de lazer (36,7%), espaços verdes (34,5%) e espaços públicos (28%). Os indicadores em que os inquiridos se revelaram menos satisfeitos são o preço e a disponibilidade de habitação (87% de insatisfação, incluindo 20,4% nada satisfeitos), oportunidades de emprego (83,5% de insatisfação, com 24,2% nada satisfeitos), estacionamento (79,6% de insatisfação, com 29,3% nada satisfeitos) e trânsito (79,4% de insatisfação, com 29% nada satisfeitos).

Na UIT Centro, a oferta e qualidade de restaurantes, cafés e esplanadas tem o maior nível de satisfação (96%), seguida dos espaços públicos e atividades culturais e de lazer (ambas entre 93% e 94%) e do comércio e serviços (91,3%). Destaca-se ainda a importância dos inquiridos que se consideram “muito satisfeitos” com os espaços verdes (24,1%). O nível de insatisfação é elevado quando se trata de estacionamento (63,1% de insatisfeitos, com 19,8% “nada satisfeitos”), trânsito (62,1% de insatisfeitos, com 18,9% “nada satisfeitos”) e disponibilidade de

habitação (50,8% de insatisfeitos, com 15,7% “nada satisfeitos”). Todos os outros indicadores têm níveis de insatisfação inferiores a 50% e percentagens de nada satisfeitos inferiores a 10%.

Na UIT Oriental, os níveis de satisfação com percentagens superiores a 95% são os seguintes: espaços públicos (96,5%), restaurantes, cafés e esplanadas (95,8%), comércio e serviços (95,5%), atividades culturais e de lazer (94,7%) e espaços verdes e locais para a prática desportiva (entre 93% e 94%). Os níveis de insatisfação são elevados relativamente ao trânsito (74,2% de insatisfeitos, com 31,6% “nada satisfeitos”), ao estacionamento (71,8% de insatisfeitos, com 30,3% “nada satisfeitos”) e disponibilidade de habitação (62,4% de insatisfeitos, com 21,5% “nada satisfeitos”).

Na UIT Norte, os níveis de satisfação mantêm-se elevados nos mesmos indicadores de qualidade, contudo a sua importância é mais baixa. Assim, a satisfação com o comércio e serviços é de 94,1% dos inquiridos, seguida da satisfação de 92,9% com restaurantes, cafés e esplanadas, 92,1% com os espaços públicos, 90,5% com atividades culturais e de lazer e 90,1% com espaços verdes. Nesta UIT, as respostas “muito satisfeito” são sempre inferiores a 20%, sendo mais elevadas para os restaurantes, cafés e esplanadas (19,3%) e para o comércio e serviços (15,9%). O trânsito e o estacionamento são, também nesta UIT, os indicadores com níveis mais elevados de insatisfação, (56,8% e 54,5%). Também nesta UIT, as respostas “nada satisfeito” têm menos importância relativa, sendo mais significativas para o trânsito (14,5%) e para o estacionamento (13,6%).

Na UIT Centro Histórico, os níveis de satisfação mais elevados encontram-se nas dimensões restaurantes, cafés e esplanadas (88,2% de satisfação, com 41,6% “muito satisfeitos”), comércio e serviços (82,8% de satisfação, com 18,2% “muito satisfeitos”) e espaços públicos (80% de satisfação, com 31,1% “muito satisfeitos”). Importa salientar a importância da satisfação com as atividades culturais e de lazer (22,9% “muito satisfeitos”) e dos espaços verdes (22,7% “muito satisfeitos”).

Análise detalhada dos indicadores de satisfação com o bairro por UIT

De seguida, apresentam-se os resultados detalhados de **satisfação com o bairro**, por indicador de qualidade de vida, comparando as cinco UIT. Esta abordagem permite analisar isoladamente cada indicador, comparando os resultados obtidos em cada UIT.

O nível de satisfação com a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas é superior a 80% em todas as UIT, atingindo os 99,8% na UIT Ocidental e o valor mínimo (88,2%) na UIT Centro Histórico. Sendo a dimensão onde há mais inquiridos “muito satisfeitos”, em especial nas UIT Centro Histórico (26,6%), na Ocidental (26,4%) e na Centro (25,8%). Nas UIT Norte e Oriental, cerca de 5% dos inquiridos declaram-se “nada satisfeitos” com este aspeto da qualidade de vida no bairro.

Em todas as UIT a oferta e a qualidade de espaços públicos (existência de praças, largos) no bairro é considerada satisfatória pela maioria dos inquiridos, com a percentagem mais baixa de

“satisfeitos” nas UIT Oriental (75,9%) e Centro Histórico (80%) e mais elevada nas UIT Centro (84,6%) e Norte e Ocidental (ambas com 83%).

A oferta e qualidade de comércio e serviços no bairro tem níveis de satisfação muito elevados em todas as UIT, com destaque para a UIT Centro (87,3%) e a UIT Centro Histórico (82,8%), sendo que nestas UIT a oferta e qualidade de comércio e serviços no bairro tem os níveis mais elevados de “muito satisfeitos”, com 22% e 20% respetivamente.

A qualidade ambiental no bairro é satisfatória para uma elevada percentagem dos inquiridos das UIT Ocidental (92,1%), Norte (85%) e Oriental (82,5%), mas nestas destacam-se os “muito satisfeitos” na UIT Oriental (17,9%) e os “satisfeitos” na Ocidental (80,5%). O Centro e o Centro Histórico têm as percentagens mais elevadas de “pouco satisfeitos” (19,8% e 19,1%, respetivamente) e esta última UIT tem o valor mais elevado de “nada satisfeitos” (3,5%).

A satisfação com a segurança nas ruas do bairro é mais elevada nas UIT Ocidental (89,1%) e Centro (82,2%), mas enquanto a Ocidental tem 85,7% de “satisfeitos” e apenas 3,5% de “muito satisfeitos”, a Centro tem 71,9% de “satisfeitos” e 10,2% de “muito satisfeitos”, valor só ultrapassado na UIT Oriental, com 13,2% neste nível de satisfação.

A recolha de lixo no bairro é um aspeto de satisfação para a maior parte dos inquiridos em todas as UIT, mas principalmente na Norte e Oriental, ambas com 79,7%, e na Ocidental, com 77,1%. No entanto, as UIT onde se encontram mais inquiridos “muito satisfeitos” com a recolha de lixo são a Centro (10,1%) e a Centro Histórico (10,2%). Estas são, simultaneamente, as UIT com mais inquiridos “nada satisfeitos”, 6,2% no Centro Histórico e Centro (5,8%).

A oferta e qualidade dos espaços verdes é considerada satisfatória em todas as UIT, mas é na Norte, na Centro e na Ocidental que se encontram os valores de satisfação mais elevados, com 84,6%, 80,7% e 79,3%. Destaca-se na UIT Ocidental o nível mais elevado de “muito satisfeitos” (26,8%). A UIT Centro Histórico tem o maior peso relativo dos inquiridos insatisfeitos (38,9%), em que 31,7% estão “pouco satisfeitos” e 6,3% “nada satisfeitos”.

Em todas as UIT, a oferta e qualidade dos serviços de saúde no bairro é considerada satisfatória para a maioria dos inquiridos, com um índice de satisfação sempre acima dos 67%. Com maiores níveis de satisfação distinguem-se as UIT Ocidental (91,7%) e Norte (80,3%). A UIT com valores mais baixos de satisfação é o Centro Histórico com 54,3% de “satisfeitos” e 26,5% de “pouco satisfeitos”.

As UIT Centro Histórico, Centro e Ocidental apresentam os graus de satisfação mais elevados relativamente aos transportes públicos no bairro, com 79,4%, 79,1% e 78,5% dos inquiridos, respetivamente, a responderem que estão “satisfeitos” ou “muito satisfeitos”. No entanto, a UIT Ocidental diferencia-se das restantes por ter um peso mais significativo dos inquiridos que se dizem apenas “satisfeitos” (71,5%) e ter menos inquiridos “muito satisfeitos” (6,4%), enquanto nas UIT Centro e Centro Histórico os “muito satisfeitos” correspondem a 15,3% e 12,3%, respetivamente. Nas UIT Norte e Oriental encontram-se os níveis de insatisfação mais elevados com os transportes públicos do bairro, com 25,9% e 25,7%, respetivamente. A

importância relativa de “nada satisfeitos” é mais elevada na UIT Centro (6%), seguida da Norte (5,5) e da Centro Histórico (4,2%). As UIT Centro e Centro Histórico apresentam a polarização mais acentuada entre os “nada satisfeitos” e os “muitos satisfeitos”, dado que nestas UIT estão os valores mais elevados destes dois níveis de satisfação.

A satisfação com as obras no espaço público do bairro é predominante em todas as UIT, mas nas UIT Ocidental, Norte e Oriental, o nível de satisfação corresponde a 84,1% dos inquiridos, 76,8% e 73,9%, respetivamente. A UIT Oriental tem a percentagem mais elevada de muito satisfeitos (18,2%) e as UIT Ocidental e Norte têm as percentagens mais elevadas de “satisfeitos” (76,1% e 70,8%)

As UIT Oriental e Centro têm maior percentagem de inquiridos “nada satisfeitos” com as obras no bairro (com 6,6% e 4,3%, respetivamente). No Centro histórico encontra-se a percentagem mais elevada de insatisfeitos (37,9%), dos quais 32,5% estão pouco satisfeitos e 3,5% nada satisfeitos.

De igual modo, a manutenção das estradas é motivo de satisfação para a maioria dos entrevistados, principalmente na UIT Norte (78,5%) e na Ocidental (78,4%). Na UIT Oriental, os inquiridos muito satisfeitos são mais frequentes (9,7%), assim como na Ocidental (8,7%), enquanto a Norte tem a percentagem mais elevada de “satisfeitos” (72,6%). Nas UIT Oriental e Centro, há mais inquiridos “nada satisfeitos” com a manutenção das estradas do bairro, 7,9% e 6,7%, respetivamente.

A oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer no bairro é igualmente uma dimensão com a maior parte de entrevistados satisfeitos, atingindo 79,4% de satisfeitos na UIT Ocidental e 77,5% na Centro. Na UIT Oriental este aspeto da qualidade de vida tem menos satisfeitos (59,6%), sendo que 14,8% consideram-se “nada satisfeitos” e 19,9% “pouco satisfeitos”.

A conservação dos edifícios do bairro tem melhores níveis de satisfação nas UIT Norte (74,6%), Oriental (69,3%) e Centro (61,9%), mas os inquiridos “muito satisfeitos” são mais frequentes na Oriental, com 10,6% e na Ocidental, com 7,3%, e na Norte, com 7,1%.

Na UIT Ocidental estão os inquiridos mais insatisfeitos com a conservação dos edifícios do bairro (40,3%), seguida da Centro Histórico (38,1%) e do Centro (38,1%).

O trânsito tem melhores níveis de satisfação nas UIT Oriental (75,4%), Norte (67,7%), Centro (57,7%) e Ocidental (54,3%). Os inquiridos que se consideram “satisfeitos” são predominantemente da UIT Norte (61,9%) e Oriental (54,4%), onde se destacam também os “muito satisfeitos”, com 15,9% dos inquiridos.

A satisfação com a manutenção e limpeza dos passeios é mais elevada nas UIT Ocidental (69,8%), Ocidental (68,6%) e Centro (61,7%). Apesar da satisfação ser predominante em todas as UIT, na Oriental e na Centro existem mais inquiridos “muito satisfeitos”, com 7,1% e 7%, respetivamente. Os inquiridos nada satisfeitos são mais frequentes, por ordem de importância, nas UIT Oriental (11,9%), Centro Histórico (10,2%) e Centro (8,6%). A UIT Centro Histórico tem

a percentagem mais elevada de pouco satisfeitos (21%) e “nada satisfeitos” (6,3%), seguida da Oriental, com 18,1% e 6,7%, e da Norte, com 18,5% e 3%.

A oferta e qualidade de locais para a prática desportiva no bairro é considerada satisfatória em todas as UIT, sendo a percentagem de satisfeitos mais elevada na Ocidental (85,2%) e a menos elevada na UIT Centro Histórico (55,7%). Na Ocidental há mesmo 23,3% dos inquiridos “muito satisfeitos” com este aspeto.

O nível de satisfação com a oferta de escolas, infantários e ATL para crianças no bairro é superior a 76% em todas as UIT, sendo que nas UIT Oriental e Norte encontram-se mais inquiridos satisfeitos (84% e 81,5%, respetivamente). Este aspeto da qualidade de vida no bairro atinge o valor mais elevado de “muito satisfeitos” na UIT Ocidental, com 32,7%.

O preço e disponibilidade da habitação no bairro é satisfatório para a maioria dos entrevistados da UIT Norte, que se distingue das restantes, com 71,7% de satisfeitos. Também satisfeitos, mas com menos importância relativa, estão os entrevistados da UIT Centro Histórico, com 57,6%, e da UIT Centro, com 53,2%. Nas UIT Centro Histórico, Oriental e Centro encontra-se a maior frequência de muito satisfeitos (5,1%, 4,7% e 4,5%, respetivamente). A maior parte dos inquiridos (65,6%) da UIT Ocidental está insatisfeita com o preço da habitação, dos quais 10,2% estão nada satisfeitos. Nas UIT Centro e Centro Histórico encontram-se as frequências mais elevadas de nada satisfeitos (15,2% e 13,9%, respetivamente).

O grau de satisfação com o estacionamento no bairro é maior nas UIT Oriental (67,4%) e Norte (61,1%), sendo que na Oriental os muito satisfeitos têm o valor mais elevado neste nível, com 16,1%, e na UIT Norte são os satisfeitos que predominam, com 52,1%. O descontentamento é mais significativo na Ocidental (58,3%), no Centro Histórico (55,3%) e Centro (51,8%). Nestas UIT a categoria “nada satisfeito” tem também um peso elevado (16,2%, 18,7% e 20,2%, respetivamente). A UIT Centro Histórico tem a maior percentagem de insatisfeitos com o trânsito no bairro, com 51,5% de inquiridos, dos quais 30,3% estão pouco satisfeitos e 17,4% nada satisfeitos.

A satisfação com a oferta e qualidade de equipamentos para idosos oscila entre 50,5% na UIT Ocidental, 60,1% na Centro, 63,4% na Oriental e os 67,3% na UIT Norte. Apenas a UIT Centro Histórico apresenta valores mais elevados de pouca ou nenhuma satisfação (51,7%).

Em todas as UIT predomina a insatisfação com as oportunidades de emprego no bairro, sendo mais significativa nas UIT Ocidental (83,3%) e menos na UIT Centro (51,9%). Este aspeto da qualidade de vida no bairro distingue-se dos restantes por ter as percentagens mais elevadas de “nada satisfeitos” nas UIT Ocidental (21,6%) e Oriental (24,1%).

Quanto ao que os inquiridos consideram mais urgente fazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas na cidade e nos seus bairros, podemos também diferenciar as respostas (fornecidas espontaneamente pelos inquiridos, sem itens de escolha) por UIT.

Na UIT Ocidental os inquiridos referiram que os transportes públicos (11%), o estacionamento (10,9%), o estado do edificado (10,8%), as oportunidades de emprego (9,8%), a higiene urbana (9,7%) e a atividade comercial (9,2%) são as áreas que exigem intervenção urgente.

Na UIT Centro, os inquiridos referem a manutenção dos espaços públicos (11,9%), a higiene urbana (10%), os transportes públicos (8,3%) e o estacionamento (7,5%). Há que salientar que 6,3% não sabe e 2,1% não refere sugestões de melhoria.

Na UIT Oriental, a criação e melhoria de espaços verdes (11,4%), a manutenção dos espaços públicos (10,9%) e os transportes públicos (7,8%) foram as áreas mais referidas.

Na UIT Norte, uma elevada percentagem de inquiridos referiu a higiene urbana (20,3%), seguida da manutenção dos espaços públicos (8,7%), os transportes públicos (7,4%) e a segurança (7,2%).

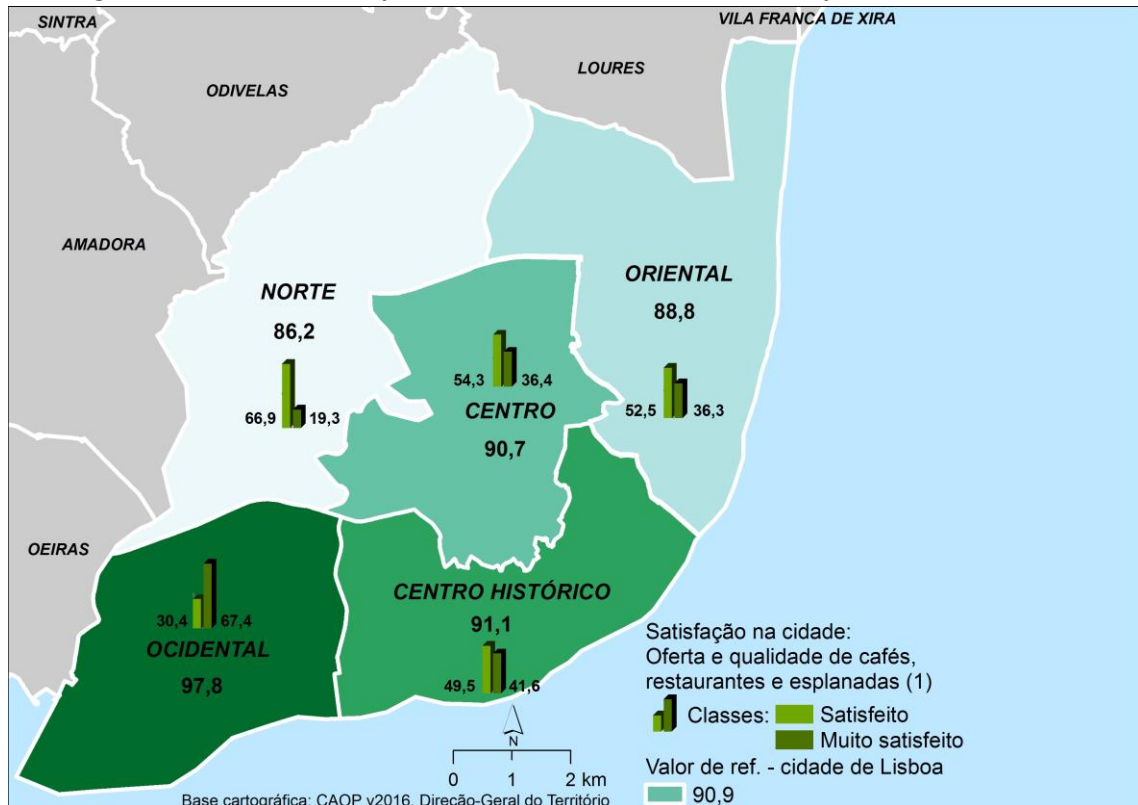
Na UIT Centro Histórico, os inquiridos referiram sobretudo a higiene urbana (12,9%), a manutenção dos espaços públicos (12,6%) e o estacionamento (11,6%).

Análise detalhada dos indicadores de satisfação com a cidade por UIT

Tal como fizemos para o bairro, a seguir analisamos os resultados detalhados de **satisfação com a cidade**, por indicador de qualidade de vida, comparando as cinco UIT.

A satisfação com a oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas na cidade é superior à do bairro, com 90,9%, atingindo os 97,8% na UIT Ocidental e 91,1% na Centro Histórico. Sendo a dimensão onde há mais inquiridos “muito satisfeitos”, em especial nas UIT Ocidental (67,4%) e na UIT Centro Histórico (41,6%). Nas UIT Norte, Oriental e Centro, a importância dos inquiridos “nada” ou “pouco satisfeitos” com este aspeto da qualidade de vida na cidade é superior às restantes, com 7,1%, 4,2% e 4%, respetivamente.

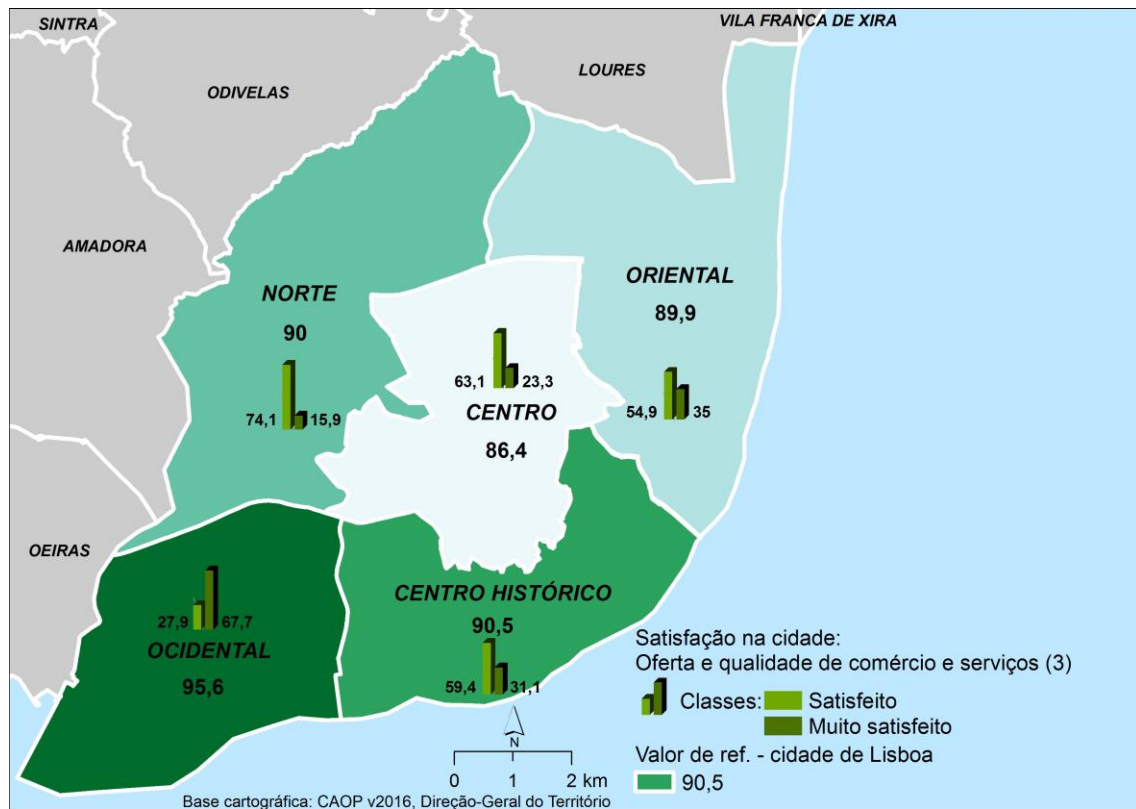
Figura 24. Oferta e qualidade de cafés, restaurantes e esplanadas na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A oferta e qualidade de comércio e serviços na cidade tem níveis de satisfação muito elevados em todas as UIT, com destaque para a Ocidental (95,6%) e a Centro Histórico e Oriental, com cerca de 90% cada uma. A oferta e qualidade de comércio e serviços na cidade tem os níveis mais elevados de “muito satisfeitos” na UIT Ocidental, com 67,7%, na Oriental, com 35%, e na Centro Histórico, com 31,1%.

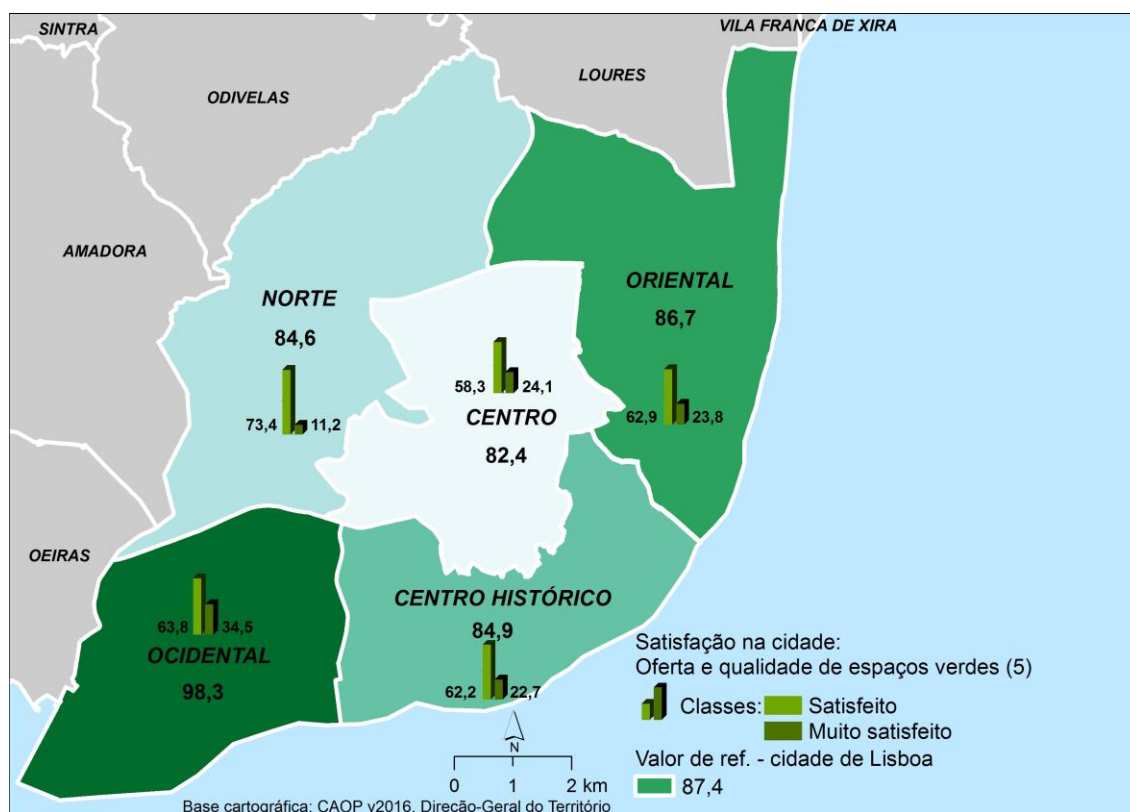
Figura 25. Oferta e qualidade comércio e serviços na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A oferta e qualidade dos espaços verdes na cidade é considerada satisfatória em todas as UIT, mas é na Ocidental, na Oriental e na Norte que se encontram os valores de satisfação mais elevados, de 98,3%, 86,7% e 84,6%. Destaca-se na UIT Ocidental o nível mais elevado de “muito satisfeitos” (34,5%). Os “nada satisfeitos” não ultrapassam 1% em nenhuma UIT, enquanto o valor mais elevado de “pouco satisfeitos” se encontra nas UIT Centro (11,2%) e Centro Histórico (9,2%)

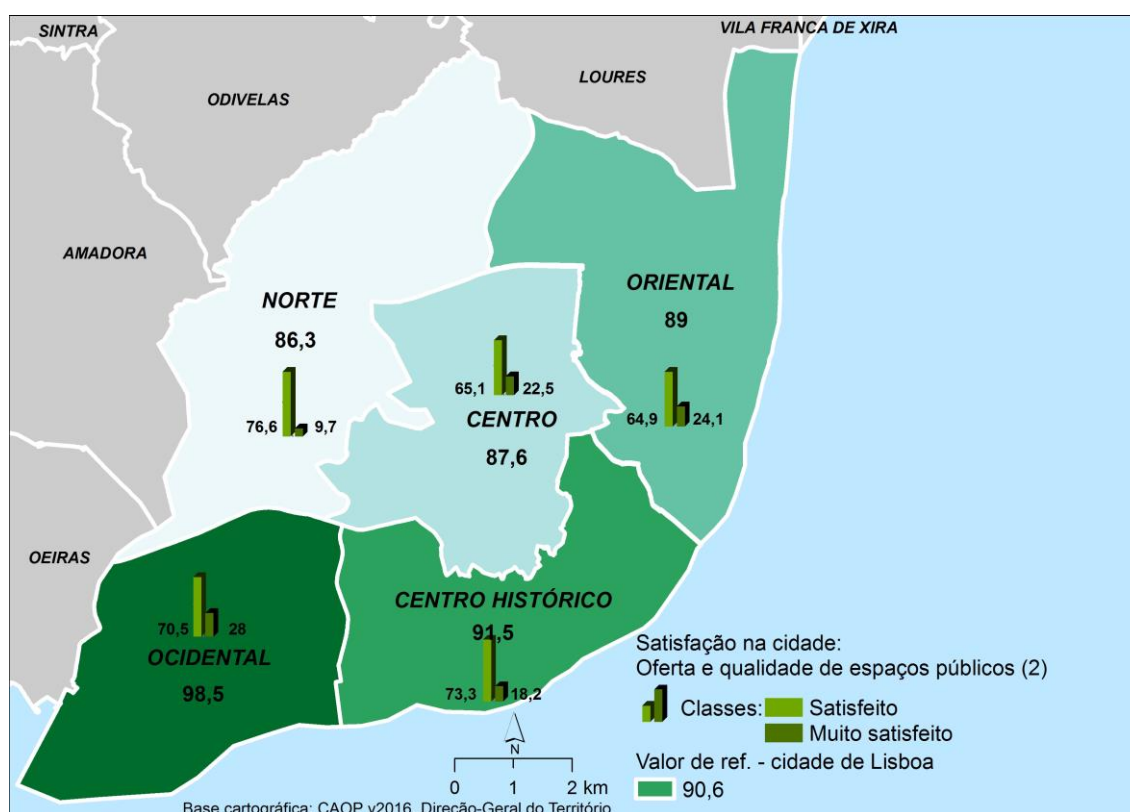
Figura 26. Oferta e qualidade dos espaços verdes na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A oferta e qualidade de espaços públicos tem os níveis de satisfação mais elevados na UIT Ocidental (98,5%) e Centro Histórico (91,5%). Os “muito satisfeitos” são mais frequentes nas UIT Ocidental e (34,5%) e Centro (24,1%), enquanto os “satisfeitos” são mais frequentes nas UIT Norte (73,4%) e Ocidental (63,8%).

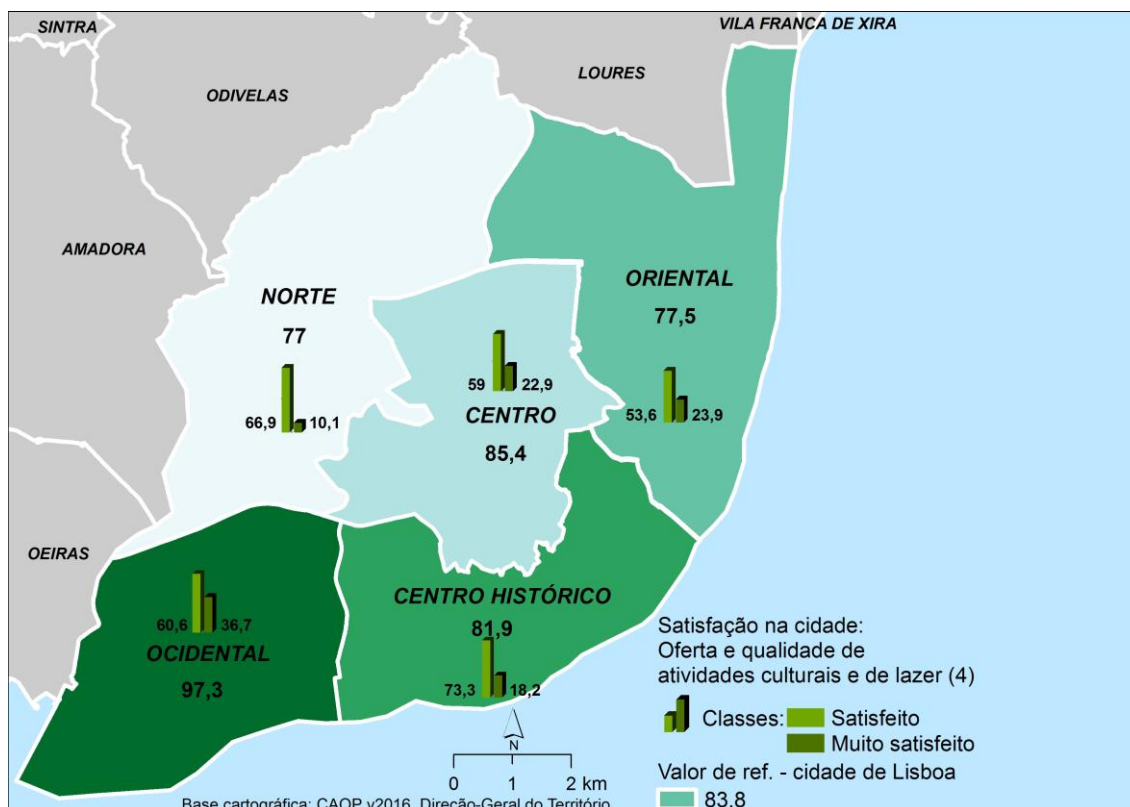
Figura 27. Oferta e qualidade de espaços públicos



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer na cidade tem níveis de satisfação superiores a 90% em todas as UIT, atingindo os 97,3% na UIT Ocidental, 77,5% na Oriental e 81,9% no Centro Histórico. Nestas UIT encontram-se também mais inquiridos muito satisfeitos com a oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer, com 36,7%, 23,9% e 18,2%. Neste indicador os “nada satisfeitos” nunca ultrapassam 1% dos inquiridos.

Figura 28. Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

De igual modo, a manutenção das estradas na cidade é motivo de satisfação para a maioria dos entrevistados, principalmente nas UIT Ocidental (82,2%), Norte (75,7%) e Centro (75,3%). Na UIT Centro, os inquiridos muito satisfeitos são mais frequentes (8,9%), assim como na Ocidental (8,4%).

A qualidade ambiental na cidade é satisfatória para uma elevada percentagem dos inquiridos das UIT Ocidental (77,4%) e Norte (74,6%), mas os “muito satisfeitos” apenas atingem os 7,5% na UIT Centro, onde os “muito satisfeitos” tem o valor mais elevado. É no nível “satisfeitos” que se encontram as maiores percentagens, com destaque para a UIT Ocidental (76,2%) e Norte (66,7%). As UIT Centro Histórico e Oriental têm as percentagens mais elevadas de “nada ou pouco satisfeitos” (35,1% e 34,9%, respetivamente) e esta última UIT tem o valor mais elevado de “nada satisfeitos” (7,7%).

A satisfação com segurança nas ruas da cidade é mais elevada nas UIT Centro (80%) e Norte (73,5%), e é nas UIT Centro e Oriental onde se encontram com mais frequência os “muito satisfeitos”, com 8,5% e 7,3%, respetivamente. Nas UIT Oriental e Centro Histórico encontram-se os valores mais elevados de “nada satisfeitos”, com 9,8% e 8%, respetivamente.

A recolha de lixo na cidade é um aspeto de satisfação para a maior parte dos inquiridos em todas as UIT, com destaque para a Ocidental (91,4%) e Centro (83%). No entanto, as UIT onde se encontram mais inquiridos muito satisfeitos com a recolha de lixo são a Centro (9,4%) e

Oriental (7,6%). Tal como se verificou na análise deste indicador no bairro, também para a cidade as UIT com mais inquiridos “nada satisfeitos” são o Centro Histórico (4,5%) e o Centro (3,3%).

Em todas as UIT, a oferta e qualidade dos serviços de saúde na cidade são considerados satisfatórios para a maioria dos inquiridos, com um índice de satisfação sempre acima dos 74%. Com maiores níveis de satisfação distinguem-se as UIT Ocidental (95,2%), Norte (85%) e Oriental (84,3%).

Tal como acontecia no bairro, também na cidade as UIT Ocidental, Centro Histórico e Centro apresentam os graus de satisfação mais elevados relativamente aos transportes públicos, com 96,1%, 81,1% e 80,3% dos inquiridos, respetivamente, a responderem que estão satisfeitos ou muito satisfeitos. No entanto, a UIT Ocidental diferencia-se das restantes por ter um peso mais significativo dos inquiridos que se dizem muito satisfeitos (14,4%); enquanto nas UIT Centro e Centro Histórico os muito satisfeitos correspondem a 10,7% e 8,8%, respetivamente. Na UIT Oriental encontra-se o nível de “nada satisfeitos” mais elevado com os transportes públicos da cidade, com 8,7%, seguida da UIT Centro Histórico, com 5,4%.

A conservação dos edifícios da cidade tem melhores níveis de satisfação nas UIT Ocidental (88,3%) e Norte (81,2%), mas os inquiridos “muito satisfeitos” são mais frequentes na Ocidental (11,8%) e no Centro Histórico (7,2%). Na UIT Centro Histórico estão os inquiridos mais insatisfeitos com a conservação dos edifícios da cidade (32,2%), seguida da Oriental (30,2%) e da Centro (29,8%).

A satisfação com a oferta e qualidade de equipamentos para idosos na cidade oscila entre 62,5% na UIT Centro Histórico e 82,7% na UIT Ocidental. Nas UIT Centro e Oriental encontram-se as percentagens mais elevadas de “nada satisfeitos” (3,8% e 3,1%, respetivamente).

A satisfação com a manutenção e limpeza dos passeios da cidade é, em todas as UIT, superior a 60%. No entanto, esta atinge valores mais elevados nas UIT Ocidental (89%) e Norte (74,5%). Apesar de a satisfação ser predominante em todas as UIT, na Centro e na Oriental existem mais inquiridos “muito satisfeitos”, com 8,6% e 5,5% respetivamente. A insatisfação é mais elevada nas UIT Centro Histórico (40,4%) e Oriental (39,2%), mas os inquiridos “nada satisfeitos” são mais frequentes, por ordem de importância, nas UIT Centro Histórico (6,3%), Centro (4,3%) e Oriental (4%).

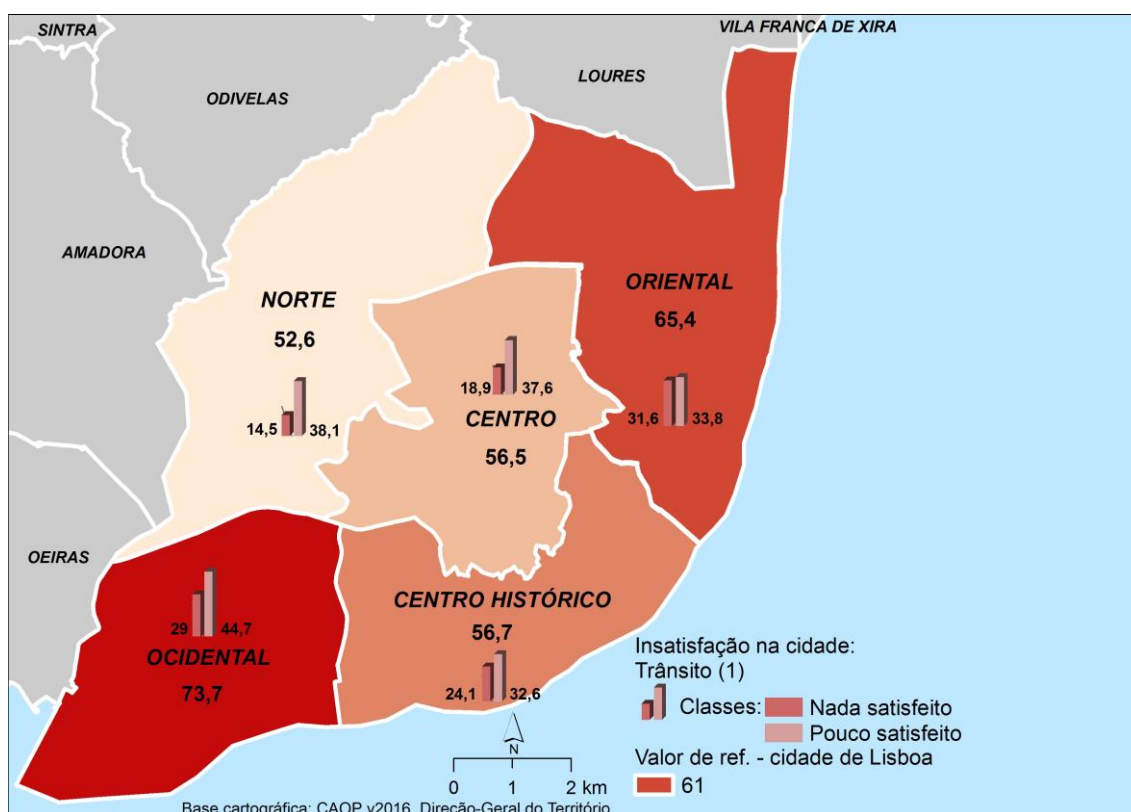
A oferta e qualidade de locais para a prática desportiva na cidade é considerada satisfatória em todas as UIT, sendo as percentagens de satisfeitos mais elevadas nas UIT Ocidental (98,7%) e Oriental (93%), enquanto as menos elevadas encontram-se nas UIT Centro Histórico (84,6%) e Norte (85,8%). Na Ocidental há mesmo 46,7% dos inquiridos “muito satisfeitos” com este aspeto.

O nível de satisfação com a oferta de escolas, infantários e ATL para crianças na cidade é superior a 83% em todas as UIT, sendo que nas UIT Ocidental e Oriental se encontram mais

inquiridos satisfeitos (99,3% e 88,5%, respetivamente). Este aspeto da qualidade de vida na cidade atinge o valor mais elevado de “muito satisfeitos” na UIT Ocidental, com 37,8%.

Em todas as UIT, o trânsito da cidade tem níveis de insatisfação superiores a 52%, sendo mais elevada nas UIT Ocidental (73,7%), Oriental (65,4%) e Centro Histórico (56,7%). Nestas UIT encontram-se com mais frequência os “nada satisfeitos”, com 31,6% na UIT Oriental, 29% na Ocidental e 24,1% no Centro Histórico. Contudo, em todas as UIT o trânsito da cidade está entre os indicadores com percentagens mais elevadas de “nada satisfeitos”.

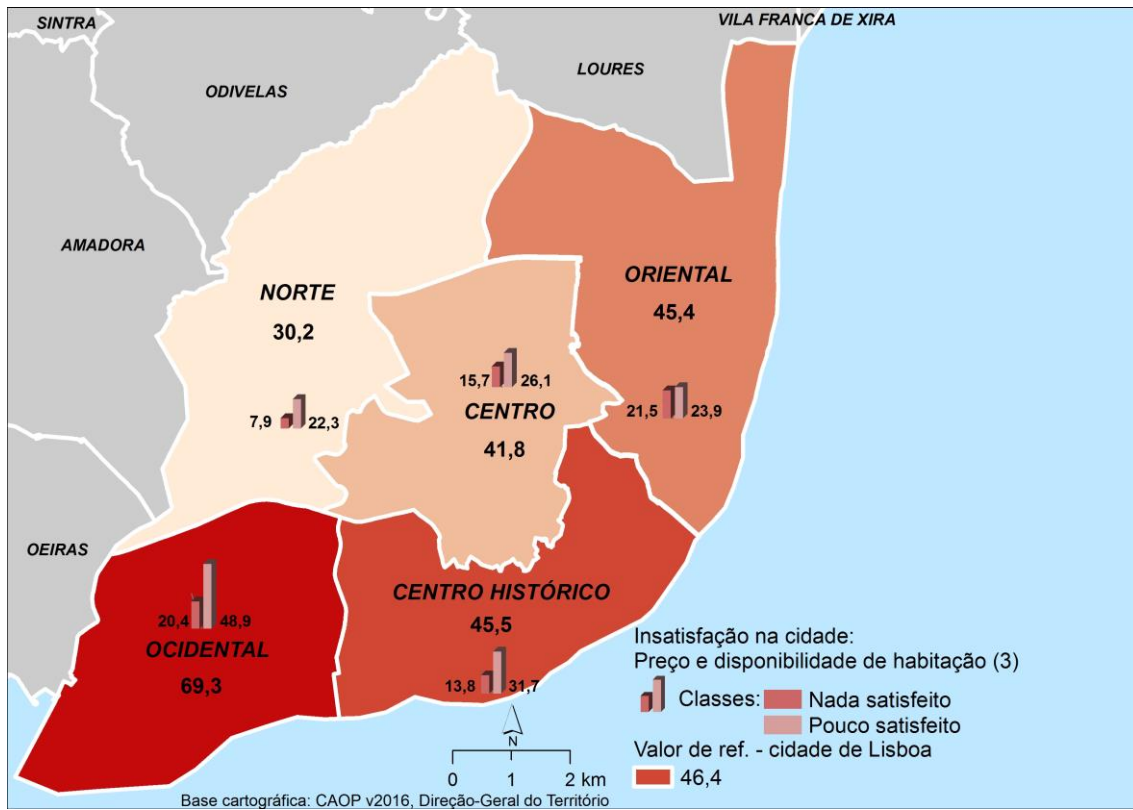
Figura 29. Trânsito na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O preço e disponibilidade da habitação na cidade é um indicador de insatisfação para a maioria dos inquiridos em todas as UIT, exceto na UIT Norte, que se distingue das restantes, com 62,8% de satisfeitos. Os mais insatisfeitos são os entrevistados da UIT Ocidental, Centro Histórico e Oriental, com 69,3%, 45,5% e 45,4%, respetivamente. Nas UIT Oriental, Ocidental, Centro e Centro Histórico encontra-se a maior frequência de nada satisfeitos (21,5%, 20,4%, 15,7% e 13,8%, respetivamente).

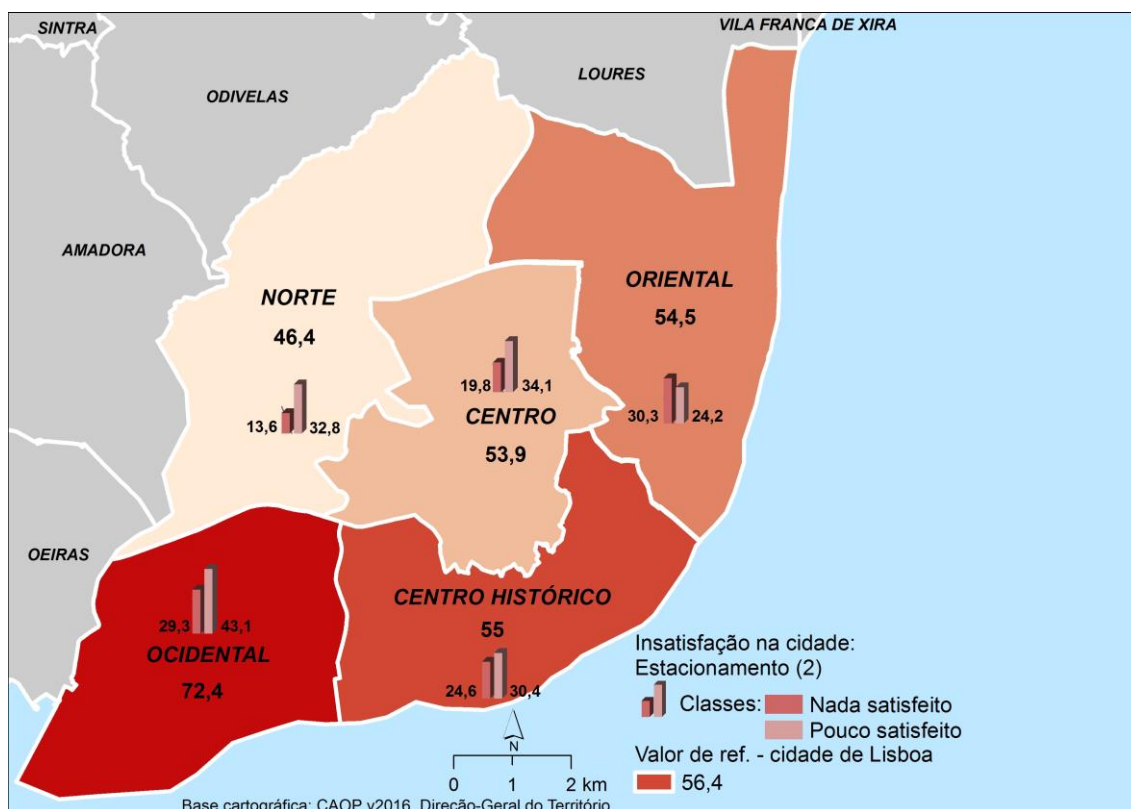
Figura 30. Preço e disponibilidade da habitação



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O grau de insatisfação com o estacionamento na cidade é superior a 53% em todas as UIT. No entanto, esta é mais acentuada nas UIT Ocidental (72,4%) e Centro Histórico (55%). Encontram-se os valores mais elevados de “nada satisfeitos” com o estacionamento nas UIT Oriental (30,3%), Ocidental (29,3%), Centro Histórico (24,6%), Centro (19,8%) e Norte (13,6%). Este é, aliás, um dos indicadores com percentagens mais baixas de “muito satisfeitos” em todas as UIT.

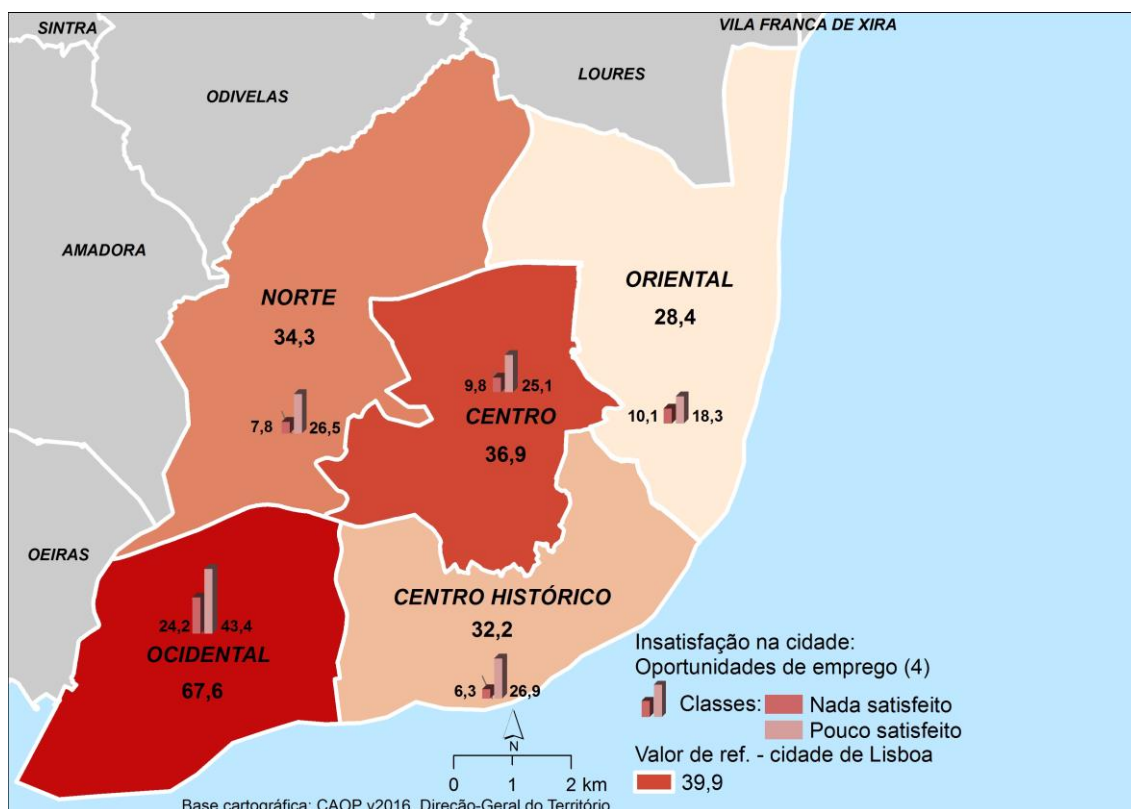
Figura 31. Estacionamento



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Enquanto para o bairro, em todas as UIT, predomina a insatisfação com as oportunidades de emprego, na cidade esta insatisfação é bastante elevada na UIT Ocidental (67,6%), enquanto nas restantes UIT os insatisfeitos oscilam entre os 28% e os 37%. Este aspeto da qualidade de vida na cidade tem também percentagens elevadas de “nada satisfeitos” nas UIT Ocidental (24,2%), Oriental (10,1%) e Centro (9,8%).

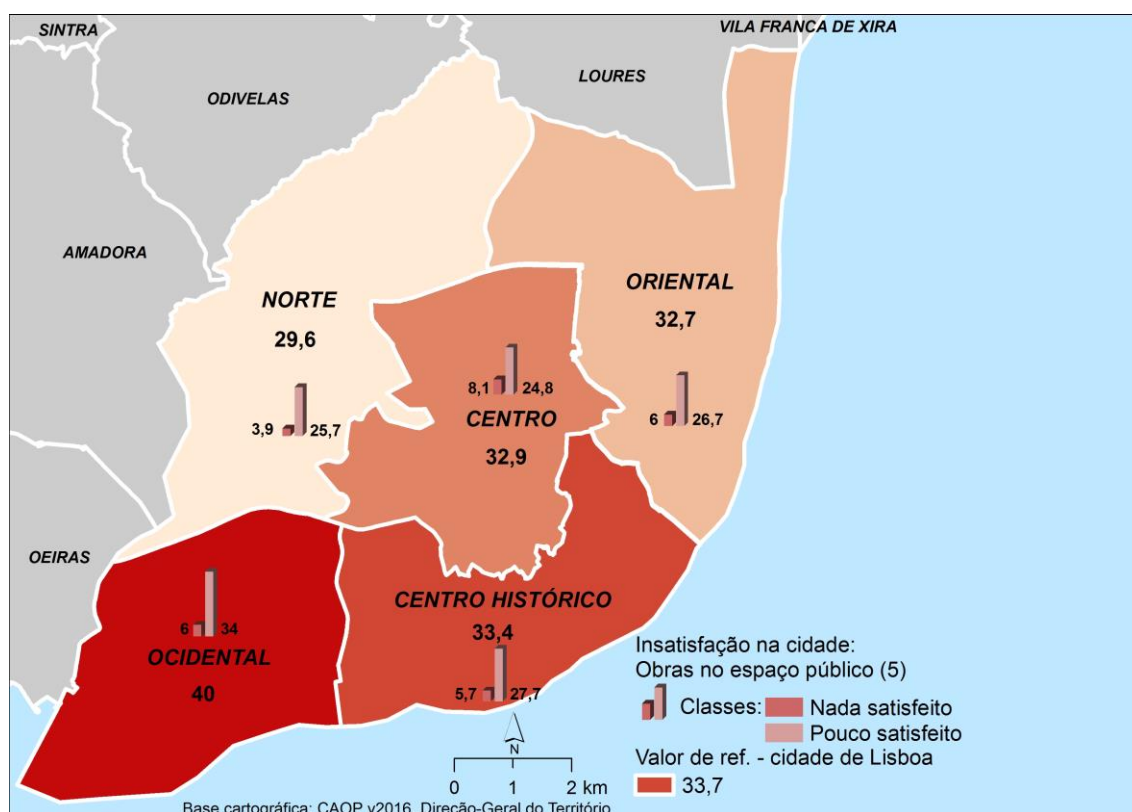
Figura 32. Oportunidades de emprego na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na UIT Ocidental encontra-se a percentagem mais elevada de insatisfeitos (40,6%) com as obras no espaço público da cidade, dos quais 34% estão “pouco satisfeitos” e 6% “nada satisfeitos”. Mas é também nesta UIT que a frequência de “muito satisfeitos” atinge os 12,3%. A UIT Centro tem maior percentagem de inquiridos “nada satisfeitos” com as obras no espaço público da cidade (8,1%), seguida das UIT Oriental (6%) e Centro Histórico (5,7%). A satisfação é predominante em todas as UIT, mas nas UIT Norte, Centro e Oriental, o nível de satisfação é mais elevado, com 67,1%, 64,7% e 64,6% dos inquiridos, respetivamente.

Figura 33. Obras no espaço público da cidade

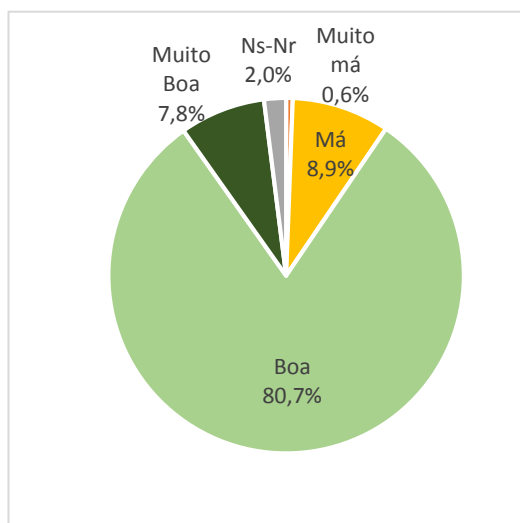


Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.4.3.2. Avaliação da qualidade de vida no bairro e na cidade

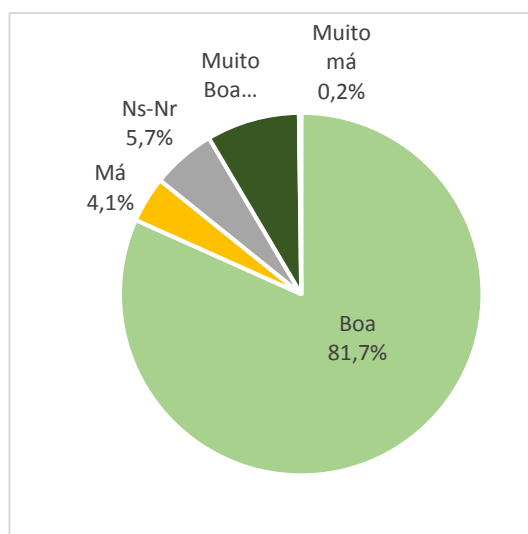
Quando questionados diretamente sobre como avaliam a qualidade de vida no bairro onde residem, 80,7% dos inquiridos indicam ser “boa” e 7,8% “muito boa”. Para a cidade, estes valores são ligeiramente mais positivos, com 81,7% a considerarem que é boa e 8,3% muito boa. As opções de resposta pela negativa são selecionadas mais frequentemente no bairro (9,5%) do que na cidade (4,3%), o que se poderá compreender pela maior vivência que os inquiridos têm na área que lhes está mais próxima e, com ela, uma maior perceção dos problemas. A importância relativa da ausência de resposta é superior na cidade (5,7%), o que se pode compreender por se tratar de uma realidade mais distante para alguns dos moradores. Estes dados resultantes de pergunta direta sobre a avaliação global da qualidade de vida, nestes dois contextos locais, não se afastam dos resultados obtidos a partir do cálculo da média, para cada inquirido, das suas respostas aos 21 indicadores avaliados, analisados acima, que intitulámos índice de satisfação com o bairro e a cidade.

Figura 34. Avaliação da qualidade de vida no bairro



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Figura 35. Avaliação da qualidade de vida na cidade de Lisboa



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Avaliação da qualidade de vida no bairro e na cidade por variáveis socioeconómicas

A avaliação geral que os inquiridos fazem da qualidade de vida na cidade e no bairro varia de acordo com as suas características socioeconómicas. No entanto, tal como se pode verificar na análise a seguir, esta variação não é muito significativa na maior parte das variáveis analisadas. As Tabelas 54 e 55 apresentam os valores acima do valor de referência no cruzamento da avaliação positiva ou negativa e cada variável socioeconómica.

No bairro, as sobrerrepresentações mais significativas do lado da avaliação positiva nos grupos de idade encontram-se nos mais jovens (-34) e nos mais idosos (75+). No que respeita à escolaridade, estão sobrerrepresentados os mais escolarizados. Os indivíduos inseridos em agregados cujo indicador socioprofissional de classe pertence às categorias mais elevadas, “profissionais técnicos e de enquadramento” e “empresários, dirigentes e profissionais liberais”, encontram-se igualmente sobrerrepresentados na avaliação positiva, assim como os trabalhadores-estudantes e os que procuram o primeiro emprego, ressalvando que estes indivíduos, em conjunto, representam apenas 1,2% da amostra. Assinalamos também uma muito ligeira sobrerrepresentação dos que exercem uma ocupação profissional.

Na avaliação negativa da qualidade de vida no bairro encontramos sobrerrepresentados os menos escolarizados e os indivíduos inseridos em agregados cujo indicador socioprofissional de classe pertence às categorias mais baixas: os empregados executantes e os operários, estes últimos com uma sobrerrepresentação já significativa. Os desempregados (9% da amostra) e os incapacitados para o trabalho estão também significativamente sobrerrepresentados.

Tabela 54. Avaliação da qualidade de vida no bairro por variáveis socioeconómicas

Avaliação da qualidade de vida no bairro por variáveis socioeconómicas		
Valor de referência (análise univariada)	Boa (90,3%)	Má (9,7%)
Sexo	Homens (91%)	Mulheres (10,3%)
Idade	34 – (93,0%) 75 + (92,1%)	65-74 (11,6%) 35-64 (11,4%)
Escolaridade	Superior (96,2%) Secundário (91,8%)	2.º / 3.º ciclo (15,5%) 1.º ciclo (11,8%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Profissionais técnicos e de enquadramento (95,3%) Empresários, dirigentes e profissionais liberais (93,4%)	Operários (14,1%) Empregados executantes (11,9%)
Situação perante o trabalho	Exercem uma ocupação profissionais e estudam (100%) Procuram o 1.º emprego (100%) Exercem uma ocupação profissional (92,1)	Incapacitados permanentes para o trabalho (47,4%) Desempregados (18,2%)

Nota: O valor de referência “Boa” corresponde à soma das avaliações “boa” e “muito boa” e o valor de referência “Má” corresponde à soma das avaliações “má” e “muito má”

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Tabela 55. Avaliação da qualidade de vida na cidade por variáveis socioeconômicas

Avaliação da qualidade de vida na cidade por variáveis socioeconômicas		
Valor de referência (análise univariada)	Boa (95,5%)	Má (4,5%)
Sexo	Homens (95,7%)	Mulheres (4,7%)
Idade	75 + (97,9%)	65-74 (6,6%) 34 – (4,7%)
Escolaridade	1.º ciclo (96,9%)	Superior (5,2%) Secundário (4,8%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Operários (97,4%) Profissionais técnicos e de enquadramento (96%)	Empregados executantes (5%) Trabalhadores independentes (4,8%)
Situação perante o trabalho	Exercem uma ocupação profissional e estudam (100%) Procuram o 1.º emprego (100%)	Incapacitados permanentes para o trabalho (11,8%) Estudantes (5,4%) Exercem uma ocupação profissional (4,7%)

Nota: O valor de referência “Boa” corresponde à soma das avaliações “boa” e “muito boa” e o valor de referência “Má” corresponde à soma das avaliações “má” e “muito má”

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governança Urbana 2017

A avaliação da qualidade de vida na cidade como “boa” ou “muito boa” encontra sobre-representação no grupo mais idoso (75+), menos escolarizado (1º ciclo), nos operários, assim como nos trabalhadores-estudantes e os que procuram o primeiro emprego, ressalvando, uma vez mais, que estes dois últimos grupos, em conjunto, representam apenas 1,2% da amostra.

Do lado da avaliação negativa, encontramos sobre-representações muito pouco significativas, exceto no grupo de incapacitados permanentes para o trabalho e, em menor grau, os estudantes e o grupo de idade 65-74.

3.4.3.3. Propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade e nos seus bairros

Em resposta à questão aberta sobre o que é mais urgente fazer para melhorar a qualidade de vida na cidade e nos seus bairros, os inquiridos referem, com mais frequência, as questões relacionadas com a higiene urbana (13,6%), quer seja a limpeza das ruas e dos espaços verdes, quer a gestão e manutenção dos resíduos domésticos, nomeadamente o aumento da frequência da recolha de lixo e a melhoria na manutenção dos contentores. Ainda no que respeita à limpeza das ruas, os inquiridos referem, com alguma frequência, a falta de limpeza devido à existência de detritos de animais, apontando para a necessidade de intervenção da autarquia na limpeza e também na sensibilização dos donos dos animais para a necessidade de adotarem comportamentos que evitem esse tipo de sujidade no espaço público. A manutenção dos

espaços públicos é a segunda sugestão de melhoria mais referida pelos inquiridos (10,6%), por exemplo, a manutenção das ruas, estradas e calçadas, mas também de praças e equipamentos urbanos, a manutenção de parques infantis, a iluminação das ruas e a melhoria de acessos pedonais ou rodoviários.

Indicada por 7,7% de inquiridos está a necessidade de melhorar o estacionamento, principalmente de criar mais locais de estacionamento e parques não pagos ou que favoreçam a utilização pelos moradores. Os transportes públicos são apontados por 7,6% como um aspeto a melhorar na cidade e no bairro, concretamente a quantidade, os horários e a frequência (incluindo ao fim de semana), a regularidade, o preço, a qualidade e a segurança. A criação e melhoria de espaços verdes é o aspeto mais urgente para 7,3% dos inquiridos, principalmente a necessidade de criar jardins ou qualificar os que existem. A segurança, indicada por 6,1% dos entrevistados, é referida muitas vezes como uma questão geral, mas também associada ao encerramento de esquadras e à necessidade de melhorar o policiamento de proximidade. As melhorias em equipamentos de proximidade, referidas por 6,1% de inquiridos, correspondem fundamentalmente a sugestões de criação de espaços para crianças (creches, infantários e ATL) e para idosos (centros de dia ou lares). Nas sugestões de melhoria relacionadas com o apoio social, referido por 5,5% dos inquiridos, as necessidades dos idosos, dos desempregados e das pessoas carenciadas surgem mais frequentemente, sob a forma de assistência e de apoio financeiro.

Existem ainda outras sugestões de melhoria com alguma importância, tais como: a necessidade de fazer melhorias no estado do edificado, quer no exterior dos edifícios, quer no interior; a criação de oportunidades de emprego; a promoção de atividades culturais, recreativas e desportivas, em especial as dirigidas aos idosos e aos jovens; as melhorias do comércio de bens e serviços de primeira necessidade, mais próximo dos residentes, como mercearias, supermercados e farmácias; a melhoria do trânsito; e o acesso à habitação, principalmente aumentando a quantidade de casas para arrendar e reduzir os preços de arrendamento.

Na categoria “outras” estão as referências relacionadas com a necessidade de melhorias na área da saúde, do aumento da participação e atitude cívica (ex. sensibilização para melhorar comportamentos de cidadania e responsabilidade sobre o espaço público), do apoio financeiro (ex. aumentar reformas e diminuir impostos), de diminuir as obras e o seu tempo de realização, de aumentar o número de ecopontos e reduzir a poluição.

Tabela 56. Propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade e no bairro²²

Medidas para melhorar a qualidade de vida	N	%
Higiene urbana	627	13,6%
Manutenção dos espaços públicos	491	10,6%
Estacionamento	356	7,7%
Transportes públicos	350	7,6%
Criação e melhoria de espaços verdes	336	7,3%
Segurança	282	6,1%
Equipamentos de proximidade	279	6,1%
Apoio social	252	5,5%
Estado do edificado	249	5,4%
Oportunidades de emprego	177	3,8%
Atividades culturais/recreativas/desportivas	161	3,5%
Atividade comercial	151	3,3%
Trânsito	112	2,4%
Acesso à habitação	105	2,3%
Outras	430	9,3%
Nada/Está tudo bem	103	2,2%
Não sabe	150	3,2%
Total	4611	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.4.4. Mudança urbana

As questões de opinião sobre as mudanças positivas e negativas na freguesia e na cidade nos três últimos anos permitem analisar a perceção dos inquiridos relativamente ao que melhorou ou piorou nesse período. Estas questões foram de resposta espontânea, sem sugestão de itens, e posteriormente codificadas pela equipa de investigação.

3.4.4.1. Mudanças positivas

Na freguesia

A mudança positiva na freguesia, nos últimos três anos, apontada com mais frequência é a manutenção dos espaços públicos (27,4%), seguida das mudanças relacionadas com a higiene urbana (13,1%), a criação e melhoria dos espaços verdes (11,8%) e os equipamentos de proximidade (9,3%). É de salientar que 14,4% dos entrevistados consideram que não existiu nenhuma mudança positiva ou não responderam a esta questão.

As referências à melhoria da manutenção dos espaços públicos correspondem a obras e arranjos em estradas, ruas, passeios, praças, acessos pedonais ou rodoviários, criação de ciclovias,

²² Esta tabela dá conta de uma pergunta de resposta múltipla, pelo que o N=4611 corresponde ao número de respostas e não de indivíduos. Esta era uma questão aberta, cujas respostas foram codificadas *a posteriori*.

iluminação, mobiliário urbano, entre outras. De acordo com os inquiridos, a higiene urbana melhorou nas freguesias por haver mais limpeza das ruas e jardins, bem como assinalam melhorias na recolha de lixo. A criação e melhoria dos espaços verdes são também apontadas pelos inquiridos por existirem mais jardins e estes estarem mais cuidados e, por exemplo, por terem sido criadas hortas urbanas. As melhorias nos equipamentos de proximidade devem-se à existência de novas infraestruturas dirigidas fundamentalmente aos idosos, crianças e jovens, tais como lares, infantários, escolas, parques infantis, pavilhões ou outros espaços para a prática de atividades desportivas. A abertura de bibliotecas, mercados e centros de saúde são também referidos com frequência como uma mudança positiva na freguesia.

Entre as melhorias nos transportes públicos, os inquiridos referem mais frequentemente a existência de transportes porta-a-porta dentro da freguesia e a existência de mais e de melhores transportes. A melhoria do estacionamento deve-se à criação e reorganização de novos espaços com esta função na freguesia. A segurança também é referida pelos inquiridos, associada frequentemente a mais policiamento na freguesia. As melhorias relacionadas com a atividade comercial correspondem à existência de mais lojas, restaurantes e cafés, mas também supermercados, mercados locais, feiras e os mercados da Ribeira e de Campo de Ourique. O alargamento dos horários do comércio é também apontado como um aspeto positivo. As atividades culturais, recreativas e desportivas mais referidas são as que se dirigem aos idosos e aos jovens; no entanto, os inquiridos referem, de um modo geral, os eventos, espetáculos, festas, passeios e festivais. É de salientar que 21,1% dos inquiridos considera que não há nenhuma mudança positiva na freguesia nos últimos três anos e 14,4% não responde a esta questão.

Tabela 57. Mudança mais positiva na freguesia nos últimos três anos²³

	N	%
Manutenção dos espaços públicos	472	27,4%
Higiene urbana	226	13,1%
Criação e melhoria de espaços verdes	204	11,8%
Equipamentos de proximidade	160	9,3%
Estado do edificado	113	6,5%
Atividade comercial	111	6,5%
Apoio social	83	4,8%
Atividades culturais/recreativas/desportivas	78	4,5%
Segurança	65	3,8%
Transportes públicos	54	3,1%
Estacionamento	46	2,7%
Trânsito	1	0,0%
Outras	113	6,5%
Total	1724	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

²³ Esta tabela dá conta das respostas a uma pergunta aberta, que foram codificadas *a posteriori*.

Na cidade

A mudança positiva apontada para a cidade com mais frequência é a manutenção dos espaços públicos, tal como acontecia para a freguesia, mas com um peso mais importante (42%), correspondendo, principalmente, a melhorias nas estradas, ruas, passeios e praças. A seguir surgem as mudanças relacionadas com o turismo, com 11,4%. O aumento do investimento e a reabilitação urbana, incluindo do património, são frequentemente entendidas pelos inquiridos como consequências da atividade turística na cidade. O aumento do número de turistas é, deste modo, considerado positivo por trazer mais dinamismo económico à cidade, criar empregos e contribuir para a melhoria das atividades comerciais, artísticas e culturais.

O estado do edificado - sob a forma de reabilitação de edifícios e sua manutenção - tem também uma importância significativa nas melhorias positivas identificadas para a cidade (9%), o que não acontecia para a freguesia.

A criação e melhoria dos espaços verdes (6,4%) é também um aspeto positivo, mas menos importante quando comparado com os aspetos positivos da freguesia. Já os transportes públicos são considerados mais positivos na cidade (5,4%).

A higiene urbana, os equipamentos de proximidade e o apoio social são igualmente menos considerados como mudanças positivas na cidade do que na freguesia, o que talvez se possa explicar por serem aspetos a que os munícipes dão mais atenção na sua área de residência.

Importa referir que 11% dos entrevistados consideram que não existiu nenhuma mudança positiva na cidade nos últimos três anos e 20,2% não respondeu a esta questão.

Tabela 58. Mudança mais positiva na cidade nos últimos três anos²⁴

	N	%
Manutenção dos espaços públicos	761	42,0%
Turismo	207	11,4%
Estado do edificado	163	9,0%
Criação e melhoria de espaços verdes	115	6,4%
Transportes públicos	97	5,4%
Atividade comercial	77	4,2%
Higiene urbana	68	3,7%
Atividades culturais/recreativas/desportivas	54	3,0%
Equipamentos de proximidade	40	2,2%
Segurança	36	2,0%
Trânsito	24	1,3%
Estacionamento	12	0,7%
Apoio social	11	0,6%
Criação de emprego	3	0,2%
Acesso à habitação	2	0,1%
Outras	140	7,8%
Total	1809	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

²⁴ Esta tabela dá conta das respostas a uma pergunta aberta, que foram codificadas *a posteriori*.

Mudanças positivas por Unidades de Intervenção Territorial²⁵

Na freguesia

Nas cinco UIT, a mudança positiva mais referida pelos inquiridos que ocorreu na freguesia é a manutenção dos espaços públicos, sendo mais frequente nas UIT Centro (39,3%) e Ocidental (34%) e menos frequente na Centro Histórico (19,4%) e na Norte (21,9%). Na UIT Ocidental, os equipamentos de proximidade são considerados, com mais frequência, uma melhoria dos últimos anos (21,2%). Já os espaços verdes são mais referidos nas UIT Norte (15,9%), Oriental (15,3%) e Centro (13,3%). As melhorias na higiene urbana destacam-se com mais frequência nas UIT Norte (18,7%) e Centro Histórico (17,1%). Destaca-se, nas UIT Norte, Oriental e Centro, a elevada percentagem de inquiridos que consideram não ter existido nenhuma mudança positiva na freguesia nos últimos anos (31,6%, 25,6%, 18,2%, respetivamente) e a igualmente elevada percentagem de não respostas, em especial na UIT Centro (25%).

Na cidade

Quando questionados sobre as mudanças positivas na cidade, os inquiridos de todas as UIT, exceto na Ocidental, referem a manutenção de espaços públicos com mais frequência: 50,9% no Centro, 43,3% na Oriental e 41,2% no Centro Histórico. Na UIT Ocidental, o turismo é apontado como a mudança mais positiva para a cidade (34,7%) e só depois a manutenção dos espaços públicos (28,2%). O turismo tem também algum destaque nas UIT Norte (14,2%), na Oriental (8,6%) e Centro Histórico (8,1%). O estado do edificado destaca-se mais no Centro Histórico (10,7%), mas também na Oriental (9,9%), Norte (11,6%) e Centro (7,4%).

A ausência de mudanças positivas na cidade nos últimos anos é referida com mais frequência pelos inquiridos das UIT Norte (16,1%) e Centro Histórico (15%). As UIT onde há mais não respostas a esta questão são a Centro (26%) e a Norte (22,1%).

3.4.4.2. Mudanças negativas

Na freguesia

As mudanças negativas apontadas com mais frequência para a freguesia são as que se relacionam com a higiene urbana (23%), seguidas das relacionadas com a manutenção do espaço público (13,4%). Contudo, estas são também as principais mudanças positivas da freguesia, o que revela a diversidade de situações existentes na cidade e a centralidade destas questões para a perceção de qualidade de vida.

²⁵ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

As mudanças negativas mais referidas a seguir são o estacionamento (10%), a segurança (8%) e os transportes públicos (5,6%). É de salientar que 23,6% dos inquiridos considera que não há nenhuma mudança negativa e 18,5% não respondeu a esta questão.

Tabela 59. Mudança mais negativa na freguesia nos últimos três anos²⁶

	N	%
Higiene urbana	343	23,0%
Manutenção dos espaços públicos	200	13,4%
Estacionamento	149	10,0%
Segurança	119	8,0%
Transportes públicos	83	5,6%
Atividade comercial	73	4,9%
Estado do edificado	71	4,8%
Trânsito	68	4,6%
Criação e melhoria de espaços verdes	65	4,3%
Obras	63	4,2%
Equipamentos de proximidade	41	2,7%
Mudança da Junta de Freguesia	33	2,2%
Apoio social	31	2,1%
Acesso à habitação	2	0,1%
Criação de emprego	1	0,1%
Atividades culturais/recreativas/desportivas	1	0,1%
Outras	148	9,9%
Total	1491	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Ao nível das mudanças na freguesia, a higiene urbana é simultaneamente a primeira mudança negativa e a segunda mudança positiva, o que pode revelar diferenças de atuação nesta área entre freguesias. Além disso, e porque se trata de uma pergunta aberta, a quantidade de referências a este aspeto permite destacá-lo como um indicador a que os residentes estão particularmente atentos.

Na cidade

As obras são a mudança negativa apontada com mais frequência para a cidade (25,6%), seguida das mudanças relacionadas com o trânsito (23,5%), o estacionamento (11,5%), a segurança (9,7%) e os transportes públicos (6,7%).

O descontentamento provocado pelas obras está frequentemente associado ao seu tempo de realização e aos problemas causados pela desorganização do espaço público, tais como o

²⁶ Esta tabela dá conta das respostas a uma pergunta aberta, que foram codificadas *a posteriori*.

trânsito, o ruído e o desconforto em circular nestas áreas. Todavia, quando terminadas, os seus efeitos são valorizados, o que é bem evidente na resposta às mudanças positivas que ocorreram na cidade (v. Tabela 58).

Ao contrário do que se verifica para as freguesias, a higiene urbana não é muito considerada como um aspeto negativo da cidade. Este resultado deve ser entendido tendo em conta que, na freguesia, os residentes são mais afetados pelos problemas de higiene urbana e estão mais atentos para esta questão.

É de salientar que 24% dos entrevistados não responderam a esta questão e 18,2% consideram que não existiu nenhuma mudança negativa na cidade nos últimos três anos.

Tabela 60. Mudança mais negativa na cidade nos últimos três anos²⁷

	N	%
Obras	384	25,6%
Trânsito	352	23,5%
Estacionamento	173	11,5%
Segurança	145	9,7%
Transportes públicos	100	6,7%
Manutenção dos espaços públicos	51	3,4%
Higiene urbana	49	3,3%
Acesso à habitação	32	2,2%
Criação de emprego	30	2,0%
Apoio social	25	1,7%
Estado do edificado	19	1,3%
Atividade comercial	14	0,9%
Criação e melhoria de espaços verdes	5	0,3%
Equipamentos de proximidade	4	0,3%
Outras	116	7,8%
Total	1499	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mudanças negativas por Unidades de Intervenção Territorial²⁸

Na freguesia

A higiene urbana é a mudança negativa que se destaca com mais frequência em todas as UIT – com mais importância na Norte (27,7%) e Centro Histórico (23%) -, exceto na Oriental, onde a higiene urbana é referida por 21% dos inquiridos, mas a manutenção dos espaços públicos por 24,5%. Na UIT Ocidental, além da higiene urbana (20,8%), as mudanças negativas na freguesia são a atividade comercial (15,9%), o estado do edificado (15,2%) e o estacionamento (14,6%).

²⁷ Esta tabela dá conta das respostas a uma pergunta aberta, que foram codificadas *a posteriori*.

²⁸ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Já nas UIT Centro e Centro Histórico, o estacionamento e a manutenção dos espaços públicos surgem como as mudanças mais negativas na freguesia - com 15,1% e 11,2% no Centro e 12,3% e 11,5% no Centro Histórico. A segurança sofreu também mudanças negativas, principalmente nas UIT Centro (9,4%), Oriental (9,3%), Centro Histórico (8,5%) e Norte (8,3). No Centro Histórico, as obras destacam-se como uma mudança negativa na freguesia (9,7%).

Nas UIT Norte e Centro encontram-se as percentagens mais elevadas de inquiridos que consideram não terem existido mudanças negativas na freguesia nos últimos três anos (30,6% e 25,1%). As não respostas são mais importantes nas UIT Centro (27,9%) e Ocidental (24%).

Na cidade

Para os inquiridos das UIT Oriental, Norte, Centro Histórico e Centro, as obras correspondem à mudança mais negativa na cidade nos últimos três anos (com 31,8%, 29,2%, 29,1% e 19,8%). O trânsito é a mudança negativa mais indicada nas UIT Ocidental (40,8%), mas é igualmente importante para as UIT Norte (29,2%), Oriental (23,7%) e Centro (19,7%). O estacionamento é também apontado como uma mudança negativa, principalmente na UIT Ocidental (33%). De salientar o elevado valor de não respostas, em especial nas UIT Ocidental (29%), Centro (31,6%). Os inquiridos que consideram que não há nenhuma mudança negativa são mais frequentes nas UIT Centro (24,1%) e Norte (23,3%).

3.4.5. Qualidade de vida: uma abordagem integrada

As análises precedentes foram deixando algumas pistas sobre a forma como se organiza o sentido de resposta por parte dos inquiridos. Em busca de uma sistematização desses sentidos e lógicas de resposta, utilizámos procedimentos de análise mais elaborados que conjugam, em simultâneo, informações de várias variáveis. Metodologicamente, pareceu-nos que a Análise de Correspondências Múltiplas seria a abordagem mais adequada para alcançar esse objetivo.

Diversas tentativas foram feitas, na procura de uma conjugação de diferentes indicadores e índices que permitisse sistematizar da melhor forma todo o conjunto vasto e complexo de informação que tínhamos em mãos. Assim, as associações entre os diferentes indicadores relativos à Reforma Administrativa e à perceção sobre a vida no bairro e na cidade foram as que se revelaram mais interessantes e capazes de resumir as tendências de resultados que foram sendo reveladas ao longo dos capítulos anteriores. Essas temáticas foram então exploradas através da realização de uma análise de correspondências múltiplas (ACM), considerando-o como um “método particularmente apropriado à abordagem simultânea de múltiplos indicadores e ao tratamento de variáveis qualitativas (extensível a variáveis quantitativas, privilegiadamente categorizadas” (Carvalho, 2008: 13). O principal objetivo desta técnica é encontrar um espaço de menor dimensão onde a amostra possa estar bem representada maximizando a percentagem de explicação da variância inerente aos dados e procurando aferir,

nesta dimensão, da existência de algum padrão de respostas subjacente. Este tipo de análise tem a vantagem de colocar simultaneamente em jogo mais do que duas variáveis, permitindo analisar as inter-relações entre um grande número de variáveis e explicar relações subjacentes que possam existir entre elas, reduzindo-as a um menor número de variáveis que se revela mais significativo, ou agregando-as em dimensões mais estruturadoras da leitura dos dados.

Desta forma, com o objetivo de entender melhor os posicionamentos dos inquiridos em questões relativas à qualidade de vida e à sua relação com o bairro onde habitam e a cidade, e conjugando essa informação com características sociodemográficas e socioeconómicas dos respondentes, submeteram-se à ACM as seguintes variáveis:

- Como variáveis ativas na análise, que definem os eixos estruturantes da informação, os índices sobre a satisfação com a vida pessoal, sobre a satisfação com o bairro e sobre a satisfação com a cidade, índice de satisfação com a casa que habita e de satisfação com os transportes existentes na cidade, e ainda os indicadores de avaliação da qualidade de vida no bairro, de avaliação da qualidade de vida na cidade, e os indicadores de satisfação com os organismos autárquicos, em concreto a Junta de Freguesia e a CML;
- Como variáveis suplementares, caracterizadoras dos posicionamentos, incluímos o género, a idade (agregada em 4 grupos: menos de 35 anos, 35-64 anos, 65-74 anos, e 75 ou mais anos), escolaridade (1º ciclo, 2º/3º ciclo, ensino secundário e ensino superior), o indicador socioprofissional de classe do agregado (conforme os critérios de classificação explicados no capítulo da caracterização da amostra), o tipo de agregado doméstico e o grau de interesse por assuntos políticos;
- Como variável de identificação foi usada a UIT.

A opção pela recodificação de variáveis num menor número de categorias e a utilização de índices de resumo de tendência de respostas de algumas questões deveu-se ao facto de se considerar que se ganharia em procura de interligação da informação de diferentes blocos temáticos do questionário, tendo a noção que se perderia o detalhe relativo a cada indicador/item dessas mesmas questões.

Perante este conjunto de variáveis, os resultados obtidos são os seguintes:

O número de iterações (aproximações à informação, i.e., repetições do algoritmo para procurar esgotar ao máximo a informação das diversas variáveis, procurando reduzir a informação a vetores-síntese) necessárias para atingir a solução ótima da procura da estruturação da informação é de 4.

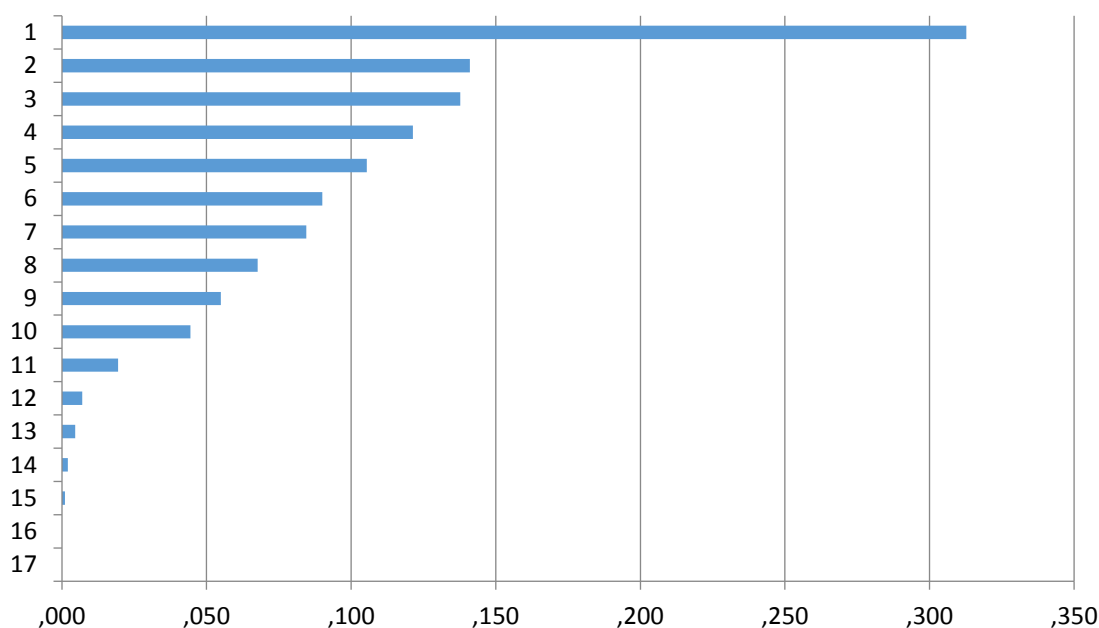
Tabela 61. Número de iterações

Histórico das Iterações			
Número de iterações	Variância contada para		Perdida
	Total	Crescente	
4 ^a	,631967	,000000	8,368033

a. O processo de iteração parou porque o valor do teste de convergência foi alcançado.

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Figura 36. Inércia por dimensão



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A dimensão 1 explica 26% da variância total e as dimensões 2 e 3 explicam cada uma 12%. A dimensão 1 é determinante, com uma consistência relativamente elevada ($\alpha=0,725$). Ela é sobretudo constituída pela informação das variáveis relativas à qualidade de vida no bairro e de satisfação com o bairro, a atuação da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Lisboa. Estas duas últimas variáveis voltam a ter um peso importante na constituição da dimensão 3, juntamente com a avaliação sobre a qualidade de vida na cidade.

A dimensão 2 é sobretudo construída a partir de uma avaliação sobre a vida pessoal, medida através do índice de satisfação com a casa que habita e do índice de insatisfação com a vida pessoal.

A satisfação com a cidade em geral aparece mais presente na dimensão 4, o que pela discriminação dos fatores parece apontar para um foco primeiro no nível mais micro e nas vivências em contexto mais restrito, como é o caso do bairro, para depois então se remeter para uma visão mais global.

Na dimensão 5, o vetor de informação é construído em torno do índice de avaliação feita aos transportes públicos da cidade.

Tabela 62. Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão

Medidas de discriminação	Dimensão						Média
	1	2	3	4	5	...	
Índice de satisfação com o bairro	,467	,001	,050	,133	,010	...	,067
Avaliação da qualidade de vida no bairro	,406	,000	,074	,281	,000	...	,067
Satisfação com a Junta de Freguesia (JF)	,456	,047	,367	,015	,004	...	,068
Satisfação com a CML	,444	,087	,301	,001	,009	...	,070
Avaliação da qualidade de vida na cidade	,226	,094	,297	,220	,001	...	,069
Índice de satisfação com a vida pessoal	,217	,511	,000	,005	,008	...	,068
Índice de satisfação com a casa	,229	,386	,009	,008	,049	...	,067
Índice de satisfação com a cidade	,271	,015	,124	,311	,211	...	,067
Índice de satisfação com os transportes	,098	,127	,018	,118	,658	...	,089
Total ativo	2,814	1,269	1,239	1,092	,949	...	,632

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Posto isto, limitou-se a análise às duas primeiras dimensões para melhor entender que variáveis estão mais presentes nos dois principais eixos estruturantes do espaço das representações gráficas, apresentadas posteriormente.

Através da Tabela 63, relativa às medidas de discriminação de cada variável em cada uma das duas dimensões, e da Figura 37 é possível analisar as associações entre os indicadores e a sua importância para a definição dessas primeiras dimensões.

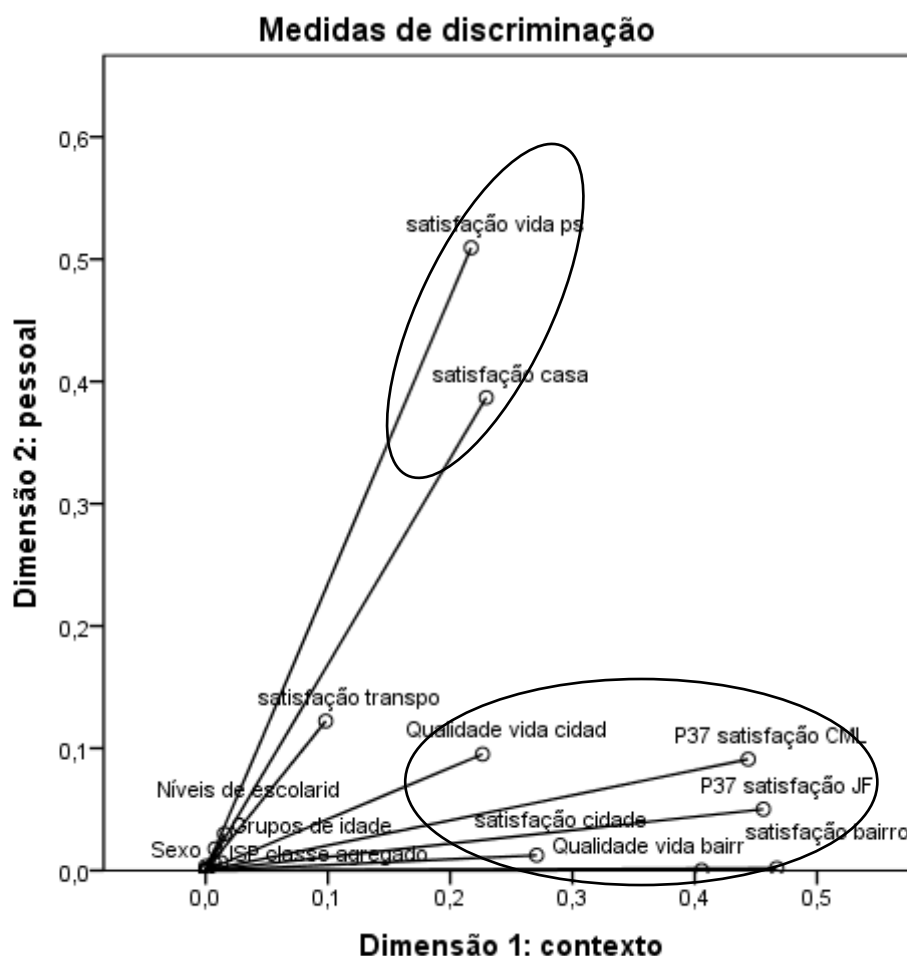
Confirma-se os indicadores de satisfação com o bairro e a qualidade de vida aí e os de satisfação com os organismos autárquicos na dimensão 1, contribuindo no seu conjunto em mais de 60% para a construção da dimensão 1. Na dimensão 2 são as variáveis sobre a qualidade de vida pessoal e de satisfação com a sua residência a contribuir em mais de 70% do total de informação.

Tabela 63. Medidas de discriminação por variável nas dimensões 1 e 2

Medidas de discriminação	Dimensão		Média
	1	2	
Satisfação com o bairro	,467	,002	,234
Satisfação com a Junta de Freguesia (JF)	,456	,050	,253
Satisfação com a CML	,444	,091	,267
Qualidade de vida no bairro	,406	,000	,203
Qualidade de vida pessoal	,217	,509	,363
Satisfação com a casa	,229	,387	,308
Satisfação com a cidade	,271	,012	,142
Qualidade de vida na cidade	,226	,095	,161
Satisfação com os transportes	,098	,122	,110
Sexo ^a	,002	,001	,002
Grupos de idade ^a	,013	,007	,010
Níveis de escolaridade ^a	,015	,030	,023
ISP classe agregado ^a	,008	,018	,013
Agregados domésticos ^a	,007	,006	,007
Grau de interesse por assuntos políticos ^a	,000	,003	,002
Total ativo	2,814	1,269	2,042
a. Variável suplementar			

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Figura 37. Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação)



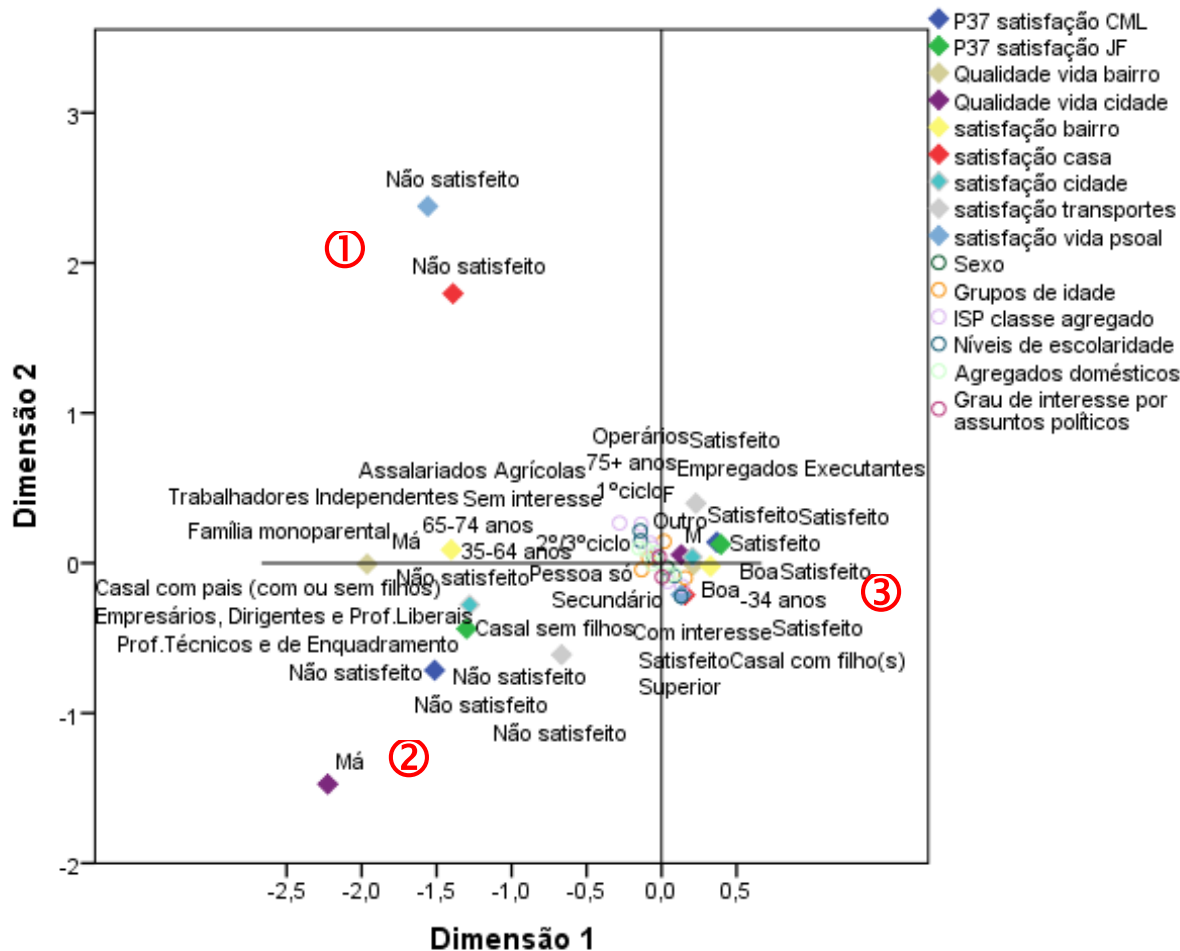
Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A primeira dimensão é estruturada fundamentalmente em torno das questões da qualidade e satisfação com o contexto onde vive: o bairro. A segunda dimensão foca-se nos indicadores de natureza individual: com a vida pessoal e com a casa que habita. Os resultados da ACM evidenciam, portanto, a existência de duas dimensões consistentes.

Na figura seguinte surgem representadas graficamente as categorias das variáveis ativas e suplementares num plano fatorial que conjuga as duas dimensões. Nela podemos encontrar, três núcleos de categorias, representados com 1), 2) e 3). De uma forma sucinta, encontramos no núcleo 1 uma insatisfação com a vida pessoal e com a habitação, ligeiramente em associação com uma caracterização socioeconómica que aponta para grupos socioprofissionais de pertença socialmente mais baixos (por exemplo, operários, e escolaridades também mais baixas (1º e 2º/3º ciclo). No núcleo 2 há uma associação entre uma avaliação negativa da qualidade de vida na cidade e uma insatisfação com a atuação dos organismos autárquicos. Predominam junto desta posição agregados familiares compostos por casais, com ou sem filhos. No núcleo 3, uma

posição que concilia a satisfação entre avaliações sobre a qualidade de vida pessoal e as de contexto.

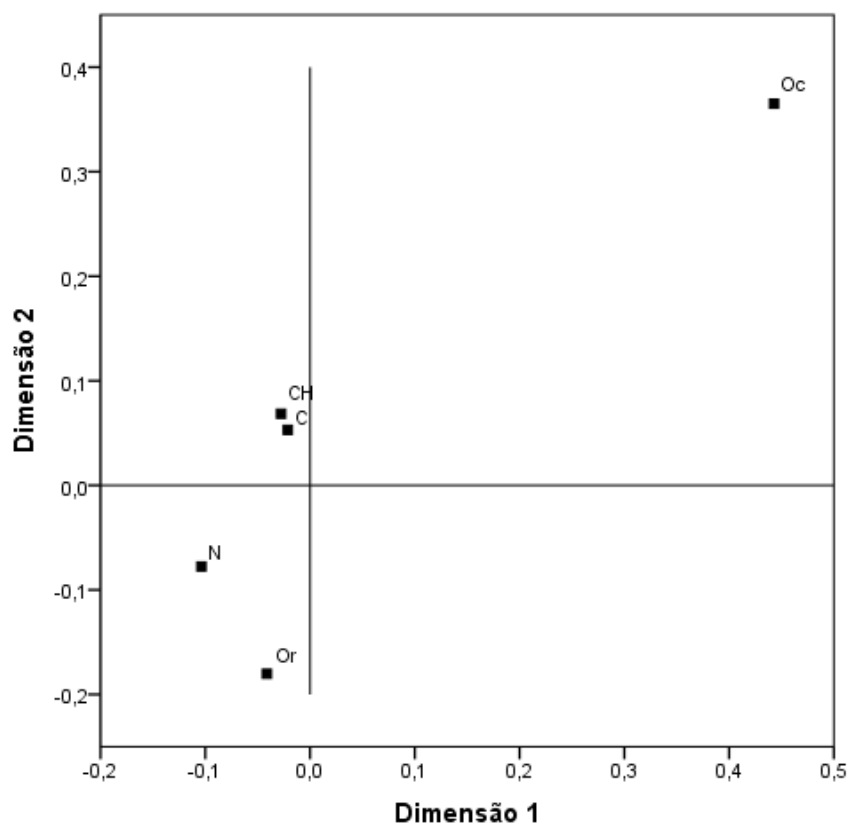
Figura 38. Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Projetamos de seguida as categorias da variável UIT (Oc-Occidental; CH-Centro Histórico; C-Centro; N-Norte; Or-Oriental) para o mesmo plano fatorial. Chamamos a atenção do facto de a informação por UIT ser pouco discriminadora; nesse sentido, a escala da representação gráfica é diferente da do plano fatorial anterior para se poder aferir as diferenças entre as UIT. O que podemos verificar é uma ligeira associação entre o núcleo 1, de pouca satisfação com a vida pessoal e com as condições de habitação, e as UIT Centro Histórico e Centro; mais próximo de uma lógica de insatisfação com a qualidade de vida na cidade e com os organismos autárquicos parecem estar as UIT Norte e Oriental; e próximo de uma lógica geral de satisfação encontra-se a UIT Ocidental.

Figura 39. Representação das UIT no plano fatorial (dimensões 1 e 2)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A análise multivariada de correspondências múltiplas (ACM), que visa a busca de relações consistentes entre variáveis e que permite organizar de forma estruturada as tendências de resposta dos inquiridos, usando variáveis de natureza qualitativa, permite sintetizar nesta fase da análise os posicionamentos dos inquiridos face aos indicadores de qualidade de vida no bairro e na cidade.

No bloco de análise que a seguir se descreve, utilizámos numa primeira fase todos os 21 indicadores potencialmente proporcionadores de qualidade de vida no bairro e na cidade, separadamente. Numa segunda etapa, optámos por deixar de lado três dos indicadores que se revelaram muito específicos e não transversais a toda a população, sendo utilizados/avaliados apenas por parte da população: são eles a oferta e qualidade de locais para a prática desportiva, a oferta e qualidade de equipamentos para idosos, e a oferta e qualidade de escolas/infantários/ATL para as crianças. Limitada a 18 indicadores, organizámos a análise para um contexto mais específico como é o bairro, e outro mais alargado como é a cidade. Foi este último – o contexto cidade – aquele que acabou por evidenciar resultados mais entendíveis e, portanto, aquele que seguidamente apresentamos.

Antes de procedermos à análise e leitura dos dados, chamamos a atenção para o facto de a interpretação dos mesmos ser feita com base no que resulta empiricamente da conjugação das

respostas dos inquiridos nos diferentes indicadores, e que pode não ser obrigatoriamente coincidente com o que seria uma abordagem de índole meramente teórica sobre os indicadores. Mais adiante iremos pronunciar-nos sobre esta questão.

Submeteram-se à ACM as seguintes variáveis:

- Como variáveis ativas na análise, definidoras das dimensões estruturantes da informação, os indicadores de qualidade de vida na cidade relativos a: transportes públicos, estacionamento, trânsito, conservação dos edifícios, recolha de lixo, manutenção das estradas, manutenção e limpeza dos passeios, segurança nas ruas, qualidade ambiental (ruído, qualidade do ar), obras no espaço público, preço e disponibilidade de habitação, oportunidades de emprego, oferta e qualidade dos serviços de saúde, oferta e qualidade de comércio e serviços, oferta e qualidade de cafés/restaurantes/ esplanadas, oferta e qualidade de espaços verdes, oferta e qualidade de espaços públicos (existência de praças, largos), e oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer;
- Como variáveis suplementares, caracterizadoras dos posicionamentos, incluímos o género, a idade (agregada em 4 grupos: menos de 35 anos, 35-64 anos, 65-74 anos, e 75 ou mais anos), escolaridade (1º ciclo, 2º/3º ciclo, ensino secundário e ensino superior), o indicador socioprofissional de classe do agregado (conforme os critérios de classificação explicados no capítulo da caracterização da amostra), o tipo de agregado doméstico e o grau de interesse por assuntos políticos;
- Como variável de identificação foi usada a UIT.

No caso dos indicadores de qualidade, optou-se por centrar a análise nas respostas válidas e por dicotomizar as avaliações, reduzindo-as às categorias de «satisfação» e «não satisfação».

Apesar de apenas a primeira dimensão apresentar valores de fiabilidade elevados ($\alpha=0,827$), a organização temática dos indicadores, em resultado das respostas dos inquiridos, parece-nos interessante e, nesse sentido, resumimos os resultados até à quarta dimensão. A primeira dimensão a ocupar o espaço das representações dos respondentes é a que se refere às questões de manutenção e limpeza da cidade, com os indicadores de avaliação sobre a limpeza dos passeios, as estradas, a qualidade ambiental, a segurança, o lixo e os edifícios. A segunda dimensão é ocupada pela conjugação de respostas sobre as atividades a realizar na cidade, nomeadamente os espaços públicos, as atividades culturais, os espaços verdes e os espaços de restauração e convívio social (cafés/restaurantes). O terceiro espaço de organização das respostas relaciona entre si a avaliação das questões de estacionamento e de trânsito na cidade. Uma quarta dimensão é dominada pelo indicador de avaliação de emprego na cidade, isoladamente e sem conjugação com outros indicadores.

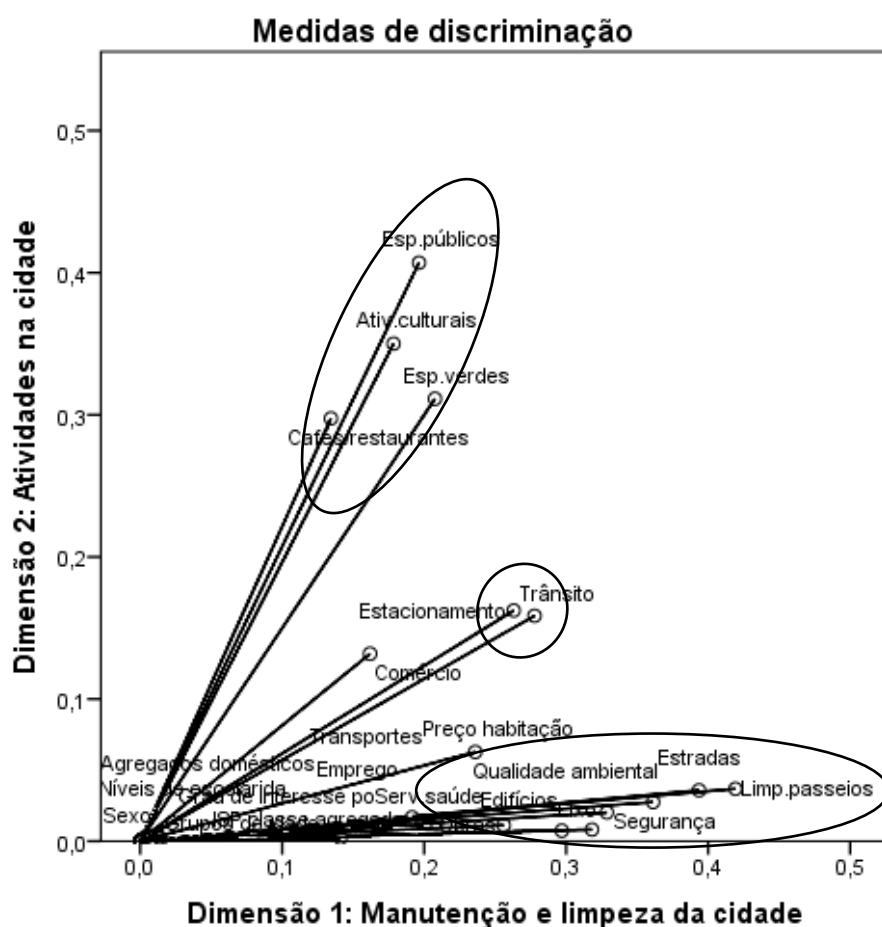
Tabela 64. Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão

Medidas de discriminação	Dimensão					Média
	1	2	3	4	...	
Transportes	,191	,017	,101	,044	...	,037
Estacionamento	,263	,165	,402	,002	...	,035
Trânsito	,278	,161	,427	,002	...	,035
Edifícios	,297	,007	,046	,109	...	,034
Lixo	,318	,008	,056	,099	...	,033
Estradas	,394	,035	,078	,016	...	,033
Limpeza de passeios	,419	,036	,129	,029	...	,032
Segurança	,329	,020	,102	,009	...	,032
Qualidade ambiental	,361	,027	,038	,007	...	,033
Obras	,256	,011	,005	,029	...	,033
Preço habitação	,236	,063	,000	,070	...	,035
Emprego	,141	,002	,005	,435	...	,036
Serviços de saúde	,209	,013	,009	,316	...	,036
Comércio	,162	,132	,008	,056	...	,033
Cafés/restaurantes	,134	,297	,014	,003	...	,032
Espaços verdes	,208	,311	,016	,021	...	,032
Espaços públicos	,196	,406	,021	,008	...	,032
Atividades culturais	,178	,349	,013	,003	...	,033
Sexo ^a	,000	,000	,001	,000	...	,004
Grupos de idade ^a	,005	,003	,007	,002	...	,015
Níveis de escolaridade ^a	,011	,004	,008	,023	...	,013
Grau de interesse por assuntos políticos ^a	,014	,003	,000	,000	...	,003
Agregados domésticos ^a	,003	,003	,007	,002	...	,008
ISP classe agregado ^a	,014	,002	,003	,015	...	,008
Total ativo	4,571	2,061	1,471	1,259	...	,607
a. Variáveis suplementares.						

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governança Urbana 2017

Limitada a análise às duas primeiras dimensões, ou seja, os dois principais eixos estruturantes da informação, encontramos as três nuvens de variáveis acima indicadas: os indicadores de qualidade em termos de manutenção e limpeza da cidade (limpeza dos passeios, estradas, qualidade ambiental, segurança, lixo e edifícios), dominando a dimensão 1; os indicadores de qualidade relativos a atividades a realizar na cidade (espaços públicos, atividades culturais, espaços verdes e cafés/restaurantes), na dimensão 2; e uma terceira nuvem com duas variáveis (trânsito e estacionamento), em situação de alguma independência de apreciação relativamente às duas anteriores.

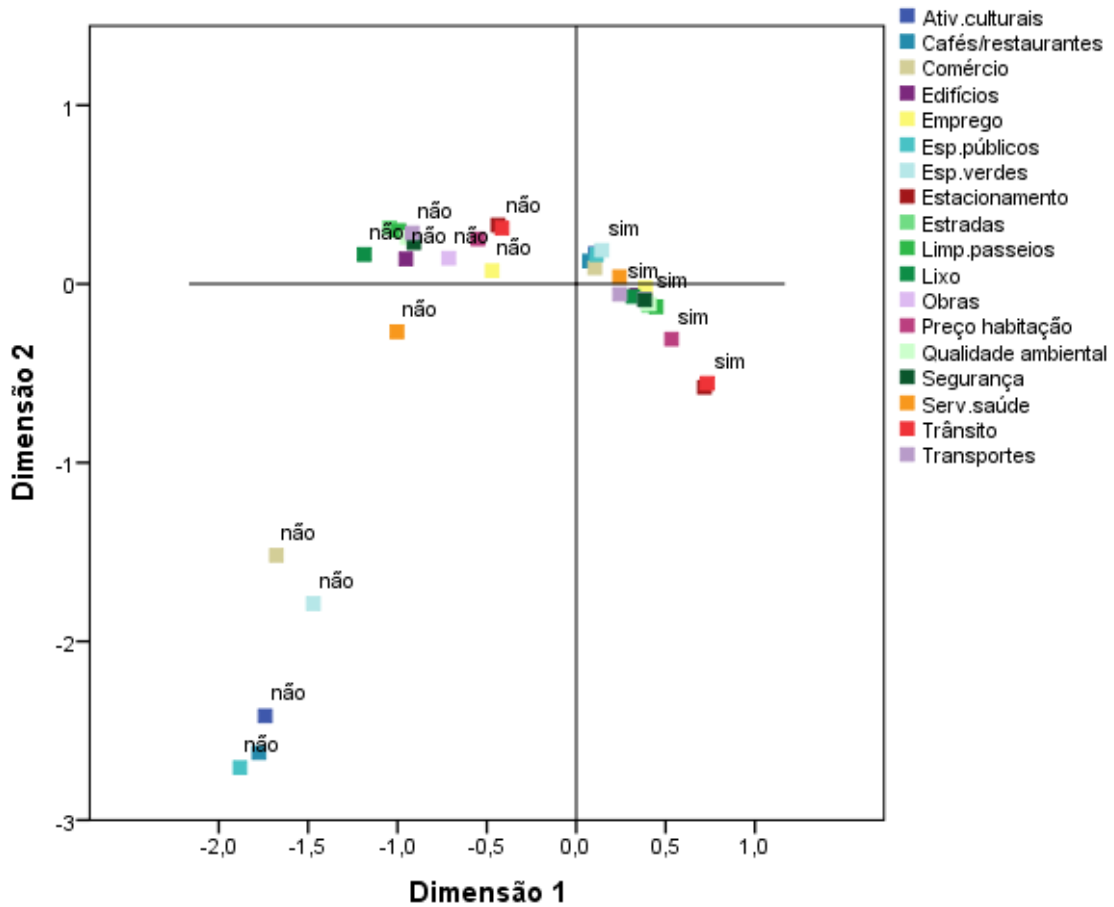
Figura 40. Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na Figura 41 surgem representadas graficamente as categorias de resposta de satisfação («sim») e não satisfação («não») dos diferentes indicadores. É possível perceber de forma destacada uma agregação de insatisfações de questões relativas a atividades lúdicas, culturais e de convívio social no quadrante inferior esquerdo. No quadrante superior esquerdo juntam-se as opiniões críticas a outros aspetos da vida da cidade, como sejam as questões relacionadas com a manutenção e limpeza dos espaços, estradas e passeios. No lado direito do plano fatorial, de forma quase indiferenciada (ao ocuparem uma posição muito próxima do centro do cruzamento das dimensões), encontramos as avaliações positivas em torno das atividades, espaços e serviços. Deste lado mais positivo das avaliações (que ocupam, na representação gráfica, o lado direito do plano fatorial) destaca-se, no quadrante inferior direito, as satisfações com estacionamento e trânsito na cidade.

Figura 41. Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Omitidas desta representação gráfica por quase não surgirem como elementos diferenciadores, as características sociais dos indivíduos não se associam de forma evidente e concertada a umas ou outras apreciações sobre a cidade, o que parece remeter a apreciação sobre a qualidade de vida na cidade para uma vivência e experiência subjetiva sobre os diferentes itens, e não tanto para uma caracterização e diferenciação objetiva, em termos sociais, dessas avaliações. Quer isto dizer que as avaliações sobre as diferentes dimensões que a qualidade de vida pode na cidade são mais construídas a partir das experiências do dia-a-dia dos indivíduos e menos da sua natureza demográfica, socioeconómica ou familiar.

A análise multivariada encontra nestes resultados uma concordância com o que seriam as expectativas teóricas de organização temática dos indicadores de qualidade de vida: empiricamente comprova-se a agregação temática de indicadores relativos à manutenção, limpeza e organização do espaço, depois os referentes a atividades de usufruto desse espaço em termos de convívio lúdico, cultural, social, verificando-se ainda uma associação entre as apreciações face ao estacionamento e ao trânsito na cidade, as três dimensões que ocupam de forma mais estruturada o universo de representações dos inquiridos sobre a cidade.

A estruturação das avaliações que é possível ser feita sobre as apreciações sobre a cidade é conseguida porque a cidade é tida, nas representações sociais dos indivíduos, como um objeto único, total. A dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de se conseguir essa estruturação numa análise de indicadores sobre o bairro deve-se ao facto de ser este um espaço plural e heterogéneo dentro da cidade, havendo na cidade diferentes bairros. O facto de haver diversas realidades, por essa pluralidade de bairros muito diferentes entre si, não permite extrair uma estrutura de respostas única, aplicável a todos de forma igual, e, portanto, uma organização dos indicadores em dimensões de acordo com as tendências de resposta dos inquiridos. As diversas realidades micro, ao nível do(s) bairro(s), resultam em sentidos de avaliação da qualidade de vida sobre os quais não é imediata a construção de um modelo de avaliação aplicável de forma estandardizada a todos os bairros. Já o inverso acontece sobre a cidade, sobre a qual é possível encontrar um modelo de avaliação que tendencialmente organiza as respostas, primeiro, pelas questões da manutenção e limpeza da cidade, e, depois, pelas atividades de lazer que proporciona, seguindo-se a questão rodoviária e as oportunidades de emprego.

3.5. Reforma Administrativa e Governo da Cidade de Lisboa

A seguir apresentam-se os resultados relativamente ao conhecimento dos entrevistados sobre a Reforma Administrativa de Lisboa. Dá-se ainda conta de um conjunto de questões que procuram analisar a natureza dos contactos dos inquiridos com as juntas de freguesia e com o município, assim como as dificuldades que possam ter surgido. Por fim, analisam-se as opiniões dos inquiridos acerca das mudanças ocorridas no governo da cidade após a implementação da referida reforma.

3.5.1. Conhecimento da Reforma Administrativa

A maior parte dos inquiridos declara ter conhecimento da implementação da Reforma Administrativa no município (57,7%) e a forma mais frequente com que dela tomaram conhecimento foi através dos meios de comunicação social ou redes sociais (65,5% dos que tiveram conhecimento da Reforma). A informação chegou a cerca de 28% dos inquiridos que tiveram conhecimento da Reforma Administrativa através da Câmara Municipal ou das juntas de freguesia: a 20,6% por meio de panfletos e a 7,3% de carta.

Há, no entanto, mais de 40% de inquiridos que declara não ter qualquer conhecimento sobre a Reforma Administrativa.

Tabela 65. Conhecimento da Reforma Administrativa

Conhecimento da Reforma	N	%
Sim	1443	57,7
Não	1059	42,3
Total	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Tabela 66. Forma de conhecimento da Reforma Administrativa²⁹

Forma de conhecimento da Reforma Administrativa	N	%
Através de uma carta da Câmara Municipal de Lisboa ou da sua Junta de Freguesia	114	7,30%
Através dos noticiários, jornais, internet,...	1016	65,50%
Panfletos da Câmara Municipal de Lisboa ou da sua Junta de Freguesia	320	20,60%
Outros	102	6,60%
Total	1552	100,00%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

²⁹ Esta é uma tabela de resposta múltipla. Dá conta das respostas a uma pergunta de resposta múltipla: “Como teve conhecimento da Reforma?”

Conhecimento da Reforma Administrativa: uma análise detalhada

A Tabela 67 apresenta os valores mais significativos para cada variável socioeconómica, no cruzamento com o conhecimento da Reforma Administrativa.

Em relação às diferenças por grupo de idade, a grupo dos mais jovens entre os 15 e os 24 anos surge como o único em que a maior parte dos inquiridos (64,3%) não tem conhecimento da Reforma Administrativa, mas o grupo de idade seguinte (25-34) e os mais velhos (75+) encontram-se também sobrerrepresentados na opção de resposta “não”. A percentagem mais elevada de inquiridos que conhecem a Reforma encontra-se nas faixas dos 65-74 anos (65,7%), 45-54 anos (64%) e 55-64 anos (62,3%).

Em todas as classes profissionais são maioritários os inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa, com destaque para a classe dos profissionais técnicos e de enquadramento (66,7%) e dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (63,3%).

As percentagens mais elevadas de inquiridos que afirmam ter conhecimento da Reforma Administrativa registam-se naqueles que concluíram estudos superiores (67,8%). Os inquiridos que completaram somente o 1.º ciclo aparecem como o único grupo cuja maioria não tem conhecimento da Reforma Administrativa (52,5%), seguidos dos inquiridos que completaram o ensino secundário (43%).

As percentagens de inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa são mais elevadas entre os que simultaneamente exercem uma ocupação profissional e estudam (77,3%), os reformados (61,6%) e os que exercem uma ocupação profissional (60,8%). Os estudantes surgem como o grupo que manifesta um maior desconhecimento da Reforma (64%), seguido do grupo dos que procuram o primeiro emprego (62,5%) e dos que se ocupam com tarefas do lar (53,5%). Note-se que a faixa etária dos 15-24 anos é aquela em que se regista uma maior percentagem de inquiridos que não têm conhecimento da Reforma Administrativa, o que pode justificar, neste caso, que os estudantes e os que procuram o primeiro emprego sejam também os grupos em que existe menos conhecimento do referido processo.

Cruzando as respostas à questão “teve conhecimento desta Reforma?” e à questão “Qual é o seu grau de interesse por assuntos políticos?”, é possível concluir que, quanto mais interesse o inquirido afirma ter em assuntos políticos, mais provável é que tenha conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa. A percentagem de inquiridos que não têm conhecimento da Reforma é superior no grupo de inquiridos que não têm “nenhum interesse” em assuntos políticos (56,3%), face aos 43,7% que afirmam que conhecem a Reforma. No extremo contrário, 84,4% dos inquiridos que têm “muito interesse em assuntos políticos” têm conhecimento do processo de reforma administrativa.

Tabela 67. Conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse por assuntos políticos

Conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse por assuntos políticos		
Valor de referência (análise univariada)	Sim (57,7%)	Não (42,3%)
Idade	65-74 (65,7%) 45-54 (64%) 55-64 (62,3%) 35-44 (61,2%)	15-24 (64,3%) 25-34 (45,5%) 75+ (43,8%)
Escolaridade	Superior (67,8%)	1º ciclo (52,5%) Secundário (43%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Prof. Técnicos e de enquadramento (66,7%) Empresários, Dirigentes e Prof. Liberais (63,3%)	Operários (46,6%) Trabalhadores independentes (46,2%) Empregados executantes (44,5%)
Situação perante o trabalho	Exerce uma ocupação profissional e estuda (77,3%) Exerce uma ocupação profissional (60,8%) É reformado/a (61,6%)	É estudante (64%) Ocupa-se das tarefas do lar (53,5%)
Interesse em assuntos políticos	Muito interesse (84,4%) Algum interesse (72,3%) Pouco interesse (65,5%)	Nenhum interesse (56,3%)

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na Tabela 68 verificamos que a maioria dos inquiridos tomou conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa através de noticiários, jornais ou *internet*, destacando-se nesse sentido os mais jovens (inquiridos entre os 15 e os 24 anos e entre os 25 e os 44 anos), os mais escolarizados e os que afirmaram ter muito interesse por assuntos políticos.

As cartas da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal foram o meio através do qual menos inquiridos tomaram conhecimento da Reforma Administrativa. Encontramos sobrerrepresentados os grupos com idades entre os 35 e os 55 anos e em menor grau os que têm entre 65 e 74. Também estão sobrerrepresentados os indivíduos com escolaridade média e os que revelaram ter muito interesse por assuntos políticos.

Os panfletos, pelo contrário, mostraram-se mais eficazes a comunicar a existência da Reforma aos inquiridos com “pouco interesse” (26,1%) ou “nenhum interesse” (21,3%) por assuntos políticos. Nesta forma de conhecimento estão ainda sobrerrepresentados o grupo dos 65-74 anos, os grupos com escolaridade média e baixa, os Empresários, dirigentes e profissionais liberais e os Trabalhadores independentes.

Tabela 68. Forma de conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse por assuntos políticos

Forma de conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa por variáveis socioeconómicas e interesse em assuntos políticos			
Valor de referência (análise univariada)	Através de uma carta da Câmara Municipal de Lisboa ou da sua Junta de Freguesia (6,9%)	Através dos noticiários, jornais, internet... (63,8%)	Panfletos da Câmara Municipal de Lisboa ou da sua Junta de Freguesia (20%)
Idade	35-44 (9,8%) 45-54 (9,6%) 65-74 (7,9%)	15-24 (71,8%) 25-34 (68,9%) 55-64 (64,6%)	65-74 (25,9%) 55-64 (21,2%) 45-54 (21,1%)
Escolaridade	2.º/3.º ciclo (8,3%) Secundário (7,6%)	Superior (71,8%) Secundário (63,9%)	2.º/3.º ciclo (23,5%) 1.º ciclo (23,2%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Profissionais técnicos e de enquadramento (8,6%) Empresários, dirigentes e profissionais liberais (7,6%)	Profissionais técnicos e de enquadramento (67,6%) Empresários, dirigentes e profissionais liberais (65,2%)	Trabalhadores independentes (27,3%) Empresários, dirigentes e profissionais liberais (22,1%)
Interesse por assuntos políticos	Muito interesse (12%) Algum interesse (8,2%)	Muito interesse (71,7%) Algum interesse (67,2%)	Pouco interesse (26,1%) Nenhum interesse (21,3%)

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Conhecimento da Reforma Administrativa por Unidades de Intervenção Territorial³⁰

Nas UIT Centro, Oriental e Centro Histórico, a maior parte dos inquiridos teve conhecimento da Reforma Administrativa, com 73,3%, 63,2% e 60,4% de respostas positivas. Nas UIT Ocidental e Norte predominam os inquiridos que não tiveram conhecimento da Reforma, com 69,8% e 53,2%, respetivamente.

Nas cinco UIT a forma mais frequente de tomar conhecimento da Reforma Administrativa foi através de noticiários, jornais ou internet, com uma prevalência mais elevada para as UIT Oriental (85,5%) e Centro (74,5%). A divulgação através de panfletos da CML ou da Junta de Freguesia foi também referida com frequência, principalmente, pelos inquiridos das UIT Norte (27,1%), Ocidental (26,9%) e Centro Histórico (26,1%).

³⁰ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

3.5.2. Novas competências próprias das juntas de freguesia

As áreas de intervenção listadas na Tabela 69 correspondem a competências transferidas da Câmara Municipal de Lisboa para as juntas de freguesia com a implementação da Reforma Administrativa.

Os itens a que correspondem os valores mais elevados da resposta “melhorou”, acima dos 20%, são a criação e manutenção de espaços verdes, identificada como tendo melhorado por 30% dos inquiridos, a reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (25%), a manutenção e dinamização dos mercados municipais (24,2%) e a Criação e manutenção de parques infantis públicos (20,4%).

A categoria de resposta “manteve-se igual” é predominante na maioria dos itens listados, entre os quais: criação e manutenção de espaços verdes (56,8%), instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (56,5%), criação e manutenção de parques infantis públicos (56%), promoção de eventos desportivos, culturais e educativos (51%) e manutenção e dinamização dos mercados municipais (50%).

O item reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação tem o resultado mais negativo: 23,1% consideram que piorou. Segue-se a intervenção em centros de apoio à terceira idade (11%) e a manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos (10,7%).

As opções de resposta “não conhece/não frequenta” e “não responde” foram muito escolhidas em várias das competências listadas, destacando-se, acima dos 40%, a Manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos, a Manutenção e dinamização das bibliotecas municipais e a Intervenção em centros de apoio à terceira idade.

Tabela 69. Opinião sobre o desempenho das juntas de freguesia na realização das competências transferidas com a Reforma Administrativa

Competências transferidas da CML para as juntas de freguesia	Piorou	Manteve-se igual	Melhorou	Não conhece/ Não frequenta/ Não responde	Total
	%	%	%	%	%
Criação e manutenção de espaços verdes	8,2%	56,8%	30,0%	5,0%	100,0%
Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação	23,1%	45,3%	25,0%	6,6%	100,0%
Manutenção e dinamização dos mercados municipais	5,6%	50,0%	24,2%	20,3%	100,0%
Criação e manutenção de parques infantis públicos	8,8%	56,0%	20,4%	14,7%	100,0%
Promoção de eventos desportivos, culturais e educativos	5,6%	51,0%	19,4%	24,0%	100,0%
Instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (bancos, painéis publicidade, paragens de autocarro...)	8,9%	56,5%	18,9%	15,6%	100,0%
Intervenção em escolas básicas	4,7%	40,3%	16,9%	38,1%	100,0%
Manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais	4,9%	44,5%	14,9%	35,7%	100,0%
Promoção de ações de apoio social	7,8%	44,0%	14,7%	33,5%	100,0%
Apoio a pequenas reparações em habitações (em casos de vulnerabilidade social)	9,0%	40,7%	12,4%	37,8%	100,0%
Intervenção em centros de apoio à terceira idade	11,0%	37,0%	11,1%	40,8%	100,0%
Manutenção e dinamização das bibliotecas municipais	2,9%	40,6%	9,9%	46,6%	100,0%
Manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos	10,7%	33,5%	6,7%	49,1%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Passamos agora a comentar os resultados em algumas das variáveis que nos parecem mais relevantes, quer por si, quer no cruzamento com outras. Se atentarmos no item Criação e manutenção de espaços verdes, percebemos que poucos revelam desconhecimento (5%) e que apenas uma minoria (8,2 %) consideram que piorou. A grande maioria considera que se manteve (56,8%) ou melhorou (30%). Tendo em conta que esta é uma área de atuação com a qual grande parte dos inquiridos se mostram à partida satisfeitos, ao nível do bairro, este é um resultado bastante positivo. Para uma melhor perceção, cruzou-se esta variável com a variável sobre a

satisfação com a Oferta e qualidade de espaços verdes no bairro. A leitura em coluna a mostra que os muito satisfeitos maioritariamente consideram que houve uma melhoria e os satisfeitos tendem a afirmar que a qualidade se manteve, sendo que para ambos, os valores do piorou são baixos, abaixo dos 7%. Os pouco satisfeitos consideram maioritariamente que a qualidade de manteve, apresentando valores muito semelhantes para o piorou e o melhorou. Os nada satisfeitos, consideram também, na sua maioria, que a qualidade se tem mantido, mas os que consideram que piorou são quase o dobro dos que consideram que melhorou. A criação e melhoria dos espaços verdes foi indicada numa pergunta aberta, como uma das mudanças mais positivas na freguesia nos últimos três anos: 11,8% das repostas, ou seja, 204 em 1724 (ver tabela 57). Mas surge também na questão sobre as mudanças mais negativas, com uma expressão menor: 4,3% das repostas, 65 em 1491 (ver tabela 59).

Apesar de ser uma área com a qual os inquiridos estão satisfeitos e que consideram ter melhorado nos últimos anos, existe ainda a perceção de que melhorias adicionais trariam benefícios para a qualidade de vida em Lisboa. Na pergunta aberta “O que acha mais urgente fazer para melhorar a qualidade de vida na cidade de Lisboa e nos seus bairros”, 7,3% das repostas (336) indicavam propostas que categorizámos como criação e melhoria de espaços verdes (ver tabela 56).

Tabela 70. Cruzamento Criação e manutenção de espaços verdes e Oferta e qualidade de espaços verdes [Bairro]

		Oferta e qualidade de espaços verdes [Bairro]				Total
		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Criação e manutenção de espaços verdes		21	76	90	17	204
	Piorou	24,7%	16,5%	6,2%	4,8%	8,7%
		57	312	877	156	1402
	Manteve-se igual	67,1%	67,5%	60,80%	43,7%	59,7%
		7	74	476	184	741
	Melhorou	8,2%	16,0%	33,0%	51,5%	31,6%
Total		85	462	1443	357	2347
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Tal como a anterior, a competência Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação tem uma percentagem residual de não repostas/desconhecimento (6,5). Por outro lado, é a área de competências que mais inquiridos indicam ter piorado (23%). De todos os inquiridos, 25% consideram que melhorou e 45% que se manteve igual. Esta competência pode incluir-se na Higiene urbana mas também na Manutenção de espaços públicos, áreas que surgem quer como as mudanças mais positivas na freguesia (13,1% e 27,4% das repostas, respetivamente, ver

Tabela 57), quer como as mais negativas (23% e 13,4% das respostas, respetivamente, ver Tabela 59). Estas são também as duas áreas (criadas a posteriori com base nas respostas) que surgem mais nas propostas para melhorar a qualidade de vida na cidade, 16,3%, ou seja 627 respostas em 4611 foram categorizadas sob o título Higiene urbana e 10,6%, 491 em 4611 sob o título Manutenção dos espaços públicos. Ou seja, áreas em que a satisfação é já elevada, mas cujo aperfeiçoamento traria ainda melhor qualidade de vida.

Este item é passível de ser cruzado com duas das variáveis de satisfação com o bairro, a satisfação com a manutenção e limpeza das estradas e com a manutenção e limpeza dos passeios, todavia no primeiro caso, a associação entre variáveis é nula. Cruzando com a satisfação com a manutenção em limpeza de passeios, vemos que os que estão Satisfeitos e Muito satisfeitos tendem mais a considerar que a qualidade da atuação da junta nessa área se manteve ou piorou e os Pouco satisfeitos e Nada satisfeitos que se manteve ou melhorou.

Tabela 71. Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação * Manutenção e limpeza dos passeios [Bairro]

Manutenção e limpeza dos passeios [Bairro]						Total
		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação	Piorou	94	351	115	16	576
		53,4%	44,2%	9,4%	12,3%	24,7%
	Manteve-se igual	63	334	675	58	1130
		35,8%	42,0%	54,9%	44,6%	48,5%
	Melhorou	19	110	439	56	624
		10,8%	13,8%	35,7%	43,1%	26,8%
Total		176	795	1229	130	2330
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Várias das competências avaliadas têm que ver com a gestão de equipamentos de proximidade: Manutenção e dinamização dos mercados municipais, Criação e manutenção de parques infantis públicos, Intervenção em escolas básicas, Manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais, Intervenção em centros de apoio à terceira idade, Manutenção e dinamização das bibliotecas municipais, Manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos. Quase todos apresentam taxas de não resposta elevadas (acima dos 35%), exceto os mercados e os parques infantis públicos e apenas os equipamentos para idosos e os balneários, lavadouros e sanitários públicos têm valores acima dos 10% para o piorou.

O item Equipamentos de proximidade surge, apesar de apenas residualmente (6,1%, 279 respostas em 4611, ver tabela 56), nas áreas que os inquiridos indicaram como aquelas cujo aperfeiçoamento é urgente para melhorar a qualidade de vida na cidade. Surge também em 4ª posição nas mudanças mais positivas na freguesia (9,3% das respostas, 160 em 1724, ver tabela 57) e muito residualmente, nas mudanças negativas (2,7%, 41 respostas em 1491, ver tabela 59).

Se atentarmos na competência Intervenção em Escolas Básicas cruzadas com a Satisfação com a Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças no Bairro, percebemos que a opção manteve-se é a mais escolhida por todos exceto os que estão Muito satisfeitos. Se olharmos apenas as colunas Satisfeito e Muito Satisfeito, a diferença entre os que acham que o desempenho da junta melhorou e os que acham que o desempenho da junta piorou é relevante, sendo que é mais elevada a percentagem dos que consideram que melhorou. Já na coluna Pouco satisfeitos e nada satisfeitos essa diferença é quase irrelevante.

Tabela 72. Cruzamento Intervenção em Escolas Básicas com Satisfação com a Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças [Bairro]

Satisfação com a Oferta e qualidade de Escolas/ infantários/ ATL para as crianças [Bairro]						
		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Intervenção em Escolas Básicas	Piorou	13	39	38	17	107
		25,0%	19,1%	4,7%	7,9%	8,3%
	Manteve-se igual	28	131	592	70	821
		53,8%	64,2%	72,5%	32,6%	63,8%
	Melhorou	11	34	186	128	359
		21,2%	16,7%	22,8%	59,5%	27,9%
Total		52	204	816	215	1287
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Se atentarmos na competência Intervenção em centros de apoio à terceira idade, notamos um desconhecimento elevado (40%), uma percentagem significativa de inquiridos que consideram que a qualidade se manteve (37%) e uma percentagem mais baixa e muito semelhante de indivíduos que consideram que melhorou e piorou (11% para ambos os casos). Ao cruzarmos esta variável com a satisfação com a Oferta e qualidade de equipamentos para idosos no bairro, retirando o peso das não respostas, percebemos todos consideram maioritariamente que a qualidade se manteve: 70% dos que estão satisfeitos e cerca de 50% dos nada, pouco e muito satisfeitos. Os restantes nada e pouco satisfeitos inclinam-se mais para o piorou (mais de 30%

nos dois casos), enquanto os satisfeitos e muito satisfeitos se inclinam mais para o melhorou (19,4% e 33% respetivamente).

Tabela 73. Cruzamento Intervenção em centros de apoio à terceira idade e Oferta e qualidade de equipamentos para idosos [Bairro]

Oferta e qualidade de equipamentos para idosos [Bairro]						Total
		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Intervenção em centros de apoio à terceira idade	Piorou	32	132	69	14	247
		33,7%	32,6%	10,2%	12,8%	19,2%
	Manteve-se igual	53	210	476	59	798
		55,8%	51,9%	70,4%	54,1%	62,1%
	Melhorou	10	63	131	36	240
		10,5%	15,6%	19,4%	33,0%	18,7%
Total		95	405	676	109	1285
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Quanto à competência Promoção de eventos desportivos, culturais e educativos, tem 24% de não respostas, o que é considerável, e uma percentagem também interessante de melhorou. Cerca de 50% dos inquiridos consideram que o desempenho nesta área se manteve e apenas cerca de 5% que piorou. Não podemos cruzá-la com nenhuma das variáveis de satisfação com bairro, mas podemos fazer uma aproximação à variável e satisfação com a oferta de atividades culturais e de lazer, que congrega 81,8% de satisfação (satisfeitos e muito satisfeitos) na cidade (tabela 49), mas apenas 66,4% no bairro (tabela 48), o que sendo um valor bastante positivo é bem menos elevado que a maioria das variáveis neste domínio. Apesar disso, as atividades culturais/recreativas/desportivas surgem também como uma das mudanças positivas na freguesia nos últimos anos (ver tabela 57).

Tabela 74. Cruzamento Promoção de eventos desportivos, culturais e educativos e Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer [Bairro]

		Oferta e qualidade de atividades culturais e de lazer [Bairro]				Total
		Nada satisfeito	Pouco satisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	
Promoção de eventos desportivos, culturais e educativos	Piorou	14	47	62	11	134
		17,3%	12,3%	5,2%	6,9%	7,4%
	Manteve-se igual	56	263	823	72	1214
		69,1%	68,8%	68,9%	45,3%	66,8%
	Melhorou	11	72	310	76	469
		13,6%	18,8%	25,9%	47,8%	25,8%
Total		81	382	1195	159	1817
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Quando analisados os resultados dos cruzamentos, acima apresentados - entre indicadores de qualidade de vida e os indicadores de avaliação da implementação pelas juntas das competências transferidas com a Reforma Administrativa que com eles estão diretamente relacionados - nota-se uma associação, ainda que fraca na maioria dos casos, entre ambos. Essa associação – e isolando o efeito das não respostas – encontra-se no sentido de a um maior nível de satisfação corresponder simultaneamente uma indicação de melhoria dos indicadores que passaram a estar sob a alçada das juntas de freguesia. Essa associação está presente de forma mais evidente na apreciação da manutenção e limpeza dos passeios.

Novas competências próprias das juntas de freguesia por Unidades de Intervenção Territorial³¹

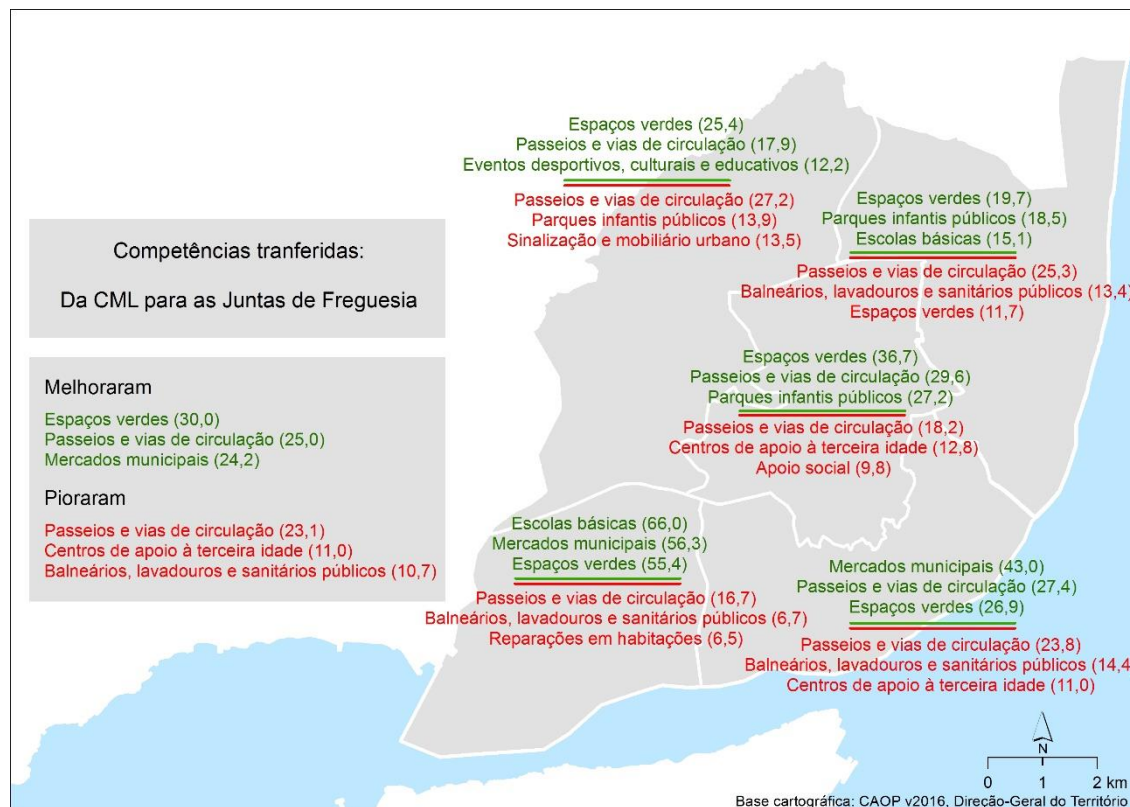
Na UIT Ocidental, as competências que mais inquiridos consideram ter melhorado com a passagem para a Junta de Freguesia são as seguintes: intervenção em escolas básicas (66%), manutenção e dinamização dos mercados municipais (56,3%), criação e manutenção de espaços verdes (55,4%) e instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (51%). A melhoria de competências como a promoção de eventos desportivos, culturais e educativos, o apoio social e a criação e manutenção de parques infantis públicos têm também uma percentagem elevada de inquiridos, 46,4%, 40,5% e 41,2%, respetivamente.

Já a competência que mais inquiridos consideram ter piorado após a Reforma Administrativa, é a reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (16,7%), seguida da manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos (6,7%) e apoio a pequenas reparações em habitações (6,5%). A ausência de opinião é mais frequente nesta competência da Junta

³¹ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

11,3%), assim como na manutenção e dinamização das bibliotecas municipais (10,9%), os dois indicadores onde se encontram também os valores mais elevados de não resposta.

Figura 42. Competências das juntas de freguesia que melhoraram e pioraram



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na UIT Centro, as competências que mais inquiridos consideram ter melhorado com a passagem para a Junta de Freguesia são as seguintes: criação e manutenção de espaços verdes (36,7%), reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (29,6%), criação e manutenção de parques infantis públicos (27,2%) e dinamização dos mercados municipais (26,6%). São também estas competências que têm frequências mais elevadas na categoria “manteve-se igual”, onde se destaca também a promoção de eventos desportivos, culturais e educativos.

A reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação e a intervenção em centros de apoio à terceira idade, assim como a promoção de ações de apoio social têm frequências mais elevadas na categoria “piorou”, com 18,2%, 12,8% e 9,8%, respetivamente.

A ausência de opinião é bastante elevada na competência de manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos (54,7%) e na intervenção em escolas básicas (36,9%) e apoio a pequenas reparações em habitações (36,1%), áreas em que uma parte significativa da população não tem experiência.

Na UIT Oriental, as competências que mais inquiridos consideram que se mantiveram iguais com a passagem para a Junta de Freguesia são as seguintes: instalação e manutenção de sinalização

e mobiliário urbano (62,1%), criação e manutenção de espaços verdes (58,4%), reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (50%).

As competências melhoraram apenas para uma percentagem relativamente reduzida de inquiridos, principalmente na criação e manutenção de espaços verdes (19,7%) e na criação e manutenção de parques infantis públicos (18,5%).

Já a competência que mais inquiridos consideram ter piorado após a Reforma Administrativa, é a reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (25,3%) seguida da manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos (13,4%), onde também está a percentagem mais elevada de inquiridos sem opinião (16,6%).

Na UIT Norte verifica-se que, a maior parte dos inquiridos, considera que o desempenho da Junta nas competências que passaram para a sua competência manteve-se igual, com percentagens que oscilam entre 67,6% (criação e manutenção de parques infantis públicos) e 48,2% (manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos). As competências que consideram ter melhorado são, por ordem de importância, a criação e manutenção de espaços verdes (25,4%) e a reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (17,9%).

As competências que mais inquiridos consideram ter piorado com a passagem para a Junta de Freguesia são as seguintes: reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (27,2%), criação e manutenção de parques infantis públicos (13,9%) e instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (13,5%).

Na UIT Centro Histórico, as competências que mais inquiridos consideram ter melhorado com a passagem para a Junta de Freguesia são as seguintes: manutenção e dinamização dos mercados municipais (43%), reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (27,4%), criação e manutenção de espaços verdes (26,9%).

As percentagens mais elevadas correspondem a competências que se mantiveram iguais, tais como criação e manutenção de espaços verdes (65,7%), instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (23,8%) e criação e manutenção de parques infantis públicos (52,6%).

Já a competência que mais inquiridos consideram ter piorado após a Reforma Administrativa, é reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (23,8%), seguida da manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos (14,4%). A ausência de opinião é mais frequente nesta competência da Junta (30,5%) e na manutenção e dinamização das bibliotecas municipais (33,1%).

Avaliação das competências próprias das juntas de freguesia e conhecimento da Reforma Administrativa

Para avaliar a perceção dos munícipes sobre os impactos da Reforma Administrativa, introduzimos uma questão sobre a evolução de um conjunto de aspetos na freguesia, correspondentes às várias áreas de atuação das juntas, transferidas da CML. Quando falamos

de melhoria na criação e manutenção de espaços verdes nas freguesias notamos que entre os inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa, é superior a percentagem dos que consideram que a criação e manutenção de espaços verdes piorou ou melhorou. Entre os que desconhecem a Reforma, a percentagem de inquiridos que é da opinião de que não houve mudança significativa é superior.

Tabela 75. Avaliação da competência “criação e manutenção de espaços verdes” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece / não frequenta	1,9%	2,4%	2,1%
Piorou	8,8%	8,0%	8,4%
Manteve-se igual	56,5%	61,4%	58,6%
Melhorou	32,9%	28,1%	30,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Há uma maior percentagem de inquiridos que não conhecem ou não frequentam os parques infantis públicos, ou que consideram que a sua criação e manutenção piorou nos últimos anos, entre os que têm conhecimento da Reforma Administrativa. Os inquiridos que não conhecem a Reforma Administrativa, proporcionalmente, consideram mais que esta competência manteve-se igual ou melhorou nos últimos anos.

Tabela 76. Avaliação da competência “criação e manutenção de parques infantis” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece / não frequenta	10,8%	8,80%	10,0%
Piorou	9,7%	8,8%	9,3%
Manteve-se igual	58,5%	60,0%	59,2%
Melhorou	21,0%	22,4%	21,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Verifica-se uma maior percentagem de inquiridos que considera que a manutenção e dinamização dos mercados municipais sofreram alguma alteração nos últimos anos (seja no sentido positivo ou negativo) entre os que têm conhecimento da Reforma Administrativa, bem como é também mais elevada a percentagem de inquiridos que não conhecem ou não frequentam estes equipamentos. Entre os que não conhecem a Reforma Administrativa, a percentagem de inquiridos que consideram que esta competência se manteve igual é superior.

Tabela 77. Avaliação da competência “manutenção e dinamização dos mercados municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece / não frequenta	12,8%	8,6%	11,00%
Piorou	7,0%	5,3%	6,3%
Manteve-se igual	51,9%	60,9%	55,8%
Melhorou	28,2%	25,2%	26,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mais uma vez, podemos verificar que a percentagem de inquiridos que considera que a manutenção e dinamização das bibliotecas municipais piorou, por um lado, ou melhorou, por outro, é superior entre os que tiveram conhecimento da Reforma Administrativa, bem como a percentagem dos que assumem não conhecer ou não frequentar estes equipamentos. Entre os que não tiveram conhecimento da Reforma Administrativa, é superior a percentagem de inquiridos que consideram que não houve alteração.

Tabela 78. Avaliação da competência “manutenção e dinamização das bibliotecas municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece / não frequenta	34,9%	28,2%	32,1%
Piorou	4,4%	2,8%	3,7%
Manteve-se igual	44,5%	61,4%	51,6%
Melhorou	16,2%	7,6%	12,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Entre os inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa, é superior a percentagem dos que consideram que a manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais melhorou ou piorou, ao passo que uma maior proporção de inquiridos que não conhecem a Reforma Administrativa considera que não se verificou uma alteração nesta competência.

Tabela 79. Avaliação da competência “manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece / não frequenta	24,0%	20,8%	22,6%
Piorou	6,0%	5,9%	6,0%
Manteve-se igual	51,6%	56,0%	53,5%
Melhorou	18,4%	17,3%	17,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Entre os inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa, são maiores as percentagens daqueles que consideram que a intervenção nas escolas básicas melhorou, dos que consideram que piorou, e dos que dizem não conhecer ou não frequentar as referidas escolas. No grupo dos que não têm conhecimento da Reforma Administrativa, é mais elevada a percentagem de inquiridos que consideram que a intervenção em escolas básicas não sofreu alteração considerável nos últimos anos.

Tabela 80. Avaliação da competência “intervenção em escolas básicas” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	28,3%	22,1%	25,6%
Piorou	5,9%	5,5%	5,7%
Manteve-se igual	44,5%	53,6%	48,4%
Melhorou	21,3%	18,9%	20,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Relativamente à intervenção em centros de apoio à terceira idade, a opinião de que melhorou é mais significativa no grupo dos que têm conhecimento da Reforma. Os inquiridos que não têm conhecimento da Reforma Administrativa, tendencialmente, consideram mais que não se registou nenhuma alteração importante.

Tabela 81. Avaliação da competência “intervenção em centros de apoio à terceira idade” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	29,0%	23,2%	26,6%
Piorou	13,5%	13,9%	13,7%
Manteve-se igual	40,3%	53,7%	45,9%
Melhorou	17,2%	9,2%	13,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A respeito da manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários, a melhoria é consideravelmente mais assinalada pelos inquiridos que têm conhecimento da Reforma, ao passo que a percentagem de inquiridos que consideram que essa manutenção e limpeza pioraram é superior entre os que não têm conhecimento da Reforma. Além disso, no grupo dos que têm conhecimento da Reforma Administrativa verifica-se uma percentagem mais elevada de inquiridos que dizem não conhecer ou não frequentar estes equipamentos.

Tabela 82. Avaliação da competência “manutenção e limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	45,0%	29,0%	38,2%
Piorou	11,5%	15,00%	13,0%
Manteve-se igual	33,4%	50,40%	40,7%
Melhorou	10,1%	5,5%	8,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O grupo dos que têm conhecimento da Reforma Administrativa apresenta uma percentagem mais elevada de inquiridos que assinalam uma melhoria na instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano. As restantes percentagens são mais elevadas no grupo dos inquiridos que não têm conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa.

Tabela 83. Avaliação da competência “instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	7,3%	9,4%	8,2%
Piorou	9,2%	10,5%	9,7%
Manteve-se igual	60,4%	63,0%	61,5%
Melhorou	23,2%	17,1%	20,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mais uma vez, também ao nível da competência Reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação, a percentagem de inquiridos que assinala uma melhoria nos últimos anos é superior no grupo dos que têm conhecimento da Reforma Administrativa. As percentagens de respostas “piorou” ou “manteve-se igual” são superiores entre os inquiridos que não tiveram conhecimento da referida reforma.

Tabela 84. Avaliação da competência “reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	3,4%	3,6%	3,5%
Piorou	20,4%	28,6%	23,8%
Manteve-se igual	45,30%	49,0%	46,8%
Melhorou	31,0%	18,7%	25,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

São mais elevadas as percentagens de inquiridos que consideram que a promoção de eventos desportivos, culturais e educativos piorou ou melhorou entre os que têm conhecimento da Reforma Administrativa. Entre os que não têm conhecimento da Reforma, destaca-se a percentagem mais elevada de inquiridos que consideram que a competência se manteve igual.

Tabela 85. Avaliação da competência “promoção de eventos desportivos, culturais e educativos” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	14,1%	12,7%	13,5%
Piorou	6,50	6,1%	6,4%
Manteve-se igual	54,6%	62,6%	58,1%
Melhorou	24,7%	18,5%	22,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

O grupo de inquiridos que têm conhecimento da Reforma Administrativa consideram, com mais frequência, que houve uma melhoria na promoção de ações de apoio social nas suas freguesias. Em contrapartida, a percentagem de inquiridos que considera que esta competência piorou ou se manteve igual é mais elevada entre os que não têm conhecimento da Reforma.

Tabela 86. Avaliação da competência “promoção de ações de apoio social” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	23,0%	18,3%	21,0%
Piorou	9,3%	9,4%	9,3%
Manteve-se igual	47,4%	58,9%	52,3%
Melhorou	20,3%	13,4%	17,4%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Mais uma vez, em relação ao apoio a pequenas reparações em habitações, as percentagens de inquiridos que assinalam uma alteração positiva ou negativa são superiores entre os que tiveram

conhecimento da Reforma Administrativa, ao passo que é mais elevada a percentagem dos que consideram que se manteve igual no grupo dos que não têm conhecimento da Reforma.

Tabela 87. Avaliação da competência “apoio a pequenas reparações em habitações” e conhecimento da Reforma Administrativa (cruzamento)

Avaliação da competência	Conhecimento da Reforma		Total
	Sim	Não	
Não conhece/ Não frequenta	28,4%	21,0%	25,30%
Piorou	11,3%	10,3%	10,9%
Manteve-se igual	42,8%	57,4%	49,0%
Melhorou	17,5%	11,3%	14,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

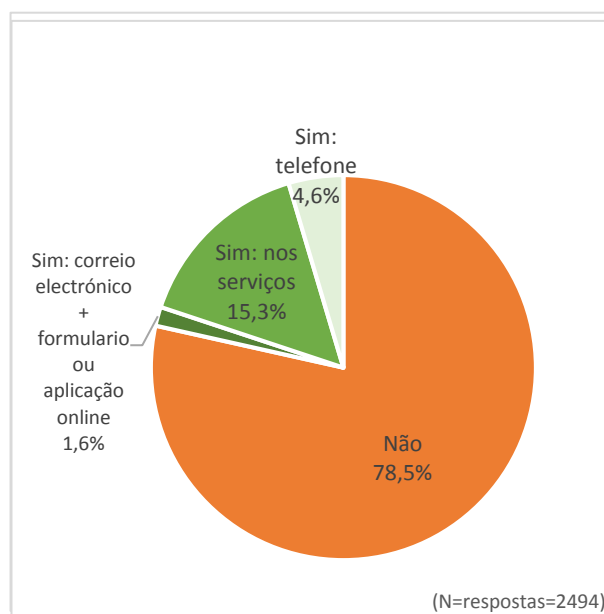
Em suma, não é possível concluir que haja uma relação direta entre o conhecimento da Reforma Administrativa e uma determinada avaliação que se faça sobre as mudanças na forma como as novas competências das juntas de freguesia são hoje desempenhadas. O que é possível verificar é que, relativamente a uma grande parte destas competências (6), os inquiridos que tiveram conhecimento da Reforma Administrativa apresentavam maiores percentagens em três diferentes respostas: (1) não conhece/não frequenta, (2) piorou e (3) melhorou. Isto pode significar que os inquiridos que estão conscientes do processo da Reforma Administrativa têm ideias mais formadas sobre estas competências, optando mais frequentemente por dar uma resposta que aponta num sentido negativo ou positivo de alteração do desempenho destas competências pela respetiva Junta de Freguesia, ou optando, pelo contrário, por assumir que não conhece ou não frequenta, escusando-se assim a uma resposta da qual não estariam seguros. Nestes casos, é superior a percentagem de respostas “manteve-se igual” no grupo dos que não tiveram conhecimento da Reforma e que, da mesma forma, não sentiram qualquer alteração na atuação das juntas de freguesia nestes âmbitos.

Há também a assinalar um grupo de casos (5) em que a percentagem de inquiridos que consideram que houve uma melhoria no desempenho da respetiva competência é mais elevada entre os que tiveram conhecimento da Reforma Administrativa, e a percentagem de inquiridos que respondem que a situação “piorou” é mais elevada entre os que não tiveram conhecimento dessa reforma. O contrário só ocorre num caso: criação e manutenção de parques infantis públicos.

3.5.3. Contacto com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal de Lisboa

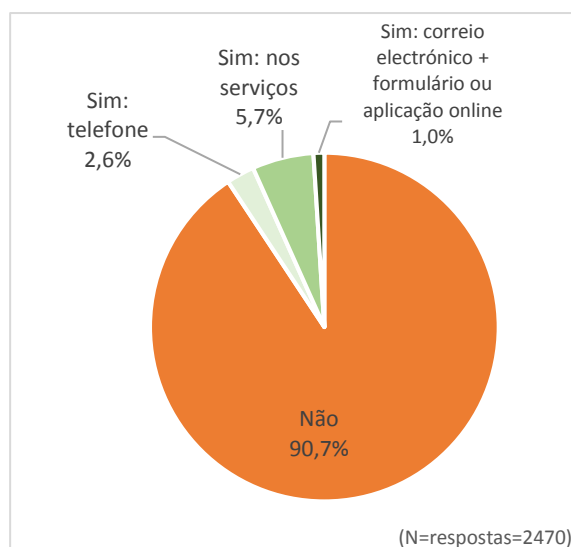
Cerca de 79% dos inquiridos não contactaram a Junta de Freguesia no último ano. Entre os que fizeram algum contacto, 15,3% dirigiram-se aos serviços e, com menos frequência, telefonaram (4,6%) ou enviaram correio eletrónico (1,3%) (ver Figura 43). Os contactos com a Câmara Municipal são ainda menos frequentes e, quando existem, em 5,7% dos casos, dirigem-se aos serviços e 2,7% telefona (ver Figura 44).

Figura 43. Contactos com a Junta de Freguesia



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

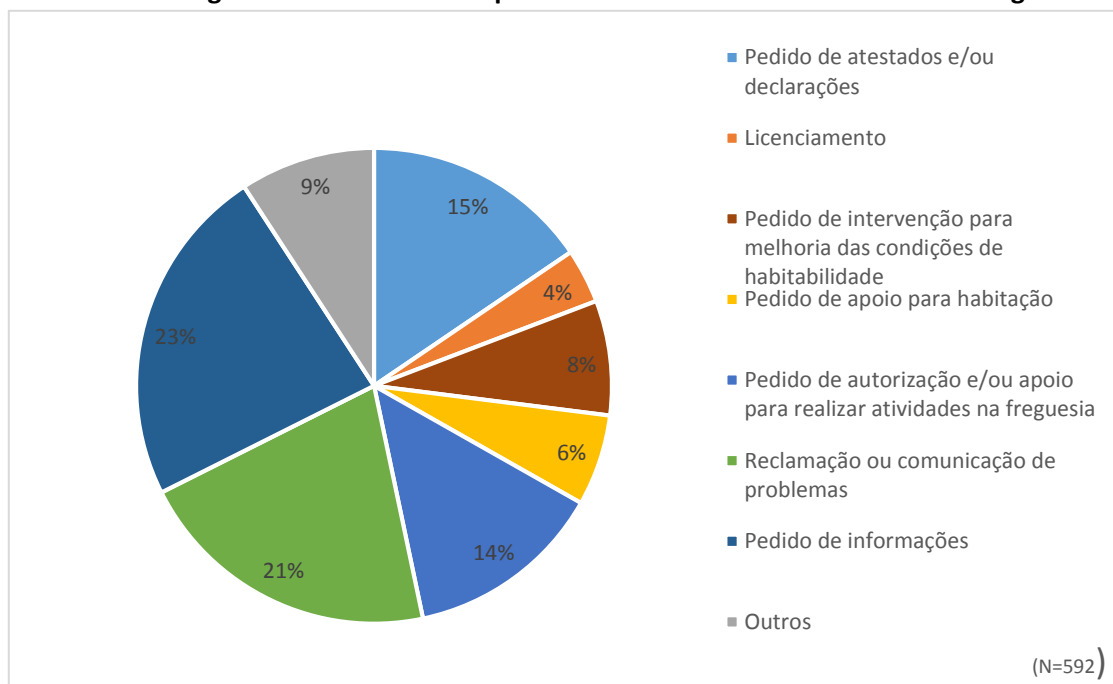
Figura 44. Contactos com a Câmara Municipal



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Os entrevistados contactaram a Junta de Freguesia no último ano com mais frequência para pedir informações (25,5% dos entrevistados), para reclamar ou comunicar problemas (21%) e para pedir atestados ou declarações (14%).

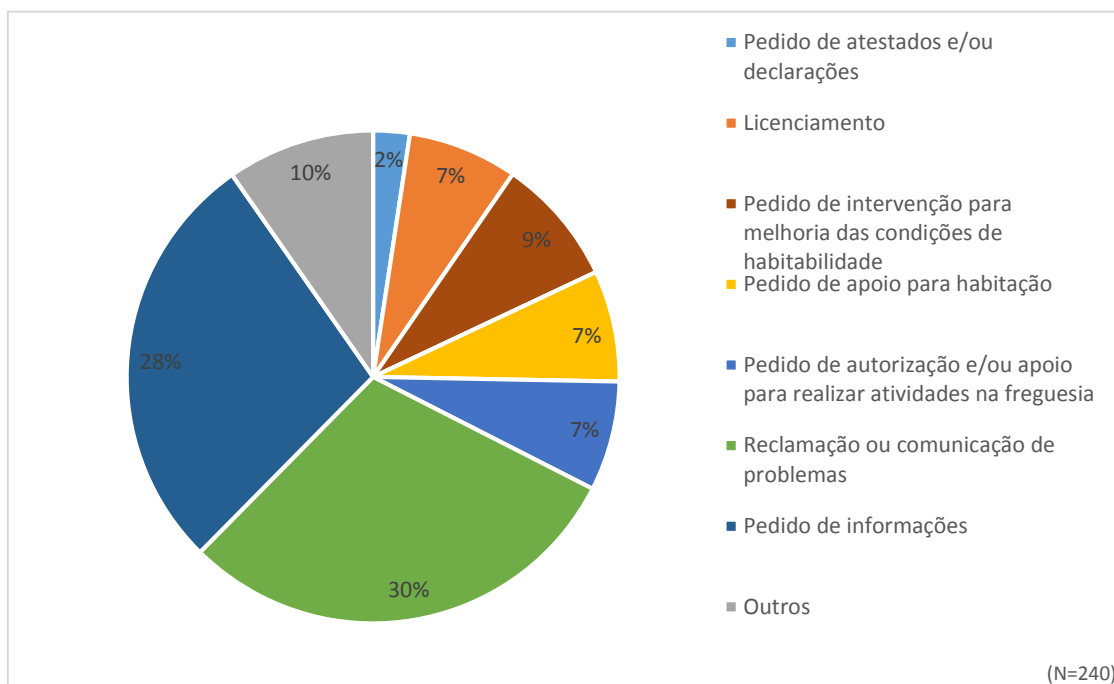
Figura 45. Assunto que motivou o contacto com a Junta de Freguesia



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Já os motivos mais frequentes que levaram os inquiridos a contactar a Câmara Municipal são a reclamação ou comunicação de problemas (30%) e o pedido de informações (28%).

Figura 46. Assunto que motivou o contacto com a Câmara Municipal de Lisboa



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A maior parte dos inquiridos (71,8%) não se deparou com dificuldades no contacto com a Junta de Freguesia. No entanto, 13,4% destes indica que não teve resposta desta entidade e 7,6% que a resposta demorou muito tempo. No contacto com a Câmara Municipal, é maior a percentagem de inquiridos que aponta dificuldades, com 17,7% sem resposta e 10,6% com resposta demorada (10,6%).

Tabela 88. Dificuldades encontradas no contacto com a JF e com a CML

Dificuldades nos contactos	Junta de Freguesia		Câmara Municipal	
	N	%	N	%
Fui mal atendido/ tratado	12	2,3%	3	1,2%
Tive de esperar bastante tempo para conseguir contactar	15	2,9%	12	5,2%
Tive dificuldade em saber onde me dirigir	7	1,3%	6	2,7%
Tive dificuldade em preencher documentos	4	0,7%	3	1,4%
Demorei muito tempo a ter uma resposta	39	7,6%	25	10,6%
Não obtive resposta	69	13,4%	42	17,7%
Não encontrei nenhuma destas dificuldades	371	71,8%	144	61,1%
Total	517	100,0%	235	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Contacto com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal por Unidades de Intervenção Territorial³²

Nas cinco UIT, a percentagem de inquiridos que não contactou a Junta de Freguesia no último ano é muito elevada. Contudo, na UIT Centro Histórico este valor é superior ao das restantes (83,4%) e na Ocidental é inferior (69,6%).

Já as formas de contactar as juntas de freguesia são idênticas em todas as UIT, ou seja, a maior parte dos inquiridos dirigiu-se aos serviços, enquanto no Centro e no Centro Histórico os contactos por telefone têm alguma importância relativa, com respetivamente 6,3% e 7,2%. A utilização do correio eletrónico e do formulário eletrónico ou aplicação é muito residual em todas as UIT.

Os motivos que levam os entrevistados a contactar as juntas de freguesia são frequentemente a reclamação ou comunicação de problemas e o pedido de informações, com mais importância nas UIT Centro Histórico (30,3% e 26,9%, respetivamente), Centro (29,1 e 21,9%, respetivamente) e Oriental (26,2% e 28,4%, respetivamente). Já na UIT Ocidental, o principal motivo é o pedido de autorização ou apoio para realizar atividades na freguesia (32,4%) e a reclamação e comunicação de problemas é menos frequente, com apenas 4% de contactos. Na UIT Norte, o pedido de atestados é o motivo mais frequente para o contacto, seguido do pedido de informações (25,7%).

Os contactos com Câmara Municipal de Lisboa são ainda menos frequentes, ou seja, a percentagem de inquiridos que não fizeram nenhum contacto no último ano oscila entre os 98,4% na UIT Ocidental e 85,7% no Centro Histórico. A UIT Ocidental é simultaneamente a que tem mais contactos na Junta de Freguesia e menos na Câmara Municipal.

Tal como acontecia nos contactos com as juntas de freguesia, também em todas as UIT a forma mais frequente de contacto com a Câmara é dirigindo-se aos serviços, seguida do contacto telefónico.

Nas UIT Oriental, Norte e Centro Histórico, os motivos que levaram os entrevistados a contactar a Câmara Municipal são os pedidos de informação e as reclamações ou comunicação de problemas. No entanto, na UIT Ocidental os pedidos de informações são mais frequentes (62,2%) e o pedido de apoio à habitação tem também uma importância significativa (37,8%).

Em todas as UIT, a maioria dos inquiridos não teve nenhuma dificuldade no contacto com a Junta de Freguesia e com a Câmara Municipal, exceto na UIT Ocidental em que a maioria (54,2%) considera que demorou muito tempo a ter uma resposta no contacto com a Câmara Municipal.

Nos contactos com as juntas de freguesia, quando existiram dificuldades, as mais frequentes foram a ausência de resposta – na UIT Oriental, com 21% - e a demora na obtenção de resposta – na UIT Centro, com 12,9%.

³² As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Nos contactos com a Câmara Municipal, destacam-se as dificuldades associadas à demora na resposta – principalmente na Ocidental, com 54,2% - e não obter resposta – com destaque no Centro Histórico, com 26,5%.

3.5.4. Satisfação com a atuação das instituições autárquicas

A maior parte dos inquiridos está satisfeita com a atuação da Câmara Municipal (68,3%) e da Junta de Freguesia (65,9%) nos últimos dois anos. No entanto, 20,4% dos inquiridos estão pouco ou nada satisfeitos com a Junta de Freguesia e 15,1% com a Câmara.

Paralelamente, 5,7% consideram-se muito satisfeitos com a ação da Junta de Freguesia e 3,6% com a da Câmara Municipal, o que revela uma, mesmo que ligeira, maior satisfação com a Junta de Freguesia. Os inquiridos que não estão nada satisfeitos são pouco significativos na amostra, com 1,7% em relação à Junta e 1,5% em relação à Câmara Municipal.

Tabela 89. Grau de satisfação global com a atuação das juntas de freguesia e da Câmara Municipal

	JF N	JF %	CML N	CML %
Nada Satisfeito	42	1,7	39	1,5
Pouco Satisfeito	468	18,7	340	13,6
Satisfeito	1648	65,9	1709	68,3
Muito satisfeito	142	5,7	91	3,6
Ns-Nr	202	8,1	324	13,0
Total	2502	100,0	2502	100,0

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Quando questionados se a Junta de Freguesia deveria ter mais poder de atuação em alguma área específica³³, 14,5% referiram a higiene urbana, 10,8% a manutenção dos espaços públicos, 9,2% o apoio social e 8,1% o estado do edificado, 6,7% os transportes públicos e 6,6% o estacionamento. Salienta-se a elevada percentagem de “não sabe/não responde” (25,7%), onde se incluem os inquiridos que não consideram que a Junta deve ter mais poder de atuação.

³³ Esta questão permitia o registo de três respostas de cada inquirido, no entanto para efeitos de análise, as respostas são agregadas.

Tabela 90. Áreas em que as juntas de freguesia deveriam ter mais poder de atuação

	N	%
Higiene urbana	390	14,5%
Manutenção dos espaços públicos	292	10,8%
Apoio social	248	9,2%
Estado do edificado	219	8,1%
Transportes públicos	181	6,7%
Estacionamento	179	6,6%
Segurança	166	6,1%
Criação e melhoria de espaços verdes	131	4,9%
Trânsito	131	4,9%
Acesso à habitação	116	4,3%
Equipamentos de proximidade	110	4,1%
Criação de emprego	92	3,4%
Saúde	86	3,2%
Atividades culturais/recreativas	82	3,1%
Reforço da relação com os fregueses	63	2,3%
Atividade comercial	35	1,3%
Questões financeiras	26	1,0%
Outras	149	5,5%
Total	2696	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

A mesma questão foi colocada relativamente ao aumento do poder de atuação da Câmara Municipal e as áreas de competências indicadas são as seguintes: 12,4% trânsito, 10,3% manutenção dos espaços públicos, 9,5% transportes públicos, 9,4% segurança e 8,1% estacionamento. As não respostas são superiores, atingindo os 38,3% de inquiridos.

Tabela 91. Áreas em que a Câmara Municipal de Lisboa deveria ter mais poder de atuação

	N	%
Trânsito	253	12,4%
Manutenção dos espaços públicos	210	10,3%
Transportes públicos	193	9,5%
Segurança	192	9,4%
Estacionamento	165	8,1%
Apoio social	135	6,6%
Estado do edificado	134	6,6%
Higiene urbana	130	6,4%
Criação de emprego	121	5,9%
Acesso à habitação	92	4,5%
Criação e melhoria de espaços verdes	61	3,0%
Equipamentos de proximidade	58	2,8%
Atividades culturais/recreativas	43	2,1%
Outras	249	12,2%
Total	2036	100,0%

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Satisfação com a atuação das instituições autárquicas: análise detalhada

Nos parágrafos que se seguem, dá-se conta do cruzamento da variável “satisfação com a atuação da Junta de Freguesia” não só com variáveis de caracterização socioeconómica como também com outras variáveis consideradas pertinentes na escala geográfica de proximidade, tais como o “interesse em assuntos políticos”, a “perceção da qualidade de vida no bairro”, o “contacto com representantes eleitos da Junta de Freguesia”, o “conhecimento da Reforma” e a “participação em assembleias, reuniões ou audições da Junta de Freguesia”.

Entre os inquiridos satisfeitos com a atuação da sua Junta de Freguesia, encontram-se sobrerrepresentados os que têm entre 15 e 34 anos. Entre os insatisfeitos, estão sobrerrepresentados os que têm entre 55 e 64 anos (70,6%) e 65 ou mais anos (75,1%).

Os inquiridos cujo nível de escolaridade é o ensino secundário estão sobrerrepresentados na satisfação com a atuação da sua Junta de Freguesia nos últimos dois anos (82,7%), assim como os inquiridos que completaram um grau do ensino superior, embora em menor grau (79,7%). Os inquiridos que completaram o 1.º ciclo (27,7%) e o 2.º ou 3.º ciclo (24,7%) são os grupos que estão sobrerrepresentados na insatisfação com a atuação da junta de freguesia respetiva.

O grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento encontra-se acima do valor de referência de inquiridos satisfeitos com a atuação da Junta de Freguesia nos últimos dois anos, tal como o grupo dos trabalhadores independentes. Do lado da “não satisfação”, estão sobrerrepresentados os operários e, em menor grau, os empregados executantes.

Os inquiridos que exercem uma ocupação profissional e estudam apresentam uma percentagem mais elevada de satisfeitos com a atuação da junta de freguesia nos dois últimos anos, bem como são especialmente elevadas as percentagens dos estudantes e dos inquiridos que se ocupam das tarefas do lar. Os valores de “não satisfeitos” com a atuação da Junta de Freguesia acima do valor de referência encontram-se nos grupos dos/as incapacitados/as permanentes para o trabalho (52,9%) e dos que procuram o primeiro emprego (66,7%).

Os que têm “pouco interesse em assuntos políticos” e os que têm “algum interesse em assuntos políticos” encontram-se sobrerrepresentados na “satisfação”, enquanto os que têm muito ou nenhum interesse se encontram sobrerrepresentados na “não satisfação”. Ou seja, a satisfação com a atuação da Junta é maioritária independentemente do grau de interesse por assuntos políticos, o que permite concluir que não existe relação entre estas duas variáveis.

A respeito das variáveis “satisfação global com a atuação da Junta de Freguesia nos últimos dois anos” e “avaliação da qualidade de vida no seu bairro”, parece haver uma relação significativa: se, por um lado, 80,9% dos que avaliam como “boa” a qualidade de vida no bairro encontram-se satisfeitos com a atuação da Junta de Freguesia e 93,9% dos que consideram “muito boa” a qualidade de vida no seu bairro afirmam estar satisfeitos com a atuação da sua junta, por outro lado 85,7% dos que avaliam como “muito má” a qualidade de vida no seu bairro declaram-se insatisfeitos com a atuação da junta.

A percentagem de inquiridos que afirma estar satisfeito com a atuação da Junta de Freguesia nos últimos dois anos não varia significativamente consoante o facto de ter conhecimento, ou não, da Reforma Administrativa: 78,8% dos inquiridos que têm conhecimento da Reforma encontram-se satisfeitos com a atuação da Junta, assim como 76,4% dos que não têm conhecimento dessa reforma, valores apenas ligeiramente acima do valor de referência.

A satisfação com a atuação da Junta de Freguesia nos últimos dois anos também não está relacionada com o facto de os inquiridos contactarem, ou tentarem contactar, os eleitos desse órgão: 77,8% dos que nunca contactam os eleitos da junta de freguesia estão satisfeitos com a atuação da junta, da mesma forma que 77,5% dos que o fazem ocasionalmente e 78,1% dos que o fazem frequentemente.

Se, por um lado, 90% dos inquiridos que respondem que “frequentemente” participam em reuniões, assembleias ou audições públicas convocadas pela Junta de Freguesia estão satisfeitos com a atuação destas, 78,1% dos que “frequentemente” contactam com representantes eleitos da Junta de Freguesia encontram-se igualmente satisfeitos com a atuação desse órgão no seu respetivo território.

Tabela 92. Satisfação com a atuação da Junta de Freguesia por variáveis socioeconómicas e outras

Valor de referência (análise univariada)	Satisfeito (77,8%)	Não satisfeito (22,2%)
Idade	25-34 (84,2%) 15-24 (82,6%) 35-44 (80,4%)	55-64 (29,4%) 65+ (24,9%) 45-54 (23,3%)
Escolaridade	Secundário (82,7%) Superior (79,7%)	1.º ciclo (27,7%) 2.º/3.º ciclo (24,7%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Profissionais técnicos e de enquadramento (84%) Trabalhadores independentes (78,2%)	Operários (25,3%) Empregados executantes (23,1%)
Situação perante o trabalho	Trabalhadores-estudantes (87%) Estudantes (86,2%) Ocupa-se das tarefas do lar (84,2%)	Incapacitados permanentes para o trabalho (47,1%) Procura o 1.º emprego (33,3%) Desempregados (27,8%)
Interesse em assuntos políticos	Pouco interesse (82,4%) Algum interesse (81,3%)	Nenhum interesse (82,4%) Muito interesse (23,4%)
Perceção da qualidade de vida no bairro	Muito boa (93,9%) Boa (80,9%)	Muito má (85,7%) Má (59,6%)
Conhecimento da Reforma	Sim (78,8%)	Não (23,6%)
Contacto com representantes eleitos da Junta de Freguesia	Frequentemente (78,1%)	Ocasionalmente (22,5%)
Participação em assembleias, reuniões ou audições da Junta de Freguesia	Frequentemente (90%)	Ocasionalmente (24,1%)

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Do lado da “satisfação” com a atuação da Câmara Municipal encontramos com sobrerrepresentação mais significativa os indivíduos mais jovens (-34) e também os mais velhos (65 +), mas também os mais escolarizados e os estudantes. Do lado da “não satisfação”, temos sobrerrepresentados os indivíduos dos 45 aos 64 anos, os com escolaridades mais baixas, os operários, os desempregados e os incapacitados para o trabalho.

Quando cruzamos essa variável com outras que considerámos relevante neste tema, verificamos que entre os inquiridos que avaliam a qualidade de vida na cidade de Lisboa como “muito má”, a percentagem dos que se afirmam insatisfeitos com a atuação da Câmara Municipal é de 75%; dos que avaliam a qualidade de vida em Lisboa como “má”, a percentagem de insatisfeitos com a atuação da Câmara é de 53,2%. Por oposição, 93,5% dos que avaliam a

qualidade de vida em Lisboa como “muito boa” dizem estar satisfeitos com a atuação da autarquia, bem como 84% dos que avaliam como “boa” a qualidade de vida na cidade.

A satisfação global com a atuação da Câmara Municipal desde a Reforma Administrativa varia muito ligeiramente entre quem afirma que teve conhecimento da Reforma (82,4%) e quem não teve conhecimento da mesma (83%).

O grupo dos inquiridos que “nunca” contactam, ou tentam contactar” um representante eleito da Câmara Municipal surge como o grupo que reúne mais inquiridos satisfeitos com a atuação da Câmara Municipal (83,8%). À medida que o contacto com representantes da Câmara Municipal se torna mais frequente, a percentagem de inquiridos satisfeitos com a atuação desta, nos últimos dois anos, tende a diminuir: encontram-se satisfeitos 70,2% dos inquiridos que “ocasionalmente” contactam, ou tentam contactar, a Câmara Municipal, e 50% dos que afirmam fazê-lo “frequentemente”.

Uma tendência semelhante ocorre quando cruzamos a satisfação global com a atuação da Câmara Municipal nos últimos dois anos e a frequência com que os inquiridos participam em reuniões, assembleias ou audições públicas da Câmara Municipal. A percentagem de inquiridos satisfeitos com a atuação da Câmara é superior entre aqueles que “nunca” participam em reuniões, assembleias ou audições públicas (83,5%), e é inferior entre os que o fazem “ocasionalmente” (61,7%) ou “frequentemente” (50%).

Tabela 93. Satisfação com a atuação da Câmara Municipal: perfis de síntese

Valor de referência (análise univariada)	Satisfeito (82,6%)	Não satisfeito (17,4%)
Idade	15-24 (87,7%) 25-34 (84,8%) 65 + (84%)	55-64 (25,5%) 45-54 (18,5%)
Escolaridade	Secundário (85,4%) Superior (83,3%)	1.º ciclo (20,2%) 2.º/3.º ciclo (18,3%)
Indicador socioprofissional de classe do agregado	Profissionais técnicos e de enquadramento (84,9%)	Operários (22,2%) Trabalhadores independentes (19%)
Situação perante o trabalho	Estudantes (91,1%) Trabalhadores-estudantes (90,9%) Reformados (83,9%)	Incapacitados permanentes para o trabalho (37,5%) Desempregados (26,7%)
Interesse em assuntos políticos	Pouco interesse (86,6%) Algum interesse (84,5%)	Muito interesse (26%) Nenhum interesse (19,9%)
Perceção da qualidade de vida na cidade de Lisboa	Muito boa (93,5%) Boa (84%)	Muito má (75%) Má (53,2%)
Conhecimento da Reforma	Não (83%)	Sim (17,6%)
Contacto com representantes eleitos da Câmara Municipal	Nunca (83,8%)	Frequentemente (50%) Ocasionalmente (29,8%)
Participação em assembleias, reuniões ou audições da Câmara Municipal	Nunca (83,5%)	Frequentemente (50%) Ocasionalmente (38,3%)

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Atuação das instituições autárquicas por Unidades de Intervenção Territorial³⁴

Quando questionados sobre a satisfação global com a atuação da Junta de Freguesia, a maioria dos inquiridos de todas as UIT consideram-se satisfeitos, com valores que oscilam entre 79,8%, na UIT Ocidental, e 57,9%, na UIT Oriental. Na UIT Ocidental destaca-se igualmente a percentagem de “muito satisfeitos” (15,1%). Já na UIT Norte encontra-se a percentagem mais elevada de pouco ou nada satisfeitos com a atuação da Junta de Freguesia, com 29%, seguida das UIT Oriental (22,3%) e Centro (18,8%).

Apenas na UIT Ocidental se verifica uma importância superior de pouco ou nada satisfeitos com a atuação da Câmara Municipal quando comparada com a da Junta de Freguesia – 4,9% com a Câmara e 3,9% com a Junta. Nas restantes UIT, os inquiridos revelam-se mais frequentemente satisfeitos ou muito satisfeitos com a atuação da Câmara.

³⁴ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Nas UIT Norte, Oriental e Centro encontram-se as percentagens mais elevadas de pouco ou nada satisfeitos com a atuação da Câmara Municipal (20,6%, 17,1% e 13,5%, respetivamente).

Foi ainda perguntado aos inquiridos, sob a forma de pergunta aberta, quais as áreas em que gostariam de ver a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal ganhar poder de atuação. Segundo os inquiridos, o poder de atuação da Junta de Freguesia deve ser alargado nas áreas da higiene urbana nas UIT Norte (18,6%), Centro Histórico (16,6%), Centro (13,5%) e Oriental (12,4%). A manutenção de espaços públicos destaca-se igualmente nas mesmas UIT Norte (12,3%), Centro Histórico (12,4%), Centro (13,5%) e Oriental (10,3%). Na UIT Ocidental, os inquiridos consideram que a atuação da Junta de Freguesia deve ser alargada, principalmente, nas áreas dos transportes públicos e estado do edificado (ambas com 10,9%) e na criação de emprego (10,4%).

As sugestões para o alargamento dos poderes da Câmara Municipal diferem dos sugeridos para a Junta de Freguesia e também entre UIT. Na UIT Ocidental, a criação de emprego surge como uma sugestão de alargamento da área de atuação da Câmara, com 23,9%. Os transportes públicos são referidos com mais frequência pelos inquiridos das UIT Centro (20,2%) e Oriental (12,1%). O trânsito é igualmente referido com frequência nas UIT Norte, Oriental e Ocidental, com 20%, 15,4% e 14,9%, respetivamente. A manutenção dos espaços públicos é a única área em que os inquiridos, com mais frequência, consideram que deve haver alargamento de competências quer na Junta de Freguesia quer na Câmara Municipal, principalmente nas UIT Norte (17,1%) e Centro Histórico (11,4%). A segurança tem também alguma importância para os inquiridos da UIT Ocidental e do Centro Histórico (12,1% e 12%).

3.5.5. Alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade tendo como referência a Reforma Administrativa

Tendo como referência as mudanças na gestão urbana introduzidas pela Reforma Administrativa, a maior parte dos inquiridos revelou que a qualidade de vida se manteve sem alterações quer na cidade de Lisboa (55,9%), quer nos seus bairros de residência (49,2%). A melhoria da qualidade de vida na cidade foi registada por cerca de 37% dos respondentes, no bairro por 31%. Apenas 7,6% considera que ela piorou no bairro e 3,3% na cidade.

Tabela 94. Opinião sobre a alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade

Alteração da qualidade de vida	Bairro	Bairro	Cidade	Cidade
	N	%	N	%
Piorou	190	7,6	83	3,3
Manteve-se	1398	55,9	1230	49,2
Melhorou	784	31,4	913	36,5
Ns-Nr	130	5,2	277	11,1
Total	2502	100,0	2502	100,0

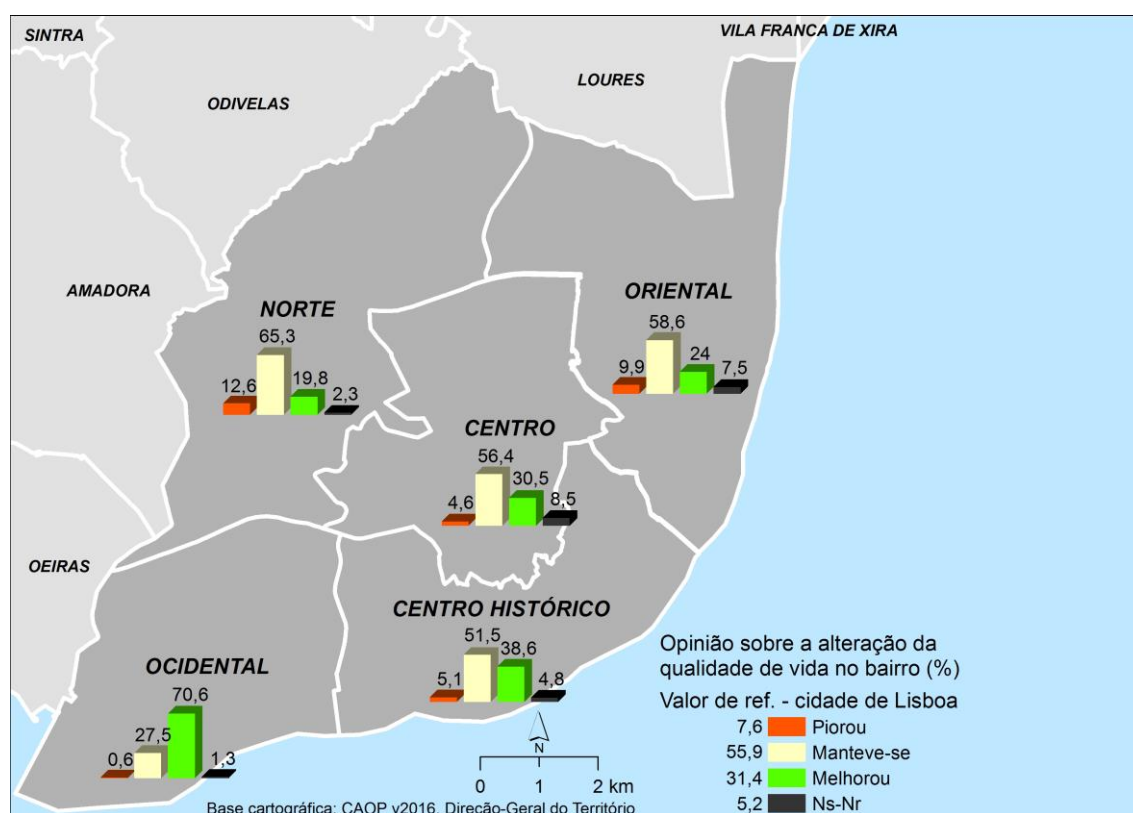
Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Alteração da qualidade de vida no bairro e na cidade tendo como referência a Reforma Administrativa por Unidades de Intervenção Territorial³⁵

Na UIT Ocidental, 70,6% dos inquiridos consideram que a qualidade de vida no bairro melhorou no período após a Reforma Administrativa, tal como acontece a 38,6% no Centro Histórico e 30% no Centro. Nas restantes UIT, a maioria dos inquiridos considera que a qualidade de vida se manteve igual.

Os inquiridos das UIT Oriental e Norte são os que consideram mais negativamente as mudanças sentidas na qualidade de vida no bairro após a implementação da Reforma Administrativa, com 12,6% e 9,9%, respetivamente, de pouco ou nada satisfeitos.

Figura 47. Opinião sobre a alteração da qualidade de vida no bairro

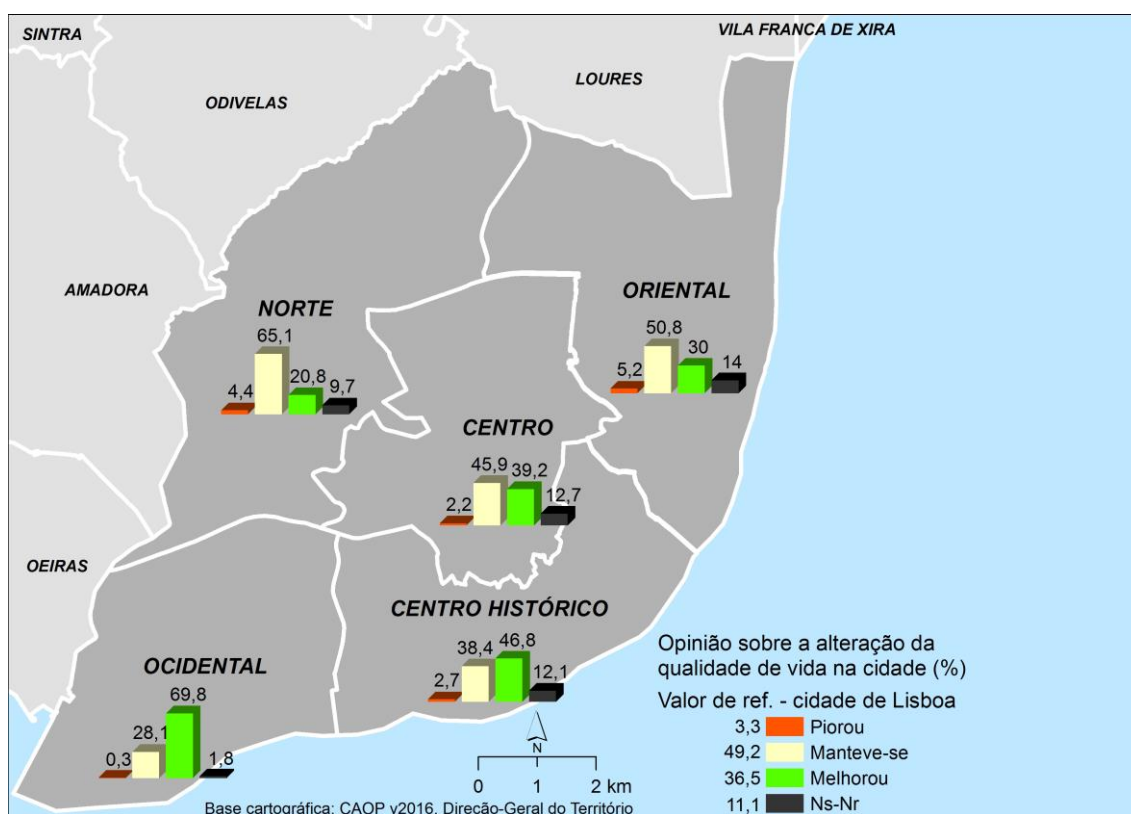


Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

³⁵ As tabelas com os dados completos por UIT podem ser consultadas no Anexo 2.

Quando questionados sobre as mudanças na percepção da qualidade de vida na cidade, os inquiridos têm respostas muito equivalentes às que deram para os bairros, exceto na UIT Centro Histórico, em que os inquiridos consideram com mais frequência que a qualidade de vida na cidade melhorou (46,8%), enquanto apenas 38,4% consideram que se manteve e 2,7% que piorou.

Figura 48. Opinião sobre a alteração da qualidade de vida na cidade



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

3.5.6. Reforma Administrativa: uma abordagem integrada

Após uma análise geral, procurou-se submeter as questões relativas à avaliação da Reforma Administrativa ao mesmo processo de conjugação de informação para se tentar perceber mais em detalhe, nas questões da Reforma Administrativa, de que forma se estruturavam os sentidos de resposta dos inquiridos. Submeteram-se nesta segunda abordagem através de uma ACM as seguintes variáveis:

- Como variáveis ativas na análise, as questões sobre a avaliação das novas competências próprias das juntas de freguesia: criação e manutenção de espaços verdes (P35.1), criação e manutenção de parques infantis públicos (P35.2), manutenção e dinamização dos mercados municipais (P35.3), manutenção e dinamização das bibliotecas municipais (P35.4), manutenção e dinamização dos equipamentos desportivos municipais (P35.5), intervenção em escolas básicas (P35.6), intervenção em centros de apoio à 3ª idade

(P35.7), manutenção e limpeza dos balneários, lavadouros e sanitários públicos (P35.8), instalação e manutenção de sinalização e mobiliário urbano (P35.9), reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação (P35.10), promoção de eventos desportivos, culturais e educativos (P35.11), promoção de ações de apoio social (P35.12) e apoio a pequenas reparações em habitações (P35.13)

- Como variáveis suplementares, as caracterizadoras dos indivíduos em termos socioeconómicos (as mesmas da abordagem anterior);
- Como variável de identificação foi usada a UIT.

Perante este conjunto de variáveis, os resultados obtidos são os seguintes:

O número de iterações necessárias para atingir a solução ótima é 33, o que poderá ser um indicador da dispersão de informação e, paralelamente, pouca concentração em eixos dominantes. No entanto, 33% da inércia total, ou seja, da variação existente nos dados concentra-se nas três primeiras dimensões. Tal pode ser confirmado através das barras representadas no gráfico seguinte. Essas três dimensões apresentam, individualmente, valores de confiabilidade (alfa de Cronbach) elevados (acima dos 0,8).

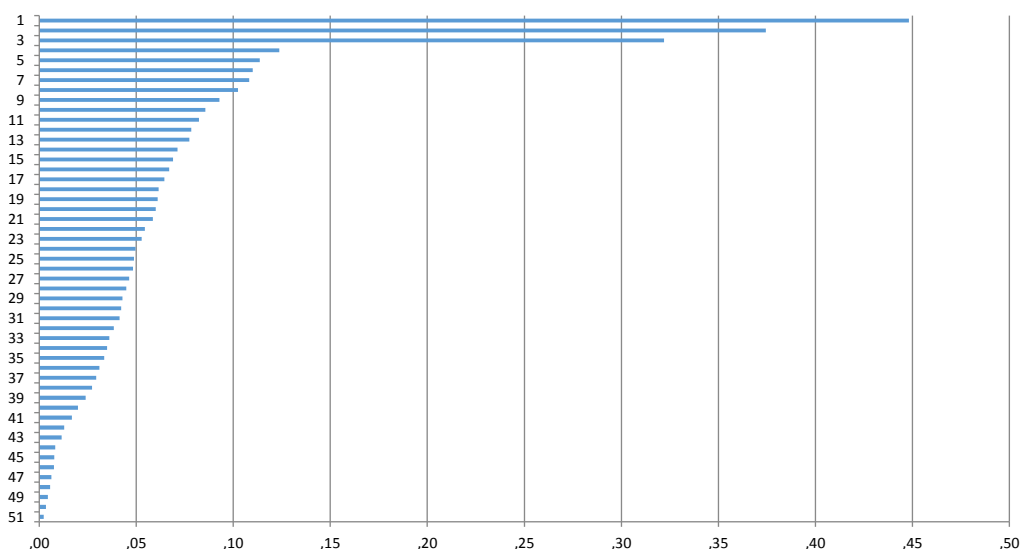
Tabela 95. Número de iterações

Histórico das Iterações			
Número de iterações	Variância contada para		Perdida
	Total	Crescente	
33 ^a	1,719440	,000009	11,2805 60

a. O processo de iteração parou porque o valor do teste de convergência foi alcançado.

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Figura 49. Inércia por dimensão



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Na análise às duas primeiras dimensões, os resultados apontam para uma construção de cada dimensão a partir do contributo de cada variável da seguinte forma:

Tabela 96. Medidas de discriminação por variável ativa e dimensão

Medidas de discriminação	Dimensão						Média
	1	2	3	4	5	...	
P35.1 espaços verdes	,181	,349	,304	,343	,371	...	,145
P35.2 parques infantis	,384	,365	,327	,337	,263	...	,132
P35.3 mercados	,356	,362	,260	,068	,019	...	,136
P35.4 bibliotecas	,556	,278	,210	,009	,006	...	,126
P35.5 equipamentos desportivos	,476	,432	,306	,049	,007	...	,126
P35.6 escolas	,581	,442	,386	,020	,016	...	,119
P35.7 centros de apoio 3ª idade	,543	,365	,408	,133	,089	...	,128
P35.8 balneários	,562	,266	,335	,050	,001	...	,120
P35.9 mobiliário urbano	,376	,390	,349	,025	,060	...	,128
P35.10 passeios e vias	,247	,295	,123	,002	,195	...	,153
P35.11 eventos	,421	,418	,329	,013	,032	...	,135
P35.12 ações de apoio	,545	,482	,438	,258	,219	...	,136
P35.13 reparações habitações	,598	,423	,410	,303	,196	...	,136
Total ativo	5,826	4,868	4,185	1,609	1,477	...	1,719

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Reduzindo a análise às duas primeiras dimensões, confirma-se a importância de variáveis relacionadas com equipamentos/infraestruturas sociais e culturais e eventos de carácter coletivo, surgindo como menos estruturadores das opiniões sobre uso, manutenção, melhoria ou pioria os aspetos relacionados mais com a parte visual da cidade ou de uso mais individual (parques infantis, mercados, passeio e espaços verdes). Porque a importância de grande parte das variáveis se repete nas duas dimensões, é difícil atribuir duas dimensões distintas para a estruturação das respostas. Isso mesmo é confirmado na Figura 50, onde se nota a quase ausência de variáveis associadas a uma ou a outra dimensão.

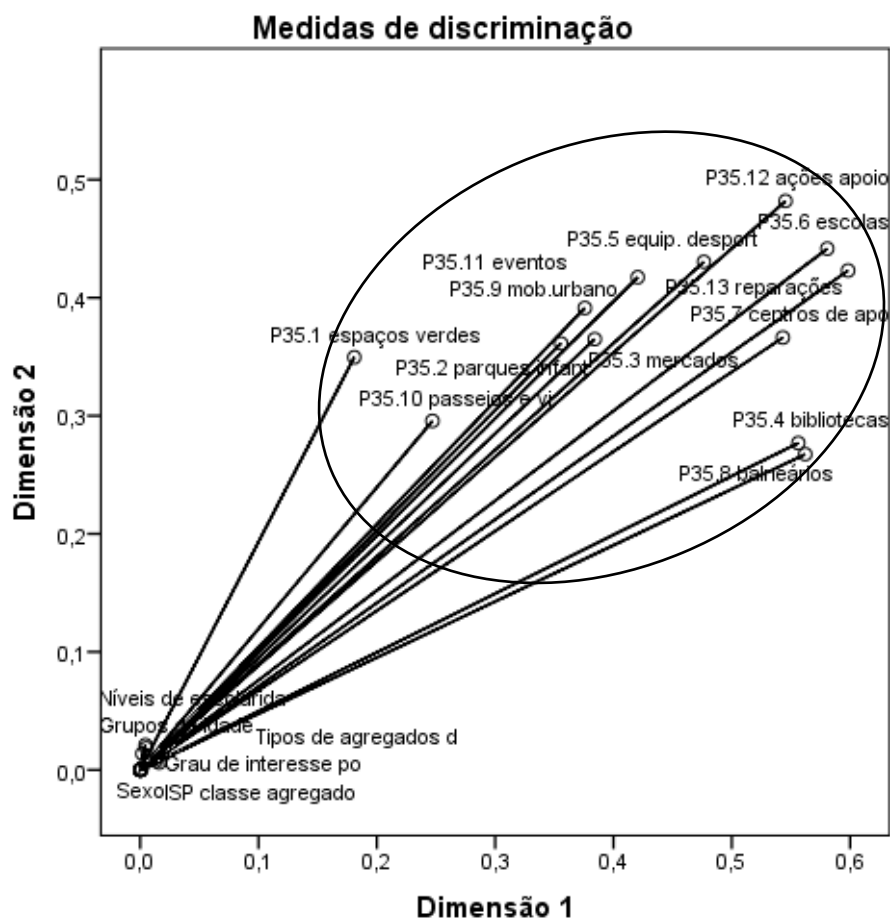
Tabela 97. Medidas de discriminação pelas dimensões 1 e 2

Medidas de discriminação	Dimensão		Média
	1	2	
P35.12 ações de apoio	,545	,482	,514
P35.13 reparações habitações	,598	,423	,511
P35.6 escolas	,581	,442	,511
P35.4 bibliotecas	,556	,277	,417
P35.8 balneários	,562	,267	,415
P35.7 centros de apoio 3ª idade	,543	,366	,455
P35.5 equipamentos desportivos	,476	,430	,453
P35.11 eventos	,421	,417	,419
P35.9 mobiliário urbano	,376	,391	,384
P35.2 parques infantis	,384	,365	,375
P35.3 mercados	,356	,361	,359
P35.10 passeios e vias	,247	,296	,271
P35.1 espaços verdes	,181	,350	,265
Sexo ^a	,001	,001	,001
Grupos de idade ^a	,005	,019	,012
Níveis de escolaridade ^a	,004	,021	,013
Grau de interesse por assuntos políticos ^a	,016	,006	,011
Tipos de agregados domésticos ^a	,002	,014	,008
ISP classe agregado ^a	,013	,008	,011
Active Total	5,826	4,868	5,347

a. Variável suplementar

Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

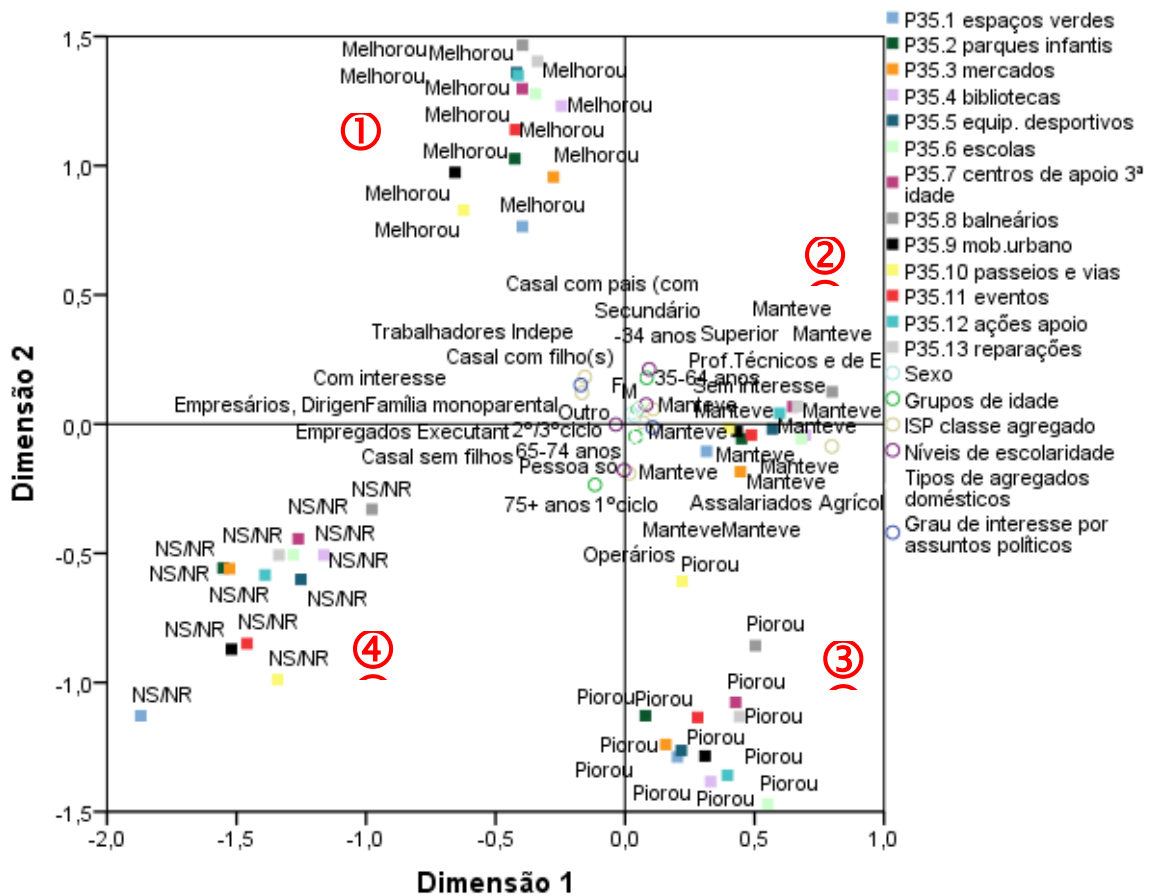
Figura 50. Representação dos fatores nas dimensões 1 e 2 (medidas de discriminação)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

Projetadas as categorias de resposta para o plano fatorial (ver Figura 51), o que parece surgir é uma estruturação das respostas, sintetizadas em núcleos de tendência, independentemente do item avaliado. Assim, temos 4 nuvens de categorias – 1) melhorou, 2) manteve, 3) piorou e 4) não sabe/não utiliza – sobre as quais há dificuldade em designar categorias de caracterização socioeconómica dos indivíduos que mais se lhe associem. Significa isto que a agregação das respostas na avaliação às competências das Juntas de Freguesia é feita pelo seu sentido de orientação – de melhoria, de agravamento, de manutenção ou de desconhecimento –, quase sem critério perante o item avaliado. Diferente seria se se estruturassem em torno de questões que envolvessem outro tipo de orientação de leitura: por exemplo se divergissem pela sua natureza (infraestruturas vs. atividades), pelo seu âmbito (individual ou coletivo), pelo seu destinatário (espaços vs. pessoas) ou outros que pudessem existir. Ao invés, o que acontece é uma estruturação das respostas pelo seu sentido, de um lado as positivas, de outro as negativas, de outro ainda as de manutenção e por último (mas sem ordem de importância) as de desconhecimento, correspondendo a uma avaliação das competências no seu global e não na sua especificidade.

Figura 51. Representação das categorias no plano fatorial (dimensões 1 e 2)



Fonte: Inquérito Qualidade de Vida e Governação Urbana 2017

As análises multivariadas permitem-nos chegar, desta forma, a algumas conclusões:

- As avaliações feitas pelos inquiridos organizam-se claramente em duas dimensões – a pessoal e a de contexto (sobretudo numa escala mais reduzida, local, de vivência de bairro) –, sendo que ambas as avaliações são feitas de forma independente uma em relação à outra. Significa que os inquiridos têm uma clara perceção da sua posição apreciativa face ao contexto local, à atuação dos seus agentes e à qualidade de vida que proporcionam, perceção essa que não interfere ou não é influenciada de forma direta pela avaliação que fazem da sua vida pessoal e da sua residência;
- As avaliações diferem ligeiramente em função de características sociais dos inquiridos ou da zona da cidade onde residem, mas a sua influência é ténue;
- Na avaliação das competências das juntas de freguesia há uma certa ausência de critério de escolha de itens mais positiva ou mais negativamente avaliados, tendendo as respostas de avaliação dos treze itens a serem dadas, regra geral, num mesmo sentido.

3.6. Reflexões finais: inquirição aos munícipes

A análise da qualidade de vida integrou um conjunto de indicadores que vão desde o nível de satisfação com questões mais pessoais – a satisfação com a habitação onde reside e a satisfação com a sua vida pessoal – até indicadores de satisfação que resultam da relação do indivíduo com o bairro e a cidade. Analisaram-se ainda as perceções acerca das mudanças no espaço urbano e propostas dos inquiridos para a melhoria da qualidade de vida.

Os quatro índices de satisfação construídos com base nas perceções dos inquiridos relativamente a diversos indicadores de satisfação com a habitação, a vida pessoal, com o bairro onde vive e a cidade de Lisboa apontam para níveis de satisfação elevados em todas as áreas³⁶. Os valores referentes à hipótese de resposta “satisfeito” são sempre acima dos 75%; já para a hipótese de resposta “muito satisfeito”, os valores variam entre o 1,6% com a cidade e 9% com a casa. Os valores correspondentes a “nada satisfeito” encontram-se abaixo dos 0,5% em todos os índices e os correspondentes a “pouco satisfeito” variam entre os 19,2% com o bairro e os 7,9% com a vida pessoal.

Quanto à habitação, a luminosidade, a dimensão, a acessibilidade à casa, e a segurança de pessoas e bens são os indicadores em relação aos quais os inquiridos revelam maior grau de satisfação. Os indicadores percecionados com maior grau de insatisfação são o conforto térmico, o ruído e o estado de conservação.

Quanto à percepção de satisfação com a vida pessoal, os indicadores “local onde vive”, “vida familiar” e “vida social” são os que apresentam resultados mais positivos, enquanto os aspetos relacionados, direta ou indiretamente, com o rendimento, como sejam a “situação financeira do agregado” e a “situação pessoal relativamente ao emprego” são os que apresentam resultados mais negativos. Ainda neste domínio, verifica-se, por um lado, uma sobrerrepresentação dos indivíduos mais escolarizados (com ensino secundário e superior) e dos indivíduos com menos de 34 anos em relação à “Satisfação”, e, por outro, uma sobrerrepresentação dos menos escolarizados (com 1.º ciclo do ensino básico) e dos com mais de 75 anos na “Não Satisfação”.

No que respeita aos indicadores utilizados para medir especificamente a satisfação com o espaço urbano, os resultados não revelam diferenças de monta entre a escala do bairro e a da cidade.

³⁶ Em todas as questões de satisfação optámos por, à semelhança do inquérito do Eurobarómetro, utilizar categorias de resposta que obrigassem os inquiridos a posicionar-se positiva ou negativamente, o que pode ter contribuído para inflacionar a importância relativa da categoria “Satisfeito”.

A “oferta e qualidade de cafés/restaurantes/esplanadas” é o indicador com satisfação mais elevada nos dois níveis geográficos de referência. Em terceiro lugar, para ambos, surge a “oferta e qualidade de espaços públicos”. Ainda em comum, na lista dos cinco indicadores que apresentam maior satisfação, encontramos a “oferta e qualidade de comércio e serviços”.

Destacam-se também, no bairro, a “qualidade ambiental” (segundo valor mais elevado) e a “segurança nas ruas”, e, na cidade, a “oferta e qualidade de espaços verdes” e de “atividades culturais e de lazer”.

Mais de metade dos inquiridos está insatisfeita com o “trânsito” e o “estacionamento” na cidade de Lisboa. O “preço e disponibilidade da habitação” e as “oportunidades de emprego” surgem também com valores acima dos 35% de insatisfação. Também no bairro esses indicadores encontram-se entre os cinco que têm maiores níveis de insatisfação, apesar de nenhum acima dos 50%. Destacam-se ainda ao nível da insatisfação, no bairro, a “manutenção e limpeza dos passeios” e, na cidade, as “obras no espaço público”.

Como já foi referido, fica claro nesta análise que a perceção de insatisfação, quer no bairro, quer na cidade, é mais elevada em indicadores que têm uma influência mais direta nas condições materiais de existência e na vida quotidiana. Nesse sentido, colocamos a hipótese de a avaliação dos restantes itens resultar menos severa, não apenas por um bom desempenho e gestão urbana nas áreas associadas, mas por serem menos relevantes quer para o equacionamento de projetos futuros quer para a vida quotidiana.

Uma outra reflexão que os dados sugerem e permitem é que, nessas questões mais pessoais e com maior impacto no quotidiano e projetos de futuro, os inquiridos fazem uma avaliação menos positiva do que nas questões relativas à realidade da cidade. Nesta área, os inquiridos parecem assumir como sua uma narrativa positiva dominante que já existe sobre a cidade e as suas transformações.

Importa referir que, quando perguntámos diretamente aos inquiridos a sua avaliação sobre a qualidade de vida na cidade e no bairro, obtivemos tendências de resposta muito semelhantes às encontradas nos índices construídos a partir de indicadores selecionados.

Analisámos ainda as respostas dos inquiridos em relação às mudanças, positivas e negativas, na cidade e suas freguesias e em relação às suas propostas para a melhoria da qualidade de vida na cidade e seus bairros. Nas mudanças mais positivas destaca-se a manutenção de espaços públicos, na cidade e na freguesia, seguida da higiene urbana e da criação e melhoria de espaços verdes, ao nível da freguesia, e do turismo e do estado do edificado, ao nível da cidade. Quanto às mudanças mais negativas, se destacarmos os cinco temas mais referidos, podemos ver o estacionamento em terceiro lugar, a segurança em quarto e os transportes públicos em quinto, quer na cidade, quer na freguesia. Na cidade, as mudanças para pior estão ainda nas obras e no trânsito; enquanto na freguesia são identificados a higiene urbana e a manutenção dos espaços

públicos. O acesso à habitação como mudança negativa tem algum destaque na cidade, mas não na freguesia.

No que diz respeito às propostas, verificamos que surgem - de forma espontânea, pois trata-se de uma pergunta aberta – grande parte dos temas avaliados mais negativamente nas questões anteriores, como o estacionamento, o trânsito, o acesso à habitação ou as oportunidades de emprego. É de referir, todavia, que alguns destes temas surgem, com menor ênfase do que outros, bastante bem avaliados quer ao nível da cidade, quer do bairro, como a higiene urbana e a melhoria dos espaços públicos e espaços verdes. De salientar que a proposta “fazer atividades culturais/recreativas/de lazer”, tema do indicador mais bem avaliado, surge com mais indicações do que o trânsito ou o acesso à habitação.

A análise de correspondências múltiplas aplicada neste tema possibilitou a identificação de um modelo de avaliação dos respondentes que, tendencialmente, organiza as respostas em duas dimensões principais: primeiro, pelas questões da manutenção e limpeza da cidade, e, depois, pelas atividades de lazer que proporciona. Ao nível do bairro, as diversas realidades micro resultam em sentidos de avaliação da qualidade de vida sobre os quais não é imediata a construção de um modelo de avaliação aplicável de forma estandardizada a todos os bairros.

É de salientar que, no que respeita às questões da qualidade de vida e mudança urbana, as diferenças entre UIT também não se revelaram muito significativas e que as variações de acordo com as características socioeconómicas são residuais.

Os resultados desta primeira pesquisa não permitem ainda discernir com clareza e detalhe os impactos da Reforma sobre a qualidade de vida na cidade. Todavia, é importante salientar que muitos dos indicadores de qualidade de vida avaliados mais positivamente pelos inquiridos (tabelas 48 e 49) estão associados a competências das novas juntas de freguesia de Lisboa, como a “oferta e qualidade de espaços públicos”, a “oferta e qualidade de espaços verdes”, a “qualidade ambiental” ou as “atividades culturais e de lazer”, não se identificando qualquer relação de causalidade. É possível, sim, assumir que as mudanças administrativas da cidade deram às juntas de freguesia uma maior responsabilidade sobre as áreas que os lisboetas mais valorizam, e que, com a descentralização, essa valorização tende a manter-se (tabela 69 a 86).

É também possível verificar que há uma correspondência entre as competências das novas juntas de freguesia de Lisboa e as mudanças mais positivas na cidade, nos últimos anos, referidas pelos inquiridos. As áreas temáticas mais frequentemente referidas como tendo tido mudanças positivas nas freguesias ao longo dos últimos anos (tabela 57) são a higiene urbana, a criação e melhoria de espaços verdes e a manutenção do espaço público. As duas últimas destacam-se igualmente ao nível das mudanças na cidade (tabela 58). Ou seja, são da responsabilidade das juntas de freguesia de Lisboa algumas das mudanças mais apreciadas pelos lisboetas inquiridos, quer à escala da freguesia, quer à escala da cidade. Por contraste, algumas áreas temáticas em

que ocorreram mais mudanças negativas são áreas em que as juntas de freguesia não têm responsabilidade direta: o trânsito, o estacionamento ou a segurança, destacando-se o primeiro apenas à escala da cidade e os dois últimos em ambas (tabelas 59 e 60). As mudanças negativas referidas nas áreas da manutenção do espaço público e na higiene urbana são exceções a esta tendência.

Por fim, os temas em que os inquiridos mais consideram ser possível melhorar a gestão urbana são, igualmente, temas que se relacionam diretamente com competências das juntas de freguesia, destacando-se a higiene urbana e a manutenção dos espaços verdes ou do espaço público. Temas em que as juntas de freguesia não têm competências próprias, como o trânsito, os transportes públicos ou a segurança, surgem com menos referências por parte dos inquiridos.

Importa, não obstante, destacar que $\frac{1}{3}$ dos inquiridos diz ter pouco ou nenhum interesse em assuntos políticos e os resultados do presente inquérito revelam uma escassa mobilização política ou participação cívica por parte dos inquiridos. As questões sobre formas de participação política e social e sobre a participação em associações obtiveram taxas de não resposta elevadas e também elevados valores de não participação ou pertença. Como forma de participação política e social destaca-se a prestação de apoio aos vizinhos, que mais de 20% dos inquiridos afirma concretizar com frequência e mais de 36% ocasionalmente.

O claro afastamento dos cidadãos em relação à política (incluindo à política local) pode explicar que mais de 40% dos inquiridos não tenham tido conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa, ainda que esta tenha implicado mudanças importantes no quotidiano da gestão da cidade onde estes habitam³⁷. A grande maioria dos inquiridos não contactou a sua Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal no último ano. A quantidade de inquiridos que contactou a Câmara Municipal foi ainda inferior à quantidade daqueles que contactaram as juntas de freguesia. Apesar do afastamento das pessoas em relação à vida política e à gestão da sua cidade, que os dados demonstram, a maioria dos inquiridos avalia positivamente a atuação da Câmara Municipal e das juntas de freguesia. A identificação de mudanças positivas e negativas na cidade e na freguesia, referida acima, pode ajudar a um entendimento mais aprofundado desta avaliação.

Face ao seu propósito de divulgar a existência da Reforma Administrativa e o que mudou em consequência desta, os meios próprios da autarquia (cartas ou folhetos explicativos do processo) não se revelaram eficazes: a maioria dos inquiridos que tiveram conhecimento da Reforma Administrativa obtiveram essa informação através dos meios de comunicação social ou das redes sociais.

³⁷ A questão colocada para aferir esta informação continha um preâmbulo referindo que a Reforma Administrativa correspondia, entre outros elementos, a uma mudança do nome e limites das freguesias.

Os inquiridos identificam poucas alterações no desempenho das competências transitadas para as juntas de freguesia. Relativamente a todas as competências próprias que as juntas de freguesia receberam, é superior o número de inquiridos que consideram que a sua execução não melhorou nem piorou. A criação e manutenção de espaços verdes foi a competência que mais terá melhorado, segundo os inquiridos, enquanto a reparação e limpeza dos passeios e vias de circulação foi a que mais piorou.

Ter conhecimento, ou não, da Reforma Administrativa também não resulta numa avaliação diferente sobre a atuação dos órgãos de poder local ou numa perceção diferente da qualidade de vida. Não existe uma variação significativa da avaliação que os inquiridos fazem do exercício das novas competências das juntas de freguesia consoante o seu conhecimento, ou não, da Reforma Administrativa.

Quando auscultados sobre se a qualidade de vida em Lisboa e nos seus bairros melhorou, se manteve igual ou piorou nos últimos anos (ou seja, após a Reforma Administrativa de Lisboa), mais de metade dos inquiridos respondeu que não sentiu qualquer mudança. Podemos assim concluir que a elevada satisfação com a qualidade de vida em Lisboa não é resultado das mais recentes mudanças da gestão urbana, nomeadamente da Reforma Administrativa. Como já foi dito, é apenas possível concluir que esse processo de descentralização transportou para o âmbito de competências das juntas de freguesia as áreas temáticas mais valorizadas pela população, e que a atuação desses órgãos autárquicos tem permitido manter os níveis de satisfação elevados que já existiam.

Mais uma vez, as análises realizadas, das mais simples às mais complexas, não revelaram diferenças de significado relevante entre as diferentes UIT nem no tema da Reforma Administrativa, nem no tema dos quotidianos urbanos.

Ao nível da mobilidade na cidade de Lisboa, conclui-se que a utilização de veículo próprio motorizado continua a ser muito significativa nas práticas quotidianas dos inquiridos, sendo o modo de deslocação mais comum para o local de trabalho ou estudo, surgindo só depois os transportes públicos (também com mais de 30% das respostas). A utilização da bicicleta, isoladamente ou em articulação com outros meios, é uma prática residual. O preço dos transportes públicos é o aspeto mais criticado por parte dos inquiridos e uma das razões principais para que os utilizadores de veículo próprio motorizado não utilizem, em seu lugar, os meios de transporte públicos.

Aferir como se distribuem espacialmente as atividades do dia-a-dia dos residentes em Lisboa pode contribuir para a compreensão das avaliações que fazem da qualidade de vida e de governação da cidade e das várias áreas que a compõem, quer mobilizemos as divisões administrativas, quer façamos referência aos lugares de vivência e sociabilidade de proximidade à residência.

A compra de bens de primeira necessidade, estar com amigos ou familiares são as atividades realizadas no respectivo bairro com mais frequência. Ainda nesse espaço de referência, as atividades que os inquiridos mais referem realizar ocasionalmente são: ir a jardins, parques ou miradouros, frequentar restaurantes, cafés ou esplanadas e ir a mercados, feiras ou praças.

Nas outras áreas da cidade, a escolha das opções “frequentemente” e “nunca” não se destaca em nenhuma das atividades propostas. Concomitantemente, em quase todas estas atividades predomina a frequência “ocasionalmente”. Fora da cidade, predomina a frequência “nunca”, registrada, em qualquer uma das atividades, por uma percentagem de inquiridos superior a 50%.

4. Síntese final e pistas para futuros trabalhos

Esta inquirição sobre a qualidade de vida e a governação urbana do município de Lisboa incidiu sobre dois universos distintos: os munícipes de Lisboa e alguns dos principais agentes da cidade. Relativamente a cada um destes conjuntos inquiridos, procurou-se identificar práticas, perceções e opiniões a respeito das questões da qualidade de vida e do governo do Município, nomeadamente as resultantes da Reforma Administrativa introduzida em 2013. Aos primeiros, aplicou-se um inquérito por questionário; com os segundos, realizaram-se oito *focus groups*.

Quando questionados sobre as suas práticas de participação cívica, mobilização política e pertença a associações e organizações, os munícipes de Lisboa revelam uma baixa participação cívica e mobilização política. Estes demonstram também um interesse muito reduzido acerca de assuntos políticos, a que acresce um elevado número de não respostas a questões que se relacionam com o seu posicionamento político. Neste sentido, são poucos os inquiridos que assumem práticas de participação cívica ou política ou pertença a associações e organizações no universo total de residentes entrevistados no âmbito desta pesquisa (ver tabelas 43 e 44).

Por outro lado, como seria de esperar, a maioria dos participantes nos *focus groups* realizados, representantes das mais variadas entidades, de entre os quais se destacam as associações e movimentos da sociedade civil, desenvolvem em geral, no seu quotidiano, diversas formas de participação social, interessando-se e mobilizando-se por assuntos políticos. Ou seja, só uma pequena minoria dos inquiridos por inquérito revela uma forte participação cívica e mobilização política, ao contrário da maioria dos participantes dos *focus groups*.

Neste sentido, compreende-se que haja uma distância entre as conclusões extraídas dos dados produzidos a partir dos dois instrumentos aplicados nesta pesquisa. Os *focus groups*, realizados e analisados antes da receção e análise dos dados do inquérito aos munícipes e que funcionaram como uma metodologia exploratória dos temas em estudo, conduziram a conclusões que expõem uma atitude mais crítica relativamente à atuação dos órgãos do poder local, um sentimento de menor otimismo relativamente às condições e qualidade de vida na cidade de Lisboa e seus bairros, e uma reivindicação muito significativa de mudanças na forma de gestão da cidade, solicitando, designadamente, uma maior auscultação da população e um maior envolvimento das entidades inquiridas. Essas conclusões, porém, não foram confirmadas com os dados obtidos pelo inquérito aos munícipes, que dão conta de uma avaliação bem mais positiva da qualidade de vida em Lisboa e da atuação dos órgãos de poder autárquico, além de um afastamento da população à política local e à participação cívica.

É possível concluir que os indivíduos que associam uma prática cívica e um envolvimento em assuntos relacionados com a política local – incluindo uma experiência de participação em entidades que intervêm na cidade – com a condição de residentes ou utilizadores da cidade têm uma visão mais crítica da atuação do poder local e das mudanças recentes ou em curso na

cidade. Podemos dizer que a diferença nos resultados obtidos nas duas componentes deste trabalho é independente das metodologias adotadas, pois a população mais participativa estaria sempre sobrerrepresentada numa inquirição aos agentes da cidade.

Salientamos ainda que cerca de 40% dos residentes inquiridos através do questionário afirmam não ter tido conhecimento da Reforma Administrativa de Lisboa e, em todos os *focus groups*, os participantes foram unânimes no reconhecimento de que existe, de forma generalizada, uma reduzida perceção sobre o que foi e o que implicou a Reforma Administrativa. É possível concluir que os residentes não percecionam uma alteração relevante na sua qualidade de vida com a implementação da Reforma Administrativa e que a avaliação do desempenho das juntas de freguesia nas suas novas competências não parece estar dependente do facto de os inquiridos terem, ou não terem, conhecimento da Reforma Administrativa.

Apesar de não ser possível estabelecer uma relação causal entre a Reforma Administrativa e os resultados maioritariamente positivos obtidos no que diz respeito à qualidade de vida na cidade de Lisboa e nos bairros que a constituem, é possível estabelecer uma relação de outro tipo entre os dois temas. Existe uma correspondência clara entre as competências que as juntas de freguesia viram transferidas ou reforçadas por consequência da Reforma Administrativa de Lisboa e as áreas da qualidade de vida que registam valores mais elevados de satisfação por parte dos residentes inquiridos, as quais correspondem também a áreas que os entrevistados frequentemente referiram como tendo tido mudanças positivas ao longo dos últimos três anos e ainda como áreas no âmbito das quais foram feitas propostas que visam melhorar a qualidade de vida. Entre essas áreas temáticas, encontram-se destacadamente a higiene urbana e a manutenção do espaço público e dos espaços verdes.

Assim sendo, estas são áreas em que o trabalho da Câmara Municipal de Lisboa e das juntas de freguesia parece estar a alcançar resultados satisfatórios, havendo ainda, no entanto, espaço para progredir no sentido de melhorar a qualidade de vida urbana. De notar que a higiene urbana surge destacada quando se inquiri os residentes acerca das áreas em que seria benéfico um reforço de poder de atuação das juntas de freguesia.

Já enquanto resultado da informação recolhida nos *focus groups* emerge claramente uma outra área a melhorar: a participação cívica e relações interinstitucionais. Os agentes da cidade enunciam não apenas défices de envolvimento da população na tomada de decisões para a cidade e freguesias, como se confirma nos dados do inquérito, mas também uma ausência de práticas inovadoras e verdadeiramente eficazes para suscitar essa participação, quer por parte da Câmara Municipal quer por parte das juntas de freguesia.

Voltando ao inquérito, o estacionamento, o trânsito, o acesso à habitação, o estado do edificado e, em menor grau, os preços e qualidade dos transportes públicos e a criação de emprego são áreas que registam, em geral, níveis de insatisfação acima da média e que figuram na lista de

propostas para melhoria da qualidade de vida. Estas são áreas em que as juntas de freguesia têm pouco ou nenhum poder de atuação, pelo que as eventuais melhorias a introduzir deverão ser sobretudo da iniciativa da Câmara Municipal. São, aliás, estas as áreas em que os residentes indicam pretender um reforço do poder camarário. De notar, todavia, que o estado do edificado surge para os inquiridos como uma das áreas em que as juntas de freguesia também poderiam ter mais capacidade de intervenção.

Relevamos ainda que questões ligadas ao apoio social surgem com algum destaque, quer como propostas para a melhoria da qualidade de vida na cidade e suas freguesias quer como áreas em que importaria reforçar o poder de atuação das juntas de freguesia. Apesar de, com a Reforma Administrativa, se ter transferido um conjunto de competências neste âmbito para as juntas de freguesia, fica claro que os residentes considerariam benéfico um eventual alargamento de competências e um reforço de meios.

Outra área de competências transferida para as juntas de freguesia no contexto da Reforma Administrativa foi o licenciamento de proximidade. Importa sublinhar que os agentes inquiridos através dos *focus groups* foram consensuais em apontar discrepâncias, de Junta para Junta, de práticas, critérios e interpretações de regulamentos municipais nesta área. Propõem não só que a Câmara Municipal atue no sentido de garantir a harmonização das práticas respeitantes a regulamentos municipais, como também que haja um investimento na capacitação técnica das equipas de licenciamento nas juntas de freguesia.

Em conclusão, sendo certo que os impactos decorrentes da Reforma Administrativa de Lisboa tornar-se-ão mais percecionáveis ao longo do tempo, consideramos que é fundamental desenvolver, de forma continuada, uma análise conjunta da qualidade de vida e da governação de Lisboa. Esta análise longitudinal poderá aprofundar novas abordagens que, no futuro, ajudarão a esclarecer os efeitos da Reforma Administrativa em matéria de melhoria da qualidade de vida dos lisboetas.

Aprofundar a análise à qualidade de vida em Lisboa e aos impactos da governação urbana, implicará diversificar abordagens e metodologias, visando a obtenção de resultados mais explicativos ou compreensivos da realidade, e que possam apoiar os processos de tomada de decisão. A continuação da monitorização dos impactos da Reforma Administrativa e da qualidade de vida junto dos residentes e dos agentes da cidade resultará, portanto, na melhoria dos instrumentos de gestão e definição de políticas urbanas que correspondam às necessidades e respondam aos vários interesses presentes na cidade.

A literatura internacional sobre a qualidade de vida indica-nos que abordagens complementares, produzindo dados objetivos e subjetivos, conduzem a uma análise mais integradora da complexidade do tema. Estes estudos demonstram os benefícios de uma abordagem objetiva, suportada por um painel de indicadores de natureza estatística através dos

quais se caracterizam condições de vida locais, no plano material e imaterial, e formas de governo da cidade, conjugada com a leitura das percepções e opiniões (subjéitiva). Na linha do que existe já noutras cidades – portuguesas ou estrangeiras – sugerimos a definição de um sistema de monitorização que desenvolva uma análise permanente à qualidade de vida urbana, integrando não apenas uma abordagem das percepções e opiniões, como também uma abordagem objetiva assente nos contributos de peritos sobre os temas em análise e em indicadores estatísticos sobre os mesmos. Este conjunto de instrumentos de análise constituiriam abordagens complementares de grande utilidade para a gestão da cidade.

Entre os temas que consideramos mais importante aprofundar em possíveis estudos futuros de qualidade de vida destacamos, face aos resultados obtidos nesta pesquisa, os que se relacionam com os problemas sociais que se vivem na cidade, começando pelo desemprego, o preço e a disponibilidade de habitação digna e adequada e a qualidade e distribuição territorial do acesso aos transportes públicos. Assim, consideramos crucial introduzir, quer na componente subjéitiva, quer na componente objetiva da análise, indicadores relativos aos direitos sociais, à pobreza e exclusão social, nomeadamente o problema dos sem-abrigo e da insuficiência de habitação social no município.

Uma outra questão que interessaria explorar, muito debatida nos *focus groups*, foi a das relações entre o poder local e os cidadãos e outros agentes da cidade, também associada a uma percepção de que as suas vozes não se fazem ouvir o suficiente devido à inexistência de instrumentos eficazes para o efeito. Consideramos do maior interesse produzir conhecimento mais aprofundado (através de metodologias qualitativas) sobre as percepções dos diferentes agentes envolvidos neste âmbito, procurando compreender como os media digitais poderão ganhar relevância numa melhor e mais eficaz comunicação entre os poderes locais, as instituições e os cidadãos, melhorando assim as suas relações e a qualidade de vida urbana, na esteira de estudos recentes realizados noutros países (Firmstone e Coleman 2015).

5. Referências bibliográficas

- Bäck, H., Heinelt, H. & Magnier, A. (eds.) (2006). *The European Mayor. Political Leaders in the Changing Context of Local Democracy*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.
- Cabral, M. V., L. Schmidt (coords.), J. Seixas, A. Baixinho e A. Louro (2009). *Qualidade de Vida e Governança na Cidade de Lisboa. Estudo sobre as bases para um novo modelo de governação da cidade de Lisboa*. Lisboa, ICS (policopiado).
- Carvalho, . (2008). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos – Utilização da ACM com o SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Ferrão, J., & Guerra, J. (2004). Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente), *Observa-Ambiente, Sociedade e Opinião Pública*. Lisboa.
- Firmstone, J. & Coleman, S. (2015). Public engagement in local government: the voice and influence of citizens in online communicative spaces. *Information, Communication & Society*, 18(6).
- Florida, R. (2002). *The Rise of the Creative Class: And How it's transforming work, leisure, community and everyday life*. New York: Perseus Book Group.
- George, D & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference*. 4th ed. Boston: Allyn & Bacon. Apud: Gliem, JÁ & Gliem, RR Calculating, interpreting and reporting Cronbach's alfa reliability coeficiente for Likert-type scales. <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo*. Príncipia Editora.
- Hancock, T. (2000), Quality of Life indicators and the DHC, www.seo-dhc.org/reports/29
- Harvey, D. (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler. Series B. Human Geography*, 17(1), 3–17.
- Heinelt, H., Magnier, A. & Reynaert, H. (eds.) (2017). *The European Mayor II: Political Leaders in the Changing Context of Local Democracy*. Palgrave Pivot (no prelo).
- Lambert, S.D. & Loiselle, C.G. (2008). *Combining individual interviews and focus groups to enhance data richness*. *J Adv Nurs*. 62(2), 228-37.
- Machado, F.L et al (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.
- Marans, R. (2012). Quality of urban life studies: an overview and implications for environment behavior research. *Procedia-Social and Behavioral Sciences* 35, 9-22.
- Morais, P., Miguéis, V. & Camanho, L. (2005). "Quality of Life Experienced by Human Capital: An Assessment of European Cities", *A.S. Soc Indic Res*, 110: 187.

Peck, J. (2005). Struggling with the Creative Class. *International Journal of Urban and Regional Research*, 29, 740–770.

Rego, C., Freire, C., Ramos, I. J., Dionísio, A., Baltazar, M. S., & Lucas, M. R. (2016). Urban-rural connections and development perspectives in Portugal. In *Proceedings ESADR 2016, VIII Congresso APDEA, II Encontro Lusófono Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Scmidt, L., Seixas, J. & Baixinho, A. (2014). *Governança de proximidade. As juntas de Freguesia de Lisboa*. Lisboa: INCM.

Slater, T. (2006). The Eviction of Critical Perspectives from Gentrification Research. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(4), 737–757.